



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 23, QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2020

ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONA- VÍRUS (COVID-19)

Ata da 3ª Reunião, realizada em 30 de abril de 2020.	4
Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2020.	74
Ata da 5ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2020	123
Ata da 6ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2020	188
Ata da 7ª Reunião, realizada em 22 de maio de 2020	236
Ata da 8ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2020	277





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e três minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte, em REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Paulo Azi, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Renildo Calheiros, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Kátia Abreu, Edmilson Rodrigues, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Fernanda Melchionna, Eduardo Gomes e Alessandro Vieira. Deixa de comparecer a Deputada Joice Hasselmann. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Reunião destinada a avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19). O convite deriva do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, Art. 2º, § 2º. **Participante:** Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho** que : "Plano de Trabalho contendo texto consolidado com as sugestões acolhidas pelo relator, apresentadas na 2ª Reunião da Comissão." **Autoria:** Dep. Francisco Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 2, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Saúde, dr. Nelson Teich." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 3 - Requerimento Nº 3, de 2020** que : "Requer a realização de audiência Pública com o Ministro da Defesa, General de Exército Fernando Azevedo e Silva." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 4, de 2020** que : "Requer a realização de audiência pública com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Pedro Duarte Guimarães." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 5, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Economia, sr. Paulo Guedes." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 6 - Requerimento Nº 6, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro das Relações Exteriores, sr. Ernesto Henrique Fraga." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 7 - Requerimento Nº 7, de 2020** que : "Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, dr. Sergio Fernando Moro." **Autoria:** Sen. Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento Nº 8, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Economia, sr. Paulo Guedes." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 9 - Requerimento Nº 9, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Cidadania, Sr. Onyx Lorenzoni." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 10 - Requerimento Nº 10, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Saúde, sr. Nelson Teich." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 11 - Requerimento Nº 11, de 2020** que : "Requer o compartilhamento de informações, auditorias, relatórios e outros documentos referentes ao "Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à COVID-19" em andamento no Tribunal de Contas da União." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento Nº 12, de 2020** que : "Requer a realização de audiência pública com o Dr. Átila Iamarino." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento Nº 13, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Cidadania, sr. Onyx Lorenzoni." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 14 - Requerimento Nº 14, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Secretário Especial de Previdência e Trabalho, o sr. Bruno Bianco Leal." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 15 - Requerimento Nº 16, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Fernando Moro." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 16 - Requerimento Nº 17, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Economia, sr. Paulo Guedes." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 17 - Requerimento Nº 18, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro da Saúde, sr. Nelson Teich." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 18 - Requerimento Nº 19, de 2020** que : "Requer a convocação (aprovado como convite) do Ministro-Chefe da Casa Civil, sr. Walter Souza Braga Netto." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 19 - Requerimento Nº 20, de 2020** que : "Requer audiência pública com o Ministro da Infraestrutura, Sr. Tarcísio Gomes." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Requerimento Nº 21, de 2020** que : "Requer que na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 07, o convidado seja o titular do cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Sen. Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento Nº 23, de 2020** que : "Requer seja incluído no Plano de Trabalho dessa Comissão, o objetivo de produzir análises e relatórios estatísticos semanais para subsidiar a avaliação da efetiva execução das ações relativas à Economia, principalmente sobre manutenção de empregos, linhas de crédito, decisões tributárias e seus impactos fiscais e às áreas de Saúde e Assistência Social." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - Requerimento Nº 24, de 2020** que : "Requer seja convidada para participar de Audiência Pública desta Comissão a Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sra. Susana Cordeiro Guerra." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - Requerimento Nº 25, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com os convidados: Sr. Sérgio Rezende, Ex-Ministro de Ciência e Tecnologia Sr. Ildeu de Castro, Presidente da SBPC Sra. Flávia Calé, Presidente da ANPG Sr. Luiz Davidovich, Presidente da ABC Sr. Glauco Arbix, Ex-presidente da Finep Sr. Carlos Américo Pacheco, Presidente do CTA da FAPESP" **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - Requerimento Nº 26, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com os convidados: Sr. Abraham Weintraub, Ministro da Educação Representante ANDIFES Representante CONSED Representante UNDIME Representante CNE" **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - Requerimento Nº 27, de 2020** que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

: "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: Sr. Sergio Rezende, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia Sr. Miguel Nicolelis, Coordenador do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus formado pelo Consórcio Nordeste" **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - Requerimento Nº 28, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: Sr. Jailson Correia, Secretário de Saúde da Cidade do Recife Sr. André Longo, Secretário de Estado de Saúde do Estado de Pernambuco" **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - Requerimento Nº 29, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: Representante Secretário de Estado da Fazenda da Região Nordeste Representante Secretário de Estado da Fazenda da Região Norte Representante Secretário de Estado da Fazenda da Região Sul" **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - Requerimento Nº 30, de 2020** que : "Requer realização de Audiência pública com o Sr. Paulo Nogueira Batista Jr. Ex-diretor executivo do FMI" **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - Requerimento Nº 31, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com representante do setor de turismo." **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - Requerimento Nº 32, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com o Sr. Adilson Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil." **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - Requerimento Nº 33, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com a Sra. Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos." **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - Requerimento Nº 34, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES durante a Crise de 2008." **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - Requerimento Nº 35, de 2020** que : "Requer realização de Audiência Pública com o Sr. Jonas Donizette, Presidente da FNP" **Autoria:** Dep. João Campos. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/04/30>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19.

Faço alguns esclarecimentos antes de iniciarmos esta audiência pública ou reunião.

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que, durante a vigência dos Atos nºs 2, 3 e 4, do Presidente do Senado, a apresentação de proposições e documentos legislativos deverá ser feita remotamente, vedada a entrega presencial de documentos, conforme o art. 1º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 13, de 2020.

Os procedimentos para envio de proposições e documentos legislativos deverão seguir o art. 3º da referida instrução normativa, que estabelece que o cadastro e o envio de documentos deverão ser feitos pelo Sedol ou Autenticador. Após o envio dos documentos, deverá ser encaminhado pelo gabinete *e-mail* informando os números de registro dos documentos, tendo como destinatária a caixa institucional da Coordenação de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (Coceti): coceti@senado.leg.br.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "Levantar a Mão" do aplicativo. A ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares – depois da fala do Ministro –, aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão, por ordem de inscrição.

Informo aos Srs. Parlamentares que a presente audiência pública se estenderá até as 13h, em razão de prévio acordo estabelecido com o Ministro da Economia. Desse modo, a Presidência será rigorosa com o tempo de fala, para que a maior quantidade possível de Parlamentares possa interpellar o Ministro.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a audiência com o Ministro.

Havendo número regimental, coloco em votação a ata da reunião anterior, solicitando a dispensa da sua leitura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário façam-no através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

A presente reunião divide-se em duas partes: uma audiência pública com a presença do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes; e, por fim, uma segunda parte deliberativa para apreciar o plano de trabalho consolidado e os Requerimentos nºs 2 a 14, 16 a 21 e 23 a 35.

O Ministro já está presente.

Eu quero também chamar à atenção os Parlamentares porque nós temos o decreto legislativo, que é bastante claro, e nós não deveremos fugir muito dos objetivos citados no art. 2º do decreto, para que possamos ter foco em nosso trabalho e aproveitamento do tempo para consolidar tudo isso.

Algumas audiências públicas eu vou adiar de ofício, porque, por exemplo, o Ministro da Justiça tomou posse ontem e não tem a menor condição de, na semana que vem, vir para uma audiência pública ainda.

Deputado Francisco, Relator, o Banco Central entrou em contato conosco e disse que, para melhor aproveitamento do trabalho e da exposição, gostaria de ter essa audiência, essa reunião com os outros bancos, no mês de junho. Então, posteriormente, eu entrarei em contato com V. Exa. só para fazer uma adequação de ordem.

Passo a palavra ao convidado, o Ministro Paulo Guedes, pelo tempo de 30 minutos improrrogáveis.

Logo a seguir, teremos uma hora e meia em que os Parlamentares vão interpelar. Pelo número de inscritos, nós vamos analisar se de duas em duas, se de uma em uma ou se de três em três indagações o Ministro responderá. O próprio Ministro, se pudesse, gostaria de falar logo a seguir, ou seja, o Parlamentar pergunta, e ele responde de imediato, para não esquecer objetivamente. Mas nós vamos analisar pelo número de inscritos. Eu vou fazer o cálculo aqui para saber se temos o tempo necessário.

Então, com a palavra o Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Está com a palavra o Ministro pelo tempo de 30 minutos.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Confúcio Moura!

Bom dia, Deputado Francisco Jr. e demais Deputados e Senadores!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer estar aqui com os senhores, o que é muito importante porque nós, acima de tudo, somos brasileiros hoje, acima de tudo, acima de sermos Governo, Executivo, Legislativo, oposição, situação. A situação do Brasil é dramática com a crise da saúde e também com a perspectiva de crise na economia mais profunda.

Eu gostaria de começar sendo literal e factual, sem grandes interpretações, mas dizendo que monitorávamos já a economia da China desde dezembro em função de uma sequência de impactos externos que já houve antes, como gripe aviária, gripe suína, mas imaginando que fosse mais uma dessas gripes. O monitoramento era estritamente econômico e está até se reforçando agora.

Quando eles começaram a fazer as previsões de queda de 6% do PIB brasileiro, sempre se supunha – lá fora, essa análise está sendo feita também – que um terço da queda viria de um choque, de um impacto externo – queda nas exportações, interrupção de comércio etc. – e que dois terços viriam da disrupção interna, pelo fato de fazermos o distanciamento social, o isolamento social, pela interrupção das cadeias de pagamento e pelo desaquecimento em função da crise propriamente da saúde.

Então, eu acompanhava inicialmente avaliando o efeito de um choque externo, que realmente não está acontecendo como nós prevíamos. As exportações para os Estados Unidos e para a Argentina, que eram os dois maiores parceiros comerciais nossos depois da China, caíram acima de 30%. Para a União Europeia, caíram 2%, 3%, mas, para a China, subiram 25%, 26%. Então, como a China é hoje mais do que a soma de Estados Unidos, Argentina e União Europeia, as exportações brasileiras estão inalteradas. Elas praticamente subiram bastante em agronegócio, caíram um pouco em manufaturados, mas o impacto externo, como eu previa do ponto de vista puramente de choque externo, não está tendo grandes consequências por enquanto.

Então, esse era o nosso interesse inicial na China. E nós tínhamos essa hipótese. Exatamente como nós ficamos fora da integração das cadeias produtivas globais e ficamos somente na exportação de produtos primários, principalmente de agronegócio, o que era uma maldição acabou virando uma benção. Foi uma maldição durante vários anos porque nós não nos integramos às cadeias globais, mas, em compensação, na hora em que começa uma desorganização das cadeias globais, o Brasil está fora. E o Brasil está exportando mais ainda para a China, particularmente, e também para toda a Ásia.

Então, esse choque externo não veio. Se o Brasil ia cair 6%, sendo 2% por choque externo e 4% por desativação interna, na verdade esses 2% externos não estão acontecendo. Nós íamos cair 6%, vamos cair só 4%, nas primeiras estimativas de impacto.

Isso tudo é muito precário. É muito precário! A economia é um organismo vivo. Da mesma forma que nós não sabemos a duração e a profundidade da crise da saúde pelo coronavírus, também não sabemos a duração e a profundidade do impacto sobre a economia. Mas os primeiros sinais que nós tínhamos, que eram esses do impacto do choque externo, não estão acontecendo, e isso é bom.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nas últimas semanas de fevereiro e na primeira semana de março é que a Organização Mundial da Saúde e o nosso Ministro Mandetta chegaram à conclusão de que era uma pandemia, não simplesmente uma crise local, regional. Como tivemos aqui coronavírus, zika, esse tipo de coisa, e eles tiveram a gripe aviária, a gripe suína, nós não sabíamos ainda que era uma pandemia. Assim que soubemos... Foi no dia, inclusive, em que estávamos todos no Congresso e em que o Presidente me chamou e me pediu para representá-lo exatamente porque o Congresso tinha aprovado o BPC. Ao mesmo tempo, havia uma passeata marcada no domingo, e a coisa estava se agravando, com certo confronto político, com um desentendimento político acontecendo. O Presidente falou: "Vá ao Congresso com o Mandetta e com o Campos porque eles têm uma comunicação importante a respeito da crise de saúde na China. Parece que é uma pandemia. Então, nós vamos ter que conversar sobre isso com o Congresso".

Fomos ao Congresso. Lá eu tomei conhecimento da profundidade da crise, e lá mesmo nós já saímos com R\$5 bilhões direto para o Mandetta. Essa foi a nossa primeira medida, e foi uma sugestão até de Senadores da oposição. Estavam lá o Senador Randolfe Rodrigues e também o Deputado Molon. Eles falaram: "Pegue esse dinheiro dessa disputa política, pegue R\$5 bilhões, e já vamos jogar para a saúde". Então, já saímos de lá com isso na cabeça e já propusemos isso. O primeiro dinheiro já era este, o dinheiro da disputa política, que era emenda de Relator. "Já vamos mandar R\$5 bilhões para a saúde." Logo na semana seguinte, foram mais R\$4,5 bilhões do DPVAT. Começamos a fazer as coisas infraconstitucionalmente. Nós não tínhamos ainda autorização pela lei da PEC de guerra, não tínhamos nada disso; começamos a usar o espaço simplesmente infraconstitucional. Então, as primeiras medidas nossas foram exatamente essas.

No dia seguinte à essa reunião com o Congresso – a reunião foi numa terça-feira ou numa quarta-feira –, na quinta-feira, eu montei o meu grupo de monitoramento de ataque à crise da pandemia. Em duas semanas e meia, em três semanas, nós já tínhamos feito o seguinte, a primeira medida: baixamos os compulsórios, o recolhimento compulsório no Banco Central em R\$200 bilhões, R\$135 bilhões primeiramente e depois mais R\$60 bilhões, num total de R\$195 bilhões. Da mesma forma, há o crédito da Caixa Econômica Federal – R\$70 bilhões numa semana e mais R\$30 bilhões na seguinte – e do BNDES, com R\$30 bilhões, R\$35 bilhões numa semana e R\$20 bilhões na seguinte. Então, jogamos uma camada inicial de R\$350 bilhões de liquidez, linhas de liquidez, exatamente para não deixar qualquer crise, qualquer correria virar problema bancário, para não descontinuar o sistema de pagamentos das cadeias produtivas, tudo isso.

Possivelmente, fomos um dos primeiros países do mundo a reagir nessa dimensão monetária, porque nós tínhamos muito espaço monetário. Ao contrário dos outros países do mundo, que tinham muito espaço fiscal e já tinham feito política monetária expansiva por muito tempo, o Brasil estava na situação inversa: o Brasil estava muito apertado fiscalmente, com espaço monetário. Então, lançamos imediatamente as medidas monetárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fiz tudo que era possível também infraconstitucionalmente para antecipar, para justamente pegar as camadas mais frágeis da população brasileira, os idosos e os sem cobertura de Bolsa Família. Então, nós fizemos uma antecipação de benefícios de aposentados e pensionistas, uma inclusão de 1,2 milhão de famílias no Bolsa Família, um diferimento do imposto Simples, ou seja, justamente para empresas mais frágeis também, e um diferimento do recolhimento do FGTS. Com isso, foram mais R\$150 bilhões – para ser preciso, R\$157 bilhões.

Em duas ou três semanas, três semanas e meia, nós injetamos na economia ou nós programamos uma injeção na economia. Em apenas três meses, março, abril e maio, nós programamos R\$200 bilhões de compulsórios, mais R\$150 bilhões de BNDES e Caixa, sendo R\$350 bilhões, e mais R\$150 bilhões de antecipação de benefícios para aposentados e pensionistas e de inclusão de 1,2 milhão de famílias no Bolsa Família. Então, são R\$500 bilhões no espaço infraconstitucional, em três semanas e meia.

Imediatamente, em articulação com a Câmara dos Deputados e o Senado, fomos para o espaço constitucional: é a PEC de guerra. Tivemos o parecer do Ministro Alexandre de Moraes nos autorizando a avançar e, ao mesmo tempo, a Câmara dos Deputados e depois o Senado também nos autorizaram a avançar. E aí lançamos mais R\$300 bilhões. Então, além desses R\$500 bilhões no espaço infraconstitucional, lançamos mais R\$300 bilhões, sendo R\$100 bilhões de auxílio emergencial aos informais. Foi o nosso primeiro movimento ou o nosso segundo movimento, pois o primeiro foi justamente pegar os idosos, com a antecipação dos benefícios, e logo depois incluir 1,2 milhão de famílias no Bolsa Família.

Então, houve o auxílio emergencial aos informais, que se ampliou e virou, para os informais, o Bolsa Família... A Câmara amplificou o programa, e o Presidente aumentou o número: em vez de R\$500, R\$600. Isso joga aí mais... Eu calculo que já passou de R\$100 bilhões, devem ser uns R\$120 bilhões. Inclusive, com a entrega desses R\$600 a cada cidadão brasileiro, com a ideia de que nenhum brasileiro podia ficar para trás, que foi a instrução do Presidente da República, foi lançado o maior programa de bancarização e inclusão social do Ocidente, porque nós estamos atingindo 60 milhões de brasileiros – chofer de táxi, ambulantes, vendedor de bala no trânsito, faxineiras, gente que já tinha o Bolsa Família, quer dizer, 60 milhões de brasileiros estão recebendo, por enquanto, esses 110, 120 bilhões. Possivelmente suba até mais um pouco, dependendo da regulamentação que o Ministério da Cidadania está fazendo.

Portanto, são 120 bilhões para os mais frágeis, para os invisíveis, 38 milhões de brasileiros invisíveis, que nunca precisaram do Estado para nada, nunca pediram ajuda para coisa alguma, e, de repente, são lançados, totalmente desprotegidos sob essa onda da saúde, da rede da saúde. Lançamos imediatamente mais 100 bilhões para a proteção dos empregos. Então, os primeiros 100 bilhões foram para auxílio aos desassistidos; outros 100 bilhões para proteção e emprego, divididos em dois movimentos: o primeiro movimento era justamente... É um programa que está sendo muito elogiado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sinal, eu queria dizer aos senhores que, ao contrário das críticas que nós estamos recebendo no Brasil, de que o programa é pequeno, que demorou muito a sair, nós somos referência lá fora, nós estamos sendo recomendados para coordenar programas sociais da OECD agora. O Brasil está muito à frente de qualquer emergente, tanto em termos de volume, como percentual do PIB, dos problemas sociais. E nós estamos praticamente no mesmo nível dos países avançados. Alguns programas nossos, inclusive, estão sendo avaliados lá fora como os melhores, como, por exemplo, esse programa de suplementação salarial, sobre o qual eu vou dizer agora, de proteção de empregos.

E foi o seguinte: nós separamos 51 milhões para o que chamamos de suplementação salarial. Se a empresa concordar em não demitir e renegociar o salário, e, por exemplo, reduzir jornada de trabalho... Vou dar um exemplo: restaurantes. Ninguém está indo mais aos restaurantes, não há mais grupos, mas o restaurante pode reduzir a jornada de oito horas para quatro horas, duas horas antes do almoço, duas horas antes do jantar. Ele pode renegociar o salário, por exemplo, do cozinheiro ou do garçom. O garçom, para fazer a entrega; o cozinheiro, para cozinhar a comida. Ele, em vez de pagar R\$2 mil, se fizer uma negociação salarial e o salário cair para R\$1 mil, nós suplementamos o salário, nós pagamos uma parte, nós suplementamos isso aí, pagando... O mesmo percentual que ele aplicou na redução do salário nós aplicamos no seguro-desemprego e suplementamos o salário. Então, em vez de cair de 2 mil para 1 mil, ele volta para 1,7 mil, 1,8 mil, quer dizer, praticamente não sofreu perda de salário, manteve o emprego, mesmo que trabalhando um pouco menos por dia. Manteve o salário, e o Governo está suplementando o salário, fazendo uma suplementação salarial.

Além disso, se o restaurante também, por falta de capital de giro, por exemplo, falar: "Olha, eu não só não consigo pagar o salário inteiro, só consigo pagar a metade, como mesmo essa metade eu não tenho capital de giro para pagar". E aí nós temos um outro programa que nós chamamos de Fopa, folha de pagamentos, em que nós também damos esse dinheiro. Então, nós não só suplementamos o salário, como nós damos o capital de giro para pagar aquela outra metade que a empresa se comprometeu a pagar. Então, a empresa não tem desculpa para demitir: nós estamos pagando metade do salário do trabalhador e financiando a outra metade, e o dinheiro vai direto para o bolso do trabalhador. Por isso que está sendo muito elogiado o programa lá fora, porque a empresa não vê o dinheiro. Nós pagamos a metade, que ela reduziu, e nós entregamos a outra metade direto também no bolso do trabalhador. A empresa apenas assina que está agora devendo numa linha de crédito especial, que é essa de folha de pagamentos. Então, são 100 bilhões para a preservação dos empregos.

Como eu disse, a primeira camada foram 100 bilhões para os desprotegidos, mais 100 bilhões para a manutenção do emprego e agora mais 100 bilhões, a que os senhores estão assistindo e que estão em andamento com o Presidente Davi Alcolumbre, do Senado, que é justamente o Mais Brasil, a descentralização dos recursos para Estados e Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa reação também no início foi fulminante, os Governadores vieram conversar conosco, nos pediram 88 bilhões, mais ou menos, de recursos, 90 bilhões. Nós fechamos imediatamente com os Governadores, nós fechamos com eles. Eles vieram e fizemos todo o programa com eles. Eles pediram 4 bilhões de transferência fundo a fundo: Fundo Nacional de Saúde passando recursos para os fundos estaduais e municipais. Eles pediram 4 bilhões e nós demos 8 bilhões, imediatamente aprovamos 8 bilhões. Aí eles pediram a manutenção das transferências do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Eles alegaram justamente a queda do ICMS, do ISS, então eles precisariam disso. Nós imediatamente concordamos. Falamos: "Nós vamos repassar para vocês os mesmos recursos que nós passamos ano passado, 2019, como se não houvesse queda também na arrecadação do Governo Federal". Então, nós falamos: "Está garantido, nós vamos mandar para vocês". E aprovamos imediatamente 16 bilhões de transferência a Estados e Municípios, Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Ao mesmo tempo, aprovamos imediatamente 2 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social.

Então, aprovamos 8 bilhões de transferência fundo a fundo, saúde; 2 bilhões para a assistência social, são 10 bilhões; mais 16 bilhões de transferência a Estados e Municípios, são 26 bilhões; rolamos imediatamente todos os vencimentos de dívidas, de juros com bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, os bancos públicos –, isso aí dava mais 37 bilhões, então são 63 bilhões automaticamente; mais 20 bilhões de securitização que nós aprovamos também.

Em resumo, foram praticamente 88 bilhões, quase 90 bilhões que nós concordamos imediatamente com os Senadores, imediatamente com os Governadores. Acertamos tudo ali.

Duas semanas depois, eles voltam e pedem 220 bilhões, segundo as contas do nosso Secretário do Tesouro, Mansueto. Ora, visivelmente foi uma transformação da crise da saúde em outra coisa, e eu não podia concordar. Aí eu pedi, então, à Casa da República, ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Casa da República, que é o Senado, eu pedi ajuda ao Senado. Eu falei: "Nós não podemos quebrar a União e transformar o que é uma crise de saúde em um grande movimento de transferência de recursos para Estados e Municípios com assuntos que não têm nada a ver com a saúde, isso não é razoável". Aí o Senador Davi Alcolumbre deu um passo à frente num momento difícil, em que estava havendo uma disputa entre o Presidente da Câmara, o Presidente da República, um desentendimento, um desentendimento comigo, em que também fui atacado simplesmente por defender o Tesouro Nacional. Eu não reagi às críticas, não fiz nada e só pedi socorro ao Senado. E o Senado, então, agora, está fazendo uma correção.

Nós estamos até ampliando o programa, mas com uma contrapartida. Tem que ficar muito claro para a população brasileira que o programa passou de R\$90 bilhões, que já tinham sido atendidos, para R\$120 bilhões ou 130 bilhões. Vai ser uma transferência enorme para Estados e Municípios, mas isso não pode virar aumento de salário de funcionalismo. Foi só o pedido que eu fiz. Vamos atender à saúde, vamos atender às atividades correlatas, como, por exemplo, transporte público nas capitais. Tem que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter o ônibus circulando, mesmo que não haja movimento, porque alguém pode precisar ir a um hospital; da mesma forma, a merenda escolar; da mesma forma, o policiamento. Então, os recursos estão sendo transferidos. Nós até aumentamos para quase R\$130 bilhões essa transferência para Estados e Municípios. Nunca se transferiu tanto recurso para Estados e Municípios. Às vezes, fala-se em Lei Kandir, e nós transferimos três vezes mais do que a Lei Kandir no ano passado e, neste ano, estamos transferindo 30 vezes mais do que a Lei Kandir.

Nós somos federalistas, queremos o fortalecimento, e essa crise, na verdade, fortaleceu o nosso protocolo de crise, que era o pacto federativo. O pacto federativo dizia, primeiro, que os principais Poderes têm que conversar a cada três meses. Numa calamidade pública, era só botar uma cláusula de calamidade pública no pacto federativo de que, em vez de ser a cada três meses, se houver uma calamidade pública muito mais grave, toda semana. Da mesma forma, a descentralização de recursos, que nós íamos fazer em oito anos; fizemos em três semanas, em quatro semanas. Nós íamos transferir R\$450 bilhões para Estados e Municípios ao longo de oito anos. Ora, nós fizemos R\$300 bilhões em três semanas e meia – nós vamos fazer agora, porque, enquanto nós estamos pranteando as pessoas em Estados e Municípios, isso é dinheiro que vai fortalecer as economias locais, os Municípios, todo mundo. Então, o protocolo da crise, de certa forma, já era o pacto federativo. Por isso que nós reagimos com alta velocidade. Nós sabíamos que tínhamos de reforçar... Imaginem se já tivessem muito mais recursos Estados e Municípios. Eles iam se defender da crise muito mais rapidamente do que terem de ficar esperando nós, do Governo Federal, desenharmos um programa, termos de ir à Câmara, aí a Câmara vai e aprova, e vai para o Senado... Aí a da Câmara não foi aprovada, sobe para o Senado, que faz uma modificação... Quer dizer, isso só nos convence que a direção certa é fortalecer a República Federativa do Brasil. Por isso que nós reagimos e estamos tendo muito apoio exatamente porque temos esta compreensão de que o povo vive nos Estados e Municípios, que têm de estar com esses recursos à disposição para enfrentar essa guerra contra o coronavírus.

Finalmente, mais de R\$100 bilhões – eu dizia – agora para Estados e Municípios. Então, com os R\$500 bilhões infraconstitucionais... Os senhores se lembram: R\$350 bilhões de crédito e R\$150 bilhões de antecipações de benefícios a pensionistas, inclusão de Bolsa Família para 1,2 milhão de famílias e diferimento de impostos. Com esses R\$500 bilhões iniciais mais R\$100 bilhões de auxílio emergencial aos informais e aos desassistidos, mais R\$100 bilhões para fortalecimento e manutenção dos empregos, mais R\$120 bilhões ou R\$130 bilhões para Estados e Municípios, são R\$800 bilhões e pouco. Isso são quase 4%, 3,7%, dependendo... Se houver queda do PIB, vai ser muito mais, que, somado ao déficit financeiro... Se houver uma queda do PIB, vão ser 7%, 8%, que, se somados ao déficit financeiro e às despesas com juros da dívida, nós vamos transferir 12%, 13%, 14% do PIB. Nunca houve um programa desse no Brasil. Em um mês nós estamos transferindo, no momento da maior gravidade, porque o PIB está caindo, nós estamos transferindo aí, pode o número final do déficit chegar a 13%, 14%, 15% do PIB. É algo nunca visto, nunca aconteceu antes. E nós estamos conscientes: não pode faltar recursos para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, por isso é que não pode ter aumento de salário, nenhum outro uso desses recursos que não seja relacionado ao coronavírus, senão seria uma covardia contra o povo brasileiro.

Aproveitar-se do momento em que a população brasileira está sendo abatida por um vírus, aproveitar-se disso para fazer política em vez de cuidar da saúde seria uma traição ao povo brasileiro inaceitável. Por isso que nós estamos muito conscientes de que temos que mandar esses recursos para Estados e Municípios. E, mais do que isso, queremos ser monitorados pelos senhores. Nós estamos indo agora, Senador Confúcio, Deputado Francisco Jr., demais Senadores e Deputados, nós estamos indo de coração aberto pedindo ajuda aos senhores para aprovação das medidas e também para fiscalização, como fomos ao TCU. Nós não queremos que esse dinheiro da saúde seja desviado para outros rumos. Nós queremos ser monitorados, nós queremos ser fiscalizados, nós queremos ter certeza de que nós fizemos a nossa parte: mandamos os recursos. Agora, quando esses recursos entram na execução e eles vão para os Estados e Municípios, nós gostaríamos... E isso também estava no nosso protocolo do pacto federativo, nós tínhamos lá no pacto federativo a criação do Conselho Fiscal da República exatamente para saber o que está acontecendo. Se esse dinheiro entrar nos Estados e não houver fiscalização dos TCEs, dos Tribunais de Contas estaduais, para saber se esse dinheiro está indo para o lugar certo, não houver uma boa execução de Prefeitos e Governadores, nós gostaríamos que os senhores nos ajudassem a monitorar esses recursos.

Então, eu vou ficar por aqui. Eu vou só terminar com uma breve observação, que é a seguinte: nós estávamos num programa, e os senhores sabem disso, de reformas estruturantes. Fizemos a cessão onerosa, estávamos fazendo, fizemos a previdência, entramos com o pacto federativo no Senado, já estávamos acertados de entrar com a reforma tributária com a Comissão Mista de Câmara e Senado, entraríamos também na Câmara com a reforma tributária, estávamos num momento virtuoso, a economia brasileira já começando a crescer. Fomos golpeados pelo coronavírus. Golpeados pelo coronavírus, nós imediatamente mudamos o eixo e soltamos um programa de 800 bilhões.

Eu tenho ainda, estou fiscalizando aqui, se eu tinha 30 minutos, estou falando há 27 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Eu tenho três minutos ainda.

Então, nós mudamos de um programa de reformas estruturantes, nós saltamos para medidas emergenciais e liberamos em linhas de crédito mais de 1 trilhão – os senhores verão com o Banco Central depois – e, em linhas de apoio fiscal, já passamos aí, fiscal e monetário, já passamos dos 800 bilhões e ainda está crescendo. Agora, nós temos que ter consciência do seguinte: uma vez combatido isso, nessa primeira onda de saúde, nós temos que continuar as reformas por uma razão muito simples, porque são as reformas que vão nos tirar do buraco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo: saneamento. Cem milhões de brasileiros não podem lavar as mãos agora e se defender, porque eles não têm água e esgoto. O saneamento está lá, para ser processado pelo Congresso. O marco regulatório do setor elétrico, o marco regulatório de petróleo e gás, que nós temos um sistema ruim de partilhas e temos que ir para concessões. O marco regulatório da infraestrutura... São pelo menos 100 milhões em infraestrutura, 100 milhões em saneamento, 100 milhões em petróleo e gás... Isso aí é que vai nos tirar do buraco. E nós podemos usar justamente esse período todo nosso de quarentena, de isolamento, para implementar as reformas.

Então, assim que nós terminarmos as medidas emergenciais, o meu convite e o meu pedido aos senhores é nós retomarmos o nosso horizonte de investimento e as nossas reformas estruturais, porque disso depende a velocidade de fuga desse colapso econômico que está havendo no mundo inteiro, e eu acredito que o Brasil vai surpreender o mundo de novo, como surpreendemos no ano passado, com a reforma da previdência. Nós vamos surpreender o mundo de novo, saindo do buraco mais rápido, exatamente porque temos um Congresso reformista e que trabalha mesmo durante a crise da saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, ouvimos o Sr. Ministro Paulo Guedes.

Em sequência, nós temos 15 inscritos. Eu vou ler os nomes dos 15.

O próximo a falar – já eu concedo a palavra – é o Deputado Francisco Jr.

Terá um tempo de oito minutos o Deputado Francisco Jr. Depois, vêm Cacá Leão, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Vanderlan Cardoso, Reginaldo Lopes, João Campos e Izalci Lucas. A seguir, Senadora Zenaide Maia, Espiridião Amin e Chico Rodrigues. Os não membros: Senador Eduardo Gomes, Kátia Abreu, Edmilson Rodrigues, do Pará, e Fernanda Melchionna, do Rio Grande do Sul. São esses os inscritos.

Devido ao número, eu vou iniciar, Sr. Ministro, depois da fala do Relator, com três perguntas dos Parlamentares – o senhor vai anotando –, e, a seguir, o senhor responde aos três. Aí, eu abro para mais três.

Com a palavra agora o ilustre Relator, Deputado Francisco Jr., pelo tempo de oito minutos.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia aos demais Senadores, Deputados, bom dia ao nosso convidado, Ministro Paulo Guedes.

Eu vou ser bem ágil, porque o tempo é curto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, inclusive, deixe-me lhe fazer uma pergunta, porque eu tentei enviar as perguntas... Como é extenso o texto e para otimizarmos, porque estamos a distância, eu tentei encaminhar pelo bate-papo aqui, mas não consegui, porque ficou extenso. O senhor tem um *e-mail*, ao qual eu poderia encaminhar agora, porque a assessoria poderia levar para o senhor. Ficaria mais fácil de acompanhar. Se o senhor me passar o *e-mail*, eu encaminho, para ficar mais fácil, para o senhor não se perder no que eu vou colocar. Mas eu já vou fazendo a pergunta. Se alguém puder escrever aqui, eu encaminho no *e-mail* que está no meu celular já.

Ministro, segundo os números do Ministério da Economia, estima-se que serão investidos mais de R\$1,168 trilhão nas ações de proteção econômica e social, no âmbito da calamidade pública decorrente do Covid, dos quais até 202,4 bilhões para a população mais miserável e trabalhadores. São R\$133,4 bilhões de apoio a Estados e Municípios; R\$24,3 bilhões para o combate à pandemia propriamente dita; e até R\$524,4 bilhões em medidas de fluxo de caixa e programa para emprego nas empresas. É muito dinheiro, de fato. Esses dados eu tirei da exposição que previamente a sua assessoria nos encaminhou.

Portanto, Ministro, o Governo pretende conceder novos auxílios para as empresas? Se sim, serão dados auxílios setoriais ou de maneira generalizada para toda a economia? Há novas ações específicas para micro e pequenas empresas? O senhor poderia explicar as ações que as diversas áreas estão realizando para assegurar que os recursos cheguem realmente à ponta? Quais os cuidados que estão sendo tomados, especialmente com relação à população desassistida? O senhor tem informação sobre se os repasses do Ministério da Saúde estão de fato chegando aos Municípios, já que a gente tem diversas denúncias e narrações de falta de EPI, dificuldades, já que as secretarias estaduais não estão conseguindo ter acesso a isso?

Uma das medidas mais onerosas é o auxílio emergencial, que vale por apenas três meses. Supondo que a interrupção das atividades se estenda, em pontos diferentes do Brasil, por mais de três meses, é possível que esse auxílio seja estendido? Está sendo preparado isso, caso seja necessário?

A MP nº 946 traz como auxílio a possibilidade de saques no FGTS. Ocorre que essa medida foi adotada em vários momentos. Ela ainda é efetiva?

Ministro, pensando agora no que vai acontecer daqui a alguns meses, quando a pandemia tiver passado, é preciso que haja um plano para sair da complexa situação fiscal em que nos encontraremos. Problemas estruturais e de grande envergadura requerem soluções estruturadas, e muitas vezes diferidas ao longo do tempo. Recentemente, foi encaminhada a PEC que acaba com o PPA, que era um instrumento de planejamento de médio prazo. Além disso, é notório que tanto a União como os Estados e Municípios atravessam situação fiscal desafiadora e que só tende a se deteriorar com a crise.

Com base nesse contexto, eu faço as seguintes perguntas: sem entrar em aspectos concretos, mas ainda no campo abstrato, qual é a narrativa que está por trás da estratégia econômica do Governo para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair da crise e que será fundamental para orientar o Parlamento com relação às pautas que serão aprovadas por esta Casa? Qual é a parte da estratégia para a União, e qual é a parte que afeta esses subnacionais? Ela é de fato suficiente para que nosso País venha a ter crescimento sustentável?

Outra pergunta: no campo concreto, quais medidas serão tomadas no curto prazo, já com foco na recuperação do País no pós-pandemia? Quando serão tomadas essas medidas?

Antes da crise, já havia quem questionasse a sustentabilidade da dívida pública. Com a atual pandemia, a situação se deteriorou ainda mais. Que medidas de consolidação fiscal serão necessárias após a crise? Onde ainda é possível haver cortes que sejam realmente significativos?

Outra: quais são os riscos da flexibilização do teto de gastos? O que é defendido por muitos economistas? Está sendo defendida a flexibilização. Quais são os riscos que nós vamos enfrentar?

Uma pergunta um pouco mais técnica. O Presidente do Banco Central defende que o benefício das reservas internacionais já é sentido ao analisarmos uma métrica alternativa de endividamento: a dívida líquida do setor público. Na medida em que o dólar sobe, a dívida líquida cai. A questão que se coloca não é sobre a necessidade de termos ou não reservas robustas, o que é absolutamente necessário, mas sobre qual é o volume adequado. Será que não há usos mais eficientes para uma pequena parte dessas reservas, como, por exemplo, servir de hedge cambial para investidores estrangeiros que desejam investir na infraestrutura em nosso País, mas cujo balanço seja em moeda estrangeira? Isso não estaria alinhado com a estratégia do Governo de fomentar o investimento privado? Como o senhor vê essas questões?

E avançar um pouquinho na recuperação, no pós-pandemia. Ministro, sabemos que a recuperação da atividade econômica poderá ter que contar, em algum grau, com a presença do Estado. Essa presença pode ser direta, por meio de investimentos do Governo, ou indireta, por meio de concessões. Por exemplo, recentemente a Casa Civil e o Ministério da Infraestrutura apresentaram um plano de investimento em que aparentemente a União teria um papel relevante. Nesse sentido, como esses investimentos diretos do Governo conversam com o cenário de elevado endividamento público e déficit fiscal elevado – só para alinharmos as expectativas quanto a esse plano, que deve vir por fomento direto do Governo – e quanto virá por investimentos estrangeiros?

E, por fim, Ministro, muita gente defende que, como não há limite para o endividamento público em moeda nacional, já que sempre podemos emitir moeda para pagar, poderíamos nos endividar de forma robusta para financiar as políticas de desenvolvimento. Obviamente, trata-se de uma visão equivocada, mas nem todo mundo tem clareza das consequências. Será que o senhor poderia esclarecer com um pouco mais de profundidade as consequências econômicas desse tipo de política? Por que ela não funciona e quem seria mais prejudicado?

Agora, sim, a última. Ministro, recentemente os jornais noticiaram que estaria havendo um acordo do Governo com alguns representantes do Congresso com o objetivo de postergar os aumentos salariais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do funcionalismo público para pelo menos 18 meses – o senhor acabou de fazer esse comentário –, após o fim da pandemia. Estudos internacionais já demonstraram que os servidores públicos recebem mais de 50% a mais que os trabalhadores da iniciativa privada para o mesmo grau de formação, mas não estão expostos aos mesmos riscos. Sabemos também que esse é um componente relevante para explicar a situação fiscal dos Estados e Municípios. Há também a questão de privilégios por categorias especiais, especialmente no âmbito de Estados e Municípios. Nesse sentido, será que o senhor poderia nos esclarecer se esses estudos para postergação dos aumentos estão realmente sendo realizados e há motivação para que isso seja feito? Há quem diga também que é injusto os servidores públicos pagarem por essa crise. O que o senhor acha dessa afirmação?

E, dando um temperinho a mais nessa resposta, nós constantemente, fazendo a discussão no Congresso sobre medidas que cuidem do extrateto, que nós tenhamos de fato no Brasil um teto e que o salário do Presidente seja o teto real do maior salário público. Sabemos que muitos salários extrapolam o teto e nós vamos convivendo com essa realidade. Gostaria do senhor um comentário sobre isso, se esses ajustes também serão possíveis.

Meu tempo acabou. Agradeço a oportunidade. Parabenizo o trabalho do senhor e reconheço a credibilidade que o senhor tem.

Obrigado, Presidente.

Eu vou encaminhar agora – porque eu estava usando o mesmo equipamento –, por *e-mail*, as perguntas para o senhor agora, para sua assessoria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

O e-Cidadania do Congresso Nacional está aberto, e temos aqui uma lista enorme de internautas fazendo perguntas. Eu não vou dizer que vai dar tempo de responder a todos, mas estão lá: Roberto Malheiros, de Minas Gerais; Bruna Campos, de Minas Gerais; Laila Muniz, do Distrito Federal; Benedito Cristovão da Fonseca, da Paraíba; Breno Andrade, do Distrito Federal. Depois eu vou lendo aos poucos. Agradeço a todos os internautas a participação. No final, se der tempo, a gente coloca algumas perguntas feitas.

Eu vou conceder a palavra ao Ministro para responder ao Relator, que fez uma extensa lista de questionamentos. O Ministro terá um tempo de quatro minutos para responder ao Relator.

Logo a seguir, eu resolvi alterar, a pedido do próprio Ministro, e, em vez de bloco de três, eu vou colocar bloco de dois, para que o Ministro possa responder com maior atenção aos questionamentos. Assim fica melhor, segundo ele mesmo me solicitou. Então, logo depois da resposta do Sr. Ministro, a palavra será concedida ao Cacá Leão e à Senadora Eliziane Gama.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, o senhor tem quatro minutos para responder ao Relator, Francisco Jr.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas, Relator, Deputado Francisco Jr.

Primeiro, sobre as empresas, como é que nós temos certeza de que o dinheiro vai chegar lá? Será que nós estamos com foco certo? O dinheiro está chegando? E as micro? A pergunta é ótima. Essa primeira pergunta é ótima pelo seguinte: quando nós reduzimos o compulsório e abrimos as comportas, como se diz, elas saem, mas não chegam à ponta.

Os bancos são conservadores. Quando essa liquidez entra, eles se protegem, ficam se preparando para uma crise eventual de liquidez, como uma corrida bancária, uma crise, qualquer coisa desse tipo. Então, eles acabam acumulando esses recursos. Nós percebemos isso rapidamente e começamos a disparar os empréstimos focalizados. E é isso que está sendo muito elogiado lá fora.

A estimativa é que nós salvamos 4,3 milhões de empregos. Nós estamos começando hoje uma estimativa de que, até o fim do dia, as novas inscrições vão nos levar até 5 milhões de empregos preservados nesses programas de proteção de empregos através de crédito. Então, eles estão funcionando. Apesar de muita crítica de que não está chegando lá na ponta, isso é normal. Há empresa que consegue pegar, há empresa que não está credenciada e não consegue, mas a verdade é que, nas nossas estimativas de ontem, 4,3 milhões de empregos foram preservados.

Sobre isso a gente tem um controle, porque o Banco Central tem o controle. Na hora em que o empréstimo sai para a empresa, ela tem que dar a carteira do trabalhador, mostrar a carteira, e nós damos o dinheiro para o trabalhador – e ela não demitiu aquele trabalhador. Então, 4,3 milhões de empregos já preservados, e a estimativa é de que hoje, ao fim do dia, já chegemos a 5 milhões de empregos preservados. Enquanto isso, nos Estados Unidos, 26 milhões de pessoas foram mandadas para fora do trabalho.

É claro que aqui os informais estão sofrendo muito, mas, em relação aos formais, o nosso registro é de que, em março, houve mais ou menos o mesmo número do ano passado de pedidos de seguro-desemprego. Quer dizer, os formalizados que saíram são em mesmo número que os do ano passado. Nos primeiros 15 dias de abril, a mesma coisa, 260, 270 mil formalizados pedindo seguro-desemprego, o mesmo número também de abril do ano passado. Então, não houve uma onda maciça de desemprego no mercado formal. Os informais que estão em casa é que estão recebendo o auxílio emergencial. Então, os créditos estão chegando.

Ontem ou hoje, a Senadora Kátia Abreu sabe porque ela estava também e ajudou a aprovar a medida no Senado, que desceu para a Câmara de novo, que é justamente o microcrédito... Três milhões e duzentos mil pequenos empresários vão receber uma ligação da Receita Federal, e, em vez de a Receita cobrar, pela primeira vez na vida, a Receita Federal estará ligando para eles e dizendo o seguinte: "Como



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vocês sempre pagaram em dia o Imposto Simples, vocês são bons empresários, são gente simples, com três, quatro empregados, vocês podem ir ao banco de sua preferência e nós estamos financiando uma parcela importante do seu faturamento. Então, se vocês estão sem capital de giro, nós vamos dar 30%, 40% do seu faturamento para os próximos três meses". Isso também é um microcrédito. São 16 milhões.

A primeira camada de crédito é esta: microcrédito, 16 milhões. A segunda camada de crédito... Essa é de zero a 360 mil. De 360 mil a 10 milhões, nós separamos também, é o Fopa (folha de pagamento). De 10 milhões até 300 milhões, nós temos uma terceira camada de crédito que nós estamos separando também para fazer o fundo de garantia de investimento, em que o Governo fica com 20% das perdas, das primeiras perdas. Então, se as empresas deram um empréstimo, agora, no sufoco, para uma empresa que está com dificuldades, uma boa empresa, porque eles mesmos já têm crédito também com a empresa, se houver uma perda, eles ficam com 80% e nós com 20%. E, finalmente, a camada superior, que são as grandes empresas, acima de 300 milhões. Aí nós temos companhias aéreas, distribuidoras de energia... Para cada uma delas nós temos uma estratégia diferente. Por exemplo, companhias de aviação, daqui a três, quatro meses, os voos devem começar novamente. Então, o que...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES – Eu paro por aqui. Mas eu estou dizendo que nós estamos... Muito bom o seu ponto. Você veja, o ponto é tão bom que eu respondi o primeiro. O segundo é auxílio emergencial, o terceiro é sobre como nós vamos fazer a retomada, União e Municípios.

Eu vou ter que lhe responder por um *e-mail* também, Relator. Ponto a ponto. Eu estou com tudo aqui pronto, nós vamos redigir um *e-mail* e eu vou responder às perguntas. São excelentes. Eu só quero registrar que elas são excelentes! Já estou até arrependido de terem sido duas horas, essa deveria ser uma conversa de quatro, cinco horas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro. Eu sei que as perguntas do Relator não foram todas respondidas, mas ele vai encaminhar para V. Exa. Por certo, ele terá necessidade dessas respostas.

Eu passo a palavra, pelo tempo de três minutos, ao Deputado do PP da Bahia, Cacá Leão. V. Exa. está com a palavra, Deputado Cacá.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Primeiro, Presidente, quero cumprimentar V. Exa.; cumprimentar o Relator, o Deputado Francisco Jr.; cumprimentar o Ministro Paulo Guedes e toda sua equipe, que se fazem presentes nesta reunião; cumprimentar os demais Senadores, os demais Deputados.

Quero dizer, Ministro, que gosto muito do entusiasmo de V. Exa. Acho que isso inclusive tem faltado um pouco em determinados setores do Governo. No momento em que a gente só escuta falar da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragédia, as falas do senhor têm sido muito felizes no ponto do qual tratamos nesse momento. Sei da dificuldade. É muito difícil, por exemplo, a gente colocar para funcionar um auxílio emergencial desse tamanho, com essa magnitude, num curto espaço de tempo, como foi feito, apesar da necessidade do povo brasileiro. Afinal, a fome está batendo nas portas. Mas gosto muito! Gosto muito do entusiasmo das falas.

Concordo que a gente vai precisar pagar essa conta durante aí um médio espaço de tempo. Eu acho importantes as medidas que o senhor tem colocado, como, por exemplo: aquela questão de que não é admissível que a gente trate agora nesse momento de se ajudar e de se calcular e que depois a gente venha querer tratar de aumento de salários de servidores ou de outras matérias. Acho, sim, que a gente precisa congelar essa discussão aí para os próximos 18 meses, como foi oferecido por V. Exa.

Vou ajudar o Relator, vou repetir uma pergunta que ele fez e que eu achei muito interessante, que é a questão da pós-pandemia. No que é que o Governo já está trabalhando e quais os planos que o Governo já está fazendo pensando na pós-pandemia, no que a gente vai fazer a partir de 2021? Espero que o mais rápido possível o nosso País, o mundo, na verdade, consiga sair dessa crise e que a gente consiga viver e vencer os investimentos. Que a gente consiga trazer investimentos externos ou os próprios investimentos internos, para que a gente consiga consolidar e salvar não só o emprego do brasileiro, mas o giro no comércio e a nossa renda.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Cacá.

Eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama, pelo tempo de três minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. colegas, quero cumprimentar o Ministro Paulo Guedes. Ministro, nosso tempo realmente é muito pouco, e vou aqui apenas fazer duas perguntas.

Eu sou de um Estado que é considerado um dos Estados mais pobres do Brasil, com indicadores sociais realmente preocupantes. Por exemplo, nós temos aí cerca de 900 mil famílias com uma renda *per capita* de R\$240. E eu tenho recebido, quase que diariamente, ligações no meu celular de pessoas reclamando que não conseguem ter acesso ao recurso de auxílio emergencial de R\$600. Por exemplo, nós temos aí os dados apresentados: dos R\$123 bilhões, no Portal da Transparência, apenas R\$32 bilhões conseguiram chegar, até o presente momento, às mãos desse homem e dessa mulher brasileira. Os números também apresentados apontam 46 milhões de pessoas invisíveis no Brasil, sem CPF, sem conta bancária, enfim.

Ao mesmo tempo, a gente percebe que hoje – e aí é uma avaliação que a gente tem feito – a única forma de vocês chegarem a esse homem e a essa mulher brasileira é utilizando um mecanismo que esteja mais próximo deles. Por exemplo, hoje o SUAS é um avanço único no Brasil, o Sistema Único da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Assistência Social. Aí nós temos os Cras, os Creas, nós temos o conselho tutelar, nós temos a prefeitura da cidade. Através desses sistemas, esses servidores conhecem esses moradores não é nem pelo nome, Ministro, eles os conhecem pelo apelido, ou seja, ele conhece cada rosto desse homem e dessa mulher que está lá na sociedade, aqueles que estão em situação de rua. São as pessoas mais distantes, mais invisíveis, mas que são visíveis aos olhos desses servidores.

Eu pergunto e faço até um apelo ao senhor para que o Governo Federal utilize essa estrutura para que as prefeituras que fazem o monitoramento e o acompanhamento do SUAS possam realmente ser o outro instrumento para que esse recurso possa chegar às mãos desses brasileiros em toda a sociedade do nosso País, a exemplo do meu Estado do Maranhão.

A outra pergunta que eu quero fazer ao senhor – e aí também quero fazer um pedido junto a isso – é para que o Presidente da República sancione a Lei 873, que nós aprovamos agora, criando, ampliando para mais 29 categorias, aproximadamente, entre elas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, adolescentes que são mães também – o Governo estabeleceu 18 anos, mas nós temos um percentual enorme de jovens, de adolescentes de 15 anos, 16 anos que são mães e que precisam também ter acesso a esse benefício.

A última pergunta é referente à questão do Plano Mansueto – só 30 segundos para finalizar, Presidente –, já que o Rodrigo Maia apresentará o relatório. O grande debate hoje é a contrapartida dos Municípios. Eu pergunto ao senhor: nessa contrapartida, que estabelece, por exemplo, a suspensão do aumento salarial pelo prazo de 18 meses, o que traria uma economia, digamos assim, de R\$130 bilhões... Ao longo das últimas semanas, foi feito um grande debate acerca do corte de salário. Eu pergunto ao senhor: reduzindo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito bem. Só ficou faltando um pedacinho do questionamento da Senadora Eliziane.

Eu quero agradecer a participação do público: Paola Cuenca de Moraes, aqui de Brasília; Mônica Romero, do Rio de Janeiro; o canal GAAT, do Espírito Santo; Raphael Ferreira, do Rio de Janeiro; e Rose Gonçalves, de Minas Gerais.

Sr. Ministro, o senhor tem quatro minutos para responder ao Deputado Cacá e à Senadora Eliziane Gama.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Deputado Cacá Leão, muito obrigado pelas suas observações. Eu agradeço muito essa sua visão generosa do que nós estamos fazendo, inclusive porque o senhor sabe que a virtude da democracia é justamente nós podermos nos ajudar. Às vezes, nós podemos ter uma diferença aqui ou ali e, olhando com outro olhar, acabamos enxergando coisas que não víamos. Aconteceu isso na reforma da previdência, quando eu lembro que sua atuação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente, foi a favor do BPC, a favor de rural. Isso acabou sendo muito bom para o Brasil. Antes de oposição e situação, nós somos todos brasileiros e criamos uma configuração melhor quando trabalhamos juntos. Então, eu agradeço essa sua compreensão sobre a questão do aumento de salários, que seria uma contribuição. Já que estamos dando esses recursos para a saúde – isso também vale para a Senadora Eliziane, que também fez uma pergunta no final sobre a contrapartida dos salários –, já que nós estamos dando R\$130 bilhões, R\$138 bilhões para Estados e Municípios, vamos impedir que isso vá justamente para o aumento de salários, porque os salários já estão bastante acima do setor privado no funcionalismo. É uma contribuição que eles estariam orgulhosos de dar ao Brasil: não pedir aumento de salário durante essa pandemia. Então, eu agradeço muito esse seu apoio.

E eu agradeço também a criação – esta é a beleza de uma democracia que o senhor sempre defendeu, e certamente a Senadora Eliziane também – desse atendimento de que ela falou, entre as perguntas dela, da função do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). A criação dessa rede descentralizada de assistência social e de serviço de saúde foi uma contribuição extraordinária da nossa democracia – pudemos passar, dar essa contribuição extraordinária. Por que nos foi permitido atender, em alta velocidade, toda essa população brasileira? Porque existe também esse sentido de descentralização, de federação. A criação de todas essas...

Esse dinheiro chegar à ponta é o que o Presidente também pede – o Mais Brasil. Vamos fazer o dinheiro chegar à ponta! Como é que ele chega à ponta?

Se não houvesse essa rede descentralizada de SUAS, de assistência social, de SUS, do sistema de saúde, seria muito difícil ter feito isso nesse tempo tão rápido. Então, essa é a virtude de uma democracia. E nós, quando defendemos o Mais Brasil e a descentralização de recursos, nós estamos, de certa forma, acelerando esse processo de transformação social. Então, nós estamos do mesmo lado nesse combate.

A mesma coisa em relação ao auxílio emergencial. O auxílio emergencial também deve ter falhas, como tem o sistema de crédito, às vezes tem uma empresa que não consegue chegar lá, o auxílio emergencial também deve ter. Mas aí é a nossa solidariedade como brasileiro, a nossa fraternidade como brasileiro. Cada brasileiro que tiver alguém frágil que não está conseguindo, nós temos que auxiliar. Nós vamos ensinar a usar o aplicativo, nós o levamos a uma agência da Caixa para ter certeza de que ele vai ser atendido. É um trabalho que nós temos que fazer. A Caixa Econômica tem 26 mil postos, agências pelo Brasil inteiro, justamente descentralizadas para atendimento, mas, se nós pudermos ajudar, como brasileiros, se cada um ajudar, se conhecermos uma faxineira que não sabe que tem esse direito, se conhecermos um chofer de táxi que não sabe que tem esse direito, vamos ajudá-lo a conseguir esses recursos.

O pós-pandemia, que foi uma pergunta também importante, do Deputado Cacá Leão, é exatamente o seguinte: nós já temos um programa, nós tínhamos um programa que, acelerando as reformas, fará a retomada do crescimento instantânea. Nós já estávamos crescendo a 2,4% quando fomos atingidos pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia. Então, se prosseguirmos com as reformas, virão centenas de bilhões de investimento em saneamento, água e esgoto para a população brasileira, petróleo e gás, o choque da energia barata, infraestrutura, setor elétrico. Quer dizer, tudo isso está pronto para ser disparado, se nós avançarmos. Independentemente disso, o Governo também vai dar um empurrão na economia, como deu antes...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Sr. Ministro, muito obrigado, Senadora Eliziane, Deputado Cacá Leão.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho pelo tempo de três minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Queria cumprimentar o Senador Confúcio Moura, médico, grande companheiro de Parlamento, Cacá Leão, Deputado Francisco, a Senadora Zenaide, Eliziane Gama, todos os nossos pares do Congresso.

Ministro, a primeira questão é que o senhor fala que a gente vinha crescendo a 2,4%, mas dados do IBGE mostram que, no trimestre encerrado em fevereiro de 2019, antes da pandemia, o Brasil teve 12,3 milhões de desempregados, aumento de 500 mil pessoas em relação ao trimestre anterior. E nós tivemos um PIB menor do que o de 2018 e menor do que o de 2017, apesar das reformas. Essa é uma questão que eu queria que o senhor esclarecesse.

A segunda questão é que nós estamos numa pandemia que não vai se resolver, mesmo a gente querendo, no período de 90 dias, porque nesses 90 dias nós vamos ter vários picos. Como não há imunidade na sociedade, não há uma vacina, nós vamos ter essa pandemia estendida. Há possibilidade de a gente ter esse auxílio estendido por mais 90 dias? É fundamental?

Terceira questão. Nós precisamos, para o País crescer, tirar as amarras que impedem que... O espaço fiscal criado pela Emenda Constitucional nº 95 ou pelas reformas ou por todo o contracionismo da política econômica que o senhor conduz, gera uma margem fiscal, mas essa margem fiscal fica submetida a um teto. Qual é a possibilidade de a gente alavancar a economia com este teto que impede o investimento público? O Governo vai fazer investimento público ou não vai fazer investimento público? O Governo vai ter alguma política para a geração de emprego e renda depois da pandemia?

Por exemplo, eu tenho um projeto de criação de 5 milhões de empregos por um ano para a juventude. Não seriam coisas dessa natureza, iniciativas do Governo que poderiam trazer benefícios imediatos para aquecer a economia?

Uma outra questão que eu queria trazer para esta Comissão, por exemplo: nós vamos precisar dos leitos do setor privado e do setor público, porque senão vai ser uma pandemia que será seletiva, vai matar os pobres e vai proteger os ricos. Então, não seria fundamental que se começasse a discutir com os planos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde, com o setor privado para que esse setor integre todos os leitos de terapia intensiva para atender a todos os brasileiros indistintamente da sua condição social?

São essas as perguntas para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Rogério.

Com a palavra, Senador Vanderlan Cardoso, do Estado de Goiás.

Senador Vanderlan, está com a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, meus cumprimentos, cumprimentos ao Relator Francisco Jr., aos Deputados e Senadores, ao Ministro Paulo Guedes, meus cumprimentos, Ministro.

Ministro, primeiro, eu quero dizer ao senhor que é muito bom, como brasileiros, ver esse otimismo que o senhor tem com relação ao nosso País, isso é muito positivo. Pego aqui carona no que o Deputado Cacá Leão falou, isso é muito importante para nós.

Em 2019, Ministro, eu aprofundi muito na dívida pública, fiz alguns pronunciamentos no Senado Federal, no Plenário e até fiz algumas críticas ao senhor e à equipe econômica com relação à por que não usar parte das nossas reservas para abater nessa dívida nossa, inclusive deixando de pagar juros, de pagar principal e ir abatendo, e usar também parte do caixa único para nós pagarmos essa dívida. Era o momento, era antes da pandemia.

E, agora, eu vi uma entrevista do senhor, eu ouvi, defendendo usar parte das nossas reservas para pagar os juros da nossa dívida. Aliás, o senhor está defendendo usar esses recursos para pagar os juros e o principal da nossa dívida, só que é um momento agora de pandemia. Ou seja, o que eu defendi no passado o senhor está defendendo agora. E, na época, por mais que a gente falasse, nós não tivemos um diálogo para poder debater o porquê dessa nossa defesa.

O que nós estamos vendo agora, Sr. Ministro, com a aprovação da PEC nº 10... Há muitas dúvidas nossas no Senado e dos Deputados com relação à autorização para o Banco Central atuar no mercado secundário. A dúvida que nós temos: esses recursos, principalmente, talvez vendendo agora parte das nossas reservas, desfazendo delas, não será, Ministro, para serem usados aí para comprar parte desses títulos, que muitos chamam de títulos duvidosos, dessas empresas? Não seria melhor, Sr. Ministro, usar parte desses recursos para investimento agora? O senhor pode até dizer: "Senador, o senhor está se contradizendo; o senhor defendia que fosse para pagar juros e amortizar a nossa dívida, e agora está defendendo que seja para investimento". Mas é precisamente o momento – quero só mais 15 segundos, Sr. Presidente – de nós usarmos esses recursos para investimentos: como salvar os Estados, os Municípios, investimentos na construção civil, na área de serviços, como o senhor já está fazendo, como já foi dito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A outra pergunta, no final...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Desculpem aí o rigor do tempo, porque temos que contemplar, atender a todos os inscritos, que são muitos.

Eu quero agradecer ao Everton de Moura, de São Paulo, que está antenado aqui na nossa reunião; à Stefani Allebrandt Luedke, de Santa Catarina; e ao Átila Conceição Santos, do Estado da Bahia. Muito obrigado.

Agradeço ao Senador Davi Alcolumbre e a Rodrigo Maia por terem autorizado a TV Câmara e a TV Senado a transmitirem instantaneamente esta brilhante audiência, esta brilhante reunião.

Com a palavra... Aliás, o Sr. Ministro, para responder ao Senador Rogério Carvalho e Vanderlan Cardoso, pelo tempo...

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Senador Rogério Carvalho, a primeira pergunta é sobre o crescimento do IBGE. O IBGE sempre faz uma primeira aproximação no final de março, ele fez isso do Governo Temer, 1,1 e 1,0, dois anos do Governo Temer. Depois, ele reviu em setembro e foi para 1,3 e 1,3, um crescimento bem maior do que ele anunciou no início do ano. A mesma coisa conosco: ele anunciou 1,1 e deve estar já 1,3. Nós começamos, como houve o problema da Vale de Brumadinho, aquele desastre, e o colapso da Argentina, nós começamos o ano crescendo... O Governo Temer vinha crescendo a 1,3 e 1,3; de repente nós caímos para 0,70, no nosso primeiro trimestre; 0,90 no segundo trimestre; 1,1 no terceiro trimestre; 1,7. E, no primeiro trimestre deste ano, já o Banco Central e a Receita nos dizem que nós já estávamos crescendo a 2,4.

Segunda observação, a pandemia. Ela vai durar mais? Será que vamos perder o auxílio emergencial? É um pensamento legítimo. Agora, temos que pensar o outro lado também: se a produção for interrompida, porque está durando mais tempo o isolamento e aí a produção pode ser interrompida, quanto mais dinheiro você der você pode cair na situação da Venezuela, todo mundo com dinheiro na mão, mas as prateleiras vazias. Então, é importante que a produção também exista. Por isso a gente tem que manter os sinais vitais da economia funcionando, como tem sido. A supersafrá está vindo, está chegando às cidades; então, você pode dar o auxílio emergencial porque ele vira compra de comida. O que não pode é interromper os sinais vitais da economia, e aí você pode estender o auxílio comercial e virar prateleira vazia e inflação.

A terceira pergunta é também muito interessante. Dessa é mais longa a resposta – teto de gastos, tudo isso –, mas vocês têm um ligeiro ensaio, que foi feito semana passada. Vamos acabar com o teto de gastos e vamos gastar mais em investimento público? Vamos. O dólar explodiu, os juros subiram e desapareceram 250 bilhões de valores de companhias – a bolsa caiu 10%, 15% –, ou seja, o Brasil ficou



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mais pobre 250 bilhões. E, ao mesmo tempo, os juros da dívida subiram de forma que não só nós não ganharíamos os 120 bilhões que temos hoje por queda de juros... Porque parece que você segurar um pouco o crescimento dos gastos públicos é ruim para a economia, mas, na verdade, o que acontece é o seguinte: como você seguiu os gastos públicos – com a reforma da previdência, retirando privilégios, com a derrubada de juros e, agora, ao não aumentar muito o funcionalismo público durante a crise da saúde –, com essas medidas os juros caíram; são 120 bilhões a menos de dinheiro para os rentistas. Tudo isso pode ser usado em investimento público, em área social, em tudo isso. Então, nós não só perderíamos esses 120 bilhões que caíram agora, como ainda iam subir mais os juros e nós íamos perder mais 100 bilhões. Então, o importante em uma hora dessas é o mundo inteiro e todo mundo entender que o Brasil está segurando o excesso de gastos para combater a crise da saúde, e não que isso virou uma farra eleitoral em ano eleitoral.

A outra pergunta – são excelentes perguntas, eu precisava de mais tempo – é do Senador Vanderlan também: o uso das reservas.

Senador, isso que é bom no diálogo. Nós vendemos 30 bilhões de reservas no ano passado e, com isso, abatemos 140 bilhões da dívida bruta. E isso é economia de juros, é dinheiro que nós podemos usar em saúde, educação e tudo isso. Então, embora o Ministro da Economia não deva falar muito sobre isso, porque isso é território do Banco Central, a verdade é que nós, discretamente, temos feito isso.

E a segunda é a PEC de guerra do BC. Nós só queremos tirar o BC do cercadinho do banco, porque, quando você deixa o banco sair, o Banco Central, se você solta liquidez, ele fica preso no cercadinho do banco. Nós estamos querendo abrir o cercadinho para ele chegar ao setor real.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito bem.

Dando continuidade, Deputado Reginaldo Lopes, PT, Minas Gerais; e depois, a seguir, João Campos.

Com a palavra o Deputado Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro Paulo Guedes.

Primeiro, eu quero organizar as minhas perguntas em duas ações: nas questões que são emergenciais e pós-pandemia, num processo de reconstrução.

Quanto às questões emergenciais, há uma reclamação de que o sistema financeiro, que lamentavelmente hoje extrai a riqueza de toda a cadeia produtiva – ou seja, os bancos passaram a dominar toda a cadeia produtiva no Brasil – e também explora com altas taxas de juros 64 milhões de brasileiros e brasileiras superendividados, tem dificultado que esses recursos, seja da microempresa, seja da média,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja da grande empresa, seja da pequena também, possam chegar à ponta de fato, para quem realmente precisa. Então, nós precisamos de relatórios, ou seja, esta Comissão, para acompanhar e contribuir, precisa de relatórios semanais para a gente de fato cobrar a efetivação dessas propostas dessa linha de crédito subsidiada, vamos dizer assim.

A segunda questão: por que o Governo não inclui o ente federado, o Município, o subnacional, na política emergencial? Nós estamos assistindo aí, nas cidades, a filas enormes de cidadãos brasileiros buscando esse auxílio emergencial. Então, acho que tem que haver uma orientação do Governo no sentido de envolver aí os Cras, os Creas e as prefeituras, porque, no relatório a que tive acesso, os membros do CadÚnico, do Bolsa Família e os ainda não contemplados no Bolsa Família, são 100% de cadastros corretos por CPFs. Então, acho que se precisava fazer um ajuste, uma retomada de rumo para atender aí, porque só a metade dos que solicitaram a renda emergencial conseguiram aprovação do seu cadastro. Isso é fundamental para ajudar na política de isolamento social, apesar de o Bolsonaro, o Presidente da República, ser contra essa medida.

No projeto de reconstrução do País, eu pergunto ao Ministro se ele acredita mesmo que é possível reconstruir uma nação baseado no capital estrangeiro. Eu acho muito difícil o Brasil resolver os seus problemas, em especial de infraestrutura, saneamento básico, o problema rodoviário, toda infraestrutura do País, das próprias cidades, de moradia, com capital estrangeiro. Não seria necessário utilizar parte das reservas cambiais num programa ousado de infraestrutura? Acho que talvez teria um resultado mais prático. O Brasil vive aí há mais de cinco anos com esse discurso de que é possível, fazendo as reformas, conseguir atrair capital estrangeiro ou capital privado. Para alguns serviços que são exclusivamente quase monopólio – energia, água, saneamento –, talvez seja muito necessária uma compreensão do papel do Estado.

Por último, quero dizer que tem que se criar, pós-pandemia, uma reforma tributária consistente. O Brasil tributa mal, tributa três vezes mais o consumidor do que tributam os outros países capitalistas. E tributamos três vezes menos a questão da renda e patrimônio. Então, não é...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Reginaldo.

Com a palavra o Deputado João Campos. *(Pausa.)*

Está presente, João Campos?

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE) – Estou presente agora; estava bloqueado o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, pode falar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Gostaria de parabenizar o Presidente Confúcio, o Relator; e saudar o Sr. Ministro Paulo Guedes.

Temos pouco tempo para estruturar a fala, mas eu queria centrar na questão federativa. A gente viu que, desde o início, a Câmara fez um papel importante de articulação junto com os entes federados. E a gente sabe que, nesse momento de grave crise, todo mundo sofre. O povo vai sofrer, os mais vulneráveis vão sofrer, os empresários, os micro, das micro às grandes empresas, todo mundo vai sentir o impacto. Quando a gente olha para o Poder Público e para o Estado, quem tem capacidade de endividamento, de contrair empréstimos internacionais, venda de título, tudo isso está com o poder federal. E, ao mesmo tempo, quem está na ponta cuidando da saúde são os Estados e Municípios.

Eu vou dar o exemplo aqui com os números do meu Estado de Pernambuco. Em 30 dias, foram R\$405 milhões de gastos só com Covid na saúde em quatro itens: novos leitos, EPI, respiradores e medicamentos. Foram R\$405 milhões, em despesas extras que não existiriam, só com esses quatro itens.

Ao mesmo tempo, no mês de abril, a queda de ICMS causou um déficit de R\$453 milhões, e o ICMS representa 73% da arrecadação do Estado de Pernambuco – e esse percentual também existe ainda maior em outros Estados. O FPE do Estado é de R\$450 milhões. Então, só o déficit de ICMS foi maior do que a receita de FPE nesse mês.

Quando a gente olha as iniciativas na área da saúde, só a Prefeitura da cidade de Recife abriu mil novos leitos, entre enfermaria, cuidado semi-intensivo e UTI; e O Estado de Pernambuco, mais mil novos leitos, ao mesmo tempo em que há um déficit enorme de receita. Então, a gente não pode achar que o suprimento desse déficit é uma benevolência, é uma necessidade. A gente sabe que o Governo Federal não abre, em todo o Brasil, leitos, não faz as contratações na mesma dimensão em que os Estados e Municípios estão fazendo – e eles estão tendo uma grande queda de arrecadação. Então, eu acho que a gente tem que ter um olhar muito especial a isso, porque não é uma benevolência política com o governante ou com o gestor. Isso é um gesto de atenção com as pessoas que precisam da atenção à saúde neste momento.

Por fim, quero falar da renda básica emergencial: que nós possamos aprovar o PL 873. Quero pedir a colaboração do Ministro Paulo Guedes para que tenha, junto ao Presidente, essa gestão, para que as categorias não sejam vetadas, que a gente possa proteger motorista de aplicativo, trabalhador informal, marisqueira, tantas pessoas que precisam dessa atenção e que têm que ter essa expansão através do PL 873.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado João Campos.

Eu passo a palavra ao Sr. Ministro para responder aos dois Parlamentares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Deputado Reginaldo Lopes, é perfeita a preocupação quanto aos bancos. O dinheiro tem que chegar à ponta, e daí nós estamos aprofundando as nossas exigências em relação aos programas de crédito. Os relatórios, também a favor. O Banco Central, na verdade, tem a posição diária – diária! – desses créditos, e sabe exatamente quanto está saindo, quem está usando, porque esse crédito nós estamos fazendo focalizado. Ele não tinha quando ele fez só a redução de compulsório. Quando você reduz o compulsório, você abre a comporta, o dinheiro entra para o sistema, e você não sabe para onde vai. Com esses créditos focalizados que nós estamos fazendo, nós estamos garantindo que eles cheguem à ponta. Então, é muito interessante, quando o Presidente do Banco Central conversar com os senhores, pedir esses relatórios, porque esses relatórios vão mostrar a eficácia do programa.

Em segundo lugar, falando dos Municípios, o uso do CadÚnico. Isso tem a ver também com as observações do Deputado João Campos. Os senhores têm em mim um defensor de primeira hora do municipalismo, do federalismo. É uma visão... Está no programa do Presidente Bolsonaro, o Brasil Mais é isto: é dinheiro na ponta para Estados e Municípios. O senhor tem razão: o dinheiro tem que estar é no Municípios. É lá que você precisa do hospital, do leito. O dinheiro tem que chegar lá.

Também isto foi citado antes: existe também o sistema Suas (Sistema Único de Assistência Social), e, por mim, eu injetava o dinheiro todo aí. Era no Suas, era no SUS, era nas transferências fundo a fundo. É evidente que é uma crise da saúde, o dinheiro tem que entrar por aí, mas não sou eu que comando isso. Eu comando o número, eu negocio o número, mas é o Congresso que aprova quanto vai para um lado, quanto vai para o outro. Depois que o dinheiro sai das nossas mãos aqui em cima, são os Governadores que sabem de quanto vai chegar para o Governador, de quanto vai chegar para o Prefeito. A nossa função é jogar os recursos para as entidades subnacionais, e eles é que têm que usar.

Até a propósito, o Governador de Pernambuco comentou com um amigo meu, empresário, logo depois que ele saiu da reunião nossa, a primeira reunião, em que o pacote era de 90 bilhões e foi tudo aceito, antes de eles voltarem e pedirem mais, porque, agora, vão ser mais 130 bilhões, num acordo com o Davi Alcolumbre... Mesmo quando o pacote foi de 90 bilhões, ele disse o seguinte: "Meu ICMS pode cair 50%, que eu já estou compensado". Como nós isentamos o pagamento dos juros sobre bancos públicos, são 700 milhões por mês que ele pagava. Então, isso, em dez meses, são 7 bilhões ou, em oito meses, são 5,6 bilhões. Então, ele mesmo disse – o Governador de Pernambuco – que, se o ICMS dele caísse 50%, ele já estava recompensado só com o primeiro movimento que nós fizemos. Então, nós apoiamos isso.

Uma segunda pergunta também foi feita pelo Deputado Reginaldo Lopes. Ele está certo: nós precisamos enriquecer esse Cadastro Único com as prefeituras. São as prefeituras é que sabem, que têm registro de ambulantes, de feirantes. Elas é que tinham que nos informar isso. Nós estamos tentando enriquecer o Cadastro Único exatamente para poder chegar aos invisíveis, aos milhões de brasileiros invisíveis. Segundo o IBGE, são 38 milhões de brasileiros invisíveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reconstrução. A questão não é tanto se é capital internacional ou capital nacional. Nós queremos o capital nacional, a poupança nacional. Agora, o grande problema é que o investimento público, exatamente por esse carimbo... Como nós carimbamos todo o dinheiro, o investimento público foi amassado, caiu para 1% do PIB. O investimento brasileiro hoje é de 15% do PIB. Então, se eu dobrar os investimentos públicos, eu não vou conseguir fazer o Brasil crescer. A verdade dura é que o Governo brasileiro quebrou em todos os níveis: nível federal, nível municipal e nível estadual. Então, quando a gente fala que vai ter que se reerguer pelo capital privado, pelos investimentos privados, seja em saneamento, seja em infraestrutura, é porque o Governo quebrou! O Governo quebrou! Depois de dez, quinze, vinte anos de expansão descontrolada de gastos públicos, quebraram o Governo em todos os níveis! Então, é isso.

E, quanto à reforma tributária, o senhor está certo. Vem também a reforma tributária aí. É pauta importante para redefinir a agenda de crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Dando continuidade, estou correndo aqui, porque o tempo não para. Nós temos um tempo determinado, mas, pelo volume de inscritos, vai extrapolar um pouquinho. Eu peço a tolerância do Sr. Ministro de atender a todos.

Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu não vou nem cumprimentar, porque eu tenho oito perguntas para fazer e acho que não vai dar tempo.

Ministro, com relação ao PL 1.006, que é a questão das santas-casas, as santas-casas, sem fins lucrativos, vai ser sancionado agora?

E o PLN 873, daquela ampliação das categorias? V. Exa. chegou a citar alguns aí. Eu não sei se já está contemplado o PLN 873.

Eu queria saber também como está a posição relativa do Brasil em termos de gastos fiscais adicionais, com impacto no resultado primário, comparando com o mercado internacional.

Também há alguns economistas que argumentam ser possível a emissão de moeda para financiar o gasto decorrente do coronavírus sem que isso possa ter efeito inflacionário. O que V. Exa. pensa dessa possibilidade?

Qual a previsão do Ministério da Economia com relação ao PIB de 2020? Vocês têm considerado qual PIB? Qual a queda da arrecadação até o momento e a prevista para o ano, no entendimento de vocês aí do Ministério?

Que análise V. Exa. faz da questão cambial explicitada já anteriormente com relação às reservas internacionais? Há espaço para a redução dessas reservas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que medida, com a internalização desses recursos, poderia ser útil ao financiamento das despesas com a Covid-19, sem que isso, evidentemente, tenha consequências inflacionárias?

Há uma nota técnica também do Tesouro Nacional, Ministro, do dia 13 de abril, que já informava que o Governo, mesmo antes da crise, já enfrentava uma dificuldade com relação à venda de títulos de longo prazo; inclusive houve esse cancelamento do leilão no mês de março. Na visão de V. Exa., qual a margem de endividamento é possível para combater a Covid, sem que isso afete a credibilidade do País e afaste a demanda por títulos públicos?

E a última: qual é o custo total das medidas já adotadas? V. Exa. mandou essa apresentação, que é a mesma do dia 17. Como está a execução dos créditos extraordinários aprovados para essa finalidade? Como está isso, a execução dos créditos extraordinários, e como V. Exa. analisa o esforço do Estado brasileiro no combate à Covid-19, comparado com outros países? Essas, então, eram as minhas perguntas.

Há aqui também um comentário com relação à questão do servidor público, à questão dos congelamentos, se V. Exa. também poderia falar alguma coisa, porque havia uma proposta de redução e agora uma proposta de congelamento. Se V. Exa. pudesse tocar nesse assunto também, eu ficaria agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes; com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia, nosso Presidente! Bom dia, Ministro! Uma saudação a todos os brasileiros e também; já que estamos tendo esta reunião, transmitida pela TV Senado, eu quero cumprimentar toda a população.

Sabemos da responsabilidade de todos nós, principalmente desta Comissão, que tem o compromisso de fiscalizar a aplicação do recurso público, principalmente agora na questão da Covid, mas nós queremos, acima de tudo, Sr. Ministro, ajudar o Governo. Daqui a pouco mesmo, nós teremos um relatório do Senador Davi, em relação à ajuda que o Governo Federal repassará aos Municípios e aos Estados.

Como um municipalista convicto, quero dizer que, claro, quem está na ponta, atendendo o cidadão, é o Município, é o Prefeito, com os Vereadores. Por isso, nós estamos lutando para que esse recurso seja uma partilha de meio a meio, porque o que nos interessa, neste momento, acima de tudo, é salvar vidas, cuidar das pessoas acima de tudo; e, num segundo momento, claro, fazer a recuperação econômica, e V. Exa. tem a grande responsabilidade com isso. E para isso todos nós teremos que ajudar, e muito.

Como eu sou do Mato Grosso, um Estado, em que, inclusive, neste ano, vamos ter, mais uma vez, recorde na nossa produção agropecuária, ajudando o Brasil nas exportações, por isso, eu quero aqui fazer duas perguntas bem específicas, Ministro. Como o Mato Grosso exporta muito, como outros Estados, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos no Brasil a Lei Kandir, que desonera a exportação. V. Exa. já esteve conosco na Presidência do Senado, em várias reuniões, na liderança do Bloco Vanguarda, e houve um compromisso do Governo de atualizar o pagamento do FEX, que é o Fundo de Compensação das Exportações, ou seja, pagar aquilo que foi o esforço de cada Estado, produzindo e exportando para o Brasil, contribuindo com a nossa balança comercial. Então, eu gostaria de que, objetivamente, V. Exa. pudesse falar sobre a regularização do pagamento do FEX.

Além disso, nós temos hoje, às 15h, uma reunião do Conselho Monetário Nacional em que se vão analisar vários aspectos, entre eles, o limite para o empréstimo aos Municípios e Estados do Brasil. Eu gostaria – inclusive já enviei a V. Exa. um ofício – que hoje o Conselho Monetário Nacional pudesse autorizar o aumento dos limites, porque todos aqueles limites de empréstimo para investimento se exauriram. No meu caso, do Estado de Mato Grosso, nós temos muitos Municípios que poderão, com endividamento, ou seja, com recurso próprio do Município, fazer investimento, gerar emprego, trazer oportunidades para esse volume de desempregados que há no Brasil, e em Mato Grosso também. Só no meu Município de Rondonópolis são 107 milhões, e o Governo de Mato Grosso tem a possibilidade de também pegar 500 milhões – o Município de Matupá e outros tantos Municípios.

Então, eu gostaria também que V. Exa. pudesse falar da possibilidade da liberação dos recursos para empréstimo aos Municípios, porque não será isso gasto público, será investimento para a geração...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Agora dou a palavra ao Sr. Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Senador Izalci, excelentes perguntas também, V. Exa. é muito bem qualificado. Eu vou tentar ser rápido também.

Santas-casas e invisíveis, primeira pergunta.

Meu apoio total às santas casas. Justamente, o Suas é um dos que jogam os recursos lá para que as santas casas possam ajudar. E, quanto aos invisíveis, o auxílio emergencial foi um desenho meu, a pedido do Presidente, exatamente para transferir renda para os invisíveis, os mais frágeis.

Os gastos nas comparações internacionais.

Nós fizemos, semana passada, reuniões com o G20, as maiores economias do mundo, Banco Mundial, FMI – as reuniões que chamam de *Spring Meetings* do FMI. Todos estão dizendo que o Brasil está muito à frente de todos os emergentes, e o Brasil está à frente de alguns avançados, um pouco atrás de alguns e à frente de outros. Então, a nossa reação à crise é considerada de excelente nível. Alguns





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas nossos foram considerados os melhores. Nós lançamos esse programa de suporte à manutenção de emprego, por exemplo, antes da Alemanha e antes dos Estados Unidos. Os Estados Unidos estão com dificuldades de entregar dinheiro para aqueles 26 milhões de desempregados. A nossa Caixa está sendo criticada, mas, mal ou bem, a Caixa Econômica está entregando muito, está entregando muito mais rápido do que nos Estados Unidos está acontecendo. Então, nós estamos bem na comparação.

E em gastos na saúde é a mesma coisa: nós vamos aí para um déficit histórico. Nós estamos gastando proporcionalmente à renda *per capita* os mesmos níveis com saúde que os americanos estão gastando, que todo o mundo está gastando por aí. Então, nós estamos bem.

Quanto à pergunta se é possível emitir moeda: sim. E isso também se liga a outra pergunta sobre a dívida interna: quais são os limites de endividamento? Essas duas perguntas se conectam.

Um bom economista não tem dogmas. Se ele é bem informado, ele tem capacidade de fazer essas mudanças. Você está estruturando um país com reformas estruturais e, de repente, entra uma ameaça de desemprego em massa, e você sabe quem são os economistas que ganharam o Prêmio Nobel nessa linha também. Então, eu tinha toda uma história de leitura no original desse pessoal todo. Então, para mim é muito fácil essa inversão de marcha, e nós simplesmente trocamos: fomos das estruturantes para as emergenciais.

E, realmente, se você cair numa situação em que a inflação vai praticamente para zero, os juros colapsam e existe o que a gente chama de armadilha de liquidez tecnicamente, o Banco Central pode, sim, emitir muita moeda e pode, sim, inclusive, recomprar a dívida interna e retirar... É que, se a taxa de juros é muito baixa, ninguém quer comprar título longo – isso também foi mencionado pelo Senador – e, aí, você pode, então, monetizar a dívida sem que haja impacto inflacionário. Nós estamos atentos a todas as possibilidades.

Agora, nós sabemos que o mundo espera que as reformas prossigam e que a gente tenha austeridade do ponto de vista de entender que, numa crise de saúde, sim, não falte dinheiro para a saúde, mas isso não pode virar uma farra eleitoral. Nós temos que ter esse senso de responsabilidade em vez de hipotecarmos as futuras gerações com uma irresponsabilidade justamente num momento dramático. O Brasil é abatido por uma crise de saúde, e isso não pode virar um oportunismo político, uma farra eleitoral. Nós temos de ter senso de responsabilidade.

As reservas internacionais, da mesma forma, estão sendo usadas.

O salário do funcionalismo: na verdade, nós fizemos a reforma da previdência e controlamos o primeiro grande gasto, derrubamos juros. E esse não aumento dos salários é importante.

Os agronegócios. Nós estamos pelo pacto federativo. Transferimos quatro vezes a Lei Kandir no ano passado, já 25 vezes a Lei Kandir neste ano, agora neste momento de emergência. Nós estamos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor do pacto federativo, de centralizar isso tudo. O dinheiro... O FEX é um caso particular. Nós temos que, na reforma tributária, sim, reforçar quem exporta, seja minério, seja produto agrícola. Essa turma tem que receber uma fatia, sim, e isso é no pacto federativo que a gente conserta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Eu queria abrir parênteses na nossa reunião. É que o quórum está muito bom, e a gente teria lá no final uma deliberação.

Eu submeto a todos os Parlamentares da Comissão a apreciação do plano de trabalho consolidado do Relator, que foi amplamente divulgado em rede. Eu gostaria de submeter a todos os senhores a sua aprovação ou rejeição.

Então, os Parlamentares da Comissão que estiverem de acordo com o plano do Relator Francisco Jr. sobre o plano de trabalho consolidado permaneçam como se encontram; quem for contrário manifeste-se, através do *chat*, levantando a mão. (*Pausa.*)

Está aprovado o plano de trabalho com o voto contrário do Senador Espiridião Amin, que deve se manifestar posteriormente.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Confúcio, e o Ministro Paulo Guedes.

A maioria das perguntas, meus colegas fizeram. Agora, eu queria chamar atenção aqui do Ministro Paulo Guedes, que disse estar otimista.

É claro que ele está otimista! É que os bancos não vão perder nada. Dizer que bancos no Brasil são conservadores? Não, Ministro: eles são exploradores do povo brasileiro, exploradores cobrando juros exorbitantes. E, quando se flexibiliza alguma coisa para acudir o setor que gera emprego e renda, como as micro e pequenas empresas, eles botam a maior dificuldade, mesmo tendo essa liquidez, que foi a primeira preocupação do Governo brasileiro, de 1,2 trilhão. Os bancos não têm o que dizer. Os bancos no Brasil têm mais de 40% do orçamento brasileiro – não é Zenaide que diz, abra o orçamento que você vê – enquanto que há menos de 5% para a saúde, para a educação e menos de 1% para a segurança pública.

Há outra coisa, Ministro, que me chamou a atenção – por isso é que Vanderlan e Cacá acharam que o senhor está muito otimista; banco não vai perder, com certeza não –, que me impressionou: é que a contrapartida... Quando o senhor diz aí que está dando aos Estados e Municípios... Os Municípios e os Estados brasileiros é que estão na linha de frente do coronavírus.

E mais: mais de 70% dos servidores públicos de Estados e Municípios deste País ganham menos de R\$5 mil. E é triste a gente ver que quem está dando a vida – do coveiro à polícia civil, militar, corpo de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

bombeiro, técnico de enfermagem, agente comunitário de saúde, médicos e enfermeiros – enquanto a população brasileira aplaude... Esse povo, mesmo com medo de perder a vida e também a de seus familiares, está aí salvando vidas. É esse povo justamente que vai ter salários congelados? Acho que, com a Emenda 95, Ministro, só o SUS perdeu 22,5 bilhões nos últimos três anos. Esse povo já está patinando. Então, o senhor tem motivo para estar otimista.

Outra coisa: eu acho uma agressão o senhor dar a entender que, com essa ajuda a Estados e Municípios, há alguém querendo fazer farra eleitoral ou abusar desse recurso que vem para Estados e Municípios, que a grande maioria não consegue pagar.

Eu fico já contemplada com as perguntas dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Bom dia!

Acho que estou sendo ouvido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Claro, ouvimos bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o Ministro, cumprimentar todos os colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Quero dizer que hoje nós estamos fazendo um terço de Governo. Hoje, 30 de abril, 16 meses, é um terço de 48 meses de mandato. E eu acho que nós podemos celebrar uma grande conquista para esse período, que está correndo risco inclusive, Ministro, que é o fim do rentismo. Parou de ser bom negócio no Brasil viver de juro. Então, nós estamos aqui torcendo que não venha esse mal depois dessa calamidade.

Segundo, na linha do que disse a Senadora Zenaide Maia: o Brasil está passando em alguns lugares, como aqui no Sul, por estiagem... Mas o sistema financeiro está com absoluta liquidez, supergarantida agora pela PEC 10, sem o tal conselho gestor, que nós tiramos fora aqui no Senado, Ministro – esse saiu fora, tem que atualizar o seu relatório aí, a sua exposição.

Então, o que nós precisamos fazer e ter de relatório... Eu já pedi isso para o Presidente do Banco Central, já avisei para a Febraban: não adianta fazer campanha publicitária sem mostrar aquilo que o senhor falou, o que está saindo na torneira, Zenaide. A caixa d'água da liquidez do dinheiro está cheia. Agora, o duto que vai sair para o microcrédito, pequeno empresário, Ministro... Sem fundo garantidor não vai sair dinheiro! Mande a sua equipe regulamentar a lei da sociedade de garantia solidária, porque o senhor teve que recorrer ao Fundo Garantidor para viabilizar o projeto para o microempresário, que não foi sancionado ainda – relatado pela Senadora Kátia, apresentado por um catarinense, Senador Jorginho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mello, aperfeiçoado por todos nós, que somos da Frente. Sem Fundo Garantidor, os bancos não vão emprestar. Então, eu peço que o senhor analise, junto com o Presidente do Banco Central e com a Febraban, semanalmente, o que está saindo na torneira.

Esta é a Comissão de acompanhamento do "fazejamento". Lembra do Odorico Paraguaçu? Nós queremos saber o que está acontecendo. Intenção, todos nós temos; uns, melhores intenções, outros, nem tanto, mas nós queremos saber o que está acontecendo, quantos empréstimos foram feitos, em todas essas faixas que o senhor mencionou, nos grandes, de 10 a 300 milhões, de 360 a 10 milhões de faturamento e até 360, ou seja, queremos saber o que que sai.

E, por favor, no futuro ajude o Brasil a depender menos na sua economia, na sua indústria, de produtor estrangeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Sr. Ministro para responder ao Senador Espiridião Amin e à Senadora Zenaide Maia.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Obrigado.

Senadora Zenaide, em princípio, eu estou com o Senador Espiridião Amin, com o fim do rentismo. Foi o nosso programa de governo o tempo inteiro dizendo isso. Curiosamente, governos passados transferiam R\$400 bilhões todo ano para os rentistas e para os bancos. Então, ao contrário, nós derrubamos, de 400 bilhões, para 250, 240 bilhões esse dinheiro para os bancos. Então, quem fazia a felicidade dos bancos eram os governos passados. Eu critiquei o tempo inteiro que, no Brasil, houvesse 200 milhões de trouxas na mão de seis empreiteiras, de seis bancos. Então, eu lamento muito que a senhora associe a minha esperança e o meu otimismo com a resiliência do povo brasileiro, com a nossa capacidade de superar essa crise, a qualquer favorecimento a bancos. Então, a minha primeira observação é essa.

Nós fomos pelo fim do rentismo, nós acabamos com aquele regime de juro alto e câmbio baixo, que quebrava as empresas brasileiras e derrubava o Brasil, importações, derrubava a nossa indústria, como diz o Senador Espiridião Amin. Quer dizer, agora nós mudamos: nós estamos com os juros lá embaixo, e os juros vão continuar descendo, vão continuar descendo, e nunca estiveram tão baixos. Nós queremos é o empreendedorismo e uma camada de proteção natural. Quando, agora, esse câmbio vai subindo, e agora ele flutua lá em cima em vez de cá embaixo, estamos protegendo o produtor nacional, como disse o Senador Espiridião Amin.

Em segundo lugar, o salário do funcionalismo.

É claro que, durante toda essa pandemia, médicos, policiais militares, enfermeiros, todo mundo que estiver na linha de frente de combate, devem ser uma exceção a qualquer, digamos assim, impedimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aumento de salário. Agora, realmente, a opinião pública brasileira sabe que o salário do funcionalismo é 50%... São estudos internacionais, não tem nada a ver com o nosso Governo, são estudos internacionais que mostram que os salários do funcionalismo público no Brasil estão 50% acima dos do setor privado. E, enquanto milhões de brasileiros estão sendo demitidos, perdendo emprego, não há nenhuma... Eles têm estabilidade. Está tudo certo, ninguém é contra estabilidade. Agora, nós gostaríamos de ter uma contribuição. Houve até gente que falou em redução de jornada de trabalho. Deputados, aí no Congresso mesmo, propondo redução, propondo queda de 25% do salário. Nós não propusemos nada disso. Nós estamos pedindo apenas que não haja aumento durante um bom período, só isso. Eu acho que isso inclusive reabilita o próprio funcionalismo público em geral na opinião pública. Olha, quando nós temos uma crise terrível, em que as pessoas estão sendo mandadas embora do emprego, o funcionalismo está contribuindo ao não pedir aumento durante um certo tempo. É só isso.

Fundo Garantidor de Investimentos. Perfeito, Senador Esperidião Amin. É isso mesmo. Nós vamos para o FGI agora. Sabemos que é um canal bom também, e queremos essa prestação de contas. Sabemos que a Senadora Kátia Abreu ajudou, sabemos que o senhor está ajudando também. Nós queremos essa prestação de contas. Só abrir a liquidez e as comportas não é suficiente, não. Isso a gente faz porque tem que fazer.

Você não pode também ir para o outro extremo, que é interromper a cadeia de pagamentos – um não paga o outro, que não paga o outro, que não paga o outro. Então, nós temos que libertar um pouco de liquidez exatamente para garantir que os pagamentos continuem. Mas nós queremos saber onde esse dinheiro vai parar. Nós queremos saber onde esse dinheiro vai parar e contamos com a ajuda dos senhores para esses relatórios que o Banco Central fornecerá, porque o Banco Central acompanha diariamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estamos já às 12h53, e temos Senadores e Deputados inscritos. Eu vou dosando o tempo de agora para a frente, de forma que gostaria que o senhor desse uma tolerância para que nenhum dos Parlamentares presentes ficasse sem fazer a sua arguição.

Vamos correr. Eu vou dar uma mexidinha na questão do tempo, à medida que for extrapolando.

Três de cada vez. Eu vou falar aqui qual é o próximo. Vamos manter a mesma linha.

Será o Senador Chico Rodrigues, e logo a seguir o Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Senador Francisco Rodrigues, Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR. Para interpelar.) – Meu caro Senador Confúcio Moura; Deputado Francisco Jr, Relator; Ministro Paulo Guedes, que brilhantemente está fazendo uma radiografia do que o Governo já fez até o presente momento e as perspectivas para o futuro, eu gostaria de dar uma sugestão aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não faz sentido ouvirmos outros que não os envolvidos nesse tema. Precisamos ouvir Paulo Guedes – estamos ouvindo –, precisamos ouvir técnicos do Ministério da Economia, a Instituição Fiscal Independente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para consolidarem o relatório final desta Comissão Mista de acompanhamento das medidas e o controle do Covid. Objetivamente, é o objetivo desta comissão. É por isso que eu tenho realmente esse cuidado.

Estão sendo convidados – eu estava vendo aí pela relação – o Ministro Ernesto Araújo, Onyx Lorenzoni, Tarcísio Gomes, o Ministro Weintraub, o ex-Ministro Sergio Moro, presidentes de associações e sindicatos. Eu acho que V. Exa. deve negociar com os membros, Deputados e Senadores, para nós concentrarmos apenas nas autoridades que diretamente estão envolvidas no tema, na parte econômica. Essa é uma observação que eu faço porque o nosso trabalho é extremamente técnico, e o relatório vai ser um relatório técnico direcionado especificamente para a ação do Ministério da Economia principalmente. Isso aí o Ministro Paulo Guedes sabe de sobra, ele e sua competente equipe.

Eu gostaria de fazer apenas uma pergunta ao Ministro Paulo Guedes. O que o Ministério da Economia e o Banco Central podem fazer para transformar o aumento da liquidez ofertado pelo Banco Central ao sistema financeiro em empréstimos a juros compatíveis para as famílias e as empresas no pós-pandemia? Porque é aí onde está o nó górdio. Nós estamos vendo no mundo inteiro alguns falarem da dificuldade, que o Brasil não está atendendo a demanda reprimida conforme a necessidade, etc. Mas isso é uma falácia. O Governo está fazendo o possível e o impossível para, na verdade, atender Estados, atender Municípios e a crise ninguém esperava. Quando a crise é uma crise que vem da forma que chegou essa pandemia, de forma invisível, as maiores economias do mundo não estão preparadas, estão aí os Estados Unidos como exemplo maior.

Então, Ministro, era basicamente essa pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exa. Tenho certeza de que depois dessa pandemia os Estados vão ter que se reinventar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues. Muito agradecido.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça. *(Pausa.)*

Pode falar, Deputado. *(Pausa.)*

O som do Deputado Felício Laterça, por gentileza.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Está ativado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado. Boa tarde, Senador Confúcio; boa tarde a todos os Senadores e Deputados colegas. Boa tarde, Ministro Paulo Guedes. É uma satisfação estar com o senhor. Parabenizo-o pelo trabalho que vem fazendo pelo Brasil e para o Brasil.

Várias perguntas já foram feitas e houve respostas, naturalmente, que já satisfizeram o meu entendimento.

Eu vou fazer algumas colocações e, ao mesmo tempo, haverá as perguntas.

Ministro, muito se fala da questão dos bancos no Brasil e eu vou voltar a esse ponto. Foi editada uma instrução normativa hoje da Receita Federal em que houve a redução de 20% para 15% sobre a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Queria que o senhor comentasse sobre essa redução e o propósito dela.

Depois também queria que o senhor falasse a sua opinião rapidamente sobre imposto sobre grandes fortunas. Como o senhor disse, está havendo muita discussão sobre vários temas. Essa pandemia e a quarentena, evidentemente, fizeram todos exercitarem mais as suas mentes. Então, agora estamos vivendo uma verdadeira ebulição.

O senhor falou sobre a Caixa Econômica, que vem desempenhando muito bem o papel, mas eu tenho recebido muita demanda sobre isso, que é a possibilidade de se flexibilizar – pedindo uma orientação do senhor, eu acho que seria muito bem-vinda – para inclusive as loterias, as casas lotéricas poderem também fazer pagamento ou até a gente compartilhar com outra instituição financeira, como o Banco do Brasil. Estamos vendo filas dias inteiros, cai o véu da noite e as pessoas ainda não foram atendidas nas agências. Então, nós temos muita dificuldade com relação a isso.

Acho importante também a questão da Receita Federal, só atendimento para regularização. Foi dito: "Vamos liberar mesmo para quem está com problema com o CPF". Eu sou radicalmente contrário a isso, até porque passei uma vida combatendo fraudes. A gente sabe que já passou da hora de o Brasil saber quem é quem. Toda hora fica o discurso: "Ah, as pessoas que não têm acesso, as pessoas que não foram nascidas...". Não é verdade, isso também é desculpa para fraudador e mau-caráter.

Sobre o servidor público, foi muito falado. Eu sou servidor público de carreira, tenho 30 anos de contribuição como servidor público. Aliás, eu optei pela aposentadoria do meu cargo. Eu acho que pode ser pensado para aqueles que ganham menos, como já foi dito aí.

Depois eu também gostaria que o senhor falasse como pensa sobre o Plano Mansueto, que foi simplesmente atropelado, e a possibilidade de se retomar isso pós-pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, vou acrescentar mais um orador, mais um Deputado, num bloco de três, para a gente conseguir...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu passo a palavra ao Deputado e o senhor anota direitinho os questionamentos.

Deputado Mauro Benevides Filho, com a palavra V. Exa.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Presidente Senador Confúcio, obrigado pela oportunidade.

Quero abraçar o Deputado Francisco Jr e, em especial, o Ministro Paulo Guedes. Mais uma vez, é bom tê-lo aqui conosco no Congresso Nacional. Já são várias conversas ao longo dos anos, vamos dizer assim. Mas me permita também abraçar o seu Secretário Especial de Fazenda, Waldery, que está aqui conosco e que eu espero que possa cada vez mais contribuir com o nosso País.

Examinando esses números, Ministro, eu fui ao orçamento para ver o que é que tinha efetivamente já consignado lá naquela despesa. Lá eu encontro R\$252 bilhões. É o valor que hoje o senhor pode, se tiver dinheiro, efetivamente gastar. E aí estão os R\$120 bilhões do emergencial, os R\$16 bilhões do FPE e FPM, os R\$3 bilhões do Bolsa Família, o que o senhor imaginar, o auxílio à saúde. Então, são R\$252 bilhões.

A minha ponderação sobre isso é porque, quando o senhor fala em securitização, que é uma medida importante que o Ministério da Fazenda vai fazer, isso é custo zero para a União. Simplesmente nós vamos transformar uma dívida de sete anos em vinte, com um custo mais barato, e a União vai só transferir a garantia que hoje está dada para uma nova operação. Basicamente é isso.

Então, há valores que não necessariamente têm impacto no resultado primário, que está aqui demonstrado por V. Exa. Inclusive, chamou-me a atenção, Ministro, que, quando fui ver a fonte de recursos, vi lá que há uma delas, que é a Fonte 53, que é dinheiro da seguridade social. Ora, se o senhor é deficitário na seguridade social, como o senhor vai bancar essas despesas que estão lá? Eu queria compreender melhor um pouco essa sistemática.

Segundo, achei também estranho porque hoje o resultado do lucro do Banco Central não pode ser transferido para o Tesouro pagar despesa primária. O que o Ministério está fazendo? Ele está anulando, como fonte de recurso, o pagamento da dívida. Aí transfere, para bancar esses R\$252 bilhões, pega esses R\$162 bilhões que estão lá desde 2019 e coloca para poder pagar. Será que essa triangulação realmente é certa?

Terceiro, o caixa da União estava, até fevereiro – março sai hoje –, em R\$1,395 trilhão. Desse R\$1,395 trilhão, 218 são fundos constitucionais, portanto, despesas vinculadas. Além disso, deve haver uns R\$50 bilhões, R\$60 bilhões também, Ministro, de autarquias, fundações, um pouco do dinheiro da previdência e assim por diante. Você tem hoje mais ou menos R\$1,1 trilhão livres. O Tesouro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente mantém dinheiro para rolar dívida, R\$400 bilhões, R\$500 bilhões. E, muitas vezes, o Tesouro não quer cancelar a demanda do mercado financeiro em pagar muito mais do que a Selic efetivamente deveria pagar. Então, para mim é muito melhor hoje, para a gestão financeira da União, desses R\$1,1 trilhão tirar R\$500 bilhões, são 600 bilhões. E se vai gastar mais 400, endivida 200, mas tira 200 lá, que hoje é muito mais barato. Porque lá na dívida, Ministro, o Tesouro está pagando o prêmio de mais 2% além da Selic, mais 2.5 enfim, o mercado está arisco, e é importante...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, o senhor pode...

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES – Muito bem. Poderia ter um pouquinho mais de tempo, não é? Porque agora são três respostas em vez de duas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É verdade. Vamos colocar cinco minutos para a resposta do senhor, porque...

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES – Eu acho que deveriam ser seis, não é? Para manter o ritmo. Aliás, desculpe, eram quatro minutos para cada uma...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora estou procurando a hora no limite do senhor...

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES – Tudo bem. Eu vou fazer o seguinte, vamos lá. Primeiro, Senador Francisco Rodrigues. Está certo, Senador? Vamos apurar isso aí, principalmente vamos ver o que é responsabilidade da economia, vamos focar no tema da saúde, perfeito, e vamos ver o que é responsabilidade da economia e depois que o dinheiro desce, o que é responsabilidade de Estados e Municípios, porque no pacto federativo justamente a gente queria criar um sistema pelo qual os TCEs são responsáveis... Depois que cruzou a fronteira, o dinheiro entrou no Estado, daí para frente é o Governador. Entrou na cidade, daí para frente é o Prefeito. Não adianta xingar a economia se nós dermos dinheiro e de repente, lá na ponta, há alguém fazendo besteira com o dinheiro. Então, eu acho que vocês deveriam acompanhar toda a cadeia.

Em segundo lugar, é o pós-pandemia, a reconstrução. Perfeita a sua atenção também para o crédito. O crédito deve vir aí... O crédito já estava vindo, porque o senhor falou: "Bom, está todo mundo falando em liquidez agora, mas e a liquidez depois, para a família e para as empresas?". Perfeito o seu ponto. O crédito estava crescendo também a dois dígitos, um pouco antes de o coronavírus nos atingir, e nós precisamos ter certeza de que ele vai continuar crescendo a dois dígitos depois, para o esforço de reconstrução.

Deputado Felício Laterça, CSLL, se a contribuição caiu foi enquanto eu estava dormindo, porque eu não autorizei nada disso. Não sei por que caiu uma contribuição de repente, sem avisarem para a gente. Pode ser que tenham feito alguma coisa ligada até ao que o Deputado Mauro Benevides falou, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência Social, mexeram em alguma coisa que foi bater lá na CSLL também. Mas eu não estou sabendo de nada. Na Receita, não se pode fazer uma coisa dessa sem falar comigo, inclusive pelo ponto seguinte também, que foi falado, que é imposto sobre fortuna. CSLL, imposto de fortuna, tudo isso é reforma tributária, é estruturante. Nós vamos ter que conversar juntos sobre isso. Ninguém pode mexer nisso aí durante essa confusão. Por isso que eu digo: uma coisa é crise da saúde, outra coisa é gente querendo tirar e colocar jabuti para cá e para lá. Nós não podemos fazer isso. Não é a hora de nessa confusão toda, todo mundo fazendo a saúde, começar a mexer aqui e ali sem uma compreensão nossa.

Quanto à Caixa, loteria, *versus* Banco do Brasil, estamos aprofundando isso. Por exemplo, agora, no microcrédito, em vez de ficar tudo com a Caixa, já estamos usando o Banco do Brasil também. Então, possivelmente, para a própria Caixa usar as loterias, ela pode. Há um problema de público e privado aí. A gente usou a Caixa porque na Caixa você tangibilizou, você digitalizou 30, 40 milhões de brasileiros que eram invisíveis. Então, você criou valor para o Estado. Se eu desse esse cadastro para um banco privado – o Banco do Brasil já é meio privado, meio público –, aí eu estou ajudando o acionista daquele banco em detrimento dos outros bancos privados. Aí eu não posso. Então, o que nós estamos fazendo justamente é: o que o Banco do Brasil puder fazer, o Itaú, o Santander, o Bradesco também poderão fazer. Por isso que a gente colocou, primeiro, tudo só na Caixa.

Outro ponto: fraudes. Contamos com a sua experiência de vida. Nesse monitoramento que os senhores vão fazer para nos ajudar, vamos desmontar a fraude.

Nós, por exemplo, tivemos que fazer um sacrifício, colocar 1,2 milhão famílias para dentro, rapidamente, do Bolsa Família, porque entre a fraude e deixar alguém descoberto, nós preferimos cobrir todo mundo. Nós vamos combater e perseguir a fraude agora, daqui para frente, também para saber se alguém usou indevidamente isso.

Plano Mansueto é reforma estruturante, é como a reforma tributária, está cronometrado isso logo aí na frente.

E ao Deputado Mauro Benevides, que é um especialista e tem a vantagem de estar ao lado aí do Waldery, então, o Waldery vai esclarecer algumas dessas dúvidas. Primeiro: nós nunca tivemos R\$1 trilhão livres, nunca tivemos, está tudo carimbado. O que nós temos livre aí é pouco mais de R\$80 bi, o restante está tudo carimbado. Agora, há R\$250 bi que realmente são de fundos constitucionais passados, é um dinheiro que está esterilizado aí. Seria uma ótima ocasião de, em vez de a gente emitir dívida, buscar esses R\$250 bi e abater. Dependemos dos senhores, e peço todo o apoio dos senhores para aprovarmos essa medida. Eu vou até chamar de emenda Mauro Benevides, porque a gente pode pegar R\$250 bilhões que estão parados lá, dinheiro que ficou engavetado nesses fundos constitucionais, que estão lá bloqueados, nós podemos desbloquear isso e justamente ser fonte para poder pagar a guerra ao coronavírus. E aí, finalmente, no número do coronavírus em si. Está certo, não são 252, já subiu, já está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para trezentos e pouco, você está com um dado ainda antigo, de R\$250 bi, mas eu gosto disso porque mostra que você fez o dever de casa.

E aí é que está: há valores que não têm impacto fiscal. E, realmente, quando se fala em um trilhão e pouco é uma confusão danada, porque tem dinheiro que é pura liquidez, é puro dinheiro que saiu do Banco Central com a redução de compulsório, tem dinheiro, como disse o Mauro Benevides corretamente, que são facilidades que nós estamos criando, porque a maior prova de que há um impacto positivo é que o Deputado não gostaria que a gente anulasse isso. Vamos anular isso; então, não há rolagem de dívida. Ele vai dizer: "Não, espere aí, deixe a gente rolar a dívida". Quer dizer, isso é ótimo. Há muita coisa, centenas de bilhões que nós estamos fazendo sem custo primário para o Tesouro. Então, isso não é motivo de crítica, isso é motivo de elogio. Se nós criamos facilidades para rolagem de dívidas, coisas que não têm impacto no nosso primário e ajudam os Estados e Municípios a sobreviver, isso não é para criticar, isso é até para elogiar.

Já do ponto de vista de gastos diretos, nós já estaremos em R\$340 bilhões quando você botar o crédito, quando você botar... Porque aí há subsídio sim, nós vamos colocar o dinheiro em um fundo garantidor lá e pode ser perdido.

Então, sobre esses números, o Deputado, até por conhecer bem o tema, vai sentar com o Waldery, vão conversar e depois me contar a que conclusão eles chegaram. Estamos juntos, Deputado, vamos fazer isso aí.

Com as reservas internacionais, a mesma coisa, não há nada mirabolante, não. Isso é redução de dívida bruta na veia, e sem contar, nós não estamos contando com primário nenhum, embora haja um ganho de capital, sim, e esse ganho de capital normalmente não vem para o primário, fica lá no balanço do Banco Central, só que você consolida resultado para a União. Mas nós vamos ver isso com cuidado, ninguém vai fazer nada criativo, podem ter certeza, e eu conto com a ajuda de todo mundo para garantir isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro. Muito obrigado.

Eu vou só fazer a leitura da sequência dos oradores inscritos, dos Parlamentares inscritos. Já, já eu dou a palavra para Renildo Calheiros, para o Deputado Paulo Azi e para o Senador Randolfe Rodrigues, esse é o primeiro. No segundo bloco, entram Kátia Abreu, Deputado Edmilson Rodrigues e a Deputada Fernanda Melchionna. E no último bloco, com dois, o Deputado General Paternelli e o Senador Luis Carlos Heinze.

Quero fazer um parêntese aqui novamente para agradecer aos senhores pelo altíssimo quórum e dizer que a audiência da TV Senado e da TV Câmara está excelente. Está valendo a pena esse esforço de todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, para não deixar para o final, quando todo mundo vai sair para almoçar... Nós temos 32 requerimentos que seriam votados ao final, mas, temendo que caia o quórum no final, eu queria submeter os 32 requerimentos à apreciação em bloco por V. Exas. Posteriormente, eu, como Presidente, vou encaixando esses requerimentos na pauta, obedecidos os critérios rigorosos do decreto legislativo.

Tranquilizo o Senador Chico Rodrigues: nós não iremos, Senador Chico Rodrigues, realmente fugir dos objetivos do decreto legislativo, senão nós não chegaremos a nenhum resultado – V. Exa. tem razão.

Então, eu coloco em apreciação, em globo, em bloco, os 32 requerimentos. Depois, eu encaixarei todos eles de acordo com a conveniência, e os que estão dentro do decreto, para aproveitar o quórum.

Está em votação.

Os Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Os que rejeitarem por favor se manifestem pelo *chat*. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

2ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 2, DE 2020**

Requer a convocação do Ministro da Saúde, Dr. Nelson Teich.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes

2ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 3, DE 2020**

Requer a realização de audiência Pública com o Ministro da Defesa, General de Exército Fernando Azevedo e Silva.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Reginaldo Lopes**2ª PARTE****ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 4, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Pedro Duarte Guimarães.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes**2ª PARTE****ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 5, DE 2020**

Requer a convocação do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes**2ª PARTE****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 6, DE 2020**

Requer a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Henrique Fraga.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 7, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Dr. Sergio Fernando Moro.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

2ª PARTE**ITEM 8****REQUERIMENTO Nº 8, DE 2020**

Requer a convocação do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE**ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 9, DE 2020**

Requer a convocação do Ministro da Cidadania, Sr. Onyx Lorenzoni.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE**ITEM 10****REQUERIMENTO Nº 10, DE 2020**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Ministro da Saúde, Sr. Nelson Teich.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE**ITEM 11****REQUERIMENTO Nº 11, DE 2020**

Requer o compartilhamento de informações, auditorias, relatórios e outros documentos referentes ao "Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à COVID-19" em andamento no Tribunal de Contas da União.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 12, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública com o Dr. Átila Iamarino.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes

2ª PARTE**ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 13, DE 2020**

Requer a convocação do Ministro da Cidadania, Sr. Onyx Lorenzoni.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2020

Requer a convocação do Secretário Especial de Previdência e Trabalho, o Sr. Bruno Bianco Leal.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes

2ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2020

Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Fernando Moro.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes

2ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2020

Requer a convocação do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

2ª PARTE

ITEM 17



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2020*Requer a convocação do Ministro da Saúde, Sr. Nelson Teich.***Autoria:** Senadora Eliziane Gama**2ª PARTE****ITEM 18****REQUERIMENTO Nº 19, DE 2020***Requer a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Walter Souza Braga Netto.***Autoria:** Senadora Eliziane Gama**2ª PARTE****ITEM 19****REQUERIMENTO Nº 20, DE 2020***Requer audiência pública com o Ministro da Infraestrutura, Sr. Tarcísio Gomes.***Autoria:** Senador Wellington Fagundes**2ª PARTE****ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 21, DE 2020***Requer que na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 7, o convidado seja o titular do cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública.***Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 21****REQUERIMENTO Nº 23, DE 2020**

Requer seja incluído no Plano de Trabalho dessa Comissão, o objetivo de produzir análises e relatórios estatísticos semanais para subsidiar a avaliação da efetiva execução das ações relativas à Economia, principalmente sobre manutenção de empregos, linhas de crédito, decisões tributárias e seus impactos fiscais e às áreas de Saúde e Assistência Social.

Autoria: Senador Esperidião Amin

2ª PARTE**ITEM 22****REQUERIMENTO Nº 24, DE 2020**

Requer seja convidada para participar de Audiência Pública desta Comissão a Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sra. Susana Cordeiro Guerra.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes

2ª PARTE**ITEM 23****REQUERIMENTO Nº 25, DE 2020**

Requer realização de Audiência Pública com os convidados:

Sr. Sérgio Rezende, Ex-Ministro de Ciência e Tecnologia

Sr. Ildeu de Castro, Presidente da SBPC



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*Sra. Flávia Calé, Presidente da ANPG**Sr. Luiz Davidovich, Presidente da ABC**Sr. Glauco Arbix, Ex-presidente da Finep**Sr. Carlos Américo Pacheco, Presidente do CTA da FAPESP***Autoria:** Senador João Campos**2ª PARTE****ITEM 24****REQUERIMENTO Nº 26, DE 2020***Requer realização de Audiência Pública com os convidados:**Sr. Abraham Weintraub, Ministro da Educação**Representante ANDIFES**Representante CONSED**Representante UNDIME**Representante CNE***Autoria:** Senador João Campos**2ª PARTE****ITEM 25****REQUERIMENTO Nº 27, DE 2020***Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados:**Sr. Sergio Rezende, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia*

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Miguel Nicolelis, Coordenador do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus formado pelo Consórcio Nordeste

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE**ITEM 26****REQUERIMENTO Nº 28, DE 2020**

Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados:

Sr. Jailson Correia, Secretário de Saúde da Cidade do Recife

Sr. André Longo, Secretário de Estado de Saúde do Estado de Pernambuco

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE**ITEM 27****REQUERIMENTO Nº 29, DE 2020**

Requer realização de Audiência Pública com os seguintes convidados:

Representante Secretário de Estado da Fazenda da Região Nordeste

Representante Secretário de Estado da Fazenda da Região Norte

Representante Secretário de Estado da Fazenda da Região Sul

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 28**REQUERIMENTO Nº 30, DE 2020**

Requer realização de Audiência pública com o Sr. Paulo Nogueira Batista Jr. Ex-diretor executivo do FMI

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE**ITEM 29****REQUERIMENTO Nº 31, DE 2020**

Requer realização de Audiência Pública com representante do setor de turismo.

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE**ITEM 30****REQUERIMENTO Nº 32, DE 2020**

Requer realização de Audiência Pública com o Sr. Adílson Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE**ITEM 31****REQUERIMENTO Nº 33, DE 2020**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer realização de Audiência Pública com a Sra. Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE**ITEM 32****REQUERIMENTO Nº 34, DE 2020**

Requer realização de Audiência Pública com o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES durante a Crise de 2008.

Autoria: Senador João Campos

2ª PARTE**ITEM 33****REQUERIMENTO Nº 35, DE 2020**

Requer realização de Audiência Pública com o Sr. Jonas Donizette, Presidente da FNP

Autoria: Senador João Campos)

Dando continuidade, eu passo a palavra para o Deputado Renildo Calheiros, do PCdoB, de Pernambuco.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para interpelar.) – Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo e cumprimentar também o Deputado Francisco Jr. e o Ministro Paulo Guedes.

Como o meu tempo é muito curto, eu vou procurar ser muito objetivo.

Ministro, eu estava naquela reunião feita na sala da Comissão de Constituição e Justiça logo quando começou a crise do coronavírus. V. Exa. foi lá à noite e disse que, para enfrentar a pandemia, o Brasil precisava seguir na agenda das reformas, quando nós esperávamos que o Governo apresentasse um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plano de enfrentamento do coronavírus. Passadas todas essas semanas, Ministro, a sua cabeça é a mesma. Não se percebe, na sua fala, que o Brasil está vivendo uma das mais graves crises de toda a sua história, uma pandemia que abarrotou os hospitais, abarrotou os cemitérios. Ontem, mais de 500 brasileiros morreram em um único dia. V. Exa., ao falar, parece um comentarista de televisão. V. Exa. não fala como Ministro da Economia, a quem cabe decidir e enfrentar o problema, com toda a delegação que recebeu do Presidente e com todos os instrumentos que o Congresso Nacional lhe ofereceu.

Não é verdade, Ministro, que o Brasil vinha bem – não é verdade! O Brasil teve um crescimento pífio, em 2019, de 1,1%. O Brasil virou o ano com 12 milhões de trabalhadores desempregados. Quando a pandemia chega, pega uma economia já fragilizada, com milhões de brasileiros desempregados e o SUS sucateado através de vários mecanismos.

Veja aqui o que dizem alguns consultores da ONU, oficialmente, em carta: "As políticas econômicas e sociais irresponsáveis do Brasil colocam milhões de vidas em risco". E completam: "É necessário que o Brasil aumente os gastos para combater a desigualdade e a pobreza exacerbada pela pandemia". Isso está no UOL e na *Veja*. É uma manifestação oficial, como nunca vi, de relatores da ONU sobre o que acontece no Brasil.

O Ministro diz que o Brasil está sendo elogiado lá fora pelas medidas tomadas. Ministro, não sei que publicações V. Exa. está lendo. O Brasil virou motivo de chacota no mundo inteiro. Editoriais das principais publicações do mundo estão repudiando as atitudes do Presidente da República. Enquanto o País vive uma pandemia com essa gravidade, o Presidente está se divertindo praticando tiro ao alvo.

Mas V. Exa. pode agir, Ministro. V. Exa. sabe mais do que ninguém que Estados não emitem títulos, que Municípios não emitem títulos, só a União pode fazê-lo. Ou seja, a chave do problema está em suas mãos. É o que diz Máílson da Nóbrega, é o que diz Armínio Fraga, é o que diz Pedro Malan. Ministro, não tente atravessar a crise da pandemia assoviando, porque o preço que a economia irá pagar será muito grande, e as vidas também, Ministro, e essas não há como recuperar. Esperamos, Ministro, ação, que V. Exa. não se comporte como um comentarista, mas como um Ministro da Economia para resolver os problemas do País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Vamos dar continuidade.

Com a palavra o Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, Sr. Ministro Paulo Guedes, é uma satisfação, mais uma vez, tê-lo conosco.

Sr. Ministro, no ano passado, a relação entre o Congresso Nacional e o Governo Federal, em especial com o Ministério da Economia, liderado por V. Exa., proporcionou avanços importantíssimos para o País. A Câmara e o Senado, sob a liderança do Deputado Rodrigo Maia e do Senador Davi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcolumbre, dialogando com as lideranças do Ministério da Economia, o qual, como disse, V. Exa. lidera, proporcionou avanços que antes eram inimagináveis, o maior de todos a aprovação da reforma da previdência.

Eu digo isso, Sr. Ministro, porque me preocupam as informações que a gente acompanha na mídia de que esse canal de interlocução não está tão bem azeitado como esteve no ano passado. E aí um apelo que faço a V. Exa., eu que conheço tão bem o Deputado Rodrigo Maia, o Senador Davi Alcolumbre – são estadistas, são pessoas que estão sempre abertas ao diálogo para proporcionar que o Brasil possa avançar, especialmente num momento tão difícil como este –, eu quero e peço a V. Exa. que, se porventura ainda existirem pedras pelo caminho, V. Exa. as retire e retorne de imediato o diálogo com o Congresso, com a Câmara, com o Senado, nas pessoas do Presidente Rodrigo e do Presidente Davi Alcolumbre.

Quero também, querido Ministro, saber de V. Exa. se o senhor já tem à sua disposição os números de arrecadação dos impostos federais nos meses de março e abril, para que nós possamos efetivamente fazer a avaliação de como vão se comportar os impostos federais nessa crise que vivemos do coronavírus.

Por último, quero saber de V. Exa., Sr. Ministro, como é que V. Exa. vai conduzir o calendário do processo de privatizações. V. Exa. tem na sua base principal da economia a atração de investimentos, principalmente de investimentos estrangeiros privados. Claro que muitos desses recursos chegariam com as privatizações. Eu entendo que neste momento de crise os preços das nossas empresas por certo caíram muito e não seja mais adequado neste momento abrir o processo de privatizações.

Portanto, como é que V. Exa. avalia esse cenário de crise...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O som?

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) – ... principalmente relacionado às questões das vendas das nossas empresas? E isso que iria atrair recursos... *(Falha na gravação.)*

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Paulo Azi.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Ministro, mais uma vez, os nossos cumprimentos ao senhor. É uma satisfação estar mais uma vez dialogando democraticamente com o senhor. Sabemos da posição diferente que temos sobre vários aspectos, mas faço questão de ter com V. Exa. sempre uma conduta respeitosa e, desde o começo dessa crise, estendê-la para V. Exa. e para o então Ministro Mandetta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, mais uma vez, agradecer o registro que V. Exa. fez de que, numa crise deste tamanho, não é o momento de divisão, é o momento de todos nós destinarmos o melhor dos nossos esforços para enfrentá-la. Eu acho que esse é o desafio para todos nós. Então, em que pesem as divergências... Eu tenho divergências, por exemplo, sobre eventuais reformas depois da crise, mas eu acho que o momento é de convergências, é de caminharmos, é de vermos o que temos de convergência, de procurarmos mecanismos de enfrentamento da crise.

Eu estou aqui num Estado da Federação, o Amapá, que, proporcionalmente, é o que tem o maior número de contaminados até agora. É ascendente o número de óbitos aqui no Estado. Então, eu acho que o que importa é caminharmos para soluções.

Nesse sentido, eu quero mais uma vez reiterar um apelo que já foi feito por alguns colegas sobre o PLS 873. Eu até concordo com V. Exa. que pode haver grupos, categorias e segmentos já atendidos, mas é importante fazer uma análise do PLS para aqueles grupos que ainda não foram atendidos e foram impactados economicamente pelo início da pandemia.

Segundo, parece-me que nós temos... Eu queria ouvir mais detalhadamente de V. Exa. sua posição sobre o uso das reservas internacionais, que é uma posição com que, por exemplo, eu tenho um acordo, pois acho que este é um momento em que as reservas internacionais estão aí para serem usadas. Qual é a sua compreensão? Queria que V. Exa. esclarecesse mais amiúde para todos nós qual é a sua compreensão.

V. Exa. falou – definiu até muito bem – dos 250 bi que estão em fundos diferentes e até batizou, disse que nós poderíamos tratar isso como emenda Mauro Benevides. Melhor denominação, inclusive, para ela não haveria, pela nossa admiração mútua pelo Deputado Mauro. Agora, é importante nós sabermos que há fundos e fundos. Há fundos que nós, da oposição, não temos... Temos uma resistência maior na modificação. Quanto a outros, até concordo com V. Exa. que nós podemos pegar esse dinheiro e colocar para o enfrentamento da pandemia. Cada centavo colocado neste instante para o enfrentamento da pandemia é o drama de uma família que está passando fome que é minimizado ou uma vida que pode ser salva.

Nesse sentido ainda, e falo isso para concluir, Ministro, eu queria que V. Exa. comentasse a Resolução de hoje, da Receita Federal, a 1.942, que, me parece, e até esclarecesse para nós, diminuiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos. Parece-me contraditório neste momento em que todos nós temos que fazer um enfrentamento à pandemia. Eu faço essa última pergunta, inclusive, humildemente, para ter um esclarecimento de V. Exa.

E a minha disposição, Ministro, de colaborar para o enfrentamento da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem! Muito obrigado, Senador Randolfe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Ministro, para responder aos três Parlamentares.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – Eu vou começar pela colocação do Deputado Paulo Azi e do Senador Randolfe Rodrigues, que é justamente a necessidade de nós transformarmos, superarmos qualquer diferença que tenhamos entre nós exatamente para enfrentar o problema da saúde, em vez de transformar o problema da saúde num palanque. Eu acho que ninguém vai ser bem-sucedido se não perceber que realmente a vida dos brasileiros está acima dessas diferenças eventuais.

O Deputado Paulo Azi disse que espera que o Congresso, que nos apoiou tanto nas reformas, mantenha uma ponte com o Governo, e eu estou 100% de acordo. Eu nunca dele me afastei ou ofendi qualquer membro do Congresso durante este período de toda esta turbulência que está acontecendo no Brasil. O que aconteceu é que o Congresso nos apoiou durante todas as reformas. Estivemos juntos, e eu agradei. Inclusive, algumas coisas foram feitas até pela oposição, como o BPC, o rural – isso tudo é um aprendizado grande. Disse do exemplo também do Senador Randolfe. Lá mesmo, naquele calor, quando começamos a saber que era uma pandemia, o Senador Randolfe falou: "Pegue esse dinheiro da discórdia política. Vamos transformar isso aí em dinheiro para a saúde". Eu fui o primeiro a dizer: "Estamos juntos e vamos fazer isso aí". Então, eu aposto muito nessa parceria de um Congresso reformista, que quer fazer a coisa certa, com a economia – foi pedido aí que houvesse essa colaboração.

O Senador Davi Alcolumbre, neste momento, está conduzindo uma reforma que nós estamos fazendo a quatro mãos; inclusive, uma parte saiu da Câmara, uma parte saiu do Senado, e uma parte saiu da Economia. E eu quero chamar a atenção para o fato de que o Senado já estava fechado conosco num pacto federativo também. Havia três Senadores, Marcio Bittar, Oriovisto e Otto Alencar, todo mundo já conduzindo as reformas. Nós já estávamos com o acordo de entrarmos com a tributária e também com a administrativa, quer dizer, nós vamos continuar trabalhando juntos. O que houve é que justamente esse choque do coronavírus nos tirou das reformas estruturantes e nos jogou nas medidas emergenciais. Aliás, eu reafirmo que todos os órgãos preparados no mundo a respeito de despesas, de comparações internacionais, estão elogiando o Brasil pela velocidade da resposta e pela qualidade da resposta. Organizações políticas já podem ser outra coisa; nós estamos falando aqui de coisas técnicas, não de coisas políticas. Então, eu queria chamar a atenção para isso.

Sobre os impostos e as privatizações que o Deputado Paulo Azi comentou, isso aí é assunto para frente, porque justamente nós estamos mergulhados agora nas medidas emergenciais. Mas essa colaboração o senhor pode ter certeza que haverá. Do meu lado, eu nunca ofendi ninguém ou rompi ou cortei relações com ninguém. Eu, simplesmente, às vezes, quando uma proposta extrapola as possibilidades da Lei de Responsabilidade Fiscal ou as possibilidades de oficial em sentidos perversos, eu simplesmente não posso avançar nessa direção; eu tenho que parar humildemente e pedir ajuda para não seguir nessa direção, que pode ser prejudicial do ponto de vista econômico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Randolfe também levantou algumas questões, como, por exemplo, as reservas. Teoricamente, não sou eu que tenho que falar – é o Banco Central que comanda isso –, mas eu tenho minha opinião e a tenho externado.

Ele falou dos fundos.

Eu acho que, quanto a isso aí, de novo, a emenda Mauro Benevides pode ser um ganho extraordinário para nós, Senador Randolfe. O que acontece? Você não encosta nisso. Mesmo que você queira preservar esses fundos, o fluxo, o dinheiro anual, que são R\$26 milhões, R\$27 milhões, você não precisa tocar nisso. Nós estamos falando de um dinheiro que já está perdido, porque isso já aconteceu no passado. Esse dinheiro é meramente contábil. Ele está parado lá, não pode mais ser usado, mas ele é um caixa. É um caixa que o Tesouro tem, mas, como ele já foi do exercício fiscal passado, mesmo que seja o fundo da pesca, o fundo da saúde, você não tem como pegar mais, porque os recursos estão bloqueados. Então, o que nós podemos fazer é justamente desvincular – isso estava no pacto federativo –, de forma que os fluxos sejam apropriados, ou seja, você pode preservar qualquer um desses fundos, e o dinheiro ir, seja o fundo do Centro-Oeste, seja o fundo que abastece... Você pode manter esses fundos. Inclusive, o exemplo melhor são os fundos constitucionais. Você mantém esses fundos, mas há um saldo lá que pode... A pretexto da crise, nós podemos pegar esse saldo e combater a crise e liquidar contabilmente esse passivo estéril, esse ativo esterilizado que está lá.

Então, como são pessoas de boa vontade, que vêm ao Brasil com muito boa vontade, independentemente de estarem na situação ou na oposição, eu tenho a certeza de que, sentando com o próprio Mauro Benevides, trabalhando ali com o Waldery, em 15 minutos eles vão dar uma solução extraordinária para o problema sério que existe, sem violar nenhuma das convicções de nenhum dos lados.

E, finalmente, há também o problema da CSLL. Eu confesso, já falei antes, que eu não sabia disso. Eu não sei disso e acho um absurdo se isso tiver acontecido sem eu saber. Eu acho um absurdo se isso tiver acontecido sem eu saber, porque eu sou o responsável pela economia. Existe a Receita Federal. Como pode ter havido alguma coisa que baixou alguma contribuição sem eu saber? Isso aí é um caso que eu quero saber. Eu vou sair daqui e vou perguntar o que está acontecendo com a CSLL.

E, finalmente, para o Deputado Renildo Calheiros, o que eu posso dizer é que há um economista aí que já fez uma inflação de 5.000%; eu não vou ligar muito para a opinião dele. Outro economista, um bom economista, o Armínio, é amigo meu, conversa regularmente comigo. O Pedro Malan eu conheço também. Nunca vi o Armínio me criticar. Quem eu vi me criticar foi um que produziu uma hiperinflação de 5.000%. Então, eu não estou muito preocupado com o que ele acha a respeito do que está acontecendo no Brasil no momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Posteriormente, Sr. Ministro, se o senhor puder, peço que responda – no outro bloco, aliás, no último bloco – ao Deputado Renildo Calheiros, porque eu acho que o senhor não teve tempo de responder tudo. Deixe para o último bloco, em que só serão dois, para responder adequadamente ao Deputado Renildo Calheiros.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde, Ministro Paulo Guedes! É um prazer revê-lo.

Boa tarde a todos os colegas! Também é um prazer revê-los nesta manhã.

Na verdade, é bom dia, porque ninguém almoçou.

Ministro, eu só queria registrar que a tabela, o relatório do Banco Central com relação aos empréstimos para as micro e pequenas empresas foi reduzido com bastante força em 2019, e isso continua em 2020. Nós tivemos uma redução para as micro e pequenas empresas em 46%. Então, a má vontade é muito grande. Com esse fundo garantidor, nós conseguimos resolver muitas coisas.

Eu gostaria de lhe sugerir que nós criássemos o "emprestômetro". Eu já falei com o Carlos da Costa para que nós pudéssemos monitorar, no Senado, no Sebrae e no Ministério da Economia, diariamente, com o Banco Central, a quantidade de recursos que têm sido emprestados para as micro e pequenas empresas.

A segunda questão é que eu tenho uma tendência muito forte a ajudar os Governadores e os Prefeitos, por um simples motivo: eles não têm condições de fabricar dinheiro, no bom sentido; eles não têm como emitir moeda. E, na verdade, a queda na arrecadação tem sido enorme. Só no Tocantins – eu registro que o Governador é até meu adversário político –, comparando o mês de março do ano passado com este mês de abril, já tivemos uma queda de 46% nas receitas do Estado do Tocantins. Então não está sendo brincadeira. E o auxílio é insuficiente. Como nós estamos fazendo para as empresas, para as pessoas diretamente e para os entes federados, eu tenho a convicção de que isso vai fazer com que a economia retorne mais rapidamente. Não tenho a menor tendência à farra de recursos.

A terceira coisa é que o senhor pudesse refletir a respeito da emissão de debêntures por parte das cooperativas do agro, das grandes cooperativas do País e também das empresas Ltda. Hoje apenas as S.As. podem emitir debêntures. Nós vimos que, depois da saída do BNDES, as debêntures aumentaram muito no financiamento das empresas. Então, por que não ousar? Eu não sei dar essa receita, nem sei se isso é possível, mas imagino que as cooperativas, aquelas cooperativas sólidas e com regras... E também na Câmara há um projeto de lei de um Deputado de cujo nome não me recordo propondo também que as empresas Ltda. possam emitir debêntures.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu gostaria que o senhor pudesse avaliar uma sugestão que eu tenho recebido de alguns amigos economistas, consultores, a respeito de um encontro de contas no que diz respeito às reservas cambiais. Eu queria saber se nós não poderíamos usar a carteira do Banco Central para comprar títulos do Tesouro na praça e depois fazer um encontro de contas, para que isso não reflita em aumento da dívida bruta pelas contas do FMI. Então, também não tenho nada totalmente formulado a respeito, não sou uma especialista; só tenho muito boa vontade em aprender economia, muita vontade de aprender economia. Então, eu acho que essa poderia ser uma fórmula razoável de nós encontrarmos espaço.

E quanto à PEC dos fundos, eu apelo pela minha PEC dos fundos, que permite que os fundos constitucionais possam ser utilizados pelos Governadores para...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, Kátia, o tempo expirou.

O Deputado Edmilson Rodrigues, do Pará, não está na sala. Eu não estou vendo o rosto dele aqui.

Então, eu vou chamar a Deputada Fernanda.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para interpelar.) – Boa tarde, Senador! Quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os integrantes da Comissão e ser breve, porque muito já foi perguntado.

Quero dizer ao Ministro que eu estava, no dia 2 de março, na audiência que ele fez na Câmara dos Deputados, quando ele falou que R\$5 bilhões seriam necessários para ele resolver o tema do Covid no Brasil. E, pelos informes apresentados, já foram mais de R\$300 bilhões, segundo a fala do Ministro hoje, e ainda falta muito recurso nos Estados para comprar os leitos necessários, respiradores e equipamentos de proteção individual, Ministro, para que os nossos soldados no fronte possam trabalhar.

Aliás, no meio dessa pandemia, saiu a notícia de que o senhor pretende privatizar o GHC e o Hospital de Clínicas, que são os nossos hospitais públicos de referência no Rio Grande do Sul no combate ao Covid-19. Então, os trabalhadores têm que defender vidas e, ao mesmo tempo, defender o hospital.

Além disso, eu queria lhe dizer que não só não se resolveu a pandemia, como está muito grave a situação no Brasil. Nós temos hoje 5 mil mortos e 80 mil pessoas infectadas.

Vamos debater o tema econômico. O senhor falava que R\$200 seriam necessários e suficientes para a renda básica porque isso dava uma cesta básica. E, felizmente, o Congresso o derrotou e aprovou uma renda básica de R\$600, inclusive com uma emenda do PSOL que permite o duplo benefício para mulheres chefes de família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós demos todas as condições, votando o decreto de calamidade, para que o Governo tivesse recursos e não ficasse preso no ajuste fiscal, que já era terrível antes da pandemia e agora, neste momento, ainda mais.

Ao mesmo tempo em que a gente viu tudo isso, Ministro, mais da metade das pessoas que se cadastraram na renda básica emergencial não conseguiu acessar o benefício. As filas hoje, no Brasil inteiro, na frente das agências da Caixa Econômica Federal são quilométricas! São focos de aglomeração! Existe gente que está desde o dia 7 de abril no aplicativo dizendo que está em análise. Existem pessoas que não receberam o código para poder acessar os recursos necessários para viver, Ministro.

Eu queria lhe perguntar: qual é o problema? No caso da renda básica, nós estamos falando de R\$100 bilhões, quando vocês deram R\$1,2 trilhão para os bancos. Nem os R\$100 bilhões estão sendo liberados para que as pessoas possam viver, para que as pessoas possam comer, para que as pessoas não tenham que escolher entre contrair a Covid-19 ou morrer de fome, Ministro! É desumano! Já existe gente que apelidou de "auxílio-humilhação", porque eles estão fazendo uma cruzada para tentar acessar esse benefício. Então, eu lhe pergunto, Ministro, se é falta de recurso, se é incompetência, se é um tipo de chantagem política para que as pessoas façam um relaxamento do isolamento social.

A gente sabe que a política do Bolsonaro é uma política anticientífica, que tem negado a necessidade de atender as medidas sanitárias da Organização Mundial da Saúde. A gente está vendo isso.

Quero lhe contrapor, porque eu estou vendo que o Brasil tem sido referência em dados negativos. O nosso País é o que tem a maior taxa de contaminação, Ministro! E, ao mesmo tempo, a nossa rede começa a colapsar em vários Estados, e existe muita incompetência e falta de recursos do Governo Federal para proteger as vidas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Fernanda Melchionna.

Eu vou completar o bloco, porque faltou o Deputado Edmilson, e depois o Ministro terá um tempinho a mais para responder a todos. Eu gostaria só que ele fosse anotando o que disse a Senadora Kátia Abreu e a Deputada Fernanda.

Eu passo a palavra ao Deputado General Peternelli.

Com a palavra V. Exa.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente!

É com muita satisfação que tenho acompanhado o trabalho do Ministro e vejo muitos aspectos positivos. Está de parabéns o Ministério da Economia!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho acompanhado também a movimentação financeira no Banco Central, observei que ela é muito expressiva. Como eu tenho uma proposta junto com outros Parlamentares, a da Emenda Substitutiva nº 20, que trata de reforma tributária e pacto federativo, eu gostaria da opinião do Ministro, já que vamos trabalhar nisso tão logo termine essa crise.

Eu abordo que nós temos o grande problema da não emissão de notas. E, estudando bastante as PECs 45 e 110, vejo que elas não vão solucionar esse problema. Então, uma proposta seria o imposto único, e em torno de 2,5% no crédito e no débito. Isso permitiria acabar com todos os impostos, inclusive com a nota fiscal, facilitando muito para o empreendedor, para todo aquele que quer produzir no nosso País.

Qual é a grande vantagem? Todos vão estar pagando imposto. Agreguei aqui fatores, de tanto ouvir o Ministro Paulo Guedes falar em pacto federativo. O alemão é um terço, um terço, um terço. Aqui, coloquei 30%, 30%, 30%, Estado, Município e União, e 10% para o Congresso para as políticas regionais, Sudam, Sudene, Zona Franca, fundos e outros aspectos. Agreguei um aspecto interessante, sendo que, na União Europeia, já é assim: compras acima de R\$1.000 somente eletrônicas. E também que se acabassem com as notas de 100 e de 50.

Esse tipo de proposta, Ministro, permitiria acabar as dívidas com o Fisco a partir de então. Além disso, diminui os custos contábeis, acaba com as isenções tributárias, acaba com os contenciosos jurídicos, combate a corrupção – a economia informal paga imposto –, possui alta capacidade de arrecadação, evita tendência de pessoa física passar para pessoa jurídica, diminui o tamanho do Estado, combate à criminalidade, é de fácil verificação, não precisa de comitê gestor, os impostos diminuem – o imposto é nacional –, permite máxima simplificação, tributa dividendos e permite não cobrar dos mais pobres – já que temos esse cadastro, o CPF do mais pobre não teria desconto.

É um momento oportuno, e eu me coloco à disposição para tecer mais detalhes.

Parabéns, Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado General Peternelli.

Por último, fechando este bloco e todos os Parlamentares inscritos, eu passo a palavra para fazer o fechamento ao brilhante Senador Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul. Com a palavra o Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Nobre Senador Confúcio, bom dia.

Nós estamos em São Borja, na divisa com Argentina, nas barrancas do Rio Uruguai.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. e os demais colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas e também o nosso Ministro Paulo Guedes.

Quero cumprimentá-lo, Ministro Paulo Guedes, e lamentar, inicialmente, na minha fala, que alguns meios de comunicação no Brasil, notadamente Rede Globo e outros, e alguns partidos também tentam politizar esta questão, quando, neste instante, direita, centro, esquerda, todos tinham que estar centrados no combate ao coronavírus, no combate ao desemprego. Alguém torce, já pensando na eleição de 2022... Eu apenas lamento, Senador Confúcio, que alguns meios de comunicação e partidos já estejam usando a eleição de 2022 e, para qualquer palavra do Presidente Bolsonaro, do ex-Ministro Mandetta, do ex-Ministro Sergio Moro, confundem as coisas e atrapalham tudo.

Vamos focar no que interessa.

Ministro, primeira pergunta. Eu recebi de um economista, até passei para o Presidente do Banco Central, que o mundo tem uma direção em que estão diminuindo a compra de dólar e, usando esses novos fundos internacionais, comprando ouro – as reservas em ouro e não em dólar. A gente viu que os Estados Unidos hoje têm a maior reserva em ouro do mundo, com mais de 8 mil toneladas. O Brasil é o 42º país em reserva de ouro, apenas com 62 toneladas de ouro, aproximadamente. Então, se nós não podermos usar... Se der um craque na economia mundial, como é que fica o Brasil com esses mais de US\$300 bilhões de reservas?

Nós tínhamos US\$380 bilhões; começamos com Fernando Henrique, Lula, Dilma, Michel e, agora, com Bolsonaro; quase US\$400 bilhões de reserva. Também não seria interessante, se der um craque mundial, nós ficarmos com essas reservas, micados com essas reservas de dólares, se houver uma queda com relação ao dólar. Primeiro ponto.

Segundo, Ministro, com relação às empresas, vamos ajudar a pequena empresa – a Kátia falou muito bem do projeto do Senador Jorginho Mello, de que foi Relatora. Temos que ajudar micro, pequenas e médias empresas, comércio, serviços e agricultura.

Com relação aos Refis – há Refis da Copa e Pert –, seria interessante, neste momento, dar uma pausa para esses Refis, porque as empresas estão com dificuldade. Se pudermos ajustar, pelo menos no período em que nós estivermos na calamidade pública que estamos vivendo neste momento, se pudermos retornar à questão dos Refis, seria importante.

Agora, pela manhã – nós vamos tentar com V. Exa., semana que vem –, eu e o Deputado Pedro Westphalen, conversamos com a Confederação Nacional de Saúde. O Confúcio, que é médico – é Senador e é médico. Já foi Deputado e Governador –, sabe sobre a dificuldade dos hospitais, sejam os hospitais filantrópicos, sejam os hospitais privados; é mesmo extremamente difícil a situação deles. Estão em dificuldade neste momento, agora imagine depois da passagem do coronavírus! Então, alguma linha específica, Ministro, seria interessante para nós usarmos para os hospitais filantrópicos. Se se vai ajudar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer setor, é importante, mas quem está salvando as vidas é quem está dentro dos hospitais, que são os médicos, enfermeiros, enfim. Então, é importante nós termos alguma coisa sobre a rede hospitalar do Brasil inteiro: clínicas, hospitais particulares ou privados que possam ter um auxílio por parte do Governo Bolsonaro.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, eminentes Parlamentares, o Deputado Edmilson saiu da sala – acho que foi tomar um lanche e retornou. *(Risos.)*

Ele estava inscrito. Então, seria muito deselegante não conceder a palavra a ele, não é? Ele vai ser bem objetivo, porque eu já estava encerrando. Então, com a palavra, Deputado Edmilson, do Pará.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Para interpelar.) – Poxa, agradeço, Senador!

Queria aproveitar este momento para pedir empatia das autoridades: menos burocracia, mais amor à vida! É muito triste ver o que o Presidente está fazendo e é muito triste que o Ministro Paulo Guedes não tenha sensibilidade social, mesmo que argumente que tem, porque todas as suas argumentações técnicas são da técnica em favor da acumulação ampliadíssima do lucro das grandes corporações financeiras. Nem todos os cidadãos brasileiros podem ser especuladores, podem acumular riquezas. Há muitos – muitas autoridades, inclusive – que estão envolvidos em escândalos, envolvendo, inclusive, valores acima de R\$1 bilhão de recursos manipulados especulativamente.

Enfim, a grande maioria do povo e grande parte da classe trabalhadora vive em situação de desemprego, vive no trabalho informal, trabalha como autônomo, e agora tem duas opções: adoecer, morrer sem assistência no sistema ou ficar isolada. Para isso, tem que haver vontade política de investir os recursos, as riquezas nacionais para, depois da pandemia, retornarmos a todo um processo de crescimento econômico. E vivemos no capitalismo, as empresas poderão retomar a sua escalada de lucro. O que nós não podemos é ajudar na ampliação dessa catástrofe por conta de um cruzar de braços ou até mesmo de um incentivo ao fim do isolamento, como tem sido feito pelo Governo Federal, envolvendo não só o Presidente, mas as autoridades que...

Talvez o Ministro Paulo Guedes tenha sido, naquela entrevista de resposta ao Moro, o único que teve coragem de colocar uma máscara. A verdade é que grande parte dos servidores que trabalham diretamente com as pessoas infectadas, que estão salvando vidas, estão às vezes desesperadamente perdendo suas próprias vidas, adoecendo no trabalho. Essas pessoas nem sequer têm o direito aos EPIs, à proteção devida, seja porque a demanda aumentou muito em relação à estrutura historicamente instalada no sistema de saúde, seja porque isso é um problema, mas conjunturalmente muitos governos têm incentivado o fim do isolamento social ou nem sequer iniciaram esse processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria concluir agradecendo a oportunidade e dizer ao Ministro, e eu sou, há mais de 40 anos, professor universitário da rede estadual e da federal: não é admissível que um Ministro do porte do senhor ofenda os servidores públicos e diga que servidor público está com a geladeira cheia enquanto outros precisam. Um professor doutor como eu, depois de fazer um concurso nacional, começa a carreira ganhando R\$9 mil. Não é 1 bilhão, não são 2 bilhões obtidos ilegalmente na especulação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Edmilson.

Sr. Ministro, foram vários... Esse último bloco foi grande, então eu vou conceder ao senhor, para seu fechamento e também para as considerações finais, o tempo de oito minutos.

Eu creio que ficou faltando alguma resposta para o Deputado Renildo Calheiros, caso V. Exa. queira responder.

V. Exa. tem duas questões de ordem aqui inscritas. Ao final da palavra do Ministro, a gente abre um minuto para cada um dos Parlamentares que se inscreveram para a questão de ordem.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES (Para expor.) – São dois minutos para cada um que falou. Dois minutos para cada um são dez minutos. Eu posso responder inclusive ao Deputado Renildo.

Vou começar pela Senadora Kátia Abreu.

O "imprestômetro" e o foco no FGI têm total apoio meu. Estados e Municípios é que são a ponta, o dinheiro tem que chegar lá, isso está ligado à sua PEC dos fundos, sim – nós conversamos sobre isso, a senhora sabe que tem meu apoio para isso.

Debêntures para cooperativas está com o Banco Central, estão analisando. Eu acho interessante e agradeço muito sua ajuda no microcrédito, nesse programa de microcrédito.

As reservas cambiais são uma discussão mais longa com o Banco Central. Nós temos usado, e acho que podem ajudar bastante, mas o tema é de controle do Banco Central.

Deputada Fernanda, eu lamento muito que, naquele momento ali... Muita coisa é feita invertendo coisas que eu digo. Se há uma coisa que me machuca é exatamente isto: eu formulo um programa de ajuda emergencial aos invisíveis brasileiros – pelo IBGE, sei que são muitos, 38 milhões – e, ao final, eu sou acusado de insensibilidade social, de não pensar nos mais pobres. Esse uso político, quando a gente se dá para ajudar o Brasil e luta, independentemente de partido, que eu nunca tive...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ajudar o País, oferecendo o que eu tenho de melhor que é o meu conhecimento, uma vida de economista. E aí crio um programa e sou acusado de... Inclusive, o último passo de R\$500 para R\$600 foi nosso também. Nós criamos o programa e, no final, depois de aprovado pela Câmara R\$500, nós pedimos R\$600. Então, a gente já sabe como é isso. É assim: a gente cria o programa, ele é ampliado – e é natural que seja assim, há um protagonismo político, todo mundo aumenta um pouco –, e, no final, a gente até diz: "Pode até aumentar mais". E a gente recebe essa crítica de insensibilidade, mas não faz mal.

O uso dos R\$5 bilhões foi a mesma coisa. Quem estava lá viu em que contexto aconteceu. Estava sendo discutida emenda de relator, dinheiro para cá, dinheiro para lá em disputa política, e o Senador Randolfe Rodrigues disse: "Olha, vamos usar isso aí para atacar o coronavírus, vamos usar isso no combate." E eu: "Ótimo! Vamos pegar os R\$5 bilhões para tentar atacar, vamos pulverizar esse coronavírus.", uma figura de imagem para dizer "Vamos atacar o coronavírus." Ora, eu sou treinado nisso a vida inteira e sei que R\$5 bilhões não resolvem nada, tanto que, na semana seguinte, foram mais R\$4,5 bilhões; na semana seguinte, mais R\$300 milhões; depois, mais R\$500 milhões; agora, já R\$800 milhões. Eu sei disso. Então, tentar pegar uma frase num momento como foi feito por várias vezes já, não é? Volta e meia usam politicamente uma coisa. Eu acho isso falta de sensibilidade social também, entendeu? Eu me pergunto se... Bom, não vou me perguntar nada.

General Peternelli, eu gostaria muito de agradecer sempre o seu apoio, a sua tentativa de melhorar o País também. Essa sugestão de imposto único, tudo isso é superinteressante, essa visão do pacto federativo também e de como descentralizar, mas essa, eu lembraria só, é uma pauta, uma agenda de reformas estruturantes, que nós suspendemos. Apesar de me acusarem de ficar só com a mesma coisa na cabeça, de só falar em reformas estruturantes, eu mesmo estou dizendo que não é essa a hora. A hora agora é das medidas emergenciais, e as reformas estruturantes, como essa discussão do imposto único, de reforma tributária, pacto federativo, de como distribuir os recursos, ficaram um pouquinho para a frente.

Senador Heinze, agradeço muito também o apoio de sempre. A ideia de compra de ouro pelo Banco Central é uma ideia praticada nos bancos centrais do mundo inteiro. Do ponto de vista estritamente técnico, o próprio Keynes dizia que o ouro é uma relíquia bárbara, quer dizer, é um resultado de sistemas monetários antigos – a moeda hoje é fiduciária –, mas a liberdade de comprar é assegurada a todos os bancos centrais do mundo. O Banco Central da Índia tem, o da China tem, o dos Estados Unidos tem, e realmente o brasileiro não compra, não pode comprar.

A sua observação de microcrédito eu apoio também.

A ideia dos Refis eu acho que a gente empurra também um pouco para a reforma tributária. Ali na frente, nós vamos ter que atacar esse problema de ficar... O Governo colocou impostos tão altos, tem um contencioso enorme, e, ao mesmo tempo, um manicômio com mais de 40 impostos diferentes, taxas... Isso acaba criando uma indústria de contencioso, quer dizer, são quase R\$3 trilhões de contencioso; por outro lado, um *lobby* político. Há muita gente isenta e muita gente que tem que pagar. Quem não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue pagar vai para o Refis, que a toda hora é feito. Eu acho que nós temos que acabar com isso e mudar para um sistema em que todos paguem menos, de forma que não haja nem o contencioso e nem a necessidade de ficar a toda hora com o Refis rolando.

O meu total apoio aos hospitais filantrópicos e à saúde. Eu acho até que o Suas, que era esse Sistema Único de Assistência Social...

O meu total apoio aos hospitais filantrópicos e à saúde. Eu acho até que o Suas, que era esse Sistema Único de Assistência Social... De novo eu agradeço à democracia brasileira por isso, porque há coisas que são criadas por governos que hoje são oposição, são utilizadas depois pelos governos que estão no Governo e é dessa colaboração, na verdade, que o País evolui.

E, finalmente, ao Deputado Renildo Calheiros, eu respondi, sim, porque ele falou assim: "Olha, tem uns economistas que estão dizendo isso, aquilo e aquilo outro". Deu três nomes, eu citei. O Armínio Fraga é um amigo meu e nunca me criticou abertamente, converso com frequência com ele. O Mailson da Nóbrega é um economista que infelizmente participou de um governo que levou o Brasil a 5.000% de hiperinflação e que me critica desde que começou o Governo. Quer dizer, infelizmente, eu não posso fazer nada a respeito. O que eu posso fazer a respeito? Que bom que ele tem a opinião dele, e eu tenho a minha. E a minha é diferente da dele, porque eu não faria uma inflação de 5.000%. O Pedro Malan é um economista também de boa qualidade, foi meu interlocutor sempre. Então, se ele está criticando hoje ele pode pegar o telefone e ligar para mim. Eu acho que é interessante. Eu, por exemplo, algumas vezes liguei para ele quando ele era ministro e dei sugestões também. Então eu respondi, sim, ao Renildo Calheiros.

Quando ele falou da ONU, a ONU é um organismo político. Então, eu não vou comentar. É uma coisa política. A ONU diz que eu não estou gastando dinheiro com a saúde. Bom, o FMI, o Banco Mundial, os Ministros da Fazenda do G-20, as reuniões todas técnicas que eu faço lá fora são todas... Está todo mundo dizendo que o Brasil está bem à frente de todos os emergentes. Então, eu não vou entrar numa discussão política sobre a ONU. Basicamente é isso.

Muito obrigado a todos. Eu quero elogiar o altíssimo nível desta Comissão, quero me colocar inteiramente à disposição. Espero que nos ajudem a fazer o monitoramento e perseguirmos, para saber onde está esse dinheiro. O dinheiro está sendo liberado. Hoje a crítica é que nós não damos dinheiro suficiente. Possivelmente daqui a dois meses vai ter gente dizendo: "Não, deram dinheiro para uma empresa e não deviam ter dado; deram dinheiro para isso e para aquilo". Então, por favor, nos ajudem. Se nós não demos dinheiro suficiente, é pouco dinheiro, vamos pelo menos fiscalizar esse pouco dinheiro para ver se chega ao lugar certo. E não é pouco dinheiro, tenham a certeza os senhores disso. Os recursos são bastante abundantes. Nós temos que fazê-los chegarem à ponta. Há problemas, sim, de execução, como qualquer política pública. Não é porque havia fraude no Bolsa Família que nós vamos dizer que é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

um péssimo programa. Nós temos que apurar as fraudes, desmontar as fraudes e garantir que chegue justamente para as pessoas necessitadas.

Então, eu agradeço muito ao Senador Confúcio pela sessão. Agradeço muito ao Deputado Francisco Jr. também, Relator, pela sessão. Agradeço muito a todos os Senadores e a todos os Deputados. Eu me coloco inteiramente à disposição, a minha equipe está à disposição. Por favor, nos ajudem na fiscalização desses recursos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Sr. Ministro.

Já eu faço o agradecimento final à V. Exa. e à sua equipe.

Eu quero comunicar a todos os presentes, membros da Comissão e não membros, que o decreto legislativo fala o seguinte: "§2º A Comissão realizará, mensalmente, reunião com o Ministério da Economia". É uma reunião com o Ministério da Economia; não é uma audiência pública mensalmente.

E no §3º do art. 2º: "Bimestralmente, a Comissão realizará audiência pública com a presença do Ministro da Economia". Foram os fatores objeto da designação do decreto legislativo.

Eu agradeço, Ministro, por ter feito esta audiência pública, com 30 dias, muito importante para esclarecer a todos, ao povo brasileiro.

E agora eu concedo uma questão de ordem, o mais rápido possível, para o Deputado Mauro Benevides.

Não é, Deputado Mauro Benevides, para que seja indagatória ao Sr. Ministro; é sobre questões administrativas e procedimentais.

Com a palavra V. Exa. (*Pausa.*)

O som para o Deputado Mauro Benevides, por favor.

O som... O som para o Deputado...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Agora sim!

Sr. Presidente, serão 30 segundos, como eu falei. É porque algumas vezes, duas ou três vezes, foi levantada aqui a questão de rebaixar, de 20 para 15%, a CSLL dos bancos. Eu quero lembrar que não sei de onde saiu essa informação, porque isso foi aprovado em novembro, na reforma da previdência, de 15% para 20%; essa contribuição tem que atender à noventena, portanto tem que ter 90 dias para entrar no circuito... Portanto, em janeiro e fevereiro ela continuará sendo 15%; a partir de março é que, efetivamente, essa alíquota passará a vigorar. Portanto, quanto a essa possibilidade, o Secretário Tostes jamais tomaria uma decisão dessa sem conversar com o Ministro Paulo Guedes, até porque não é a sua característica. É um brilhante técnico que está lá, no desempenho da Receita Federal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Era só para agradecer tecnicamente, porque contribuição não tem que atender ao princípio da anterioridade, somente à noventena. Portanto, em março essa alíquota já entrará em vigor. Era só para esclarecer, porque o Ministro disse que iria sair correndo, para fazer essa questão, e não precisa sair correndo, porque essa é a explicação mais técnica.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Cacá Leão.

Do mesmo jeito, o mais rápido possível.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Pela ordem.) – Presidente... Agora, sim, ativou.

Presidente, é para tratar sobre a questão também dos requerimentos e do plano de trabalho que foi aprovado.

Existiam alguns pleitos de convocação de ministro, e eu acho que é de bom tom a gente transformar essas convocações em convites. Afinal, todos os ministros já se colocaram de boa vontade para fazer e para vir à Comissão, como nós tivemos hoje a apresentação do querido amigo, Ministro Paulo Guedes. Então, eu acho que não é de bom tom a gente convocar ministro. A gente convida o ministro; se ele não vier ou se ele se opuser, por determinada ou por alguma função, aí sim a gente parte para um outro extremo. Então, a minha questão de ordem é para que... Na hora em que V. Exa. colocou em votação, eu tentei me manifestar aqui mas não consegui. Mas é para pedir a V. Exa. que, antes de aprovar, transforme os requerimentos de convocação dos ministros ora citados em convite, para que eles possam vir a esta Comissão, que eu tenho certeza absoluta de que todos terão a mais boa vontade de vir prestar os esclarecimentos para esta tão importante Comissão do Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente, e quero parabenizar V. Exa. Pela condução dos trabalhos e o Ministro Paulo Guedes pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu vou aproveitar a sua manifestação e já submeter ao Plenário, porque há quórum para isso, a transformação automática da convocação para convite em todos os casos, a não ser os casos justificados pelo Deputado Cacá Leão.

Aqueles que concordam com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado João Campos, para fazer o fechamento.

Sua questão de ordem, por favor. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado João Campos...

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para questão de ordem.) – Quero agradecer, Presidente, saudar a todos os Deputados e o Ministro.

Apenas, com toda a vênica, o Ministro citou uma fala do Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, em que citava uma dívida de 700 milhões/mês com bancos públicos. Essa informação, Ministro, não é verdadeira. A dívida é de R\$139 milhões por mês. Desses R\$139 milhões, R\$17 milhões são do Tesouro Nacional. São as únicas dívidas suspensas neste momento.

Acho que os bancos públicos dependem do PLP nº 149, que representa R\$57 milhões, e os outros R\$64 milhões são por bancos internacionais. Então, o total mensal do Estado de Pernambuco é de R\$139 milhões, e não de R\$700 milhões.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES – Eu agradeço. Agradeço o esclarecimento e vou dar uma bronca nesse amigo, porque ele justamente ligou dizendo: "Olha, que bom que vocês fizeram isso, o Governador lá do meu Estado falou isso, falou aquilo". Então, eu já vou dar uma bronca nele. Deve ser de oposição, deve ser de oposição. Eu vou dar uma bronca nele.

Muito obrigado pelo esclarecimento, porque eu não vou repetir essa besteira mais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem. Muito obrigado.

Eu quero agradecer aos internautas. Fizeram muitas perguntas, mas infelizmente... Nós prorrogamos. O Ministro, por generosidade, ampliou mais de uma hora, além do prazo previamente estipulado.

Estou muito agradecido a toda a equipe do Ministério da Economia. Agradeço a presença dos Parlamentares da Comissão, suplentes e os membros do Congresso Nacional. Agradeço aos internautas. As perguntas deles quase todas foram respondidas pelas perguntas dos Parlamentares. Agradeço a todos os telespectadores.

Declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PAULO ROBERTO NUNES GUEDES – Obrigado. Um abraço a todos.

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e cinco minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfê Rodrigues, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Gustinho Ribeiro, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Renildo Calheiros, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Kátia Abreu, Edmilson Rodrigues, Rafael Motta, Marcos do Val, Aureo Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Alessandro Vieira e Paulo Ganime. Deixam de comparecer os Parlamentares Rogério Carvalho e Joice Hasselmann. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater as ações do Ministério relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania.. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 37, de 2020** que : "Requer seja solicitado, aos Ministérios da Cidadania, Defesa Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicação, Relações Exteriores, da Economia, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e Ministério de Minas e Energia, informações acerca dos procedimentos e requisitos adotados para as compras e contratações de materiais, equipamentos e serviços, e outras informações." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/05/07>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência em saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Esclareço que, para esta reunião remota, o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem de fala será dada, primeiro, ao Relator pelo tempo de dez minutos; em seguida, aos titulares, depois que o Ministro usar o tempo dele; depois aos suplentes; e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo da reunião e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a audiência com o Ministro.

Por último, informo a todos os membros da Comissão que, de acordo com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete ao Presidente ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão. Levando em consideração o plano de trabalho discutido e aprovado pelos Srs. Parlamentares, informo que pautarei, em primeiro lugar, tudo o que estiver objetivamente de acordo com as diretrizes do decreto que cria esta Comissão e com a possibilidade de adequação das agendas das autoridades previstas como convidadas às audiências. Portanto, a agenda divulgada no plano de trabalho será adaptada ao longo dos trabalhos da Comissão.

Agradeço a compreensão de todos os Parlamentares e finalizo aqui os esclarecimentos. Mas antes quero dizer que há uma dificuldade de agenda. De acordo com o plano de trabalho, por exemplo, o Ministério da Saúde pediu para ficar para junho. A Caixa está tendo alguma dificuldade de agenda, e nós vamos jogar a próxima reunião com ela para segunda-feira, às 14h – vai mudar de acordo com a agenda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Presidente da Caixa, vai ser uma audiência muito importante, e logicamente nós ajustamos e respeitamos os compromissos anteriores do Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

A presente reunião é uma audiência pública interativa, com a presença do Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, a quem agradeço por estar disponível para esta reunião virtual. Contamos também com a participação dos internautas através do e-Cidadania.

Acompanham o Sr. Ministro dois de seus Secretários diretos – por favor, me deem o nome dos Secretários para eu avisar a todos; quero fazer a leitura, por gentileza. (*Pausa.*)

Informamos que o Sr. Onyx Lorenzoni, Ministro de Estado da Cidadania, estará acompanhado nesta Mesa de videoconferência do Sr. Antônio José Barreto de Araújo Júnior, Secretário Executivo do Ministério da Cidadania, e do Sr. Sérgio Augusto de Queiroz, Secretário Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania. Portanto, o Dr. Antônio José e o Dr. Sérgio Augusto acompanham o Ministro Onyx Lorenzoni.

Neste momento passo a palavra ao convidado, o Ministro Onyx Lorenzoni, pelo tempo de 25 minutos. Vamos utilizar duas horas na nossa audiência aqui, para V. Exa. falar, dez minutos para o Relator e, aí, os Srs. Parlamentares terão tempo de indagar, e V. Exa., de responder. Então, passo a palavra a V. Exa. por 25 minutos, tempo que poderá ser prorrogado por mais 5 minutos.

Com a palavra S. Exa. o Ministro Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Senador Confúcio Moura e demais Senadores e Deputados que compõem esta Comissão Mista, quero dizer, em nome do Presidente Jair Bolsonaro e do Governo Bolsonaro, que é uma honra sempre atender qualquer solicitação do Congresso Nacional. Então, sinto-me honrado por poder fazer os esclarecimentos que são necessários.

O Brasil vive um momento difícil, importante, e o Presidente Bolsonaro, que sempre teve uma postura de equilíbrio em relação aos cuidados na área da saúde e aos cuidados na questão econômica, já que o nosso País vem de um processo de recuperação econômica, nos determinou, por conta da legislação que foi votada pelos senhores e que foi promulgada no dia 13 de abril, a construção de uma rede de proteção, principalmente para os mais vulneráveis no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das formas de combate à enfermidade é o isolamento social, ou o afastamento social, ou, como em algumas comunidades, por questões que envolvem o sistema de saúde e a incidência da pandemia, o *lockdown*, como é o caso de Belém e de Manaus. Mas o que ocorreu no Brasil, assim como em outros países do mundo, foi uma brutal redução da atividade econômica, e, no Brasil, principalmente os mais vulneráveis têm a característica de trabalhar durante o dia para poder se alimentar à noite. Então, preocupados com isso, o Parlamento e o Poder Executivo construíram um programa que recebeu o nome de Auxílio Emergencial, e nós, no dia 3 de abril, recebemos a missão de botar de pé esse trabalho de assistir a milhões de brasileiros.

Quero, primeiro, dizer que esse processo não tem um modelo no mundo, e nós desenvolvemos uma ideia aqui no Ministério da Cidadania: buscamos a parceria com a Dataprev e com a Caixa Econômica Federal, porque, na legislação que os senhores aprovaram, foi determinado que quatro bancos públicos trabalhariam com essa ação, com esse programa. Dos quatro bancos consultados, três abriram mão, e a Caixa Federal foi quem fez o aceite de organizar, através de um aplicativo, a captação daquilo que não estava contido nem no nosso Cadastro Único, nem nas bases de dados de outros órgãos do Governo Federal. Então, nós iniciamos as discussões ainda no dia 2 de abril com a Dataprev e com os bancos públicos, e chegamos à definição no dia 3 da própria Caixa – 3 de abril, 4 de abril. Desenvolvemos ao longo daquele final de semana um aplicativo, que foi colocado no ar no dia 7 de abril.

De lá até o presente momento, nós já processamos mais de 96,980 milhões de pessoas, que diretamente acessaram esse aplicativo, quer como requerentes, quer como membros de composição familiar. Desses, nós encontramos como elegíveis, somando todos os CPFs analisados, incluindo aí Bolsa Família e Cadastro Único, em torno de 50,500 milhões de brasileiros, com 32.807.449 inelegíveis. Então, um terço daqueles que foram analisados pelo aplicativo são pessoas que não tinham direito pela legislação – uma boa parte de boa-fé, mas também uma parte significativa fez a tentativa de burlar a legislação, como eu vou explicar aqui, e os nossos dois Secretários vão esclarecer ao longo do tempo. Encontramos 13,672 milhões de CPFs que foram inconclusivos pelas mais variadas razões, o que, ao longo da audiência, também nós vamos esclarecer.

Nós fizemos a divisão em três grandes grupos. O primeiro grupo é esse que estava no auxílio emergencial através do *site* ou do aplicativo da Caixa Federal. Nesse grupo em particular, nós encontramos em torno de 20.516.692 CPFs, que já estão todos pagos até o presente momento.

Nós criamos o grupo dois, que era o grupo do Bolsa Família, lembrando que nós adicionamos, do mês de março para o mês de abril, mais de 1,5 milhão de pessoas, chegando ao número recorde de 14.274.274 famílias, sendo também o maior pagamento já feito dentro do programa para esse grupamento, que são os mais vulneráveis do Brasil. Para que se tenha uma ideia, a média de pagamentos mensais do Bolsa Família é na ordem de R\$2,8 bilhões, e nós pagamos, neste mês, R\$15.146.395.800. O cronograma do Bolsa Família nós o mantivemos intacto, até porque ele é pelo número final do NIS





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Número de Identificação Social) – as pessoas têm uma rotina, as pessoas já o conhecem. E nós tomamos a decisão de manter o programa da forma como ele vem sendo executado: a Dataprev roda, o Cidadania faz a homologação, manda o recurso, e a Caixa paga. Então, para que não houvesse nenhuma modificação nessa rotina, nós mantivemos dentro das datas que já estavam apazadas desde o início do ano no calendário normal do programa Bolsa Família, somente adicionando os valores novos, de R\$600, ou R\$1,2 mil, ou aquela circunstância em que a família vai a R\$1,8 mil, dependendo da sua composição.

Depois nós criamos um terceiro grupo, que é o grupo do Cadastro Único sem Bolsa Família. Só para os senhores terem uma ideia, quando nós chegamos aqui, no mês de fevereiro, 18 de fevereiro, nós tínhamos, e temos, 75 milhões de pessoas cadastradas no Cadastro Único. À época, no mês de fevereiro, nós identificamos que 15 milhões de pessoas não tinham CPF. Nós tínhamos 60 milhões de pessoas no Cadastro Único com CPF. Foi implementada uma força-tarefa aqui, num grande esforço: conseguimos adicionar, ao longo do mês de março – estão nos ajudando muito –, 5 milhões de novos CPFs ao Cadastro Único. Então, hoje nós temos 65 milhões de pessoas, das 75 milhões (número redondo), do Cadastro Único que têm CPF. Desse processamento, nós então encontramos 13.675.342 famílias que receberam, dentro do programa Bolsa Família, o recurso emergencial. A composição é 29.742.243 pessoas que são impactadas por esses recursos. E nós encontramos 707 mil famílias que, por várias razões, não puderam receber o recurso do auxílio emergencial, mas, então, nós tomamos a decisão de mantê-las no programa Bolsa Família, como elas vinham sendo atendidas.

Uma outra medida importante para esclarecer a todos: nós temos hoje um grau de preocupação – e isso foi expresso logo que saiu o decreto emergencial e, depois, a determinação do Parlamento de que nós atuássemos numa situação de reconhecimento da pandemia dentro do Brasil –, e nós fizemos uma portaria em que a gente suspendeu toda e qualquer saída do programa Bolsa Família ao longo desse período, enquanto durar a pandemia, porque isso é um processo de pessoas que avançam financeiramente, conseguem a emancipação, várias outras situações, óbitos etc. Tirando a questão do óbito, evidentemente, nós procuramos manter dentro do programa Bolsa Família todos aqueles que lá estavam, suspendendo toda e qualquer modificação. Isso valeu também para BPC, valeu para todos os programas que são ministrados pelo Ministério da Cidadania. Está suspensa qualquer exclusão por qualquer razão, claro, a não ser que seja o óbito da pessoa.

Além disso, é importante salientar que nós concluímos até o dia de hoje, então, o pagamento dessas 50,5 milhões de pessoas. Isso é um feito. Não há paralelo no mundo ocidental.

Países com estrutura quer financeira, quer econômica muito melhor do que a nossa não conseguiram chegar nem à metade do caminho que o Brasil chegou em tempo tão rápido.

Eu estava ouvindo a fala do amigo de muitos anos, por quem eu tenho profunda admiração e respeito, o Senador Esperidião Amin, sobre os invisíveis. Quando nós fizemos as primeiras projeções com base em estudos do IPEA e da FGV, era em torno de cinco, seis, sete, oito milhões de invisíveis no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós encontramos mais de 21 milhões de invisíveis, é muito maior do que a gente imaginava. E essa foi também uma das razões para que a gente buscasse a suplementação orçamentária que o Governo fez na semana passada, para que a gente pudesse completar a primeira parcela.

Há uma externalidade muito importante nesse processo que é o fato de que nós estamos bancalizando, vamos chegar próximo a 25 milhões de pessoas com contas digitais, pessoas que eram completamente desconhecidas do Estado. Hoje a gente tem a conta dessa pessoa, a sua composição familiar, a sua residência, o seu CPF. Quer dizer, são pessoas, passado esse episódio da pandemia, para as quais nós vamos desenvolver aqui – e vamos fazer isso junto com o Parlamento brasileiro – programas de estímulo ao empreendedorismo, aperfeiçoamento, microcrédito; poder chegar perto dessas pessoas para que elas possam se desenvolver.

Eu queria também dizer que, desde sexta-feira passada, acho que é importante no âmbito dessas ações do Covid, nessa rede de proteção, nós recebemos aqui um recurso da ordem de 2,5 bilhões que nós estamos distribuindo da seguinte maneira: desde a sexta-feira passada, há 1,3 bilhões e já fizemos a liberação dos primeiros 642 Municípios; hoje já devemos liberar algo superior a 1 mil Municípios, talvez 1,2 mil ou 1,3 mil, chegando muito próximo de 2 mil Municípios. Os Municípios fazem uma opção que está no *site* do Ministério da Cidadania. São três programas.

O primeiro é o de EPIs, ou seja, Equipamentos de Proteção Individual para todas as equipes da assistência social. Nós temos 192 mil heróis, que eu chamo de "os guerreiros do bem", que são os homens e as mulheres da assistência social no Brasil. Não levam só orientação, prevenção, alimento; levam uma palavra muitas vezes de conforto e de carinho para famílias como essas a que o Senador se referiu na matéria ou no vídeo que ele pretende compartilhar com todos nós. Então, essas pessoas terão, e isso está previsto, nós já temos um cadastramento, já sabemos quantos servidores há em cada prefeitura, em cada secretaria municipal de assistência social, e nós estamos fornecendo equipamentos completos: gorro, máscara, luva, avental, tudo para que ela possa trabalhar, nos próximos seis meses, em regime pleno, com total garantia e proteção.

O outro pilar desse programa é a alimentação, principalmente para os nossos idosos, população de maior risco, que estão nas ILPIs, que são as Instituições de Longa Permanência, dando condições para que os Municípios, também pelos próximos seis meses, possam adquirir alimentos e possam atender os asilos, os orfanatos, as APAEs, as Pestalozzis, todas as instituições que fazem acolhimento e abrigamento.

Mesmo os Centros-Dia, aqueles centros populares onde as pessoas passam o dia e fazem algumas refeições, também, de tal forma que é uma cobertura importante para melhorar a condição nutricional da pessoa, melhorar a condição proteica dela, para ela poder ter melhores condições de fazer o enfrentamento se eventualmente houver – e a gente não deseja que haja – contaminação por vírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, o abrigamento e o acolhimento de moradores de rua num programa que, nesses primeiros três meses, foca em 50% de todo o volume de moradores de rua que nós temos cadastrados no CadSUAS, exatamente para dar condições de os Municípios poderem se organizar. Àqueles Municípios que já fazem um bom acolhimento, um bom abrigamento, mas que não conseguem fazer o distanciamento social pelas características dos locais, estamos dando um recurso suplementar para que possam alugar pensão, hotel. O nosso cálculo de atendimento de moradores de rua é em torno de 260 mil moradores de rua nesses primeiros três meses. À medida que o Município consiga fazer esse abrigamento e precisar de suplementação, nós vamos fornecer a suplementação para esses Municípios, ou seja, realmente é uma rede de proteção muito ampla.

E a última informação é que deve sair ainda hoje uma portaria... Todos sabem que o Sistema Único de Assistência Social é um cofinanciamento entre o Governo Federal, Estados e, fundamentalmente, Municípios, quer dizer, quase 98% da assistência social brasileira é uma aliança entre a União federal e os Municípios brasileiros. Nós estamos transferindo no dia de hoje para a assistência social dos Municípios uma parcela que envolve três meses: o mês de abril, o mês de maio e o mês de junho, dentro daquilo que foi pactuado no conselho do Sistema Único de Assistência Social do Brasil, num volume próximo de 600 milhões que vão fundo a fundo. Para ser preciso, em torno de 580 milhões vão irrigar o sistema, para que o sistema possa, junto com todas as outras ações, dar essa condição de proteção aos mais vulneráveis e dar condição para que os Municípios possam colocar em ação as suas equipes, com combustível, com capacidade de comunicação, com aquisição de alimentos, com equipamentos de proteção. Ou seja, que esse grande exército do bem, que é o da assistência social, possa estar nas ruas, nos morros, nas favelas, nas vilas, nas comunidades ribeirinhas, no interior, próximo aos mais vulneráveis, nas instituições de acolhimento e abrigamento com segurança, mas levando alimentação, orientação, prevenção e também uma palavra de afeto e de carinho.

Então, acho que eu pude rapidamente, Senador Confúcio e demais membros da Comissão, fazer um panorama simplificado, objetivo.

Uma última informação é que a Dataprev colocou no ar, desde a última segunda-feira, junto com o Ministério da Cidadania, uma página que, num processo de transparência ativa, a gente disponibilizou para todos os brasileiros e brasileiras. Todos podem entrar com seu nome, seu CPF, sua composição, o nome da sua mãe, a sua data de nascimento e rapidamente têm a resposta de qual a sua condição, quando ele foi... Para acabar com aquela história de que ficou em análise, ficou em análise. Não. Ali a pessoa sabe exatamente quando ela entrou, quando foi processado, quando foi enviado para a Caixa, qual é a sua situação presente, ou seja, é mais uma ação no sentido de que a gente trabalhe com total transparência.

Eu quero também, com muita humildade, agradecer a todas as equipes que se empenharam para montar esse processo. Algumas equipes aqui do Cidadania, da Caixa, da Dataprev, viraram dias e dias sem dormir, exatamente para poder botar essa determinação do Parlamento brasileiro de pé, que é o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auxílio emergencial. O Presidente Bolsonaro nos cobrava e nos cobra sempre o maior grau de eficiência possível e o melhor serviço possível às pessoas.

Eu falava "com humildade" no meu agradecimento, porque sabemos que somos humanos e podemos ter erros, os sistemas cometem erros. E também para que a gente relembre que um lote de 5 milhões de CPFs, por exemplo, pode chegar a 30 bilhões de combinações diferentes, nos diversos batimentos ou cadastros que nós somos obrigados pela legislação a checar antes de poder fazer o atendimento daquela demanda pelo cidadão ou pela cidadã. Então, realmente foi um trabalho hercúleo que está dando resultado. O Banco Mundial, o BIRD e outros organismos internacionais procuraram o Brasil, estão muito impressionados com a rapidez, com o volume e com a eficiência com que nós estamos fazendo. Países do nosso continente, do continente americano, por exemplo, ainda estão mandando cheques para as casas das pessoas pelo correio. Imagina se esse fosse um caminho que a gente escolhesse fazer aqui no Brasil? Não. Nós buscamos o que tinha de mais tecnológico. Conseguimos uma grande rede de solidariedade, os senhores sabem disso: sindicatos, associações de moradores, voluntários ajudaram as pessoas, cederam o seu telefone para poder fazer o cadastramento. Nós conseguimos que todas as operadoras aceitassem, mesmo aqueles que têm telefone pré-pago puderam acessar e transitar dentro do sistema sem nenhum ônus, sem nenhum custo. Houve um reforço extraordinário a todos os canais de tráfego de dados no Brasil. Nós praticamente lotamos a utilização. Os aplicativos e os acessos a *sites* estão entre os campeões do mundo, quer em baixamento de aplicativo, quer em utilização de aplicativo. Nós chegamos à marca de mais de 240, 250 milhões de acessos em uma semana, quer dizer, é algo realmente gigantesco o que nós enfrentamos aqui. E essa equipe enfrentou isso com muito empenho, com muito amor pelo Brasil, com muito respeito à cidadania. E a gente tentou e continua tentando entregar o melhor que pode.

Nós estamos próximos de vencer a primeira parcela. Devemos, provavelmente até amanhã, se tudo correr bem, anunciar o cronograma de pagamento da segunda parcela a partir da próxima semana. Nós estamos também desenvolvendo canais aqui para facilitar a vida das pessoas. Estamos numa discussão com os Correios para permitir que as pessoas que não têm acesso à tecnologia, que têm dificuldade, que não encontraram alguém que solidariamente lhes ajude possam ir até os Correios para fazer o cadastramento. Nós estamos próximos de anunciar esse acordo operacional com os Correios. Vai ser gratuito para as pessoas. A remuneração dos Correios vai ser num contrato de prestação de serviço que nós vamos ajustar.

Da mesma maneira, nós estamos criando outros canais, que nós vamos anunciar brevemente, para tratar dos casos específicos, dos casos especiais. Tanto o Secretário Sérgio quanto o Secretário Barreto... E chegou aqui o Delegado Marcos Paulo, que é o homem que cuida da nossa TI, da nossa área de informação, exatamente para poder atender a todos e cumprir aquela determinação de que nenhum brasileiro, nenhuma brasileira vai ficar para trás.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a atenção de todos e me coloco, com a minha equipe, à disposição dos nossos Senadores e Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro. Eu gostaria que V. Exa. pudesse encaminhar para a Comissão essa apresentação cuja leitura e explanação o senhor acabou de fazer, para que fique na página do Senado.

Gostaria de avisar a todos os presentes, ao Senador Marcos do Val, que chegou, ao Laterça, que, se desejarem utilizar da palavra para questionamentos, é só apertar o "levantar a mão" da plataforma e fazer as indagações necessárias.

Também gostaria de dizer aos Srs. Parlamentares membros e suplentes da Comissão que a plataforma concede a cada Parlamentar três minutos para perguntas. Eu vou observar... Até agora são dez inscritos. Nós colocaremos em bloco de dois, e o Ministro responde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso, o senhor pode apertar... No próprio sistema, Deputado Aureo Ribeiro, há um localzinho aí pelo qual o senhor pode levantar a mão. Levantando a mão, o senhor já está inscrito.

E aí todos terão três minutos. Cai automaticamente esse tempo. Nós já temos experiência no Senado, na Câmara, já sabemos disso. É uma plataforma virtual, e às vezes a gente não quer deixar ninguém sem falar, e há as réplicas, e tudo isso demora um tempinho. Então, vamos objetivamente à nossa audiência, para ver se a gente consegue cumprir no tempo estipulado.

Eu passo a palavra ao Relator Francisco Jr. para fazer suas primeiras indagações, pelo tempo de até dez minutos.

Sr. Deputado Francisco Jr., por gentileza, V. Exa. está com a palavra.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senador Confúcio, Senadora Eliziane e demais membros da Comissão, Senadores e Deputados.

Cumprimento também o Ministro Onyx e toda a sua equipe que o acompanha.

Ministro, vou tentar falar nesses dez minutos aqui. Não é uma tarefa fácil, dada a importância de todo esse momento que estamos vivendo e a importância da sua pasta em toda essa situação.

Nossa Comissão trabalha com a fiscalização dos gastos. O que dá sentido a esses gastos é justamente a população brasileira, o ser humano, e aí os números, nesse momento, naquilo que o senhor trata – o senhor trata com pessoas –, valem menos, porque eu entendo que um ser humano tem um valor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incalculável. Aí é diferente dos dados: nós podemos ter tantos leitos, tantos atendidos, mas nós temos que perseguir a perfeição, porque se houver um sem atendimento nós temos problema.

Então, eu parabeno o senhor pelo esforço, pela equipe, por todo o esforço da equipe, todo o trabalho, todos os resultados, mas acredito que a nossa intenção aqui é de juntos podermos identificar falhas e melhorar o trabalho, porque todo trabalho pode ser melhorado. Mas a gente percebe de forma especial o tempo recorde em que vocês conseguiram colocar o programa nas ruas. Nós precisamos agora fazer com que ele chegue a todos, porque a palavra de ordem que nós temos que perseguir é a dignidade de cada um. Dignidade é ver se ele tem saúde, por exemplo, ele tem que ter alimento, ele tem que ter condições de sobrevivência.

Portanto, eu organizei minhas perguntas em três eixos. O eixo da eficiência do programa, da governança e do relacionamento com a sociedade civil.

Primeiro, então, vamos falar da eficiência. Há quem diga que os recursos do "coronavoucher" não estão chegando, lá na ponta, a quem precisa. Existem comentários, denúncias, exageros, *fake news*, tudo isso misturado. Em que pese a bela apresentação que o senhor fez, as pessoas continuam reclamando; e reclamando de injustiças também: quem merece não recebe, e quem não deveria receber muitas vezes recebe.

O senhor poderia nos esclarecer o que está havendo com essa realidade da situação e detalhá-la um pouco mais, o senhor ou a sua equipe? Foi observada alguma característica especial, que se repete de forma especial, nos cadastros que tomam bomba, cadastros que não são aprovados? Especial... Perdão, eu me perdi aqui. A forma como eles são avaliados é uma forma automática, provavelmente, porque não há como se fazer uma avaliação individual milhões de cadastros, mas os requisitos, esses sim, os requisitos demandados no cadastramento são todos realmente necessários ou existe a possibilidade de simplificá-los mais?

Chamou a atenção da imprensa que foram descobertos, após o cadastramento, para que recebessem os recursos do "coronavoucher"... O senhor poderia também falar um pouco mais, aprofundar sobre as características dessas pessoas e por que elas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Precisa de som, Francisco! *(Pausa.)*

Travou o sistema, Francisco. *(Pausa.)*

Acho que é a sua internet.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Presidente, está me ouvindo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está cortando sua voz. Está cortando, Deputado Francisco.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Vamos ver se resolve...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É a sua internet. *(Pausa.)*

Francisco, eu vou suspender os seus questionamentos e passar a palavra para o Ministro, para ele responder até aqui. Está bem? Lá na frente a gente abre o espaço para V. Exa. complementar.

Sr. Ministro, V. Exa. pode responder os questionamentos que o Sr. Relator fez até o presente momento – o senhor, Ministro Onyx Lorenzoni, ou o seu secretário.

O SR. ONYX LORENZONI – Vou passar aqui a palavra para o Dr. Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ONYX LORENZONI – O Dr. Barreto é o Secretário Executivo e ele gerencia todo esse processo que nós estamos fazendo na área técnica e também na área orçamentária, junto com a área de mérito, que é a do Dr. Sérgio. Então, acho que o Dr. Barreto vai poder elucidar as dúvidas do Deputado Francisco.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador; bom dia, Srs. Parlamentares e demais Deputados.

O Deputado Francisco fez algumas perguntas. Eu vou tentar explicar para os senhores até onde eu consegui ouvir da fala. Ela foi um pouco entrecortada, mas eu vou tentar trazer para os senhores alguns elementos que de um lado fazem parte do desafio, complexo como é, e de outro lado mostram quais são os caminhos que a gente vem desenhando – e a gente não para de fazer isso. É importante, com todo cuidado, humildade, preocupado com as pessoas, como foi bem colocado pelo Deputado Francisco, que disse: "Olha, uma pessoa tem um valor que é incalculável"... A gente tem clareza disso. O desafio é enorme exatamente por isso, mas a gente tinha que encontrar uma maneira mais automática e sistematizada para, com agilidade e segurança, entregar o recurso a quem precisa.

O nosso grande primeiro desafio foi, ao receber a legislação, transformar o que lá estava escrito em um conjunto de regras que fossem passíveis de ser utilizadas em um sistema que aproximasse aos desejos do legislador, de fato, a entrega do recurso ao cidadão. Então, o cruzamento dessas bases foi consolidado através da contratação da Dataprev, e a nossa equipe do Ministério da Cidadania vem, em conjunto com a Dataprev, aperfeiçoando isso a cada momento.

Então, todo dia há um desafio novo. Enquanto a gente está aqui conversando com os senhores, a gente se depara, às vezes, de um lado, com uma denúncia e, por outro lado, com uma preocupação com um cidadão que, a princípio, foi reprovado, considerado não elegível. E o nosso papel é o de identificar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com cuidado, cada um desses casos e, às vezes, agrupá-los em um conjunto de casos. A gente ataca, nesse modelo de risco, os casos que se consigam agrupar, para que eu consiga solucionar isso no atacado, ou seja, para que eu consiga entregar o valor à sociedade o mais rápido possível, para que essas pessoas consigam acessar os recursos, de que elas tanto precisam, do auxílio emergencial.

Então, vou dividir com os senhores alguns exemplos da nossa dinâmica que talvez elucidem o que eu quero dizer aqui, o que eu quero trazer para os senhores. Então vamos lá!

A gente encontra situações as mais variadas nos três blocos.

O primeiro bloco, a gente o chamou de Cadastro Único. Eu vou falar aqui de Cadastro Único sem o Bolsa Família. Dos 75 milhões de pessoas que nós temos dentro do nosso universo do Cadastro Único, 65 milhões têm CPF povoado, e a gente, dentro desse universo, consegue, de uma maneira em que há um controle mais cuidadoso, identificar as composições familiares.

Esse foi o primeiro grande desafio, que a gente vem refinando quando olha o outro universo, que é o do aplicativo: é a pessoa colocando em uma ferramenta a composição da sua família. Então, a gente se depara com as famílias unipessoais, que são simples: uma única pessoa faz o pedido. Esse é o mais fácil. Tanto no Cadastro Único, quanto no aplicativo, eu consigo identificar o que eu chamo de elegível mais rápido e entregar a resposta a esse cidadão. Quando aumenta o número de pessoas como membros da família, a complexidade aumenta, porque eu tenho de checar a realidade da legislação para cada um daqueles membros da família, para respeitar a legislação, que diz que eu só posso pagar a dois membros daquela composição familiar.

Então, eu cruzo emprego, através da base que a gente usa do nosso sistema que está voltado ao e-Social, e cruzo, do outro lado, cada benefício que essa pessoa tem, seja assistencial, seja previdenciário, para ver se, de fato, cada CPF pode ser de uma pessoa que eu chamo de inelegível, porque, se ela já recebe um benefício, ela não pode receber o auxílio emergencial. E, ao cruzar todos os dados individualmente, depois eu uso esses dados para falar: "Olha, ao juntar tudo isso, eu consigo chegar a até dois membros dessa família para pagar o auxílio?". Se sim, se eu consigo, eu limito aos dois membros e passo o crédito, nesse momento, individualizado: ao CPF nº 1, o dinheiro que corresponde ao chefe familiar; e ao CPF nº 2 quando eu conseguir confirmar as informações.

Então, essa complexidade é que mostra para a gente como esse trabalho de refinamento tem de ser constante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário.

O Deputado Francisco utilizou pouco tempo e deve ter mais algumas perguntas a fazer.

Eu vou fazer o seguinte agora, Deputado Francisco: como V. Exa. já foi atendido em uma parte, eu vou incluir V. Exa. em um bloco de três. Então a sequência é a seguinte – eu vou ler todos os inscritos até



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

agora –: Deputado Francisco, Senador Izalci, Eliziane Gama, Cacá Leão, João Campos e o Senador Vanderlan Cardoso, que são titulares. Suplentes: Esperidião Amin, em primeiro lugar, Randolfe Rodrigues, Hildo Rocha, Felício Laterça e Senadora Zenaide. Não membros: Senador Kátia Abreu, Senador Alessandro Vieira e Senador Marcos do Val.

Eu vou fazer todo o esforço para todos falarem. Então, eu vou trabalhando aqui o tempo, de forma que todos sejam atendidos e respondidos.

Também quero mostrar a V. Exas. Uma nota técnica, que saiu agora do forno, quentinha, da Instituição Fiscal Independente: "Cenários para a despesa com o auxílio emergencial". Saiu agora. Então, isso vai ser colocado nos grupos, e os senhores podem ter acesso preliminar. Já vai orientando muito sobre o que o Ministro acabou de falar, no contraponto da Instituição Fiscal Independente daqui, do Senado Federal.

Também gostaria, antes de passar a palavra para os três próximos, de submeter um requerimento da Presidência.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 37, de 2020**

Requer seja solicitado, aos Ministérios da Cidadania, Defesa Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicação, Relações Exteriores, da Economia, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e Ministério de Minas e Energia, informações acerca dos procedimentos e requisitos adotados para as compras e contratações de materiais, equipamentos e serviços, e outras informações.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Bem como informações sobre os critérios utilizados para distribuição dos itens comprados e dos serviços contratados entre Estados e Municípios.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com esse requerimento, para que eu possa expedir-lo, permaneçam como se encontram; os que forem contrários levantem a mão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência, o Senador Francisco tem o tempo agora complementar de três minutos; o Senador Izalci, igual tempo; a Senador Eliziane, igual tempo.

Com a palavra o Senador Francisco.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado por me promover para Senador, Presidente. Eu agradeço.

Eu peço apenas que o senhor recomponha meu tempo ou, então, que me coloque em outro bloco depois, senão, a minha participação como Relator vai ficar muito prejudicada, e o relatório pode ser prejudicado com isso também.

Eu já encaminhei as perguntas para a assessoria.

Bem, dando sequência...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Mais cinco minutos, Deputado, que faltaram ao senhor. Pode completar o seu tempo, e os outros terminam com três, está bem?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Fique bem à vontade.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Percebe-se, Ministro, que nós estamos vivendo já a chamada segunda onda dos necessitados. Os R\$600, para muitos, já acabaram, e a fome voltou. E eles estão batendo nas portas das igrejas, das famílias, dos amigos. Com isso, nós estamos percebendo uma grande movimentação nas igrejas, de forma especial, mas também por todo lado, nas organizações sociais, artistas... A sociedade brasileira é muito solidária, e ela está se organizando, está se movimentando para socorrer os mais necessitados.

Um bom exemplo disso – eu quero fazer este destaque – é uma campanha promovida pela CNBB, em parceria com a Cáritas Brasileira, chamada É Tempo de Cuidar. Isso está acontecendo no Brasil inteiro, com uma capilaridade fantástica. E eu pergunto para o senhor: como o ministério está usando a imensa rede das organizações da sociedade civil, entidades filantrópicas, igrejas e demais coletivos para aumentar a capilaridade, potencializando as suas ações e ajudando o maior número de pessoas?

Na sua fala, o senhor comentou sobre aqueles que abrigam: creches, asilos... Eu estou falando num sistema geral e também emergencial, por exemplo, no combate à fome.

Com relação à governança, o segundo eixo: apesar da necessidade de que a resposta à pandemia do coronavírus seja imediata, mesmo nessas situações, é importante que o gasto público seja realizado de modo eficiente. Para tanto, o planejamento das ações, sempre baseado em evidências, e a coordenação da atuação dos diversos órgãos são fundamentais, Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, qual é exatamente o papel do Ministério da Cidadania dentro da estratégia global do Governo? Existem várias ações e os ministérios estão se organizando e se articulando. Como está sendo feita a coordenação por parte da Casa Civil com o Ministério da Cidadania? Como está sendo feito o compartilhamento das informações com a Casa Civil? Quais são as ações do ministério para assegurar que não está havendo desperdício de recurso público em razão de sobreamento ou descoordenação das ações? Está havendo sobreposição de tarefas? Que mecanismo o seu ministério está utilizando para que a aquisição dos bens e serviços não gere um estoque de bens inservíveis e, ao final da crise da saúde pública – o pior –, que haja falta de insumos relevantes durante a pandemia? De que forma o Congresso Nacional poderia auxiliá-lo nesse combate naquilo que é específico do ministério?

E o terceiro eixo – do relacionamento com a sociedade civil: um dos grupos de risco do Covid-19 é formado pelos idosos. Qual tem sido a abordagem do Ministério da Cidadania no âmbito da proteção dos idosos que vivem em instituições de longa permanência? Justamente esse grupo também é o que apresenta maiores comorbidades, que podem piorar o prognóstico de evolução da Covid-19.

São diversos aspectos que geram preocupação, por exemplo: o preparo dos funcionários nas instituições para não transmitirem o vírus aos idosos acolhidos, pois os cuidadores voltam para as suas casas, utilizam o transporte público, entre outras situações de risco. Os cuidados, no caso de um idoso apresentar sintoma respiratório... Ou seja, como é feito o isolamento e o cuidado desses idosos com sintomas da Covid-19, não os que sejam graves, mas apresentando já os sintomas? E como estão sendo remanejadas as visitas aos idosos acolhidos? Está havendo alguma preocupação no trato dessas pessoas, já que elas estão em instituições, elas estão separadas, mas existe todo um relacionamento com o mundo exterior?

No contexto da pandemia do Covid-19, qual tem sido a abordagem do Ministério da Cidadania – o senhor falou bastante agora – com relação à população de rua? Eu gostaria... O senhor falou, inclusive, de valores, dos R\$580 milhões, mas eu queria entender o acesso a isso, porque uma coisa é quando a gente tem uma organização de cidades que já têm um trabalho mais eficaz. Agora, nós temos Cracolândia, nós temos outras situações em descontrole. Existe alguma ação do ministério com relação a essas atividades das quais as prefeituras já não tinham cadastro, não tinham os controles? E como o ministério está se comunicando com as prefeituras com relação a esse aspecto?

Por fim, como o Sistema Único de Assistência Social está se preparando com relação à distribuição de Equipamentos de Proteção Individual, os EPIs? Uma das orientações do Ministério da Saúde tem sido a utilização de máscaras de proteção facial para reduzir a transmissão do coronavírus. Entretanto, nós sabemos, Ministro, que muitas pessoas não têm como utilizá-las, não têm acesso a elas. Nesse contexto, como será a atuação do Ministério da Cidadania na aquisição de EPIs e distribuição para as unidades do SUAS, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializada e Assistência Social (Creas), e os centros de convivência e unidades de acolhimento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço e peço desculpas pelos problemas técnicos aqui. Tive que acelerar, mas espero que o senhor tenha compreendido e que possamos, juntos, buscar alternativas para todas essas situações.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Francisco, eu vou fazer o seguinte: nesta segunda etapa de V. Exa. – eu creio que o Ministro e seu secretário anotaram as suas perguntas –, eu vou passar a palavra para o Izalci e para a Eliziane. V. Exas. têm três minutos, e a equipe do Ministro responderá pelo tempo de seis minutos a todos os senhores. Se precisar de uma prorrogação, eu concedo mais um minuto.

Então, com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Bom dia a todos! Bom dia, Ministro!

Quero começar falando sobre a Medida Provisória 957, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, pelo qual foi aberto um crédito de 500 milhões para a aquisição. É um programa muito bom para a agricultura familiar e também para a distribuição de alimentos. V. Exa. já falou alguma coisa, mas eu gostaria depois de saber quais são as atividades existentes para a execução desse programa e qual o cronograma. O senhor disse que está mandando hoje alguma coisa. A gente gostaria de saber exatamente o cronograma desse envio de recursos de alimentos, para a compra de alimentos, principalmente para os idosos e para as casas de assistência.

O segundo ponto é com relação ao auxílio emergencial. Da mesma forma, até o momento, foram liberados 123,9 bilhões para o pagamento, e até o dia 4 de maio só 35,8 bilhões foram executados. Ainda existem muitas filas na Caixa Econômica. Muitos dizem já que talvez teria sido um erro colocar apenas a Caixa Econômica. V. Exa. disse que três bancos abriram mão, mas eu acho que se poderia talvez buscar outras alternativas bancárias – até bancos privados, se for o caso – para se evitar essa aglomeração.

Gostaria de perguntar também sobre essa questão das medidas de controle, esse pessoal que tem recebido... Que não tem direito, mas tem buscado o benefício. Quais são os requisitos? O que vocês estão fazendo? O que pode ser feito para esse pessoal que está se aproveitando dessa situação para receber sem ter o direito de receber?

Gostaria de perguntar também a V. Exa. se V. Exa. tem conhecimento... Nós aprovamos o Projeto de Lei 873, de 2020, acrescentando novas categorias profissionais para receber o auxílio emergencial, e até o momento não se tem notícia do Executivo se vai sancionar ou não essa medida. Então, eu gostaria de perguntar a V. Exa. se concorda com essas disposições do projeto e se já houve alguma decisão com relação à sanção desse projeto.

Por último, nós estamos percebendo aí a possibilidade de instituir-se uma renda mínima básica. Há uma tendência de se prorrogar essa pandemia ainda por algum tempo. A Lei 13.982, do Poder Executivo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz que poderá estender esse auxílio emergencial, além dos três meses. O Governo trabalha com essa possibilidade de prorrogação? Já existe algum estudo, alguma perspectiva sobre isso?

Então, são essas as minhas considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama para fechar o primeiro bloco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores colegas, quero cumprimentar, de forma muito especial, o Ministro Onyx Lorenzoni, que foi nosso colega ali, na Câmara dos Deputados. Portanto, é uma honra estar aqui falando com você.

Vou tentar organizar meu tempo, pegando um cronograma, porque temos apenas três minutos.

Ministro, inicialmente eu queria lhe fazer uma pergunta de forma muito direta. O Ministério Público Federal fez questionamentos, inclusive ao seu Ministério. E, dentre os vários pontos, um muito importante: o porquê dessa dificuldade de chegar a essa população, a essa parcela da população brasileira que é chamada hoje de invisível e não está tendo acesso a esse programa. Ao mesmo tempo, por que a dificuldade do pagamento? Por exemplo, nos dados que nós temos, significa que nós temos 9 milhões de benefícios não pagos até o presente momento do primeiro mês e nós já estamos entrando no segundo mês de benefício. Ou seja, poderemos deixar quase 10 milhões de pessoas sem acesso de fato a esse benefício.

Quais as dificuldades específicas disso dentre os vários bancos? Por que o Ministério não está utilizando, por exemplo, as caixas lotéricas, que estão hoje, inclusive, muito mais perto dessa população?

Dentro dessa questão dos invisíveis, Ministro, nós temos levantado um ponto muito importante. O Suas tem o Busca Ativa, chega a essas pessoas e as conhece pelo apelido. Eu sou do interior do Estado do Maranhão e eu conheço muito bem essa realidade. As pessoas não conhecem nem pelo nome, conhecem pelo rosto, pelo apelido. Esse programa do Busca Ativa do seu Ministério, do Suas, faz exatamente esse encontro, ele chega a essas pessoas. Por que não utilizar isso também para que nós possamos fazer o pagamento desses benefícios? Porque nós tivemos pelo menos 30 milhões de pessoas desclassificadas e para mim são pessoas que poderiam hoje ser beneficiadas.

A outra pergunta ao senhor é em relação... O outro ponto a que eu já quero chegar aqui na minha finalização é referente à questão da sanção da nova Lei 873, que ampliou, de fato, esses benefícios. Mas, até o presente momento, essa lei não foi sancionada. Por exemplo, dos 50 milhões hoje que nós temos de brasileiros que estão no programa, nós temos pelo menos mais 50 milhões de brasileiros que poderiam hoje ser beneficiados e não são. Essa lei, na verdade, contemplou, mas até o presente momento não foi sancionada. O Presidente não quer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E por fim, Ministro, o senhor esteve na última manifestação de domingo, inclusive contrariando aquilo estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, que fala das aglomerações. Por que da sua presença, reforçando aquilo em que a gente está batendo contrariamente todo dia, que é a questão das aglomerações?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Resposta aos três Parlamentares: Relator Francisco, Izalci e a Senadora Eliziane.

Com a palavra o Sr. Ministro Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Primeiro, Deputado Francisco, muito rapidamente, na questão que envolve os idosos, nós estamos com um programa – o Secretário Sérgio vai dar os detalhes técnicos – pelo qual nós estaremos atendendo, das 1.913 instituições de longa permanência do Brasil, sem exceção, todos os idosos. Todas as pessoas nessas instituições irão receber condições, através do Sistema Único de Assistência Social, como corretamente disse a Senadora Eliziane. Elas vão receber os recursos para fazer a aquisição de alimentos e, com a estrutura de proteção que nós criamos, através dos EPIs para as equipes do Suas, elas vão poder dar esse suporte a essas instituições, e as prefeituras terão recursos para poder dar esse atendimento. Se uma instituição tiver dificuldade, a Prefeitura, com os recursos que vai receber, pode fornecer os equipamentos de proteção, pode treinar as pessoas. É isso que nós estamos fazendo exatamente no presente momento.

Depois, uma resposta ao Senador Izalci, e depois tanto o Secretário Sérgio quando o Secretário Barreto vão falar tecnicamente de cada pergunta – do Francisco, do Izalci e da Eliziane.

Em relação à Medida Provisória nº 957, do PAA, nós estamos, em parceria com o Ministério da Agricultura, acelerando, Senador Izalci. Esses recursos, na verdade, são para fazer a aquisição de alimentos para distribuição em instituições, ou hospitais, ou quarteis. Para que se tenha uma ideia, nós, por exemplo, temos a aquisição de leite no Semiárido nordestino. São exatamente 130 milhões, se não me falha a memória, que nós reservamos. Esse processo está para ser estartado no máximo no início da próxima semana, já com o poder de aquisição, exatamente para permitir que esses produtores do Semiárido não vão irrigar o solo com leite, porque eles não têm onde guardar. Então, nós estamos preocupados. Eu acho que é a linha exatamente que o Senador Izalci abordou aqui no seu questionamento.

Senadora Eliziane, quero dizer o seguinte: nós estamos, sim, usando toda a estrutura que é possível no Brasil. Nós fizemos um acordo com a Febraban, que representa os bancos privados, agregamos na estrutura pública, e hoje toda e qualquer transferência desses R\$600, vai para uma conta, mesmo que ela esteja no cheque especial, com débito... O acordo impede qualquer desconto. Eu conheço bem o seu trabalho, tenho muita admiração pelo seu trabalho. Nós fizemos exatamente – eu acho – o que a senhora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está pensando, ou seja, nenhum banco no Brasil pode descontar nenhum centavo de nenhuma pessoa. Esses R\$600 são para ela comprar alimento, para ela comprar remédio, para ela comprar alguma coisa de que ela realmente precise. Então, a gente foi muito forte nesse acordo. Está fechado. E, ao que nós temos informação até o presente momento, não está havendo nenhum problema nisso. Mesmo que a pessoa tenha uma conta no banco X – eu não vou fazer propaganda do banco – e ela esteja lá no negativo em R\$400, o dinheiro entra no que a gente chama de conta espelho. O que acontece? Ela usa o cartão que ela está devendo, mas não é descontado nenhum real. Ela tem os R\$600 integrais, de cada uma das parcelas.

Eu vou passar a palavra aqui para o secretário Sérgio, para explicar um pouquinho para os três e para o nosso Relator essa questão que envolve o atendimento às instituições e os programas.

O SR. SÉRGIO AUGUSTO DE QUEIROZ (Para expor.) – Boa tarde, senhores e senhoras!

De fato, a gente tem que começar com uma breve explicação. O Sistema Único de Assistência Social une não só o cofinanciamento de União, Estados e Municípios, mas as ações são na ponta. Uma das primeiras dificuldades que tivemos foi exatamente o fechamento dos Cras. Os Municípios determinaram o fechamento dos Cras, dos centros de atendimento.

Qual foi a nossa primeira ação diante disso? Nós não podemos obrigá-los a funcionar, mas nós estamos, através de termos de aceite, passando para os Municípios proteção total não só de máscaras, como creio que falou o Deputado Francisco Jr., mas de máscaras, toucas, luvas e aventais, basta que o Município assine um termo de aceite e diga as quantidades. As quantidades serão para atendimento de 100% de todos os trabalhadores do Suas. Nós estamos falando de 192 mil pessoas que terão acesso ao Sistema Único de Assistência Social, basta que o Município faça o aceite e diga quanto ele vai querer durante os seis meses da epidemia.

A questão também que foi feita no início, a pergunta sobre a união das redes pública e privada. Nós estamos com três projetos em andamento além do auxílio emergencial. Nós temos o PAA, que já foi falado, estamos finalizando as três modalidades que a exposição de motivos nos deu, termo de adesão, compra pela Conab, o PAA Leite, lá do Semiárido. Nós vamos dar capacidade de aquisição para os Municípios para que não haja desperdício de alimentos, então, estamos finalizando.

A outra é a questão do próprio Suas, que nós vamos começar a pagar semana que vem em parcelas cheias do cofinanciamento, duas parcelas de três meses – abril, maio e junho; julho, agosto e setembro. Isso não precisa de aceite, é o cofinanciamento cheio daquele orçamento prévio, do tempo em que se tinha mais orçamento para isso, a gente está retornando. E, também, os termos de aceite em que os Municípios vão escolher EPIs, alimentos para todas as instituições de abrigamento e também abrigamento de morador de rua.

Então, nós estamos com três frentes além do auxílio emergencial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário; muito obrigado, Ministro.

Vamos ao segundo bloco.

Com a palavra, agora, Cacá Leão, João Campos e Senador Vanderlan.

Senador Cacá, V. Exa. está com a palavra.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA) – Senador ainda não, Presidente. Estamos caminhando, mas ainda falta um pedacinho para chegar por lá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu estou promovendo todo mundo, todo mundo está promovido.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Mas queria cumprimentar V. Exa., Senador Confúcio, queria cumprimentar o Deputado Francisco, nosso Relator, os demais Senadores, os demais Deputados, queria cumprimentar o Ministro Onix, queria cumprimentar a sua equipe também, o Barreto e o Sérgio. A gente fica muito feliz quando vemos gente boa cercada por gente boa e competente. Eu conheço bem esses dois que estão aí ao seu lado e sei da competência de ambos.

Eu queria até... Não vou nem fazer muita pergunta, porque eu estava gostando do raciocínio do Sérgio e queria que ele completasse o que estava falando, porque partia exatamente em cima da pergunta que eu iria fazer, a questão do acompanhamento dos outros programas sociais.

Eu sei que não é fácil. Não deve estar sendo fácil a gente montar um programa dessa magnitude, com esse tamanho, em tão pouco espaço de tempo. Até diferentemente do que muitos têm falado, o Brasil é referência para o mundo hoje em termos de programa de assistência, do auxílio emergencial. É claro que a gente gostaria de ver esse serviço com uma velocidade maior, porque, afinal, a fome não espera e as pessoas têm tido essa dificuldade do recebimento, têm tido essa dificuldade no acesso. A gente gostaria de ver mais bancos oferecendo esse serviço, como muito bem falou a Senadora Eliziane Gama. Acho que o Governo Federal deveria utilizar a força da sua mão em cima do Banco do Brasil, em cima do Banco do Nordeste, aqui falando, para que esses bancos públicos também possam oferecer e ofertar esse serviço, para que a gente consiga diminuir a pressão em cima da Caixa Econômica.

E, para finalizar, Ministro, Sérgio e Barreto, eu queria saber qual é o tamanho do auxílio emergencial hoje e o que está projetado para o tamanho desse auxílio emergencial daqui a 30 dias.

Obrigado, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado João Campos.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Bom dia a todas e a todos!

Quero saudar o Ministro Onyx Lorenzoni, o Presidente, o Relator da Comissão.

Gostaria de começar perguntando sobre o auxílio emergencial. O Dataprev informa que 700 mil CPFs de beneficiários do Bolsa Família foram considerados inelegíveis para o auxílio emergencial. Isso representa quase 5% da totalidade. Então, por que não foi divulgado um relatório detalhado sobre as causas da inelegibilidade? E qual a principal razão para o auxílio emergencial ter sido recusado para essas pessoas? E queremos saber o motivo detalhado de cada indeferimento e entender os prazos para o processamento dos recursos de quem foi considerado inelegível. E o que o Ministro Onyx destacou sobre o Dataprev, o que ele vai informar já está disponível no aplicativo da Caixa, mas eu julgo insuficiente, porque deixa uma lista de mais de oito possibilidades de falha. Eu acredito que o correto com o cidadão é que seja pontuada exatamente a falha de que foi acometido para ser considerado inelegível.

A minha segunda pergunta é sobre as filas e aglomerações que o pagamento do benefício emergencial tem gerado em todo o País. O que poderia ser feito, Ministro, para reduzir essas aglomerações? Por que não permitir o pagamento por outras instituições financeiras ou utilizar a sugestão dada aqui pelo Relator, Francisco Jr., das entidades do terceiro setor? Ou os próprios Correios, como aqui foi mencionado: por que essa solução já não foi implementada para aqueles que não têm auxílio de internet ou algum telefone à disposição? No caso do Recife, em Pernambuco, por exemplo, o Governador do Estado ofereceu espaços públicos, como o Centro de Convenções e todas as mais de mil escolas da rede estadual, para ficar à disposição da Caixa Econômica e do Governo Federal para fazer esse contato, diminuindo, assim, as aglomerações. Então, o que falta de ação por parte da Caixa e do Governo Federal para caminhar para resolver esse desafio de aglomeração?

E minha terceira pergunta é sobre a questão vergonhosa da fila do Bolsa Família. A fila estimada do Bolsa Família estava em cerca de 1,7 milhão de famílias quando o senhor assumiu o ministério. Com a inclusão de cerca de 1,2 milhão de famílias em abril, ainda temos uma fila de 500 mil famílias, algo na ordem de 1,5 milhão a 2 milhões de pessoas. Então, por que só começaram a incluir as famílias agora, quando deu a pandemia? E o que passa na cabeça do Governo ao anunciar isso como medida de combate à pandemia? Porque agora essas famílias estão recebendo o benefício emergencial, mas, depois que acabar o benefício emergencial, essas famílias vão continuar no Bolsa Família ou serão removidas?

E, por fim, eu quero mandar um abraço a todos que fazem o Suas, fazem os Creas e os Cras, parabenizar a todos os trabalhadores da assistência por, de forma aguerrida, estarem na linha de frente, ajudando a população neste momento tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado João Campos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para o Senador Vanderlan Cardoso, do PSD, do Estado de Goiás.

Com a palavra, Vanderlan. (*Pausa.*)

O som. O seu som, Vanderlan. Dê uma olhada no som!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Eu pensava que eram vocês que abrissem o nosso som aqui, como lá no Plenário, Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto, está aberto.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Mas nós estamos mais avançados do que o Presidente Davi lá, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Nós é que abrimos o nosso som.

Meus cumprimentos ao senhor; ao nosso Relator, Francisco Jr; ao Cacá Leão; ao Ministro Onyx Lorenzoni; ao Sérgio; ao Barreto; ao Deputado Mauro Benevides; a todos os Senadores e Deputados.

Eu estava ouvindo atentamente aqui, Presidente Confúcio, as perguntas e as dúvidas que a maioria dos Senadores e Deputados têm com relação às filas, com relação à quantidade de pessoas, e talvez se explique tudo isso. Foi feito um levantamento, no início, entre 25 milhões e 30 milhões de pessoas. E, ao ser apresentado o Projeto 1.066, que foi relatado brilhantemente pelo Senador Alessandro Vieira, houve 33 emendas. Eu apresentei a Emenda nº 5, que foi a única acatada, inserindo os intermitentes, que foi uma categoria criada... Aliás, várias categorias foram colocadas como intermitentes na reforma trabalhista do Presidente Michel Temer em 2017.

Nós mesmos e nossa equipe não conseguimos pegar o número que seria o impacto dos intermitentes. A princípio, seriam 6 milhões de pessoas, só que, ao constatar que os intermitentes abrangeram todas as outras categorias de profissionais, os intermitentes hoje já estão ultrapassando os 30 milhões de pessoas. E é humanamente impossível para a Caixa Econômica, a equipe econômica, a equipe do Ministro Onyx, apesar de que está muito bem organizada nos detalhes que ele colocou aí, atender a todos esses quase 60 milhões de pessoas sem haver aglomerações.

Mas nós temos alternativas simples quando há a união dos Municípios e dos Estados. Vou citar um exemplo que está amenizando as filas e organizando as filas. O Prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha, colocou a guarda municipal para organizar as filas, com espaçamento marcado ali no asfalto, nas calçadas, e, com isso, amenizou, se organizou e não está havendo tanta aglomeração e tanta desorganização para que a gente não aumente ainda mais os índices de coronavírus no nosso Brasil. Então, são alternativas e parcerias como essa...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui, mais uma vez, ressaltar que acho que não houve ainda um olhar atento com relação aos intermitentes, mas os intermitentes praticamente são todas as outras categorias que estavam fora dos informais, como feirantes, garçons, diaristas, pedreiros, serventes, seguranças, serviços gerais e assim por diante. O uniforme dá uma quantidade de profissões.

E eu quero aqui, já neste momento final, Sr. Presidente Confúcio, parabenizar a equipe, o Ministro Onyx Lorenzoni e toda sua equipe, que têm se desdobrado para atender a população e fazer chegarem esses R\$600 – valor que pode chegar a R\$1,2 mil – a essas pessoas. Se não fossem esses R\$600 e esses R\$1,2 mil, já teria acontecido no nosso País uma catástrofe. É o que está movimentando agora os pequenos Municípios do nosso Estado de Goiás, os R\$600 e os R\$1,2 mil, assim como pelo Brasil afora. Nós só temos que aplaudir, porque no mundo inteiro atitude como essa não foi tomada.

Agora, há aí, com certeza, ajustes a serem feitos. Atender 50 milhões, 60 milhões de pessoas de uma hora para outra, em poucos dias, é humanamente impossível, sem criar filas, aglomerações e falsificações, que estão acontecendo muitas. O Governo não pode chegar, Presidente Confúcio, Senadores e Senadoras, e simplesmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem, eu estou muito satisfeito. Nós temos uma participação nesta audiência de 20 Parlamentares diretamente, embora outros estejam assistindo. A Comissão é pequena, de 12, mas nós temos 20 Parlamentares interessados na audiência com o Ministro Onyx Lorenzoni.

Com a palavra o Sr. Ministro, pelo tempo de seis minutos, para responder aos Deputados Cacá Leão e João Campos, e ao Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Presidente, eu só não tive o sinal dos 15 segundos, viu? Por isso é que eu me alonguei um pouquinho mais. Eu estava esperando o sinal dos 15 segundos, eu sou disciplinado.

Um abraço. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem!

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Quero agradecer a pergunta do Senador Vanderlan relativa aos intermitentes, ele traz um tema muito importante. Só que os intermitentes não estão no alcance do auxílio emergencial. Isso acontecerá através de outro programa, o BEm, voltado para os trabalhadores formais e que está localizado no Ministério da Economia/INSS. O Dr. Barreto vai explicar bem a diferença entre os dois cuidados que temos que ter aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito rapidamente também, quero saudar o Deputado João Campos e dizer do grande empenho – viu, Deputado? – que nós temos feito aqui. Só para sua informação: quando eu cheguei aqui, entre o dia 18 de fevereiro e o dia 30, nós colocamos, antes do 1,2 milhão de famílias, 400 mil famílias no Bolsa, nesse trabalho de poder dar o atendimento necessário. Hoje a fila do Bolsa Família é praticamente inexistente, porque nós cobrimos tudo aquilo que tínhamos aqui. E dou um dado importante: a cobertura da Região Nordeste, que, nos meses de fevereiro e março, foi muito criticada, muito comentada, é de 111%, ou seja, de todos os vulneráveis que seriam teoricamente elegíveis para o Bolsa Família, a Região Nordeste do Brasil tem 111% de cobertura, segundo o Censo do IBGE de 2010, que é a base de todo o trabalho no Bolsa Família.

Por fim, Deputado Cacá Leão, para permitir que todos os Secretários possam falar rapidamente: o volume total que está disponível é de R\$123.830.794, dos quais nós usamos em torno de R\$36 milhões – arredondo para ficar fácil o entendimento de quem está nos assistindo –, mas é da primeira parcela. A primeira parcela pode ir até R\$41 milhões. Nós estamos aqui avaliando em torno de 10 ou 11 milhões de pessoas, e nós devemos ter algo em torno de 7 a 8 milhões de elegíveis, um pouco mais, um pouco menos, e eles vão caber dentro desse dinheiro. Então, dá tranquilidade... O senhor tocou num ponto muito importante, Deputado Cacá, e eu queria que o senhor tivesse esse dado. Depois, vamos mandar para o seu gabinete o demonstrativo direitinho de como foi feita a aplicação. Está bem?

Eu vou passar a palavra para o Dr. Barreto para explicar para o Relator a questão da governança e também alguns detalhes para o Senador Vanderlan em relação à questão dos intermitentes. Depois, o Dr. Sérgio entra nas outras matérias.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JÚNIOR (Para expor.) – Agradeço as perguntas.

Cacá, agradeço aí a colocação – nos conhecemos já há bastante tempo. O Vanderlan fez uma colocação também no sentido de nos saudar. E a gente quer agradecer a todos os presentes.

É muito esforço, é muita energia. E, em função do que também o Deputado João Campos falou, a gente está trabalhando aqui na maior operação do mundo, mas em velocidade de *startup*. Não existe paralelo a isso. A gente erra e a gente conserta mais rápido ainda. Então, cada colocação do senhor a gente está anotando, vai sair daqui e vai para o nosso modelo de governança, já respondendo o que foi colocado também pelo Relator, o Deputado Francisco, que disse o seguinte: "Como é a governança?". Para entender, a gente tem uma mecânica de comitê de risco, uma mecânica de um trabalho de equipe que a gente faz aqui, mapeando cada risco e consertando. E há as parcerias. A gente tem assinado já com a CGU um acordo de cooperação técnica, que nos ajuda. Então, a Controladoria-Geral tem acesso direto à base da Dataprev. Está pronto para assinar, já acertado, com o TCU um acordo de cooperação – nós apostamos que, amanhã ou segunda, o mais cedo possível, nós o faremos. As equipes já estão trabalhando com o TCU. E há um terceiro acordo funcionando com o Ministério da Justiça. Por quê? Porque a gente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

quer encontrar aquela pessoa que pega o dinheiro que não é dela e faz parte dos fraudadores. Tem que prender o fraudador, porque ele não tem que receber esse dinheiro! Esse dinheiro é para outro público, o público que mais precisa.

Além desse modelo que a gente está montando, deve sair a portaria de governança que monta essa estrutura inteira, e a gente já vive a portaria, mesmo que não publicada. O que acontece é que, para cada colocação nova, a gente identifica o risco, sai do mapeamento de risco, constrói uma nova ação, define quem é o responsável e o prazo de implementação, implementa... E isso tem sido mais ágil do que a publicação de uma simples portaria, mas nós vamos publicá-la de qualquer forma, para compor o modelo de governança de uma maneira mais ampla.

Em relação a bancos, a Senadora falou sobre bancos, instituições, o Deputado Campos falou também sobre colocar bancos, outras instituições para diminuir fila. É importante lembrar que a lei só previa só os públicos. Por mais que a gente quisesse, a gente não podia ir além dela, para não cometer nenhuma ilegalidade. E consultamos os quatro, somente a Caixa se interessou, pela capilaridade e modelo. Optamos por não debater e esforçar demais; vamos é pagar! Então, corremos para o modelo da Caixa.

Imediatamente, encontramos um meio de fugir do conceito de ilegalidade de ir à Caixa Econômica Federal falando da Febraban. Todos os bancos podem e devem participar. Foi criada uma modalidade de DOC do auxílio emergencial. Isso não existe, foi criado em 24 horas. Isso significa que qualquer instituição da rede bancária pode receber pelo DOC, na modalidade auxílio. Basta a pessoa ter conta, sem despesa nenhuma. A Caixa dispara o arquivo eletrônico, e, em 24 horas, o dinheiro é creditado em qualquer outra instituição. A adesão aos DOCs... Aí a gente vai se deparar com a realidade, diferente da técnica que a gente usou: só 15% desses DOCs foram ligados à rede bancária, porque esse público, de alguma maneira, ou tinha correlação direta com a Caixa Econômica Federal, ou com os outros nossos programas sociais.

Adicionalmente, ainda falando sobre o BEm – e aí tentando explicar –, o BEm é complementar, o BEm é o Benefício Emergencial e nós temos o auxílio emergencial. O que significa em termos práticos? Se eu tenho um emprego formal, o BEm... E aí está o intermitente, Senador Vanderlan, está aqui. Quando ele é do emprego formal, como a lei que gerou o auxílio emergencial fala que ele não pode ter emprego formal, nós corremos e criamos o BEm. Então, na verdade, se ele der no formal...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário, muito agradecido pela sua participação. Se houver algum complemento, o senhor encaixa no próximo bloco.

Eu quero agradecer a participação dos internautas, muita gente: Joana Pereira, do Estado do Ceará; Samuel Rodrigues, de São Paulo; Simone Primon, de Santa Catarina; Átila Santos, da Bahia; Jéssica





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Araújo, de São Paulo; Everton de Moura, de São Paulo; Natália, do Rio de Janeiro; João Pedro, do Rio de Janeiro; e muitos outros. Se houver tempo, a gente encaixa as perguntas que eles fizeram.

Vamos para o terceiro bloco: Deputados Carlos Motta, Reginaldo Lopes e o Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta. Pode falar, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente, eu agradeço e cumprimento o senhor, cumprimento também o Relator, o Deputado Francisco Júnior. Quero cumprimentar também os demais Parlamentares, o Sr. Ministro Onyx Lorenzoni e seus secretários.

Nós sabemos qual é a importância do Ministério das Cidades, que foi criado com o objetivo de combater as desigualdades sociais, de transformar as cidades em espaços mais humanizados, de ampliar o acesso da população a moradia, saneamento e transporte. E, no momento em que estamos vivendo com a crise dessa pandemia, eu gostaria de perguntar: existe algum grupo gestor de crise ou de trabalho dentro do Ministério das Cidades que pode acompanhar essas estratégias que nós estamos tendo com a pandemia como forma de compartilhar essas experiências que estão dando certo, como também, como disse o nosso Relator, em meio a tanta desinformação e desorganização neste momento da Caixa Econômica Federal com esses pagamentos? São muitas reclamações.

Também pergunto ao Sr. Ministro: a falta de acesso a água tratada, a saneamento básico e a ações de higiene afeta gravemente a saúde humana, principalmente nas periferias. Ainda é elevado o percentual de domicílios que não possuem redes de esgoto ou fossas ligadas à rede. Em algumas cidades, ocorre o despejo do esgoto diretamente em córregos ou outros lugares impróprios. Em meio a esse desastre com essa pandemia, não seria a hora de analisar o potencial de colaboração entre saúde pública e planejamento urbano?

E também, Sr. Ministro, segundo a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Economia já aprovou as datas de pagamento do benefício emergencial, o BPC (Benefício de Prestação Continuada), mas falta apenas o Ministério da Cidadania editar uma portaria que regulamente o pagamento para que o cronograma seja enviado para aprovação do Presidente Jair Bolsonaro. Então, eu pergunto – e o INSS fala que identificou mais de 170 pessoas com esse direito: teria essa portaria já sido editada?

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar os colegas Deputados e Senadores, cumprimentar também o Ministro Onyx Lorenzoni.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, quero dizer: por que tanto preconceito com os subnacionais, com os Estados e Municípios? Vamos ser bem sinceros, o sucesso do auxílio emergencial, para aqueles que já receberam, se deve ao esforço republicano do País na implementação das políticas do Sistema Único de Assistência Social, com o papel extraordinário dos Municípios, dos Prefeitos, dos assistentes sociais do País, do CadÚnico, o Cadastro Único do Governo Federal.

É importante que, nesse esforço republicano, o Governo Federal não amplie os conflitos com subnacionais. É muito mais fácil convocar os Municípios, através dos seus equipamentos, Cras e Creas, e avançar no cadastramento. Nós temos muitas comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, que não têm acesso à internet de qualidade, não têm um aparelho de celular, e nós precisamos incluir a todos.

Também, Ministro, por que não reforçar as parcerias federativas com os Municípios? Segundo, também, não podemos ter limitação. Eu acho que todos que estiverem elegíveis ao programa... Não podemos ter essa limitação de recursos. Nós estamos falando de enfrentamento a uma pandemia, e as pessoas têm que cumprir a medida de distanciamento social.

Portanto, é fundamental garantir os recursos necessários para incluir a todos, porque faz parte, inclusive, do processo de reconstrução da economia o mercado interno de consumidores.

Então, essa questão da falsa polêmica, que o Governo do Bolsonaro traz para o debate – economia e saúde –, não existe em lugar nenhum do Planeta Terra, até porque a economia não é o fim; economia é o meio. O fim é melhorar a vida das pessoas.

E, com certeza, o forte instrumento de reconstrução da economia brasileira e de enfrentamento das desigualdades será transformar essa rede emergencial numa rede permanente no País. Esse direito à renda básica universal é um conceito que mais de 70 países no mundo têm debatido, como instrumento de política econômica inclusive, de uma nova matriz para enfrentar as desigualdades e permitir também um aquecimento do mercado interno de consumidores.

Portanto, eu quero trazer esse debate. Eu acho fundamental ampliar as parcerias federativas – quero ouvir sua opinião – e também programar para que todos os que foram elegíveis tenham acesso ao programa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

O último deste bloco, Senador Wellington Fagundes, PL, do Estado de Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia, meu Presidente. Bom dia ao Relator e também ao Ministro Onyx Lorenzoni, meu colega médico veterinário, com toda a sua equipe, com toda a sua competente equipe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizá-lo porque a gente percebe que, neste momento em que nada estava previsto, atender milhões de brasileiros num programa social em que foi praticamente criada uma situação nova... Sei das dificuldades. Apesar de muitas reclamações, sou testemunha do quanto a Caixa Econômica Federal tem procurado atender, inovando, para que a gente possa fazer com que esses quase... E aí eu gostaria de que o Ministro me desse a precisão também de quantos milhões de brasileiros já foram atendidos.

E aí, Ministro, um aspecto também que eu gostaria de que V. Exa. pudesse falar um pouco é exatamente sobre os chamados invisíveis. São brasileiros que não tinham nem CPF, brasileiros que agora vocês estão cadastrando. Pelo que a gente tem nos dados, já vão chegar a 40 milhões, quarenta e poucos milhões de brasileiros.

Exatamente como já está pensando o Ministério da Cidadania o pós-pandemia com esses brasileiros invisíveis? Como será o tratamento, esse cadastramento? O que o Brasil poderá aproveitar de evolução para que todo o País conheça todos os brasileiros verdadeiramente? Porque há uma massa de gente que, às vezes, não está na contagem oficial e muitas vezes recursos sociais... E, como são muitos programas também no Brasil de Prefeituras, Governo do Estado, Governo Federal, mesmo tendo o Governo Federal vários ministérios tratando isso, além de ser retrabalho, às vezes, também pode haver pessoas que são beneficiadas duas, três, quatro vezes em programas e estão acumulando com isso valores que passam a ser até injustos. Nesse aspecto, eu gostaria...

O Ministério das Cidadania foi uma fusão do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura. Principalmente nessa área de esportes e cultura – na cultura mais ainda, pois temos muitos brasileiros que têm a sua arte, têm o seu talento –, hoje, Ministro, essas pessoas têm muita dificuldade de ter acesso ao banco. Eu sempre tenho dito que hoje, para ir ao banco, você tem que levar o ouro para conseguir a prata. Muitos têm dito isso. O banco normalmente quer a garantia. E para um pequeno, que está começando, que tem talento, a maior garantia é o seu talento.

Então, eu gostaria de que V. Exa. também abordasse programas em que vocês estão trabalhando no apoio a esses que têm condições de desenvolver um pequeno negócio, mas que, às vezes, por falta de garantia, não conseguem acesso. Queria até quase um relatório do seu Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador.

Eu passo a palavra ao Sr. Ministro pelo tempo de seis minutos, ou a quem S. Exa. designar, para responder a esse bloco de três que falaram por último.

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Quero mandar um grande abraço ao Senador Wellington Fagundes, grande amigo, ao também amigo Deputado Reginaldo Lopes e ao Deputado Carlos Motta. Agradeço todos os questionamentos e as contribuições importantes que deram para o nosso trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar aqui, rapidamente, a palavra ao Secretário Sérgio Queiroz.

O SR. SÉRGIO AUGUSTO DE QUEIROZ (Para expor.) – Eu quero responder aqui à pergunta do Deputado Reginaldo Lopes.

A gente tem que, mais uma vez, lembrar que o sistema de acesso social é executado na ponta. Nós financiamos, mas é executado por Estados e Municípios. Então, o primeiro problema que tivemos: o fechamento dos Cras e o fechamento dos Creas. Para a gente usar o sistema de acesso social, a gente precisa realmente que o sistema volte a funcionar. E, para que ele volte a funcionar, nós estamos com duas iniciativas. Primeiro, nós vamos aportar recursos equivalentes a seis meses do cofinanciamento integral em duas parcelas, o que equivale a 1,2 bi, e temos aquele sistema de aceite de que já falei lá atrás, para proteger todos os trabalhadores do SUAS com EPIs, alimentar todo o sistema de acolhimento e também abrigar todo o sistema, aliás, todas as pessoas que estão em situação de rua dentro das capacidades de abrigamento dos Municípios.

Então, Deputado, essa questão precisa ser bem entendida. E nós precisamos da colaboração, inclusive, do Parlamento, para que sensibilize os gestores municipais e estaduais de que foi decretado, pelo Decreto 10.282, de 2020, pelo Presidente, que assistência social é serviço essencial. E, se é essencial, tem que abrir. Então, nós não podemos ser cobrados por algo de que nós não damos assistência na ponta. A nossa parte está sendo feita: proteger trabalhador, alimentar acolhido, mandar dinheiro para tirar pessoas da rua, mas precisamos que o sistema volte a funcionar, e isso, de fato, depende de Municípios e Estados.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JÚNIOR (Para expor.) – Foi feita uma colocação... É importante lembrar que, apesar de se falar em saneamento e de se falar, por exemplo, das questões inerentes à vinculação da saúde, o Ministério da Cidadania não é fruto da divisão do antigo Cidades. O antigo Cidades, como o Deputado Luiz Carlos Motta colocou, foi dividido em Infraestrutura e MDR. Então, não é da nossa competência direta, no entanto nós concordamos. É óbvio que a gente tem que entender a correlação direta que existe entre saneamento e saúde.

Ainda o Senador Wellington Fagundes falou uma coisa importante: o que nós vamos fazer no futuro com as novas políticas públicas com a nova realidade que está sendo colocada diante dos nossos olhos com a crise do Covid? Para a gente, existe uma crise, e nas crises a gente encontra grandes oportunidades. Temos que olhar para isso. Como é que a gente vai pensar no futuro da sociedade?

Bom, a gente vai soltar a nova Secretaria Nacional do Cadastro Único. Ela é uma das grandes inovações na ótica estrutural deste Ministério. Ela ganha corpo, ganha força e vai olhar esse universo que vai muito além dos 75 milhões de pessoas cadastradas no sistema que a gente tem. Agora a gente tem esse universo de mais de 20 milhões de pessoas encontradas, os invisíveis. Isso refina as nossas políticas públicas, e hoje a gente tem um retrato claro: o nosso Cadastro Único irriga 25 políticas públicas. E por que não melhorá-las? Eu não quero ampliar em quantidade, mas em qualidade. Por que não o novo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

cadastro não melhora, agora que temos uma informação desse público, a nossa condição de atender a essas pessoas, pensando não só no assistencialismo puro, mas com foco em que a gente acredita e defende: pensando em como fazer com que elas saiam do assistencialismo e engatem nas políticas de emprego, crescimento e renda? Então, esse é o grande desafio, e agora a gente passa a ter informação para tanto.

O SR. SÉRGIO AUGUSTO DE QUEIROZ (Para expor.) – Eu gostaria de acrescentar a resposta a uma pergunta que foi feita lá atrás: como a gente está trabalhando a rede pública e privada para alcançarem esses vulneráveis?

Em uma portaria assinada pelo Ministro há mais ou menos 20 dias, a gente suspendeu os processos de indeferimento da Cebas durante a epidemia, para que essas instituições de assistência social que trabalham na rede privada não tenham a incidência tributária sobre a folha de salário.

Entre outras medidas, temos a flexibilização do IGD, que é o Índice de Gestão Descentralizada do Município.

Além do mais, criamos agora um programa junto com a Casa Civil e o Ministério dos Direitos Humanos, o Brasil Acolhedor, que reúne entidades da sociedade civil, através de gestões metropolitanas que estão identificando necessidades de instituições e de pessoas que estão se unindo também. Talvez seja o maior programa de voluntariado que o Brasil está colocando em prática com o apoio, com a sustentação e com as orientações técnicas do Poder Público. Há realmente situações que transcendem o Sistema Único de Assistência Social, e a assistência privada também está dentro desse sistema. A gente tem que entender isso também. Além do SUAS, o atendimento das instituições de assistência social que não são públicas também está dentro desse grande conjunto. Então, nós estamos unindo. Começamos pelas áreas metropolitanas do Brasil e estamos fazendo isso com toda atenção.

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Acho que é importante ainda colocar que nós fizemos um programa de parceria, trabalhando com o terceiro setor – acho que foi o Reginaldo que falou sobre isso, ou o Cacá; não lembro.

Eu quero agradecer aqui a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), a Abiad, que são os alimentos especiais, e a Viva Lácteos. Elas estão com um conjunto de centenas de instituições de acolhimento, fundamentalmente de idosos, e estão se mobilizando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Agora vem o próximo bloco: Senador Esperidião Amin, Senador Randolfe Rodrigues, Deputado Hildo Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Quero cumprimentá-lo muito efusivamente, de novo, e dizer que já aproveitei o nosso pré-início para solicitar, com muita ênfase, a requisição de informações, especialmente relacionadas à parte de assistência às micro e pequenas empresas.

E quero cumprimentar o Ministro e a sua equipe pelo extraordinário desafio que nós estamos enfrentando. Olha, descobri que você tem vários nomes que são atribuídos, invisíveis. Antigamente se chamava de descamisado. Os alemães cunharam uma expressão: lumpemproletariado, é o que está abaixo do chamado proletariado. Esse desafio é quase que o indicativo de uma tragédia semelhante à pandemia. Acho que todos nós temos que nos unir com muita solidariedade, muita parceria.

Ontem, o Presidente da Caixa Econômica Federal informava que já tinha firmado parceria com 300 prefeituras, isso vai ser muito importante em todas as atuações.

E eu quero resumir a minha participação a um apelo para que o auxílio emergencial, em primeiro lugar, tenha uma decisão do Presidente da República ao Projeto de Lei 873, que recebeu a contribuição tanto da Câmara quanto do Senado para que nós cheguemos, efetivamente, com esse auxílio, aos que mais precisam. Então, gostaria de ouvir: o 873 vai ser sancionado? Haverá vetos? Nós podemos aperfeiçoá-lo? Porque a não decisão é pior do que o não. O não até se pode corrigir.

Então, eu quero fazer um apelo, Ministro, para que o Governo decida a respeito do Projeto de Lei 873 para que, com as correções que sejam necessárias, nós possamos alcançar esse número extraordinariamente desafiador de brasileiros que estão perdendo renda.

E chamo a atenção, Sr. Presidente, para que o estudo do IFI que o senhor mencionou é hoje capa de jornal – é capa de jornal. A *Folha de S.Paulo* hoje dá cinco páginas sobre pesquisas a respeito de pessoas que estão perdendo renda, e a maior perda é no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Meus cumprimentos ao Ministro e a sua equipe.

Ministro, a minha pergunta vai muito também no sentido do que o meu colega Esperidião Amin apresentou, e na verdade eu quero dividir a pergunta em dois aspectos.

O primeiro: há um estudo da Organização das Nações Unidas sobre o custo financeiro e humano da pandemia. Segundo esse estudo, afirma-se que as consequências econômicas da pandemia podem empurrar 600 milhões de pessoas para a pobreza. A perspectiva do Brasil é claramente dramática, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio Ministério da Economia já falou em uma retração de 6% da nossa economia. Estudos internacionais podem dar – vários economistas apontam – dois dígitos. Nós podemos ter 20 milhões de desempregados. Essa pesquisa da ONU aponta que os países em desenvolvimento, como nós, podem voltar pós-pandemia a um patamar de 30 anos atrás. Parece-me que cada vez mais vai ser necessário políticas de auxílio. Eu acho que entra na agenda a pauta da ideia de renda mínima, tão debatida no Brasil e implementada em alguns locais, em alguns lugares do mundo. Eu pergunto a opinião de V. Exa. em relação a isso, a como o Ministério da Cidadania pensa em políticas de renda mínima, na ideia da renda mínima para o pós-pandemia.

A segunda pergunta, como eu já disse, é no sentido do que questionou o meu colega Senador Esperidião Amin. O Congresso aprovou o projeto de lei de minha autoria, aperfeiçoado pelo Relator, Senador Esperidião Amin, aperfeiçoado também pela Câmara dos Deputados – houve uma série de contribuições –, que incorpora algumas categorias que eu diria que estão nesse nem-nem, que foram impactadas pela pandemia, tiveram suas atividades econômicas drasticamente reduzidas e não serão contempladas pelo primeiro auxílio emergencial. É urgente, no meu sentir, sabermos qual a percepção do Governo em relação a isso. Salvo melhor juízo, falta menos de uma semana para ou o Presidente da República vetar ou, se não vetar, seria sanção tácita, ou sancioná-lo logo de imediato.

Eu queria perguntar a opinião de V. Exa. sobre isso, porque, na percepção do Congresso, que aprovou esse projeto por unanimidade dos Srs. Deputados, por unanimidade dos Srs. Senadores, há um conjunto de segmentos que precisam também desse auxílio emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, MDB, Estado do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Senador Confúcio, Presidente da Comissão; colegas Congressistas que participam desta Comissão; Francisco, Relator; quero cumprimentar o Ministro Onyx e, na pessoa dele, cumprimento todos os membros do Governo, do seu Ministério da Cidadania, Governo Jair Bolsonaro, que está atuante, Governo presente neste momento de dificuldade da vida dos brasileiros.

Já não posso dizer o mesmo de alguns Governadores, alguns Governadores que têm sido muito incompetentes nesse momento de luta, de necessidade de todos. E aqui eu posso me referir ao Maranhão, do Governador Flávio Dino, que está sendo uma lástima. É um Governador bom de *marketing* e muito ruim de serviço.

Para os senhores terem uma ideia, Minas Gerais tem 21 milhões de habitantes; o Maranhão tem sete milhões de habitantes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No Maranhão já morreram 305 pessoas de Covid-19; em Minas Gerais, 106, ou seja, a cada mineiro que morre de Covid-19, no Maranhão morrem nove, o que mostra o dismantelo do Governo, que está no seu sexto ano de mandato. O Governo Flávio Dino faz muita propaganda, critica o Governo Jair Bolsonaro, mas é o Governo Jair Bolsonaro que está ajudando as pessoas com esse auxílio emergencial. Foi o Presidente Jair Bolsonaro que decidiu que iria pagar R\$600. Nós puxamos aqui, na Câmara e no Senado, para R\$500, e ele decidiu colocar R\$600. Eu sou testemunha, porque participei dessa negociação.

Agora, há dificuldades. É isto que eu quero perguntar para o Ministro Onyx: o que fazer para melhorar esse atendimento dessas pessoas? Esses R\$600 estão movimentando a economia de vários Municípios. No Maranhão, graças a Deus, tem ajudado bastante. A população maranhense está satisfeita com o apoio do Presidente Jair Bolsonaro neste momento. Não apenas isso, mas ele está mandando recursos para assistência, mandando recursos também para a saúde pública do Maranhão. Já foram mais de R\$200 milhões transferidos pelo Governo Federal ao Maranhão.

Eu queria fazer um pedido ao Ministro: libere as emendas individuais impositivas dos Parlamentares. Eu mesmo coloquei emenda para assistência social de alguns Municípios, como Buriticupu, Porto Franco, Fernando Falcão e Estreito, onde foi construído um centro de convivência com a emenda do Deputado Hildo Rocha. Esse centro de convivência já está no ponto para ser inaugurado. E nessa obra eu gostaria de, inclusive, contar com a sua presença, Sr. Ministro. É fundamental para o apoio aos idosos de Estreito e tem até piscina. Ficou muito bonito o prédio e bem localizado.

Quero também pedir o apoio aos colegas e ao Ministro para um projeto meu, do Deputado Hildo Rocha, que estabelece novamente o décimo terceiro para o Bolsa Família, já que a Câmara perdeu o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Eu queria fazer um pequeno parêntese: dia 11 de maio, às 14 horas, estará em audiência pública conosco o Presidente da Caixa, Pedro Guimarães. Então, será uma audiência também muito concorrida e interessante. E já fica o convite.

Eu vou pedir permissão a todos os companheiros – o tempo avança – para colocar mais um Deputado para falar neste bloco, para ver se a gente consegue extrapolar, com a autorização do Ministro, mais 40 minutos além do prazo inicialmente proposto.

Então, eu vou passar a palavra aqui para, em bloco, depois das respostas, ao Deputado Felício Laterça, do PSL, do Rio de Janeiro.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Senador Confúcio. Bom dia, Relator Francisco Jr. Aliás, o Francisco Jr. sempre abre a fala nas nossas reuniões de maneira muito inteligente, abordando vários aspectos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar o Ministro Onyx Lorenzoni e a sua equipe: os Secretários Sérgio e Barreto, e o Marcos Paulo, que agora também se faz presente na reunião; todos os colegas Senadores e Deputados.

Na verdade, nós vamos tocar em alguns assuntos, voltando inclusive a repisar alguns temas que são importantes.

Com o Ministro Paulo Guedes demos ênfase ao atendimento da Caixa. E vou voltar a falar com o senhor, Ministro Onyx, sobre a necessidade de melhorar e aperfeiçoar esse atendimento. Isso está nas mãos dos senhores.

O Ministro Paulo Guedes fez a observação de que é preciso se abrir para um banco privado e que se abra para todos. Que se abra para todos! Ou que faça a Caixa Econômica, já que o momento é o de se trabalhar mais, o de se colocar na linha de frente – eu entendo que os funcionários da Caixa estão na linha de frente neste momento –, ampliar o horário de atendimento, trabalhar nos fins de semana, nos feriados, porque essa aflição que está dando nas pessoas realmente está dando nos nervos.

Há outro atendimento que precisa ser feito. O senhor já fez menção a isso também em uma reportagem. É a questão da dificuldade... O senhor fez menção à cultura do brasileiro de gostar de fila, mas, na verdade, a maioria das pessoas tem dificuldade com a questão da tecnologia, sem falar na falta de instrução. Este ainda é um problema sério no Brasil, que nós precisamos enfrentar: a falta de instrução, em especial dos mais idosos. Nós podemos ver, inclusive, no seu Ministério, dentro do SUAS, que é o sistema de assistência social, junto às casas de acolhimento e abrigos de idosos, o que a gente pode fazer para melhorar a instrução do nosso povo, em especial dos mais idosos, que, como nós sabemos, têm maior dificuldade. A gente poderia, por exemplo, colocar os jovens aprendizes nas filas ou colocá-los à disposição em locais seguros para cadastrar as pessoas. Então, está faltando, na verdade, aperfeiçoar essa questão e, inclusive, difundir isso. Não tenho visto vídeos explicativos do Ministério mostrando todas as ações e discursos mais pontuais também em cadeia nacional de rádio e televisão. Acho que precisamos dar mais ênfase ao que o Governo vem fazendo pela população.

Ouvi falar da questão dos subnacionais. Está faltando o auxílio. Vocês já fizeram menção – e fizeram muito bem – ao fato de que, em alguns lugares, na verdade, fizeram *lockdown* em setores essenciais. Eu quero lembrar que a Medida Provisória 953 destinou um crédito extraordinário de R\$2,55 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social. Exatamente os recursos têm como objetivo apoiar Estados e Municípios por intermédio do Cras e do Creas. Se isso não acontecer, se eles não trabalharem, a gente não tem como fazer isso valer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, com a palavra V. Exa. e sua equipe pelo tempo de sete minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Eu vou tentar encurtar o tempo, para que todos possam falar, porque a gente tem uma dificuldade aqui de prosseguir por mais 40 minutos, mas talvez possamos seguir por mais 20 minutos, a metade. Então, a gente vai encurtar o tempo. Vou ser rápido aqui.

Quero agradecer ao Deputado Felício.

Quero dizer que nós estamos trabalhando muito, Deputado, para melhorar esse atendimento. Há um grande esforço. Hoje é o primeiro dia em que a Caixa já relata a ausência de filas na maior parte das quatro mil agências. Há filas em pontos residuais no Brasil. Nós já melhoramos bastante. A gente tem recebido sim, como o Senador Esperidião falou, uma parceria com os Municípios. A gente tem construído bons entendimentos. Cada vez mais, a gente organiza uma esteira que dá resultado.

Em relação ao que disse o Deputado Hildo Rocha, amigo de muito tempo, sobre aqueles que não têm celular, nós estamos tentando fechar um acordo, que talvez a gente anuncie até amanhã, com os Correios, para que as pessoas possam ir aos Correios e fazer o seu cadastramento sem custo nenhum, para fazerem ajuste e correção.

Outra coisa é uma esteira de contestação, que é um canal que a gente vai abrir provavelmente na segunda-feira, porque, uma vez que nós avaliamos metade da população brasileira, fica lá um residual.

É humanamente impossível... Então, nós vamos abrir um canal para termos um contato direto, para as pessoas terem contato aqui conosco no Cidadania. E, para isso, nós estamos tentando evoluir no telefone da nossa Ouvidoria, que é o 121, para dar uma dinâmica para as pessoas poderem ter o seu problema resolvido. Então, muito obrigado pela contribuição de qualidade que você nos deu.

Senador Randolfe, sobre o Programa de Renda Mínima, que também foi abordado pelo querido amigo Senador Espiridião Amin, quero dizer que nós, desde dezembro, trabalhamos com esse conceito, ainda na transição. Nós começamos isso ainda em 2018; depois, no final do ano passado, quando nós estávamos ainda na Casa Civil, já havia um trabalho para construir um Bolsa Família, para ele chegar realmente a quem mais precisa. Há muitos problemas no programa. Ele foi organizado de uma forma em que, lamentavelmente, em muitos lugares do Brasil, ele não atende quem mais precisa; ele precisa chegar a quem realmente precisa. E o Programa de Renda Mínima é um conceito importante que vem sendo discutido mundialmente, e eu, como liberal, tenho grande simpatia por ele.

Por fim, em relação ao PL 873, primeiro, que 100% da nota técnica da equipe do Cidadania concordando com a mãe menor de idade, que é uma contribuição importante, Senador Randolfe, e também com o pai chefe de família monoparental. Também nós demos o o.k.

Nas categorias, a maioria das categorias ou a totalidade delas está abrangida no auxílio emergencial de hoje, e os que não estão caem lá no BEm, no Benefício Emergencial, que é tocado lá pela Economia. Então, a notícia é de que vai haver a sanção, nós estamos trabalhando para que ela seja feita o mais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente possível, e esses dois aperfeiçoamentos garantidamente estarão sancionados pelo Presidente, no que depender aqui da nossa decisão.

Eu espero ter respondido bem aos Senadores e aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Devido à quantidade de inscritos, eu anunciei no início da nossa audiência pública...

No próximo bloco, nós vamos incluir a Senadora Zenaide Maia, o Deputado Renildo Calheiros, o Deputado Mauro Benevides, e a Senadora Kátia Abreu.

Então, com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Parece-me que a Senadora Zenaide não está mais presente.

Então, vou passar a palavra a Renildo Calheiros, Mauro Benevides, Kátia Abreu e Marcos do Val.

Deputado Renildo Calheiros.

Com a palavra, Deputado.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para interpelar.) – Presidente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, cumprimentar também o nosso Relator, Deputado Francisco Jr., cumprimentar o nosso Deputado e Ministro Onyx Lorenzoni e, na figura do Ministro, cumprimentar toda a sua equipe.

Ministro, eu tenho, na verdade, uma sugestão, que considero simples, mas, ao mesmo tempo, importante para enfrentarmos principalmente essa confusão nas portas das Caixas Econômicas pelo Brasil afora. Bem sabemos que a situação da nossa economia era difícil já antes do Covid com o Brasil com grande número de trabalhadores desempregados, crescendo a 1,1%, já em uma situação de dificuldade. Com o Covid, exacerba-se toda a desigualdade da sociedade brasileira. Os estudos mostram que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

É necessário – e a Organização Mundial da Saúde recomenda como medida mais eficaz – o isolamento ou o distanciamento social para diminuir o contágio.

O Congresso Nacional tem feito o esforço de aprovar projetos, autorizações ao Governo, oferecer instrumentos ao Governo para um combate eficiente ao coronavírus. Esse programa social mostra o desespero da nossa população. Entre o risco de ser contaminado e a necessidade de pegar os R\$600, todo mundo está indo em busca dos R\$600 – é muita gente na porta das caixas econômicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existem coisas que eu não entendo, e é isso que eu gostaria de apresentar como sugestão, Ministro. Por que fica isso concentrado na Caixa Econômica Federal? Por que não se busca um apoio no Banco do Brasil?

Sabemos também que, com a informatização, as agências diminuíram muito o número de funcionários, eles ficam sobrecarregados. Por que não se fazer uma contratação temporária para ser mais eficiente no serviço? Por que não buscar apoio na rede de escolas que existem em todas as cidades do Brasil, tanto na rede estadual como na rede municipal? Com tudo informatizado, você coloca dois, três funcionários da Caixa, com os computadoresinhos, os *laptops*, com a impressora, e ali você multiplica as agências na prática, porque você pode utilizar toda a estrutura pública que existe, de escolas municipais, de escolas estaduais. Os Correios também.

Então, há, Ministro, uma grande estrutura que pode ser utilizada para combatermos essa questão das grandes aglomerações nas portas das caixas econômicas. Acho que economizar na contratação de pessoal para melhor atender o serviço é uma bobagem. Não há necessidade de se economizar com isso com o volume de investimento que está sendo feito e que precisa ser feito.

A Caixa tem várias pessoas, estagiários, ex-funcionários, em treinamento para uma coisa dessas. É uma coisa rápida, mas precisa ser encarada como uma operação de guerra, como uma grande campanha para salvar vidas, para diminuir o contágio.

É a recomendação que deixo, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, que alegria poder estar mais uma vez aqui com todos vocês. Meu caro Relator, Deputado Francisco Jr., Ministro Onyx Lorenzoni, que bom podermos estar debatendo com o senhor e toda a equipe, o Sérgio, o Barreto, o Marcos Paulo. Enfim, quero agradecer a presença de todos vocês.

Eu terei três perguntas muito básicas e elementares.

A primeira é a seguinte. Hoje metade da população brasileira ganha menos de R\$438, portanto metade, 105 milhões da população brasileira, ganha abaixo disso. Pode o Ministério da Cidadania – ou ele já está pensando nisto –, acabada a pandemia, pensar num outro programa que não fique somente na pauta econômica, mas vá também para a pauta social e consequentemente possa abranger, abarcar melhor tantos brasileiros que precisam do apoio do Ministério? Essa é uma pergunta que faço, que está lincada, porque, na nossa lei, o art. 6º diz assim, primeiro... Segundo, diz que são três meses, mas ele pode ser prorrogado, dependendo da extensão da pandemia. Então, pensa o Ministério da Cidadania, já diante do quadro que está sendo traçado, poder ser estendido para a população brasileira? Primeira pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda: como faremos para ter acesso a esses milhões de brasileiros, pelo menos por Estado, de quanto está sendo pago, por Estado, e dentro do Estado, por Município? O Dataprev já tem essa informação, porque me disseram: "Precisamos de uma autorização do Ministério da Cidadania para que nós possamos ter por Estado e passar essa informação, contribuir com o Ministério da Cidadania".

Terceiro, a questão das filas, Ministro. A Caixa dá uma senha por duas horas. Conversando com alguns gerentes, o que acontece? A senha demora duas horas, quando ele está para chegar no caixa, a senha desaparece. Aí, fica aquela confusão toda e, para refazer o sistema não abre. Por que não ser 24 horas? É minha primeira pergunta.

Segundo, o Banco do Brasil, por exemplo, hoje – o Banco do Brasil, não é a Caixa – está pagando os 140 mil daquele artigo nosso da lei que antecipa o pagamento de R\$600 a deficientes e o auxílio doença. Lá está sendo pago só com a sua identificação. Por que nesse programa tem que ter a senha de duas horas? Então, é estranho. Para o pagamento do BPC, dos R\$600, ou do salário mínimo do auxílio-doença isso pode ser pago na boca do caixa pelo Banco do Brasil? O Banco do Brasil não pode se recusar a isso, o BNB não pode se recusar a isso, o Basa não pode se recusar a isso. Então, pondero ao Ministro e à equipe que possam, portanto, num simples gesto de gestão, dar maior celeridade nesse pagamento, porque isso está facilitando a proliferação da Covid-19. Pode ver, todo dia em que a fila amanhece muito grande, 14 dias depois você tem o aumento dessa questão.

Então, pondero ao Ministro examinar com a Dataprev essa alteração do prazo de obtenção...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides Filho.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu. Deve ser o som.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PP - TO) – Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Estou ouvindo muito bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Muito obrigada.

Quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho tão maravilhoso que tem feito, com tanta dignidade e democracia. Estou muito feliz de vê-lo presidindo esta importante Comissão.

Quero cumprimentar o Onyx Lorenzoni, meu querido amigo. Parabéns, Ministro, não tive oportunidade de parabenizá-lo pessoalmente. Muito boa sorte lá, nessa nova empreitada, que para mim é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das mais maravilhosas do Brasil, que é trabalhar com a pobreza, com a desigualdade, um desafio enorme que você tem pela frente.

Eu pergunto, número um – a pressa é grande por causa do tempo: já está sendo estudada a prorrogação a partir de maio? Há esse plano B? Porque penso que deverá acontecer essa prorrogação.

Segundo ponto, quero parabenizar, vi uma matéria ontem no UOL dizendo que outros bancos vão repassar os R\$600. A Caixa vai terceirizar para outros. Eu achei fantástico.

Terceiro: o Presidente da República está pensando ou tem a convicção de vetar a questão do BPC para meio salário mínimo em vez de um quarto, como aprovou a Câmara e o Senado, ampliando assim os beneficiários idosos pobres e deficientes?

E quarto, para dizer que o nosso projeto para liberar os recursos dos fundos sociais é um projeto meu, do Senado, e de uma Deputada da Câmara, que está chegando e vai ser aprovado semana que vem. Vão ser apensados o meu e o dela e deverá ser aprovado semana que vem, liberando totalmente os fundos, a exemplo do que nós fizemos na saúde. Isso vai dar um lance importante para os Cras utilizarem na compra de alimentos, de material de higiene, na compra de gás para as pessoas e também remuneração do CadÚnico. Eu queria deixar uma sugestão, Ministro, a respeito do Cadastro Único. Ele trabalha moradia, educação, renda e saúde. Esses dados são de cada Município. Nós temos só os dados gerais. Eu gostaria, já pensando em pós-pandemia, já que nós vamos criar uma comissão no Senado – já tem o o.k. de Davi Alcolumbre – que nós pudéssemos pegar esses dados maravilhosos do CadÚnico e que isso possa se transformar em política pública, instrumento para que nós, Senadores e Deputados, possamos colocar as emendas no lugar certo na hora certa. Então, por exemplo, no CadÚnico tem: no Estado do Tocantins, quantos Municípios, na cidade X, na cidade A ou B, quantas casas sem calçada, quantas casas sem banheiro, quantas casas sem muro, quantas casas sem reboco? Isso é política pública direto na veia.

Eu fiz um ofício, encaminhei-o ao Ministério, pedindo, das 139 cidades do Tocantins, especificamente a moradia, para que eu possa aplicar as minhas emendas e estimular os meus outros colegas – eu sou a Líder da bancada – para que também façam o mesmo; e que esse cadastro seja público, para que todos os Parlamentares possam utilizá-lo.

Em Rondônia, se o nosso Senador Confúcio, nas suas cidades, quiser zerar casas sem banheiro, ele pode colocar uma emenda dele para zerar. Eu quero todas as casas das minhas cidades com calçada, com asfalto, água encanada. Também fala sobre renda.

Então, se isso tudo ficasse à disposição do Congresso Nacional, seria muito importante para que nós pudéssemos usar o CadÚnico como política pública verdadeira, e direto na veia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, nosso Ministro, para responder ao Deputado Renildo, Mauro Benevides, Kátia e Felício Laterça.

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Bom, primeiro eu queria agradecer a contribuição de todos, do Líder Renildo, da Senadora Kátia, do Mauro Benevides Filho, falar muito rapidamente e depois poder dar a palavra aos secretários, para a gente poder aproveitar bem o tempo.

Quanto à questão da prorrogação, nós ainda estamos vencendo a etapa da primeira parcela. Vamos até amanhã, se Deus quiser, poder ter um cronograma para a segunda parcela. Isso está nas nossas análises, nos nossos horizontes, mas ainda não temos nenhuma definição, Senadora Kátia Abreu.

Segundo, a questão da melhoria das informações do Cadastro Único. A senhora está correta, é uma importante contribuição que a senhora traz. O Dr. Barreto aqui vai explicar que nós estamos criando uma secretaria específica do Cadastro Único, para dar ao Cadastro Único essa condição e essa especificidade que a senhora corretamente coloca aqui para o nosso debate.

Também sobre a questão do Deputado Mauro Benevides Filho, quero dizer que nós estamos preparando um portal em que as pessoas terão toda a informação necessária do que aconteceu com elas. Foi uma preocupação de todos a questão dos bancos. Além do acordo que foi feito, nosso com a Febraban, hoje nós temos toda a rede bancária brasileira trabalhando gratuitamente para fazer o recurso chegar. Então, nós ainda hoje temos o primeiro dia em que o sistema da Caixa... Volto a frisar, nos informaram durante amanhã que ela tem filas residuais em alguns pontos do Brasil apenas. As mais de 4 mil agências estão com o seu fluxo normal. Por quê? Porque nós completamos ontem os 50,5 milhões de brasileiros que receberam a primeira parcela do auxílio.

O Dr. Antônio Barreto explica as questões que ficaram pendentes.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JÚNIOR (Para expor.) – O Deputado Mauro Benevides havia comentado com a gente sobre algumas coisas de melhorias. Falava sobre o que a gente está apresentando de programas pós-Covid – de como será a distribuição do recurso por beneficiário, por Estado/Município, que é a parte de transparência. Ontem a gente preparou já um material para isso, e a gente deve publicizar em duas fontes. Não basta só gastar o dinheiro e entregá-lo ao cidadão. A gente tem que prestar contas para a sociedade. Então, a gente está preocupado com os dois portais. O portal é dentro do *site* do Ministério da Cidadania, e nós vamos detalhar estas informações para toda a sociedade – quanto cada Município solicitou; quanto em cada Estado estão concentradas as solicitações. A gente abre isso no mapa. A gente já está terminando isso para um recorte que a gente fez até o dia 22. A gente está tentando chegar até o dia 3, por isso é que está demorando um pouquinho, porque a gente fecha um mês de trabalho e já publiciza isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala em pagamento efetivo, a gente manda a informação para o portal da transparência da CGU para que seja auditado, para que as pessoas baixem e para que os órgãos de controle consigam controlar melhor.

Então, a gente vai soltar essas duas informações carregadas com a condição de a gente mostrar o bom uso do dinheiro público e a entrega do dinheiro ao cidadão.

Sobre as duas horas. Falaram: "Ah, mas a senha dura duas horas e depois cai, não dá para aumentar o tempo?". Isso é uma ação da Caixa Econômica, na ótica de segurança. O que a gente fez? Conversamos com a Caixa e falamos: "Caixa, qual o problema? São as duas horas ou é o encurtamento do tempo da fila?". A Caixa fez uma escolha, optou por criar uma nova ferramenta que está funcionando desde ontem, e hoje mostra isto: uma boa parte da fila reduzida nasce dessa nova experiência com o usuário, porque aqui agora o processamento é mais ágil. Você chega, paga e já vem para o próximo. Então, encurtou o tempo para que ninguém ficasse duas horas depois da geração.

Essa foi a primeira escolha da Caixa, e a gente entende. Falamos: "Caixa, teste isso". Mas se tiver que estender para 3 horas, 4 horas, 24 horas, é uma decisão da Caixa, a gente não pode intervir aqui do Cidadania, mas o nosso pedido foi: "Facilite a vida do cidadão". Se cair essa senha no meio do caminho, de fato, é ruim, mas o nosso pedido é que ela crie um melhor jeito para que o cidadão não tenha que, na hora de receber, ter o infortúnio de dizer: "Caiu a minha senha e eu tenho que fazer uma outra coisa". Esse foi o nosso pedido, e eles trabalharam nesse sentido.

Ainda sobre a nova secretaria nacional do Cadastro Único, é importante falar, Senadora Kátia Abreu, que vai sair a publicação. O ato já está para análise na Presidência da República, fica na Secretaria-Geral com o Ministro Jorge, mas é obrigatório saírem casados dos dois ministérios, infelizmente, senão já teríamos publicado o nosso, porque a gente tem um arranjo entre a saída da Cultura e quando vai para o Turismo. Os dois decretos vão ser publicados juntos. A nova estrutura prevê uma condição diferente para o Cadastro Único, com inteligência, num modelo que a gente chamava de inteligência artificial.

O que a gente quer fazer? A gente não quer que o Cadastro Único seja só aquilo em que está tudo autodeclaratório pelo Cras, a gente quer que ele dê um salto para a gente chamar de preditivo. O cidadão fala para mim: "Eu abro a minha condição fiscal, pode me analisar". E, ao fazer isso, eu uso as bases disponíveis que nós aprendemos aqui durante a crise do Covid e eu tenho um raio-X de tudo o que esse cidadão tem nas bases existentes do Governo, o que vai fazer com que eu eleve a qualidade da informação e consiga dizer se esse cidadão é um cidadão público-alvo, por exemplo, da tarifa de energia elétrica, da tarifa social, ou se esse cidadão, além disso, é um público-alvo do Bolsa. Então, eu consigo rotear as políticas públicas porque ele abriu a possibilidade para que eu consiga consultar de maneira automatizada, vindo do aprendizado que nós estamos tendo agora com o auxílio emergencial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É, grosso modo, o que eu queria dizer aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Secretário e Ministro.

Vamos agora para... Nós temos a seguinte sequência: Senador Marcos do Val, Senador Luis Carlos Heinze e Deputado Aureo Ribeiro. Após a fala...

O SR. ONYX LORENZONI – Presidente... Presidente, eu tenho que encerrar porque eu tenho um compromisso. Nós podemos fazer essa rodada ou o senhor quer botar mais alguns Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não... Essa rodada, o fechamento com o Relator, uma questão de ordem rápida, muito rápida, do Deputado João Campos e, então, encerramos nossa participação. Não vai demorar, é rapidinho.

Senador Marcos do Val, com a palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Ministro. É um prazer muito grande estar falando com você. Quero lhe dar os parabéns, parabéns para toda equipe, porque, numa hora dessas, aparece muito engenheiro de obra pronta. E eu tenho certeza absoluta de que tudo que foi colocado aqui como sugestão já passou por vocês, que já pensaram em soluções as mais diferentes possíveis. Estou vendo que vocês não estão medindo esforços, inclusive sem almoçar, para estar aqui com a gente. Então, ficam aqui os meus agradecimentos.

Queria colocar uma posição que é importante as pessoas pensarem: não existe projeto social melhor no mundo do que o trabalho. Todo mundo é unânime quanto a isso. E, quando a gente fala em trabalho, quer dizer gerar emprego e renda. Quando a gente tem algum discurso, tanto um lado quanto o outro, de intervenção militar, isso pode causar um movimento internacional de fechar o mercado para a gente e a gente se igualar a Cuba, à Coreia do Norte... Muita gente é favorável a uma intervenção militar, e isso acaba trazendo um enfraquecimento da nossa força democrática para o mundo inteiro, e acabamos nos prejudicando, trazendo uma insegurança para o mercado internacional em tentar trazer algum projeto, alguma empresa para cá, porque podem ter medo de que os próprios militares tomem a própria empresa. Então, a gente acaba se prejudicando e não gerando emprego e renda.

Do outro lado, também quando a gente fala de *impeachment* – o outro lado fala de *impeachment* do atual Presidente –, a gente está causando a mesma coisa: mostrando para o mercado internacional que se ele abrir uma empresa ou investir dinheiro aqui, podemos não cumprir os contratos ou os acordos, porque, se mudar a Presidência, mudam-se os acordos, e esse investidor acaba tendo um grande prejuízo. Ele prefere, então, enviar o recurso dele ou o investimento dele para outro país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tanto uma posição de intervenção militar, quanto uma fala de *impeachment*, num momento como este, eu considero de grande irresponsabilidade porque estamos prejudicando o País perante o mundo e prejudicando que novos investidores venham para cá e nos socorram depois dessa pandemia. Então, para mim, projeto social melhor é trabalho, e, para isso, a gente precisa gerar emprego e renda.

E quero, então, aqui dizer para vocês, para a equipe, que vocês têm a minha admiração. Eu nunca vi uma equipe pegar e trabalhar um problema de tamanho, como esse, e conseguir, sem denúncia de corrupção, estar lidando com pressões gigantescas, cobranças de tudo que é lado. Tenho certeza de que vocês não estão dormindo bem – se estão dormindo. E, como eu disse, tenho certeza de que todas as sugestões que foram colocadas aqui – eu tenho certeza absoluta! – vocês já analisaram e já passaram por vocês e pela equipe de vocês. Então, fica aqui o meu agradecimento.

Espero que o brasileiro possa entender as nossas limitações, as limitações de vocês, até como ser humanos; mas nunca se omitiram em tentar ajudar e fazer o melhor. Muito obrigado, de coração, em nome de todos os capixabas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Ministro Onyx, Senador Confúcio, é um prazer.

Está ouvindo, Confúcio?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem, muito bem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Só quero cumprimentar o Ministro Onyx e toda a sua equipe, em nome do Governo Bolsonaro, por algumas coisas positivas.

Um colega falou há pouco ali de convênio com os bancos. Recebi ontem já a informação do Pedro, da Caixa – quero cumprimentar o Presidente da Caixa, Pedro, que está ligado diretamente com o seu Ministério –, de que ele já tinha convênio com 50 bancos. E o nosso Sicredi, Onyx, o Banrisul e também o nosso Cresol já estão liberando dinheiro aqui no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil. Ele falou que tinha 50 bancos, e ontem 3,5 milhões de brasileiros foram assistidos pelos 50 bancos que já estão conveniados. Aqui mostra o Pedro também 500 Prefeituras no Brasil e já mostra que hoje não existe mais fila. Então, parabéns ao Pedro e também à equipe!

Da mesma forma, o Montezano, do nosso BNDES, está fazendo hoje uma *live* importante – só quero ressaltar isso –, para falar sobre o microcrédito, às 17h, e está convidando a sociedade em geral para participar do anúncio do programa de microcrédito às pequenas empresas.

E também, Onyx, lá atrás, nós criticávamos os fundos garantidores. E o Governo Bolsonaro, de que V. Exa. faz parte e nós todos ajudamos, está montando, Presidente Confúcio, um fundo garantidor de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20 bilhões para ajudar as micro, pequenas, médias e grandes empresas a tomarem investimentos e nós recuperarmos os empregos perdidos.

Então, são notícias positivas. Ao invés de pegar esse fundo garantidor, Ministro, que nós criticávamos... Ontem era fundo garantidor para quatro, cinco, meia dúzia de empresas da indústria naval; hoje milhares de empresas brasileiras vão se socorrer com esse fundo garantidor.

Um abraço a você, à sua equipe e ao Governo Bolsonaro.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Heinze.

Com a palavra o último Deputado inscrito, o Deputado Aureo Ribeiro, do Solidariedade.

A seguir, eu passo a palavra para o Deputado Francisco Jr., Relator, para suas últimas considerações. Ao final, o Ministro faz o fechamento, e nós encerraremos, antes ouvindo... Eu posso dispensar o Ministro, mas vamos ouvir a questão de ordem do Deputado João Campos.

Aureo Ribeiro, com a palavra.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ. Para interpelar.) – Sr. Ministro, Srs. Deputados que participam desta audiência pública, quero primeiro cumprimentar e dar os parabéns pelo trabalho realizado e pelo desafio de assumir o Ministério e, logo em seguida, viver e vivenciar este problema no nosso País.

Não houve nenhum país preparado, e isso não seria diferente com o Brasil. Estamos aprendendo com essa epidemia no nosso País a ter soluções para melhorar a vida do povo na velocidade e agilidade que precisamos.

Mas eu quero aqui... Sou um Deputado da base do Governo nos votos que aqui defendemos na Câmara dos Deputados, mas tenho muita preocupação. Sou da cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Na minha cidade, diferentemente da de alguns Deputados que colocaram, a gente está tendo um problema com a fila absurda da Caixa Econômica. A fila chega a ser quilométrica e nos deixa muito preocupados com o cenário apresentado.

Até enviei um requerimento para o ministério, para que a gente pudesse tentar fazer uma força-tarefa com o INSS, com os Correios, com outros mecanismos que o ministério pudesse exercer, para facilitar e tirar a burocracia e a dificuldade que as pessoas estão tendo para ter o acesso.

A pandemia fez a gente descobrir que as pessoas não tinham CPF, que os dados apresentados não eram dados legítimos, dados necessários que o Brasil precisava apresentar, mas também fez a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprender, nesse dia a dia, que precisamos investir em tecnologia, em informação, na ampliação da nossa rede para que a gente possa dar suporte à população no momento necessário.

Eu quero aqui, Sr. Ministro, perguntar por que não foi aberto para outros bancos, como o Banco do Brasil, que é um banco público, para dividir essa fila. Por que outros bancos não tiveram acesso para facilitar para todos a busca desse auxílio, se é emergencial? A cada dia que passa, as pessoas não têm o que comer, têm dificuldade para comer, para sustentar suas famílias. O auxílio emergencial que foi votado na Câmara dos Deputados em conjunto com o Governo, a proposta aprovada, é um auxílio fundamental num momento de pandemia. E vejo que a gente está embolado ainda na forma burocrática de receber, mesmo com tantos mecanismos tecnológicos de fiscalização que a gente tem para as pessoas terem acesso. Então a minha sugestão é que se amplie esse auxílio para alcançar todos os bancos, se possível, e, se não for possível alcançar todos os bancos, que seja incluído o Banco do Brasil, que é um banco público, para que a gente possa melhorar a vida das pessoas.

Quero dar os meus parabéns pelos programas apresentados, que o senhor mencionou no começo da audiência! É fundamental a gente pensar em todos os setores, como idosos e moradores de rua, mas precisamos acabar com as filas e melhorar a oportunidade de acesso por parte das pessoas ao recurso emergencial, que é fundamental para a sobrevivência do povo brasileiro.

Só existe nação se houver um povo, e o povo tem de ser atendido pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Aureo Ribeiro.

Para fazer o fechamento da nossa audiência muito concorrida – nem vou ler para o senhor a quantidade de perguntas dos internautas, porque infelizmente não dá para respondê-los, mas quero agradecer a participação deles –, passo a palavra ao Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Parabenizo o Ministro, toda a sua equipe e os demais que tiveram oportunidade de questionar e participar. A gente percebe aí a importância deste assunto neste momento – não só neste momento, mas sempre.

Ministro, quero primeiro solicitar ao senhor... Quando o senhor respondia ao Deputado Cacá Leão, o senhor disse que encaminharia para ele o demonstrativo de aplicação dos recursos. Eu pediria que o senhor encaminhasse isso também à Comissão para que pudéssemos, todos nós, ter acesso a esse detalhamento, inclusive para depois dar a ele publicidade. Então, por gentileza, encaminhe para nós, através do Presidente, para todos nós.

A segunda questão – vou me dirigir até ao Presidente Confúcio. Foi falado algo que me deixou muito preocupado, com relação ao fato de a assistência social e o serviço social serem fundamentais neste momento e estarem fechados. Então, eu gostaria de solicitar a V. Exa. – vou fazer um requerimento – que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudesse ser expedida recomendação para que fosse incluída como atividade essencial nos decretos de Prefeituras, dos Estados até que encontremos soluções melhores, legislativas ou jurídicas. Que esta Comissão pudesse fazer já essa recomendação! Com certeza constará do nosso primeiro relatório, mas, havendo possibilidade, se houver necessidade de ser votado, então que possamos fazer isso e expedir essa recomendação a todos.

Falou-se muito sobre a questão das filas nas instituições. Todos comentaram, e, do meio para frente, falou-se da participação do sistema bancário. Então, gostaria de um maior detalhamento disso se fosse possível. E aproveitando, inclusive, que na próxima segunda-feira o Presidente da Caixa estará presente, que também fosse solicitado a ele que já trouxesse esse detalhamento, como está sendo isso, quais estão sendo as dificuldades da participação da rede bancária pública e privada nessa situação. Esse foi um assunto que estive nas palavras de praticamente todos os membros.

Por fim, outro assunto também de preocupação da grande maioria da Comissão foi a questão da renda mínima do pós-pandemia. Então, eu gostaria também de solicitar tanto os estudos para o Ministério da Cidadania como também que nós pudéssemos incluir no nosso plano de trabalho, Presidente, uma reunião conjunta com o Ministério da Cidadania e o Ministério da Economia para fazer uma análise de um programa eficaz de renda mínima para o brasileiro pós-pandemia, já que os dados são muito preocupantes. Então, a gente conheceria os estudos que estão sendo feitos na área da cidadania e também conversaria com a área da economia, simultaneamente, para que isso não seja apenas uma ideia, uma necessidade, mas que, efetivamente, possa ser contemplado nos nossos planos orçamentários para os próximos anos e realmente se tornar uma realidade.

Parabenizo pelo trabalho, parabenizo pelo conhecimento de vocês.

Com certeza, eu acredito que o Brasil estará preparado para todo esse enfrentamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Deputado João Campos, já, já eu lhe passo a palavra, após a resposta do Sr. Ministro. Depois disso, ele estará liberado, a não ser que a sua questão de ordem tenha algo para ele – aí o senhor me dê um toque.

Sr. Ministro, o senhor está com a palavra para a resposta desse bloco último, fora o Deputado João Campos.

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade que nós tivemos de prestar os esclarecimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste último bloco, quero agradecer as palavras do Senador Marcos do Val, que representa tão bem o Espírito Santo.

Eu quero dizer que o Senador Luis Carlos Heinze trouxe dois assuntos muito importantes, que é esse do fundo garantidor de R\$22 bilhões que vai irrigar milhares de empresas para ajudar o Brasil a retomar o seu crescimento e a questão do microcrédito, que é um desdobramento de tudo isso que nós estamos fazendo. Esses 21 milhões de invisíveis, que nunca foram vistos em governos anteriores, agora a gente tem esse cadastramento, tem como acessá-los. Todos eles têm conta bancária, isso é algo importante de ser dito, porque isso vai permitir que a gente use, Senador Heinze, o microcrédito de maneira cirúrgica, de maneira precisa no atendimento, na melhoria da condição de vida dessas famílias.

Eu também quero agradecer ao Deputado Aureo e dizer que nós estamos trabalhando, Deputado Aureo, num acordo com os Correios – a gente achava que já anunciava hoje, talvez até dê para anunciar hoje –, exatamente para ajudar as pessoas a fazerem seu cadastramento, revisarem os dados que não estão corretos, para fazer aquilo que o senhor corretamente quer: que a gente acelere ao máximo, o que nós desejamos também, o processo de atendimento às pessoas.

Eu só quero dar uma informação: o acordo foi feito com a Febraban, com todos os bancos. O Sr. Heinze lembrou agora uma fala do Presidente Pedro. A Caixa está com um acordo operacional com 50 bancos brasileiros. A Caixa é só o distribuidor do recurso. Quando a pessoa não tem conta na Caixa e tem conta em outro banco, o dinheiro vai para outro banco, para a conta da pessoa, aquela que ela informou no seu cadastramento. Quando ela não tem conta em lugar nenhum, como é o caso dos invisíveis, faz-se uma conta digital na Caixa, e ela pode, dessa conta digital, mandar para qualquer banco em qualquer cidade do Brasil. Então, está na linha do que V. Exa. falou.

Por fim, nosso Relator, Deputado Francisco, obrigado por todas as considerações e contribuições, muito valiosas, Deputado Francisco.

E quero dizer que, no Decreto 10.282, do Presidente, ele já determinou que assistência social é, sim, questão essencial.

Nós fizemos uma orientação a toda estrutura de Cras e Creas do Brasil, estamos transferindo hoje aportes, como disse o Secretário, numa parcela que contempla todo o pactuado para assistência social brasileira nos Municípios com o Conselho Nacional de Assistência Social. As parcelas de abril, maio e junho, mas de uma única vez, vão estar no caixa das prefeituras já a partir de amanhã, o que é fundo a fundo, para dar recursos.

Além disso, há mais 1,03 bilhão que estão sendo distribuídos. O primeiro lote, de 642 cidades, já foi. Nós homologamos hoje à tarde uma nova portaria com mais 1 mil, são 1,2 mil Municípios. Vamos chegar muito perto da metade desse recurso, com transparência ativa. Qualquer cidadão entra no *site* do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidadania, vai lá na página e vê a quanto o Município tem direito, quanto recebeu, tudo direitinho. De tal forma que a gente está lutando para ter agilidade.

Quanto às filas nos bancos, um comunicado que a gerência de varejo da Caixa nos deu é de que raríssimos lugares do Brasil ainda estão com filas. Eles estão melhorando o atendimento nas parcerias com os Municípios, os Municípios estão entrando para ajudar, e a gente já melhorou muito.

Nós estamos nos empenhando, Relator Francisco, para prestar o serviço melhor. Agora, na segunda parcela, a esteira de trabalho já é mais fácil, a metodologia já é melhor, as pessoas estão mais tranquilas e eu acho que nós vamos ter um período de mais tranquilidade, se Deus quiser.

Obrigado a toda a Comissão pelas belíssimas contribuições que nos deram.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado João Campos, o senhor pode fazer a intervenção, sua questão de ordem, por favor. Bem rapidinho, para não segurar o Ministro.

Deputado João Campos.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Pela ordem.) – Quero dizer ao Presidente que a questão de ordem é porque várias questões que nós colocamos aqui, perguntas, e, devido ao tempo, não houve como a equipe responder todas.

Eu quero agradecer a participação de toda a equipe do Ministério, ao Ministro e perguntar se a gente não pode encaminhar por *e-mail* ao gabinete do Ministro para essas perguntas serem respondidas. São muitas perguntas técnicas.

Agradeço o sinal positivo do Ministro, ao Presidente, ao Relator e a toda a equipe pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Sobre a indagação do jovem Deputado João Campos, eu já, de pronto aqui, Deputado João Campos, digo que o senhor pode encaminhar para a nossa Comissão, e a nossa Comissão fará chegar ao Sr. Ministro e à sua equipe as suas perguntas que não ficaram suficientemente respondidas.

Quero agradecer ao Sr. Ministro pela brilhante...

O SR. ONYX LORENZONI – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor gostaria de falar, Ministro?

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Sim, é muito rápido. É só para, primeiro, dizer ao Deputado João Campos e a todos os membros da Comissão que qualquer questionamento, por favor, encaminhe ao senhor, o senhor nos manda e nós respondemos. E, quando for necessário a gente retornar, por favor, é só levantar o telefone. A gente está 100% à disposição. O trabalho que esta Comissão está



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo é fundamental nessa ponte essencial entre o Parlamento e o Poder Executivo, para a gente servir bem à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, quero agradecer a brilhante participação de V. Exa.; dos seus secretários, Dr. Antônio José Barreto de Araújo Junior, Secretário Executivo do Ministério da Cidadania; Dr. Sérgio Augusto de Queiroz; há um secretário ao lado do qual não tenho o nome aqui para agradecer...

O SR. ONYX LORENZONI (Para expor.) – Delegado Marcos Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah, Delegado Marcos Paulo, muito agradecido pela presença honrosa, deu muita substância e qualidade à nossa audiência, das mais concorridas, das mais concorridas pelo interesse de todos os participantes, suplentes e não membros. Então, para notar a importância do seu Ministério diante das indagações apresentadas por todos esses Parlamentares.

Agradeço a todos, muito obrigado pela presença.

Declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e zero minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Mário Heringer, Professora Dorinha Seabra Rezende, Greyce Elias, Vitor Hugo, Vilson da Fetaemg, Antonio Brito, Kátia Abreu, Elmano Férrer, Alencar Santana Braga, Aline Sleutjes, Silvio Costa Filho, Daniella Ribeiro, General Peternelli, Aureo Ribeiro, Damião Feliciano, Delegado Pablo, Guilherme Derrite, Vinicius Carvalho e Soraya Santos. Deixam de comparecer os Parlamentares Rogério Carvalho e Joice Hasselmann. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública para debater as ações da Caixa Econômica Federal frente à emergência de saúde pública relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Pedro Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/05/11>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Boa tarde a todos os nossos Senadores e Deputados, Deputadas e Senadoras da nossa Comissão.

Esta audiência está sendo transmitida aqui do Senado, onde temos 15 consultores que nos ajudam na Comissão legislativa. É um ambiente com todo mundo mascarado, vocês estão vendo, então eu vou procurar dar continuidade...

Vocês estão ouvindo? O som não está liberado. (*Pausa.*)

Ah, estão ouvindo, sim.

Muito obrigado.

Vamos procurar desenvolver nossa reunião com esta máscara por causa do ambiente aqui do Senado. No Senado está proibido, nesses dias de luto pelos 10 mil, ficou vedado qualquer tipo de transmissão interna, mas nós estamos aqui fazendo esta audiência pública muito concorrida. Já devemos ter 33 Parlamentares que não são membros da Comissão interessados em participar, já consultados aqui. Então, será com certeza uma audiência bem concorrida.

Eu só estou aguardando o nosso Relator entrar, não o estou vendo na tela, e também os nossos convidados: o Presidente da Caixa, Dr. Pedro Guimarães; a auxiliar de rede dele, Tatiana Thomé; Paulo Henrique Angelo, da parte de tecnologia digital; Cláudio Salituro; Celso Leonardo; Samuel Crespi. Esses são os auxiliares diretos do Presidente Pedro Guimarães, da Caixa.

Estou vendo e dou um boa-tarde o nosso Relator, Francisco Jr.

Já saudei todos.

Só estou aguardando para fazer a leitura inicial. Acho que vou adiantando aqui a leitura oficial, vou abrir oficialmente até que o Presidente da Caixa entre.

Antonio Brito, um abraço para você, baiano maravilhoso; Dr. Mauro; Kátia Abreu; Laterça; o nosso Líder Vítor Hugo, de Goiás; General Peternelli, fora os amigos costumeiros aqui na nossa Comissão: Deputado Luiz Carlos Motta, bem-vindos todos; Deputado Alencar Santana Braga, obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou abrir a reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Esclareço que, para esta reunião remota, o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" no aplicativo.

A ordem da fala – prestem bem atenção – será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

Como, pelo que vejo, esta audiência pública será muito concorrida e como não há tempo disponibilizado, vou tomar todo o cuidado possível para que todos possam fazer seus questionamentos, como nas quatro reuniões anteriores, em que não ficou ninguém insatisfeito por não questionar o nosso Ministro. E, hoje, aqui está o Presidente da Caixa.

A ordem eu já expliquei.

O tempo de fala será de três minutos para os membros. Automaticamente, esse tempo cai, pelo sistema, em dois minutos para os suplentes e em um minuto para os não membros, isso tudo a depender do tempo da reunião. A gente pode flexibilizar durante o andamento da nossa audiência.

No intuito de aproveitar o tempo da reunião e a oportunidade presente, as questões de ordem e o tempo de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência do Ministro, para não atrapalhar o fluxo normal da nossa reunião.

Por último, informo a todos os membros da Comissão que, de acordo com o art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, compete ao Presidente ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão – V. Exas. já sabem disso –, levando em consideração o plano de trabalho discutido e aprovado pelos senhores.

Informo que pautarei, em primeiro lugar, tudo que estiver objetivamente de acordo com as diretrizes do decreto que cria esta Comissão, com as possibilidades de adequação das agendas das autoridades previstas como convidadas à audiência. Há muitas autoridades indicadas – foram aprovados os requerimentos – que ainda estão adaptando suas agendas às nossas.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a ata permaneçam como se encontram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os membros que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* e do aplicativo.
(Pausa.)

A presente reunião é uma audiência interativa com a presença do Presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães, a quem agradeço a presença e a disponibilidade de comparecer a esta reunião virtual. Ele está acompanhado de seus assessores mais próximos: Vice-Presidentes Tatiana Thomé, Vice-Presidente de Governo; Paulo Henrique Angelo, Vice-Presidente da Rede de Varejo; Cláudio Salituro, Vice-Presidente da Caixa de Tecnologia e Digital; Celso Leonardo, Vice-Presidente de Varejo; Samuel Crespi, Vice-Presidente do Atacado.

Então, o Sr. Presidente já está aí? Onde está ele? Não estou vendo o Pedro Guimarães. O Sr. Presidente Pedro Guimarães já está na tela? (Pausa.)

Dr. Pedro Guimarães, nós nos sentimos muito honrados com a sua presença nesta reunião, na audiência desta Comissão, responsável pela execução do decreto legislativo, por suas observações, os limites fiscais e a execução orçamentária.

V. Exa. não estou vendo, mas, se estiver presente, V. Exa. está com a palavra.

O tempo que V. Exa. pediu foi de 40 minutos, mas, como há muita gente, se o senhor puder acelerar para ser 35 minutos, ajuda muito os Parlamentares para seus questionamentos. Mas V. Exa. está com a palavra neste momento.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Quero agradecer, Senador Confúcio, todos os aqui presentes. Muito obrigado. Este é um momento importante. Nós realizamos uma apresentação. Vou passar um pouco mais rápido alguns dos eslaides. São vários eslaides. Depois, obviamente, será um prazer conversar, responder aos questionamentos.

Mas eu quero reforçar que a Caixa, um banco de todos os brasileiros, está operacionalizando algo que nunca aconteceu na história. Só para que vocês tenham noção, os Estados Unidos estão começando a pagar agora, via cheque, pelo correio, algo que eles começaram a operacionalizar antes do Brasil. Nós já pagamos a mais de 50 milhões de brasileiros, exatamente um terço da população mais carente.

Então, a gente passa... Obrigado. Está aqui a apresentação para todos.

Pode passar, por favor.

Aqui é o índice, nós temos alguns pontos. Então, vamos falar um pouco, rapidamente, sobre o que tem acontecido na Caixa Econômica Federal desde janeiro de 2019 e sobre sete principais pontos em relação a esse auxílio.

Pode passar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro ponto, muito importante: quando nós começamos na gestão, a Caixa estava sem um balanço crível há quatro anos, três anos, desde 2016. E nós, em quatro meses, conseguimos reverter isso. Também havia algo chamado IHCD, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, R\$40 bilhões, dada a fragilidade que houve uns dez anos atrás em relação à parte de patrimônio, coração do banco. Nós não só resolvemos isso como já começamos a devolver para o Tesouro Nacional – algo muito importante.

Outro ponto também: nós tínhamos R\$28 bilhões de títulos longos, um pouco mais técnicos, chamados NTN-B, que são títulos ligados à expectativa de inflação. E esses títulos nós vendemos no melhor momento, no final do ano passado. Isso, para que os senhores e as senhoras tenham noção, gerou mais de R\$5 bilhões de resultado positivo.

A mesma coisa com venda de ativos, em especial de ações da Petrobras que faziam parte do patrimônio líquido da Caixa. Se compararmos o preço com que nós vendemos no passado com o de hoje também foram mais R\$5 bilhões. Só nessas duas vendas a Caixa teve um ganho de R\$10 bilhões.

Patrocínios a clubes de futebol são um exemplo. Nós tínhamos 22, reduzimos para zero já na primeira semana. Isso exemplifica uma redução de custos de R\$1 bilhão com despesas administrativas no ano passado.

Algo que também tem relação com o que vamos falar é que não havia uma inclusão bancária digital. Nós já temos mais de 20 milhões de brasileiros que nunca tinham tido acesso a banco e que têm uma conta de graça.

Pode passar.

A Caixa, no começo da gestão, estava em quarto lugar em operações de crédito imobiliário, o que não existe, porque a Caixa é o banco imobiliário por excelência. Em três meses nós tínhamos nos recuperado, e hoje nós temos quase o dobro dos empréstimos do segundo fluxo de empréstimos.

Algo que nós já falamos – alguns de vocês a gente conheceu nessas viagens pelo Brasil –: fizemos 53 fins de semana, na verdade de sexta a domingo. Com isso, mais de 500 agências foram visitadas, e com mais de 18 mil funcionários, em todos os Estados do Brasil, nós conversamos. Isso é muito importante.

Outro ponto importante, impactante foi a redução de juros em todas as linhas de crédito, em especial no imobiliário. A Caixa é, de muito longe, o banco que tem as menores taxas.

Criamos também uma linha corrigida pela inflação, IPCA.

Há outro que a gente nem colocou aqui: nós somos o único banco que oferece uma linha de crédito sem correção nenhuma, 30 anos com correção zero, que é um prefixado, também um sucesso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A relação com os lotéricos e correspondentes, vários de vocês sabem, num passado recente era muito ruim; hoje é excelente.

E um outro exemplo: nós estamos devolvendo à sociedade esse resultado que nós temos. Um exemplo é: R\$3 bilhões a menos na remuneração do FGTS – foi cortado pela metade. Nós temos outros fundos regionais – FNO, FNE, FCO – que custam de 3% a 6%. Então, a remuneração menos cara, a menor remuneração, de muito longe, de um fundo constitucional regional é exatamente o FGTS.

O cheque especial nós já reduzimos de quase 14% para 2,9%, e vamos anunciar outra redução muito em breve. A mesma coisa com o parcelado, o cartão de crédito.

O Caixa Hospitais, que era uma remuneração de quase 20% ao ano, hoje está em 0,7% ao mês.

Em todas as linhas de crédito nós estamos realizando reduções.

Um ponto importante está no eslaide 7. Nós oferecemos R\$154 bilhões em várias linhas. A principal são R\$43 bilhões para o crédito imobiliário, com 1,5 milhão de empregos que foram suportados – isso é muito importante.

Não sei se vocês estão vendo os eslaides.

No eslaide 8, nós temos um ponto muito importante, que é o Índice de Basileia e o Índice de Liquidez. A Caixa é o banco mais sólido, de longe, do Brasil, com o Índice de Basileia, esse índice de solidez financeira, e o mais líquido do Brasil, com essa liquidez muito forte, próxima dos 400%.

Então, passando para... Isso é muito importante – pode passar, por favor – para que nós tenhamos o auxílio emergencial, o maior programa de inclusão financeira...

Não sei se vocês estão vendo. É importante...

Senador, eu não sei se a gente está com algum problema. Não tenho certeza se as pessoas estão vendo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Todos estão ouvindo bem? Todos?

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Há uma apresentação sendo passada, eu espero, na televisão, no computador de cada um.

No eslaide 11, são esses 50 milhões: um em cada três adultos está sendo beneficiado. Já foram criados 19,3 milhões... Então, esse é o eslaide 11.

No eslaide 12 – passa um eslaide, por favor –, são 19,2 milhões de brasileiros no Bolsa Família, R\$15,2 bilhões de valor; no Cadastro Único, 10,5 milhões, R\$7 bilhões de valor; 20,3 milhões de pessoas não estavam em uma base; um total de 50 milhões de brasileiros já foram pagos, R\$35,5 bilhões de valor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse eslaide aqui é importante, o eslaide 13, só para mostrar que foram 96,9 milhões de pessoas cadastradas; desses 96,9 milhões, nós já pagamos 50 milhões e existem alguns que não estão elegíveis, um total de quase 30 milhões de pessoas que não estão elegíveis. Então, um ponto importante é: nós tivemos 85 milhões de *downloads*, foi o mais baixado entre os que a Caixa tem. Quase 770 milhões de pessoas visitaram, obviamente brasileiros, várias vezes o *site*; 142 milhões de ligações para a Central 111.

E aqui a gente coloca mais um detalhe do Bolsa Família, do Cadastro Único e do aplicativo, quebrando os inelegíveis, os inconclusivos. Nós criamos uma segunda versão, uma terceira versão do aplicativo para que os inconclusivos pudessem se cadastrar novamente. E estive em uma reunião com o Ministro Onyx mais cedo; deveremos receber hoje essa última leva das análises. Se recebermos hoje, certamente iremos pagar essa semana esse último lote.

É o maior programa de inclusão. Esse aqui é o Caixa Tem. E aqui também está o Vice-Presidente da Tecnologia, depois certamente, se houver questionamentos, ele entra em detalhes.

Essa página 16 é importante, porque mostra quantos pagamentos houve por dia e quantos foram gerados diretamente pelo aplicativo e pelo aplicativo mais a agência, em conjunto.

Esse eslaide aqui é o mais importante para se ter uma noção: mais de 20 milhões de pessoas acabaram utilizando e recebendo pelo aplicativo; 8,5 milhões realizaram transferências para algum conhecido na Caixa Econômica Federal, um parente ou alguém; 4,3 milhões para outros bancos; 52 fizeram pagamento via cartão digital, que é uma novidade; 466 pagaram contas pelo aplicativo de concessionárias; outros 468 outras contas, ou seja, quase 1 milhão de contas foram realizadas por aí; e 7,2 milhões de brasileiros sacaram nas agências, ou nos ATMs, ou nas lotéricas.

Este é o público. Por isso que essa informação é tão importante, Senadores, Deputados. O público, o mais carente dentro dos mais carentes, são esses 7,2 milhões de brasileiros. Por quê? Porque são as pessoas que precisam de um auxílio mesmo para o saque. Então, nós temos mais de 7 milhões de brasileiros que irão sim às agências, e esse é o pessoal mais carente.

Aqui, hoje, nós tivemos... Começamos a pagar esse grupo mais carente dos 20 milhões, e realmente na segunda-feira e na terça, duas semanas atrás, houve um pouco de atraso relativo à questão da tecnologia e foi quando nós tivemos, sim, filas, o que já não acontece há longos dias, certamente. Desde quarta-feira a redução foi enorme e nos últimos quatro, cinco dias, basicamente, nós não temos, dentro das 4,2 mil agências... São pouquíssimas que têm. Mas, sim, há duas semanas nós tivemos dois dias com muita intensidade.

Noventa e quatro por cento dos 50 milhões já sacaram tudo, ou seja, 100% já receberam: 94% já sacaram e 6% deixaram, por algum motivo, o dinheiro na conta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, rapidamente, no eslaide 21, isso é muito importante. A lei foi promulgada dia 2; cinco dias depois, nós já tínhamos um aplicativo funcionando. Nenhum país do mundo fez isso, nunca, e certamente não agora. O próprio Roberto Campos, do Banco Central, disse-me que, em reunião com os bancos centrais, ninguém fez isso em cinco dias. Dois dias depois, nós já pagávamos 2,6 milhões de pessoas.

No dia 14, já tínhamos abertas mais de 6,6 milhões de contas digitais; a primeira do Bolsa Família, no dia 16, no calendário normal; os primeiros créditos via aplicativo; o início do calendário de saque no dia 27, que foi certamente quando nós tivemos aquele impacto nas filas; e 50 milhões de pessoas foram pagas.

No eslaide 22... Se vocês puderem...

Estão aí as medidas de atendimento, que eu vou sumarizar aqui e ler para os senhores. Nós temos todas as agências abertas duas horas antes. Nós abrimos no feriado de 21 de abril e abrimos todos os sábados: nos dois primeiros com 800 e 900 agências; e nesse último, como não havia mais filas, basicamente nenhuma, abrimos com 680. Mas nos próximos sábados, quando começarmos o novo cronograma, abriremos mais de 2 mil agências.

Contratamos mais 4 mil vigilantes e 886... Ou seja, no final, contrataremos 5 mil vigilantes e 1,5 mil recepcionistas. Mais 3 mil funcionários empregados que estavam em *home office* estão nas agências também, a mais, além dos 30 mil que já trabalham todos os dias.

Pode passar, por favor.

Cinco caminhões Caixa focados nas Regiões Norte e Nordeste. Existem, na Região Norte, distâncias muito grandes; na Região Nordeste, há várias cidades com um componente social muito grande.

Nós já temos 860 prefeituras com um apoio forte. Isso foi um grande avanço, em especial durante a semana passada. Eu estive em Unaí e Paracatu, em Minas, e em várias outras cidades e pude ver algo que foi realmente importante. Isso está muito claro. Nós fazemos carros de som, entrevistas diárias às 3h da tarde. Começamos a fazer há dez dias e isso é muito importante também para a aproximação.

Pode passar, Cláudio, por favor.

Pode passar mais um.

Este aqui é um eslaide importante porque nós temos 52 bancos, além da Caixa Econômica Federal, participando desse programa. Não é um programa exclusivo da Caixa Econômica Federal. A diferença é que a Caixa tem muito, mas muito mais clientes do que todos os outros bancos somados. Então, o Banco do Brasil já paga ao redor de 1,6 milhão de clientes; o Bradesco, 700 mil. E aí rapidamente, depois do Santander, vai caindo muito, e nós temos uma diferença muito grande. Nos bancos regionais também, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos 6 mil num banco, 5 mil, 3 mil, 2 mil. Então, no final das contas, 52 nos ajudam, mas a diferença é muito grande. E estamos totalmente abertos para que tenhamos ajuda. A questão é que só nós abrimos às 8h da manhã, só nós abrimos nos feriados, só nós abrimos aos sábados.

A gente tem outro eslaide. Já estamos com várias parcerias. Eu tive ligações de Prefeitos e Governadores, há dez dias, para que, em pagamentos de Estados e Municípios, houvesse também a ajuda da Caixa, porque nós já fazemos isso há muitos anos e temos essa relação com o público mais carente.

O Cláudio está aqui e vai explicar, mas a gente já fez duas atualizações do aplicativo Caixa Tem, que já não apresenta mais problemas. Mas ele vai explicar em detalhes. São 820... Na verdade, já está em 860 parcerias, próximo de 900, hoje já foram mais 30.

E aqui rapidamente... Isso foi no dia 6 – a gente está no dia 11, não sei se a gente vai chegar ao dia 11 –, em várias agências que tinham muita concentração há duas semanas, você não tem mais. Por exemplo, em Manicore, no Amazonas, nós temos essa tenda, que é um exemplo de parceria importante. Brás, Campina Grande, hoje há menos filas ainda. Taquaritinga, em São Paulo; Méier, no Rio – eu sou carioca –; Quintino Bocaiuva, em Minas; Imperador Petrópolis; Inconfidência, Minas; Foz do Iguaçu... Todas essas são fotos reais ao redor das 8h30, 9h da manhã. Por que essa hora? Porque a maior concentração vem antes de as agências abrirem e, em especial, com aquela questão de as pessoas falarem que não iam receber, o que não é verdade. E, normalmente, mesmo quando há filas às 8h da manhã, até 10h já não há mais nada. Celso Garcia; Lagarto, Sergipe; a Rocinha, no Rio de Janeiro, às 8h30 da manhã. Aqui já é no dia 7, Pedra Afiada, em Pernambuco; Uberlândia; Palmas, no Tocantins. Dia 7... Que dia foi da semana? Freguesia, no Rio; Pechincha, no Rio; Planaltina... Essa de Planaltina, por exemplo, foi às 8h30, no dia 7, quinta-feira. Essa agência foi a mais cheia da região. Sapopemba, São Paulo; Santarém, no Pará; Cachoeiro de Itapemirim; Afogados, Pernambuco, com essa tenda; Coaraci, na Bahia; Camaçari, na Bahia, na quinta-feira... Quinta-feira, cada dia você teve mais redução. Imperador Galvez, no Acre; Taguatinga, Brasília; Itaperuna, no Rio; Sousa, na Paraíba; Rio Real, na Bahia.

Isso aqui já é na sexta-feira. Então, notem que na sexta menos ainda: Nossa Senhora da Glória, em Sergipe; Parnamirim, no Rio Grande do Norte, de novo, olha a parceria; Itaperuna, no Rio; Campos, no Rio... Tudo 8h da manhã, que é o ápice das filas. Divinópolis, em Minas; Betim, em Minas; Sete Lagoas, em Minas; Paranoá, no Distrito Federal; Nações, Rondônia; Autazes, Amazonas; Vitória Régia, no Amazonas; Estação Experimental, no Acre; Tabatinga, no Amazonas; Praça 14, no Amazonas, tudo até às 9h da manhã. Anápolis, em Goiás... Essa agência eu visitei duas semanas atrás. É uma agência que tem, sim, uma concentração normalmente grande, mas...

Isso aqui foi no dia 9: Três Lagoas, Estado do Mato Grosso, sábado... No outro sábado anterior, no dia 2 de maio, você tinha bem mais filas: Teixeira de Freitas, na Bahia; Agência Ceará, no Ceará, tenda também; Brumado, na Bahia; Lages, em Santa Catarina; Sorocaba... Aqui a gente tem fila zero. Cordeiro, no Rio; Praça do Ferreira, no Ceará, também com tenda; Jaguaribe, no Ceará; Bom Jesus, no Piauí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é hoje. Hoje eu disse que era o dia mais... Cordeiro, no Rio; Praça do Ferreira, isso tudo hoje, ao redor das 8h da manhã, fila zero. Jaguaribe, no Ceará; Bom Jesus, no Piauí; Vale do Mucuri, em Minas; Aldeota, no Ceará; Olaria, no Rio de Janeiro; Cavaleiros, no Rio, hoje; Planaltina de Goiás – é uma agência cheia também, eu estive lá também –; Capão Redondo, em São Paulo, é outra agência intensa; Teatro Amazonas; Laranjeiras da Serra, Espírito Santo; Jaraguá, Goiás; Tucuruí, no Pará, com as tendas também. Ou seja, o que a gente mostrou aqui nesse capítulo é...

Houve há duas semanas... Impossível se pagar a 50 milhões de pessoas em 20 dias com fila zero. Então, isso é uma questão importante do equilíbrio, mas, desde a quarta-feira da semana passada, nós vimos aqui – fila zero nas 4,2 mil agências não existe; impossibilidade estatística... Mas mostramos uma redução muito forte vinda de uma melhora da tecnologia, uma melhora operacional, uma ajuda das prefeituras e o pagamento cada dia de mais pessoas.

Cronograma de pagamentos. É isso que nós vamos evitar... Por favor, senhoras e senhores, isto é muito importante: quando nós não podemos ter o pagamento do Bolsa Família no aplicativo de tantas pessoas, em especial, dos mais humildes juntos, se nós pagarmos juntos àquela parte da população que precisa de ajuda para sacar...

E, nessas últimas duas semanas, eu estive pessoalmente em mais de 50 – todos os vice-presidentes e diretores estiveram também. Então, isso é muito importante. Não é teoria, as pessoas me falaram. Há uma parcela – 7 milhões de brasileiros – que não consegue sacar sozinha, não consegue mexer no aplicativo sozinha, precisa de ajuda. Então, se juntar a parcela do Bolsa Família, que são as pessoas mais carentes, com a do aplicativo, a parcela – que é um terço do aplicativo – mais carente, nós não podemos... No mínimo, para fazer isso, nós vamos ter que quebrar em meses de nascimento.

Aí a pergunta é clara: "Por que vocês não fizeram isso na primeira parcela?". Excelente pergunta, e a resposta também é clara: porque não tinha base de dados. A gente foi recebendo e pagando. Podíamos esperar um mês a mais e, aí depois de um mês, teríamos os 50 milhões, em especial, fora do Bolsa Família... Para esses 30 milhões de brasileiros, nós poderíamos ter feito o que vamos fazer na segunda parcela, janeiro recebe num dia, fevereiro num outro... Mas nós não tínhamos a base. Então, para 30 milhões de brasileiros, não havia base nenhuma. Nós fomos pagando assim que nós recebíamos do Ministério da Cidadania. Então, isso gerou um problema, porque ia todo mundo à agência – quem tinha direito e quem não tinha. Assim, na segunda parcela, nós vamos fazer, com a ajuda dos senhores e das senhoras, dos órgãos de imprensa, etc., um movimento muito grande de só pagar quem puder receber, porque 60% da fila vinham de pessoas que tinham dúvidas ou sabiam que não iam receber e achavam que poderiam receber. Nós entendemos o momento de desespero, mas é muito importante para redução das filas que só quem possa, de fato, receber esteja lá. Então, esse será um grande ponto. É exatamente isso o calendário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só uma página importante – Tatiana está aqui do meu lado. Nós fazemos o pagamento de 21 programas sociais. São 10 milhões de benefícios, fora esses todos. Aqui nós temos de Estados, Municípios e Distrito Federal. Em Pernambuco são quase 350 mil pessoas beneficiadas; no Distrito Federal, são quase 60 mil; em Salvador, que foi esse recente, 40 mil; no Rio de Janeiro, o Família Carioca, 53 mil; no Paraná, 57 mil pessoas; em Ipojuca, em Pernambuco, um pouco mais de 12 mil; no Espírito Santo, 22 mil; em Manaus, mais de 20 mil; e o Vida Nova em Nova Lima... Assim, Caixa realiza também – e dois desses vieram em função do coronavírus – 11 programas sociais de Estados e Municípios. Além disso, nós temos os programas federais, 10 programas federais, com destaque para o INSS, mas há também seguro-desemprego, Bolsa Família... Esses 700 mil do Bolsa Família é aquela parcela que não tem direito, por várias questões, de receber esse benefício.

Medidas de preservação. Fundamental. Nós compramos 768 mil máscaras. São 30 mil funcionários, 35 mil funcionários. Então, na verdade, é um número muito grande. São 15 mil protetores faciais, um protetor, certamente, com uma excelente proteção, bem pesado, inclusive. São 649 mil litros de álcool em gel.

Aqui, também a Caixa... Qual é o objetivo da Caixa? É realizar o pagamento a partir dos dados validados pelo Cidadania e pela Dataprev e, para aqueles 30 milhões que não tinham o cadastro, realizar o cadastro, porque seriam 97 milhões de pessoas, e quem realiza a análise é o Ministério da Cidadania e a Dataprev.

Após essa apresentação, a gente está aqui aberto às perguntas.

Eu quero agradecer... Só para reforçar, nós temos uma relação de muito respeito e carinho com vocês – eu, pessoalmente, conheci vários durante esse tempo – e queremos sempre ouvir críticas, comentários, porque é só assim que a gente melhora.

Podem ter a certeza de que nós da Caixa Econômica Federal fazemos o máximo possível para ajudar a população mais carente, lembrando que nós temos 35 mil funcionários trabalhando de segunda a sábado, de 8h às 14h. Eu, pessoalmente, e minha família também... Caixas... Eu falo com todos os funcionários. Nós tivemos três pessoas que saíram da UTI ontem, quer dizer, é uma coisa que realmente me deixa emocionado, porque nós sabemos do impacto nas vidas de todos os 35 mil funcionários da Caixa. Há pessoas, nossos colegas, que chegam a atender 2 mil pessoas em um dia! Então, é realmente algo sem precedentes. Esse equilíbrio entre o pagamento das pessoas mais carentes e necessitadas, preservação da vida dos funcionários, preservação da vida dos brasileiros e redução das filas é a equação em que nós estamos.

Eu quero agradecer e dizer que estamos aqui abertos para responder. Podem ter sempre a certeza de que, para qualquer dúvida, qualquer colocação, a Caixa Econômica está aberta, e eu, Pedro, também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou aberto. Tenho certeza de que o que vocês querem é a mesma coisa que nós queremos: melhorar a vida da população mais carente da melhor maneira possível.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Pedro Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal, que acabou de fazer a sua exposição.

Neste momento, eu cumprimento o Deputado Francisco Jr., Relator desta Comissão Especial, a quem eu passo a palavra, Deputado Francisco Jr. pelo tempo de até dez minutos. V. Exa. está com a palavra.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Aproveito para cumprimentar V. Exa., a Vice-Presidente, Senadora Eliziane, os demais membros e os que estão participando, mesmo que não membros, Senadores e Deputados. Cumprimento cada um de vocês.

De forma muito especial, cumprimento o Presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães, toda a assessoria que o acompanha, os Vice-Presidentes, e também cumprimento cada funcionário da Caixa Econômica, aqueles que estão espalhados por todo o País, participando de um programa, de um projeto tão importante nesse momento. Para o cidadão, de forma direta e objetiva, é o mais importante, é aquilo que está proporcionando a ele a chance de alimentar a sua família, e nós sabemos que isso é muito real no País. Parabenizo-os por todo o trabalho, mas a gente sabe que tudo pode ser melhorado, tudo pode ter avanços significativos.

Portanto, Presidente, mesmo reconhecendo o mérito, o esforço... Inclusive, a várias perguntas que eu faria o senhor respondeu na sua apresentação; então, eu já as fui cortando aqui. Se eu repetir alguma coisa, o senhor me perdoe.

Eu vejo o esforço e o trabalho de toda a empresa, o empenho em solucionar e atender melhor o cidadão. Porém, duas coisas têm incomodado muito todos nós. As imagens, não é mesmo? O senhor fez questão de trazer imagens atuais, demonstrando que as filas já não existem mais. E aquelas filas nos preocupavam muito em dois aspectos: o primeiro deles pelo fato da aglomeração, o sofrimento daquela população que era colocada em situação de risco para sobreviver. Era um contrassenso: na busca pela sobrevivência, na busca de ter o alimento para colocar na mesa, o recurso para poder prover a sua casa, ao mesmo tempo ela se colocava em risco maior na aglomeração. Então, parabenizo a sensibilidade e a busca de solução, apesar de que, num primeiro momento, a gente percebe que foi difícil. Espero que na segunda etapa a gente consiga ter imagens melhores, resultados melhores para a população.

Mas outra situação nos incomoda muito, e acredito que os outros Deputados e Senadores também tenham recebido muitos questionamentos, muitas denúncias. Resumindo as denúncias, elas ficam muito assim: pessoas que alegam ter direito, que estão dentro do perfil, não conseguem ficar entre o grupo dos elegíveis para o recebimento. E elas próprias, e muitas delas, denunciam que outras, que não estariam com o perfil, que não teriam os critérios necessários, entraram no grupo dos elegíveis e já receberam,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive. Então, eu pergunto para o senhor: quais os mecanismos de controle que estão sendo aplicados, no âmbito da Caixa Econômica, para conter fraudes e para promover justiça? Porque eu penso que são duas situações: a fraude, quando a pessoa, de forma dolosa, ou não, por ignorância ou por esperteza, se cadastra e consegue receber, colocando lá informações nem digo maquiadas, mas, talvez, não colocando todas as informações necessárias. E, ao mesmo tempo, aquele cidadão que tem o direito, que porta os critérios, mas que, infelizmente, não consegue receber, não consegue ter acesso ao seu direito.

O senhor falou aí muito da questão da parceria com as Prefeituras e com outros bancos. E a gente sempre é questionado também sobre por que as casas lotéricas não podem participar; se elas vão participar; quais são as providências que vocês já estão tomando.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer especificamente em relação ao pagamento desse recurso emergencial, do auxílio emergencial, é qual o valor financeiro disso, quanto está custando, o que a Caixa Econômica está cobrando da União para a implementação do auxílio emergencial. E qual é o custo de outros programas similares, para que possamos ter uma análise comparativa? Quanto custa o Bolsa Família, a operação Bolsa Família, para que a gente possa fazer uma análise desses valores?

Partindo para um outro aspecto, mas ainda com relação à pandemia. Com relação às formas de atuação da Caixa, notadamente relacionadas ao FGTS, eu teria alguns questionamentos: como os recursos do FGTS foram utilizados em outros momentos e qual é a real efetividade dessa medida, já que provavelmente muita gente que precisa dos recursos hoje já não os têm disponibilizados, já os utilizaram no passado?

Eu gostaria de fazer uma pergunta também específica com relação às santas-casas. Nós sabemos que as santas-casas têm um papel fundamental no combate à crise de saúde pública e deveriam estar concentradas em cuidar da população. Entretanto, existem reclamações de que as operações de crédito com recursos do FGTS no âmbito das Medidas Provisórias 848 e 859, de 2018, ainda estão com execução muito aquém do necessário. Ao aprovar as duas medidas provisórias, a sociedade, por meio do Congresso Nacional, já se manifestou sobre a prioridade deste tema. Nesse sentido, por que o volume dessas operações ainda se encontra muito abaixo do necessário e o que pode ser feito para que essas operações de crédito sejam realizadas por agora, ainda neste mês ou no mês seguinte, e as santas-casas possam focar no que realmente deveria ser a prioridade neste momento?

E, ainda sobre as santas-casas, nós sabemos que, recentemente, a Caixa Econômica Federal anunciou que reduziria pela metade os juros anuais cobrados em empréstimos das santas-casas. Os juros que eram cobrados a 20% ao ano passariam para 10%, no caso dos hospitais filantrópicos. Sabemos que, durante a pandemia do Covid-19, esses locais têm recebido muitos pacientes. Essas instituições desempenham um papel importantíssimo no atendimento de pessoas diagnosticadas com o novo coronavírus ou mesmo as outras que precisam do hospital, e não têm – graças a Deus! – esse vírus, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ser atendidas, já que os hospitais estão sendo ocupados em demasia com pacientes do Covid. Considerando o cenário econômico atual, como o senhor analisa essa redução dos juros?

E aproveito para parabenizar o meu colega de partido Deputado Antonio Brito, que foi um guerreiro, para conseguir aquele recurso de 2 bilhões do Governo junto às santas-casas, o que já foi sancionado pelo Presidente. E eu espero que a gente possa vê-los alcançarem o seu objetivo.

E, por fim, o setor privado, Presidente, também precisa ser lembrado. A Caixa, como instituição financeira federal, acaba tendo uma dupla função: ela é uma instituição financeira de varejo e de instrumento do Governo Federal para implementação de medidas na área de crédito. Nesse sentido, pelas atribuições da empresa e pelo seu relacionamento com as outras instituições financeiras, eu faço as seguintes e últimas perguntas. O que está sendo feito para apoiar as empresas privadas com relação às linhas de crédito para capital de giro? Quais foram os resultados obtidos, até o momento, se vocês já têm algum levantamento sobre isso? Em sua opinião, mesmo após o gigantesco choque de liquidez proporcionado pelo Banco Central, da ordem de R\$1 trilhão, ainda não estamos vendo as instituições financeiras apoiando, de forma significativa, o setor privado; onde se está emperrando e por que isso acontece? E aí não estou só perguntando especificamente sobre a Caixa, mas, na visão de mercado do senhor, do mercado financeiro, qual o porquê dessas dificuldades e onde está a falta? O que podemos fazer para melhorar e para resolver?

Um dos grandes problemas da concessão de linhas de crédito são as garantias. Isso tem implicações macroeconômicas, mas também microeconômicas, no âmbito das próprias agências. De que forma a política interna de garantia das instituições financeiras pode estar trazendo incentivos adversos para que o funcionário na ponta, os pequenos gerentes e analistas não queiram aprovar os empréstimos ou acabem levando muito tempo para aprová-los? O que a direção da Caixa está fazendo para reduzir esses incentivos adversos? Muitas vezes, a gente percebe que existe uma política, mas existe uma dificuldade da implementação, lá na ponta, existe um receio. E, ao mesmo tempo em que eu o parabenizo pela coragem da Caixa de encabeçar um programa tão grande, em tempo recorde, a gente percebe que existe um receio, muitas vezes, de poder implementar a outra parte da política.

Eu gostaria, então, que o senhor pudesse comentar para nós e para toda a sociedade esses pontos que eu coloquei. No mais, eu parabenizo o senhor e toda a equipe, e, mais uma vez, quero fazer um destaque a todo servidor da Caixa, todo funcionário que está lá na ponta, por todo o País, se esforçando muito para atender a nossa população mais carente, neste momento.

Muito obrigado e desejo ao senhor e a toda a equipe todo o sucesso, porque o sucesso do trabalho da Caixa Econômica neste momento do repasse é o sucesso da população mais carente do povo brasileiro, do nosso povo mais carente.

Muito obrigado, parabéns pelo trabalho e gostaria que o senhor comentasse os nossos questionamentos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco.

Eu passo a palavra ao Presidente Pedro Guimarães ou a quem ele delegar.

São muitas perguntas e o tempo é inelástico, então, eu ofereço a V. Exa., Dr. Pedro, cinco minutos para as respostas ao nosso Relator, Francisco Jr.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Eu anotei aqui. Serei breve nas respostas, porque senão não vou conseguir fazer em cinco minutos.

As filas nós já reduzimos, terminamos nos últimos sete dias. Certamente é algo muito importante, falta a segunda parcela. Eu não posso adiantar ainda, porque estamos fechando com o Presidente da República, mas vai ser muito em breve que nós vamos anunciar.

Em relação ao perfil de pessoas não alocadas, é muito importante que isso seja algo para o Ministério da Cidadania e para a Dataprev. A Caixa não faz essa análise. O que nós fazemos, sim, são medidas para reduzir ao máximo as fraudes, porque elas estão muito reduzidas, um quarto do que nós estimávamos, ou seja, 25% dos casos, o que vem exatamente dessa questão de que várias medidas que a Caixa toma são para redução delas.

As lotéricas participam. Ótima pergunta. Nós temos 13 mil lotéricas e elas são uma parte muito importante dentro daqueles 7 milhões de brasileiros, os mais carentes dentro dos mais carentes: 30% recebem via lotéricas. Também estive em Minas Gerais agora, eu visitei cinco lotéricas. Elas são muito importantes sem dúvida nenhuma. O valor financeiro é pouco, são R\$0,80, e nós conseguimos uma redução em relação ao que já é pago pelo Bolsa Família, porque, pelas contas digitais, a Caixa tem resultado líquido muito pequeno, porque o nosso objetivo é, sim, servir a população brasileira.

Nós já mostramos que estamos reduzindo todos os custos, como foi no caso do FGTS, que caiu pela metade, e o que nós já estamos oferecendo é o preço menor dentro dos nossos programas, embora seja incomparável, isso nunca aconteceu no mundo, pelo que nós sabemos, de, em tão pouco tempo, se pagar tanta gente.

Eu não entendi tanto a do FGTS. No FGTS, nós teremos uma segunda medida, nós pagamos 60 milhões de brasileiros, mas em seis meses e com saque no aniversário. Agora, haverá um segundo pagamento. São recursos diferentes.

Nas santas-casas, sim, nós já reduzimos. Peço aos Senadores e Deputados que, por favor, nos encaminhem. Vários já nos encaminharam. O Samuel está aqui do meu lado. Já há, sim, linhas de 0,8% ao mês, a redução é de mais da metade. São R\$3,1 bilhões. Estou aqui com o nosso volume total, mas as nossas linhas já estão menores do que o custo, ou seja, o custo que nós oferecemos, dado exatamente o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado da pandemia, já é menor do que a linha do FGTS. Ou seja, a Caixa oferece um custo inferior ao dos recursos do FGTS, exatamente com essa preocupação neste momento tão sensível do Brasil de ajudar, em especial, a área de saúde.

O ponto sete, outras instituições. Eu não falo – e aqui eu falo com muita tranquilidade –, eu não posso falar pelos outros bancos. O que eu posso reforçar é que a Caixa ofereceu R\$154 bilhões, e nós já temos um volume superior a R\$50 bilhões que foram de fato emprestados. Só que nós temos foco: o nosso foco é o setor imobiliário, o nosso foco são as políticas públicas, a infraestrutura e a compras de carteira para dar liquidez no mercado. Então, nós temos feito isso de maneira muito intensa, mas a Caixa não vai entrar no crédito de empresas privadas grandes com quem nós não tínhamos relação.

E outro ponto muito importante, o microcrédito. Nós somos o banco que mais fizemos operações de microcrédito neste momento. Fechamos uma parceria de R\$7,5 bilhões com o Sebrae, e isso pode ajudar centenas de milhares de pessoas.

Então, estes são os focos, para ser objetivo: crédito imobiliário, microcrédito, políticas sociais, compras de carteiras para dar liquidez para as instituições menores se porventura precisarem ter os adquirentes das maquininhas, e as políticas para Estados e Municípios como os Finisas.

E do BC, o órgão regulador, não posso falar por ele, o Banco Central, nem pelos demais bancos.

Muito obrigado, Deputado Francisco. Qualquer coisa, a minha equipe vai entrar em contato com o senhor, mas muito obrigado pelas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Existem 25 Parlamentares inscritos. Eu vou fazer em blocos e solicito ao Dr. Pedro e à sua equipe de Vice-Presidentes ir anotando cautelosamente as perguntas, para ficar fácil a resposta para o senhor e para os outros.

Serão agora os próximos oradores a fazer suas indagações: Senadores Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso; Deputado Cacá Leão e Deputado João Campos.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Presidente Pedro, quero cumprimentar a Tatiana em nome dos demais diretores.

Primeiro, quero parabenizar a Caixa Econômica, que mostrou muita competência e mostrou realmente que fez história neste momento tão crítico. A gente sabe que continua havendo problemas: há problema com o CPF das pessoas, há demora no processo de cadastramento no aplicativo da Caixa, há muitas demoras de controle para verificar quem é elegível ou não para receber o benefício, há falta de dinheiro em cédulas, há milhões de pessoas invisíveis sem contas bancárias e sem qualquer relação com os programas sociais do Governo. Enfim, se quiser resolver todos esses problemas antes de distribuir o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro a quem está precisando, talvez ele não chegue ou chegue tarde demais. Então, eu quero fazer duas colocações.

Primeiro, qual é a real situação? Eu acho que V. Exa. colocou bem na apresentação, mas de que forma o Congresso Nacional pode ajudar para que esses recursos cheguem o mais rápido possível?

E, além disso, Presidente, domingo agora, Dia das Mães, nós tivemos muitas mães "solo", que são chefes de famílias, que não têm conseguido receber o benefício. Existem relatos de mães que descobriram que os pais, que não moram com as crianças, tiveram o benefício aprovado em seu lugar, usando, inclusive, o CPF delas. Isso não apenas contraria a lei que aprovamos, como deixa as crianças em situação de insegurança alimentar, sem auxílio, já que não recebem o benefício voltado para elas, que teriam direito a receber em dobro. Não é? Quando essa situação irá ser resolvida?

E recebi também, Presidente, da Apcef, que é a associação dos servidores da Caixa, que muitos servidores têm enfrentado uma situação de estresse, em função de tudo o que está acontecendo da pandemia e tal. E o que está acontecendo é que, com frequência, eles têm sido alvo de insultos, inclusive até pela mídia, segundo a associação, a Apcef; e muitas vezes são injustamente criticados os programas de tecnologia, que são da Dataprev. Então, é só para V. Exa. tomar conhecimento para ver se a Caixa se manifesta ou faz alguma coisa com relação a esses ataques aos servidores da Caixa Econômica Federal.

Mas, mais uma vez, parabéns a V. Exa., parabéns a toda a equipe da Caixa, que demonstrou muita competência neste momento tão difícil para nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso, de Goiás.

Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, meus cumprimentos, Senadoras, Senadores e Presidente Pedro Guimarães. Cumprimento todos os Vice-Presidentes, a Tatiana, o Paulo, o Cláudio, o Celso e o Samuel.

Sr. Presidente, as dúvidas e as perguntas que eu tinha praticamente o senhor já respondeu a todas na sua apresentação, pela qual quero parabenizar o senhor, toda a equipe e todos os funcionários da Caixa. A princípio, quando este programa começou a ser discutido, esse "coronavoucher", chamado de "coronavoucher", era para chegar a atingir em torno de 30 milhões de brasileiros e brasileiras e acabou já ultrapassando os 50 milhões. Então, a gente já sabia que, mesmo que fossem 30 milhões, iria haver um certo tumulto no início, muitas pessoas driblando e aplicando golpes, como a gente já presenciou – muitas já foram pegas, algumas até presas –, mas eu só tenho que parabenizar, porque vocês agiram muito rápido; todas as dificuldades, agências lotadas e cheias, foram sanadas. Eu mesmo pude presenciar em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

várias. Até mesmo nós, os Parlamentares, deixamos de ser questionados pelas agências cheias. Praticamente não há mais ninguém ligando, ninguém questionando, ninguém falando sobre isso.

Eu tenho uma dúvida, pegando também carona na fala do nosso Relator – por sinal um brilhante Relator, o Francisco Jr. –, com relação às santas-casas. Eu estive com o senhor por duas vezes, aliás, na primeira vez o senhor com sua equipe me atenderam – o Eduardo Dacache, a quem cumprimento também, e a Vanessa, que é Gerente de Relações Institucionais. Aliás, vocês sempre nos recebem muito bem.

É o mesmo questionamento que o nosso Relator fez com relação ainda às negociações das santas-casas. Essa seria a minha dúvida, já que as santas-casas estão trabalhando muito nesse momento de pandemia. Ainda há uma demora na negociação desses juros – alguns até já chegando aos seus 20%, se eu não me engano.

Eu estive especificamente na Caixa para ver a situação com relação a Anápolis e Goiânia, e até hoje ainda não houve essas renegociações.

Eu sei que é um pouco complicado, Sr. Presidente, mas essas santas-casas – não somente essas duas, mas também as outras que têm esses débitos – precisam urgentemente dessas negociações.

No mais, quero parabenizá-lo. Hoje eu posso dizer ao senhor que tenho orgulho da nossa Caixa Econômica Federal.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão, do Estado da Bahia.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa.; o nosso Relator, Deputado Francisco Jr.; e os demais Senadores e Deputados que fazem parte desta Comissão. Hoje, inclusive, Presidente, já estamos batendo o nosso recorde de quórum, com diversos Parlamentares não membros fazendo parte da reunião. Isso mostra, Presidente Pedro Guimarães, a importância da Caixa Econômica Federal neste momento tão difícil na vida dos brasileiros. E aí eu não poderia deixar de parabenizá-lo, estendendo os cumprimentos, na pessoa da Tatiana e do Samuel, a toda a equipe e a todos os funcionários da Caixa Econômica Federal pela atenção que têm tido com o povo brasileiro neste momento difícil.

Eu prestei bastante atenção na apresentação do senhor e acho que ela foi completa, esclarecendo até as perguntas que a gente havia feito aqui, como o Senador Vanderlan falou. Eu havia anotado aqui algumas perguntas para fazer ao senhor, mas essas perguntas foram sanadas já na sua apresentação, até a costumeira. Inclusive liguei aqui para alguns Prefeitos, algumas lideranças dos Municípios que me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia feito a reclamação na semana passada sobre as filas, e todos foram uníssonos e disseram que realmente hoje as filas praticamente zeraram e que diminuiu bastante o movimento nas agências da Caixa Econômica Federal por todo o Brasil.

Então, eu quero parabenizar a Caixa Econômica Federal e, na sua pessoa, a todos os funcionários da Caixa Econômica Federal pelo brilhante trabalho e pela força que conseguiram fazer em tão curto espaço de tempo.

Eu disse isto ao Ministro Onyx na semana passada: muitas vezes, a gente acaba criticando, a gente acaba questionando, até porque a fome não espera, mas eu acho que o Brasil se tornou um exemplo para o mundo de como fazer, num curto espaço de tempo, um programa que venha a atender... É claro que as dificuldades acontecem. A gente está aguardando a sanção do Presidente da República para as demais categorias que vão ser inseridas nesse processo. Acredito que a Caixa deva ter um pouco mais de problema nesses próximos dias, mas agradeço a vocês.

Há ainda a questão desses quase ou mais de 20 milhões de brasileiros que apareceram e que estavam fora da conta.

Eu vou, para finalizar, só deixar uma pergunta: se a Caixa teve ou tem alguma coisa contra a inclusão de outros bancos públicos nessa questão do auxílio emergencial. Obrigado, Presidentes – Presidente Pedro e Presidente.

Para finalizar, Presidente Pedro, quero agradecer a atenção que a Caixa Econômica Federal tem tido com o Parlamento ao longo deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Cacá.

Com a palavra o jovem Deputado pernambucano João Campos.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Caixa Econômica, primeiro eu gostaria de fazer um rápido cumprimento ao Presidente da Caixa, Sr. Pedro, e, em sua pessoa, parabenizar todos os servidores da Caixa Econômica Federal.

Sabemos que o esforço que estamos vivendo é equivalente a um esforço de guerra. Há ações a serem feitas, pequenos problemas a serem corrigidos, mas o mais importante deve ser a atenção prioritária aos mais de 50 milhões de brasileiros que recebem diretamente, beneficiando quase 100 milhões, como o Congresso brasileiro aprovou. Aqui foi explanado sobre as filas. É um desafio que ainda está para ser corrigido. Espero que na próxima parcela possa ser feito de maneira mais coordenada, inclusive com os outros entes federados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, porém, de falar não apenas do auxílio, que é a pauta central, mas de dizer que a gente tem um desafio de discutir o que vem depois, como é que a gente vai estruturar o Estado brasileiro e deixá-lo pronto para os desafios que virão, que não serão pequenos, como o próprio tempo já mostra.

O senhor citou a questão do microcrédito. A Caixa anunciou, em 29 de janeiro, que era necessário reestruturar a sua área de microcrédito, dando novos rumos à Caixa Crescer, uma empresa de oferta de microcrédito e produtos de microfinanças para pequenos e microempreendedores. O anúncio falava em algo próximo a 30 milhões de clientes em longo prazo, 1 milhão de pessoas com o produto em dois a três anos, com taxas de juros de menos de 2% ao mês. Como se vai dar isso? Depois não é o caso de poder fazer um aumento dessa carteira, uma redução da taxa de juros, poder dar um olhar mais especial ao microcrédito? Com certeza haverá grande necessidade, quando a gente pensa em empreendedorismo e nas atividades empresariais e industriais do País, de olhar especial para os micro.

Uma segunda pergunta.

A gente quer falar aqui sobre o Pró-Brasil. Como a Caixa Econômica o vê? Qual é a necessidade de aumentar – pelo menos eu defendo, acho que é fundamental – o investimento público? A gente observa a contração que se dá e não pode apenas esperar do mercado. O Estado tem, sim, que criar as condições, aumentar o investimento público para poder garantir a boa execução e a retomada econômica do nosso País.

Por fim, quero deixar aqui a nossa opinião, e ouvir a do Presidente, sobre a necessidade de um banco público do tamanho da Caixa Econômica fazer uma operação de guerra com os servidores públicos e entregar resultados de maneira tão rápida. Certamente, uma instituição privada não conseguiria fazer com a grandeza o que a Caixa Econômica fez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado João Campos.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, muitas perguntas dos internautas, feitas através do portal e-Cidadania. Vou fazer essas perguntas depois de ouvir todos os Parlamentares, se tempo tivermos.

Quero agradecer César Vieira, da Bahia; Marcus Lemos, do Ceará; Léo Jaime, de São Paulo; Jéssica Araújo, de São Paulo; Lília Cabral, de Brasília; José Machado, do Rio de Janeiro; Nabya Carollynne, do Estado de Goiás. Daqui a pouco falo outros.

Sr. Presidente, o senhor está com a palavra para responder ao bloco de quatro, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Muito obrigado.

Senador Izalci, nós temos 94% dos 50 milhões. O senhor perguntou da real situação. Respondo: 50 milhões já receberam, 94% já tiraram o dinheiro do banco e 6% continuam com o dinheiro no banco por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum motivo. Então, é uma situação que nos dá tranquilidade hoje nas agências. Vamos lembrar que a semana passada foi a semana mais complexa para qualquer banco, porque foi semana de pagamentos diversos. Então, mesmo numa semana tensa, nós pagamos a mais de 10 milhões de brasileiros, em especial na segunda e na terça-feira. Então hoje as agências vão estar muito tranquilas.

Quero reforçar outro ponto importante. Nós devemos receber da Dataprev e do Ministério da Cidadania... É que a expectativa que temos após conversa com o Ministro Onyx é que, entre hoje e amanhã, tenhamos resposta para mais de 17 milhões de brasileiros, aqueles que são basicamente os últimos que estão em análise. Só que não se pagará aos 17 milhões: alguns poderão ser pagos, outros terão o pedido negado por algum motivo e alguns precisarão de mais uma checagem em função da falta de alguns dados. Então, de maneira muito clara: a todos os brasileiros que a Caixa poderia pagar nós já pagamos há algumas semanas, nós já depositamos. Depois que nós recebermos da Dataprev e do Ministério da Cidadania, nós precisamos de dois dias para começar a pagar. Então, isso é importante e entra um pouco também na pergunta do senhor, que é exatamente essa de famílias monoparentais. Devemos, nesse próximo lote, receber do Ministério da Cidadania a resposta à pergunta do senhor.

Em relação ao insulto. Eu não consigo acreditar que 35 mil brasileiros que são heróis, que estão de segunda a sábado... E para abrir uma agência às 8h, nós precisamos chegar entre 6h e 6h30 da manhã. Então, eu até me emociono, e é uma coisa que eu não consigo imaginar. E eu tenho sido muito enfático nisso, porque nós temos atendido, cada um, pelo menos 500 brasileiros, porque, de novo: muitas vezes nós atendemos pessoas para outros pagamentos. Nós temos uma média, em algumas agências, de 2 mil pagamentos, mas, se nós tivermos 2 mil pagamentos, nós atendemos 5 mil pessoas. Então, os funcionários da Caixa são heróis, são heróis que usam crachá. Nós vamos começar uma campanha exatamente para mostrar um pouco do que foi feito e do que será feito e acho que vai emocionar vocês. E eu não tenho dúvida de que a Caixa tem o carinho de todos vocês. Eu agradeço pela palavra de cada um dos senhores.

Senador Vanderlan, acabei de ter a resposta em relação a Anápolis. Nós já teremos esta semana a resposta em relação a Goiânia. Há uma pendência aí, e o próprio Vice-Presidente Samuel vai procurar o senhor.

Deputado Cacá Leão, muito obrigado também pelas palavras.

Todos os bancos públicos estão participando. O Banco do Brasil pagou a mais de 1,5 milhão de pessoas. Então, uma coisa é fato: todos participam. Mas a diferença é que nós estamos pagando a um terço dos adultos mais carentes do Brasil. Nesse um terço, 90% são clientes da Caixa ou vão à Caixa. Vários receberam em outros bancos, mas foram à Caixa antes de receber. Então, como todos nós aqui sabemos, estamos falando daquele terço da população que é, quer ser ou acha que é cliente da Caixa. Então, 52 bancos participam, todos os bancos públicos já participam, mas a diferença é o tamanho da Caixa Econômica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado João Campos, obrigado pelas perguntas.

Acho que essa questão do microcrédito é fundamental. Vamos utilizar todo esse investimento que nós fizemos, via aplicativo Caixa Tem, para voltar a maior operação de microcrédito do Brasil, do Hemisfério Sul. Será provavelmente uma das três maiores operações de microcrédito do mundo porque já terá todo esse acesso rápido.

Em relação ao Pró-Brasil, eu não posso falar porque falo pela Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado pelas perguntas dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

A Taquigrafia está pedindo para os Senadores e Deputados que falem um pouquinho mais alto, porque eles estão tendo dificuldade de anotação de algumas perguntas.

Agora eu passo para o próximo bloco: Senadora Eliziane Gama, Deputado Luiz Carlos Motta, Senador Wellington Fagundes e Deputado Federal Reginaldo Lopes.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Senador Confúcio, quero cumprimentar todos os demais Parlamentares presentes, na pessoa de Francisco Jr. e também na de Cacá Leão, que tem feito um grande trabalho nessa área do nosso orçamento.

Quero cumprimentar o Presidente Pedro Guimarães.

Presidente, nós estamos tratando aqui, entre vários assuntos, de um ponto muito específico, que são as filas nos bancos. É algo que eu vejo, e nós não podemos nos acostumar a que isso seja uma paisagem no nosso Brasil. Temos feito, inclusive, legislações fora desse período para tentar conter a questão das filas, o que, agora, neste período de pandemia, é ainda mais grave, porque é inaceitável que uma pessoa que está buscando recursos para mitigar os efeitos dessa pandemia, ao fazê-lo, ainda possa, infelizmente, contrair esse vírus, possa ser contagiada por esse vírus.

Nós tivemos, ao longo dos últimos tempos, ações em todo o Brasil, na Justiça, no Rio de Janeiro, aqui no Maranhão e em Pernambuco, em que se determinava um prazo para se resolver, de fato, esse problema. E nós tivemos experiências importantes no Brasil, como foi o caso de Vitória da Conquista, na Bahia, e também no Ceará, onde eles conseguiram fazer uma organização.

O senhor nos apresenta hoje que não temos mais filas, mas nós não as temos porque já estamos na reta final. Mais de 90% das pessoas já receberam nesta primeira etapa, e vamos iniciar agora a segunda etapa. É bom que a gente registre que hoje, inclusive, o jornal da manhã da Rede Globo mostrou pessoas dormindo ainda na fila, mais precisamente em Bangu, no Rio de Janeiro, para receberem o benefício.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer apenas uma pergunta ao senhor de forma direta: por que o banco não busca outras alternativas para que seja mais rápido, para que seja menos burocrático? Por exemplo, por que o banco não usa uma ordem de pagamento em vez de utilizar a conta bancária? Fazendo assim, esses que não são correntistas poderiam receber esse recurso em qualquer agência. Alternativamente, pode-se buscar outra tecnologia junto ao Banco Central para que nós possamos disponibilizar esse pagamento para essas pessoas que não têm nenhuma estrutura física, financeira e, às vezes, até de conhecimento para realmente chegar a qualquer agência e receber esse seu benefício. No meu entendimento, seria uma forma de se reduzir... Para mim, buscando a tecnologia nós podemos de fato chegar a esse resultado.

Eu queria que o senhor me respondesse especificamente sobre essa outra forma, um outro mecanismo que agilizasse mais esses pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Luiz Carlos Motta com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente Senador Confúcio.

Queria cumprimentar também o Deputado Francisco Jr., nosso Relator, e, em sua pessoa, cumprimentar os demais Parlamentares e demais Senadores e, em especial, o nosso Presidente, Dr. Pedro Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal, com quem já tive a oportunidade de fazer uma reunião em São Paulo, antes da pandemia, para esclarecer e fazer um planejamento da Caixa Econômica Federal. Então, parabéns, Presidente.

E não tinha dúvida: o senhor, pegando um desafio como esse, ia tirar de letra. Sabemos que não é fácil, mas acho que estamos aqui para trabalhar em conjunto com o senhor. Quero parabenizá-lo pela sua explanação. Nós vimos que é o maior programa de inclusão social do nosso País e, pela explanação do senhor, até o momento cerca de 50 milhões de pessoas já foram aprovadas para o recebimento do auxílio.

Do total, 19,2 milhões são beneficiários do Bolsa Família e 10,5 milhões estão inscritos no Cadastro Único. Outros 20 milhões são formados por trabalhadores informais, microempreendedores individuais e contribuintes individuais. Mas, por outro lado, nós temos cerca de 12,4 milhões que estão com o cadastro inconclusivo, e a gente gostaria de fazer algumas observações.

Muitos trabalhadores deram entrada no benefício e até agora não têm o processamento do resultado. O que a Caixa está fazendo para agilizar essas soluções? E pergunto: como é feita a análise dos trabalhadores e o que pode levar à exclusão deles? Há trabalhadores que deram entrada no auxílio emergencial, erraram alguns dados e não conseguem mais retificá-los.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta: a Caixa estuda a possibilidade de abrir linhas de crédito com taxas diferenciadas para categorias profissionais de trabalhadores que não tiveram o vínculo empregatício rompido, mas tiveram os seus contratos de trabalho suspensos ou redução de jornada com redução de salário?

Há relatos também de beneficiários que indicaram conta de outro banco para receberem o benefício, e o banco informa que não tem recebido crédito. Isso de fato tem ocorrido? E pergunto: como o beneficiário deve proceder?

Também, Sr. Presidente, recursos muito importantes de outras áreas estão sendo remanejados para essa pandemia, o que é uma necessidade. Como será o acompanhamento e a fiscalização desse remanejamento de recursos e da sua distribuição aos trabalhadores brasileiros?

Encerro dizendo o seguinte: espero que possamos sair desse momento de crise mais conscientes do que realmente importa e também o quanto é importante planejar em médio e longo prazos e como esse planejamento faz a diferença para nós, para as nossas cidades e para o nosso País, onde vivemos. E o senhor tem feito isso, como Presidente da Caixa Econômica Federal, a quem eu parablenizo.

Parabenizo também todos os funcionários da Caixa, que têm sido um exemplo para todos nós. Estão na linha de frente.

Também quero agradecer, Presidente, que o senhor fez um reconhecimento e um depoimento sobre a cidade de Tupã, em que no começo o Prefeito colocou uma tenda na rua e fez um bloqueio da rua onde os beneficiários e também a população tiveram um acesso restrito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Continuando, com a palavra o Senador Wellington Fagundes, Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Quero cumprimentar mais uma vez o nosso Presidente, Senador Confúcio Moura, que faz um grande trabalho, conduzindo sempre as nossas reuniões com muita calma e, principalmente, também com a energia necessária – parabéns, Senador!

Quero cumprimentar também o nosso Relator, conterrâneo, próximo ali do Araguaia, Francisco Jr...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – ... já que a nossa Comissão é uma Comissão Mista.

Ao mesmo tempo, gostaria de cumprimentar todos os servidores da Caixa Econômica Federal, e aí eu falo do Presidente Pedro Guimarães, da Tatiana Thomé, que está aí, e também, enfim, de todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de registrar inicialmente aqui, Presidente Pedro Guimarães, a sua sensibilidade humana – eu percebi muito bem isso quando você esteve lá em Sinop para o lançamento da superintendência da Caixa Econômica na cidade de Sinop, que é a nossa capital do nortão de Mato Grosso – e, mais ainda, neste momento da pandemia, a sensibilidade da Caixa Econômica de buscar as parcerias. Como Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios, sou um municipalista convicto, porque é na ponta, é na cidade que as pessoas vivem, então essa parceria tem dado um excelente resultado. Portanto, a Caixa fez o seu papel, bem como os Prefeitos, os Vereadores, e assim vai melhorando o atendimento à comunidade.

É claro que nós estamos vivendo uma verdadeira guerra. E, aí, olhe só quantos milhões de pessoas estavam, digamos, sem nenhum documento, isoladas, pessoas que praticamente não existiam oficialmente para o País, e a Caixa Econômica tem cumprido esse papel. E eu tenho certeza de que o Brasil pós-pandemia não será o mesmo Brasil; será um Brasil mais solidário, um País com mais sensibilidade, eu tenho certeza, e por isso sempre defendendo também... Claro, o Estado tem que ser um Estado desenvolvimentista, mas também tem que ter a visão social. Nós não podemos ter o Estado mínimo; temos que ter um Estado que possa atender à população brasileira. E, neste momento, a gente está percebendo que principalmente a Caixa Econômica, como grande instrumento social, tem feito esse trabalho.

Eu gostaria de aproveitar este momento e, é claro, elogiar o trabalho de todos vocês, de todos os funcionários. Sei de problemas, porque às vezes as pessoas vão, ficam na fila, ficam angustiadas e às vezes até maltratam um funcionário, mas a gente tem percebido o empenho, e eu quero parabenizar toda a equipe da Caixa Econômica Federal.

E aqui eu faço uma pergunta objetiva, Presidente, em relação também principalmente à retomada do desenvolvimento e à geração de emprego. Nós temos um programa, o Finisa – e a Caixa Econômica Federal me parece que é o maior operador do Finisa –, e nós temos alguns projetos no Mato Grosso já aprovados com garantia do FPM. E desses recursos hoje nós não temos limite para contratação; ao contrário, com garantia do Tesouro Nacional nós temos limite. Tesouro Nacional, nós temos limite. Então, eu gostaria... Eu vou exemplificar o caso de Rondonópolis, a minha cidade natal – mas temos outros tantos Municípios –, que tem classe A, portanto já aprovados 107 milhões, mas ainda não tem o recurso disponível. Eu gostaria de saber de V. Exa. sobre esses recursos de infraestrutura, que serão extremamente fundamentais para a retomada do desenvolvimento, principalmente na geração de emprego. Gostaria de uma análise de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, quero cumprimentar o senhor, também cumprimentar o Presidente da Caixa Econômica Federal e também os Deputados e Senadores.

Minha primeira pergunta... A Caixa Econômica Federal, sendo um banco público, precisa ajudar no processo de reconstrução da economia brasileira – e o melhor caminho é via obras públicas de infraestrutura. A Caixa tem vários convênios assinados e outros que não foram assinados, mas que fazem parte do programa PAC2, segunda etapa. Seriam extremamente importantes essas obras, na ampla maioria obras de infraestrutura urbana, mas em grande parte de saneamento básico, o qual tem tudo a ver com o enfrentamento à pandemia, porque se trata de saúde pública, saúde preventiva. Então, minha primeira pergunta é se de fato a Caixa pensa em retomar esses convênios, celebrá-los e fazer aí o início de um calendário de obras.

A segunda questão é sobre as santas-casas. Eu tenho conversado com vários dirigentes, diretores das casas de saúde, seja santas-casas ou hospitais filantrópicos, e eles têm dito que 10% é uma taxa muito alta de juros. Então, seria importante reduzir essa taxa para a taxa Selic, mas, de fato, também efetivar o programa, porque há depoimento que tem falado que, quando o contrato já pertence à Caixa, a Caixa sequer está se adaptando às novas taxas de juros – só quando ela, vamos dizer assim, compra de outro banco esse contrato, refinancia a dívida para a instituição de saúde. Portanto, a Caixa, como um banco público, é fundamental nesse esforço e nessa contribuição para quem, de fato, lá na ponta, está prestando serviço à nossa comunidade, que são as santas-casas e os hospitais filantrópicos; para que eles possam ter acesso, neste momento, a uma taxa de juros acessível, sem ser agiotada, porque os seus débitos e a sua inadimplência se devem a anos, históricos anos de subfinanciamento dos procedimentos das casas de saúde no Brasil. E, sem o terceiro setor, o SUS seria incompleto. No Brasil, o terceiro setor é responsável por 50% dos atendimentos na média e na alta complexidade. Portanto, é fundamental esse programa subsidiando aí os juros para as casas de saúde.

E, por último, de fato há muita reclamação de que os programas de financiamento subsidiaram as micro e pequenas empresas; para pequenas e médias, que a Caixa anunciou, não chegou até agora. Então, é importante acelerar esses programas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Eu passo a palavra ao Sr. Presidente da Caixa, Pedro Guimarães, para, no tempo de cinco minutos, responder à Senadora Eliziane, ao Luiz Carlos Motta, ao Wellington Fagundes e ao Reginaldo Lopes.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane, na verdade, são muito importantes suas perguntas. Nove horas da manhã tinha fila zero. Então, isso é uma... No Rio de Janeiro. Eu sou carioca. Eu conheço bem... É uma demonstração de que as pessoas não precisam dormir na fila. Só que isso vem também, muitas vezes, com uma falta de apoio, em alguns casos, da mídia, porque se cria algo que não existe. Como a senhora mesma falou, não tem fila, mas não é de ontem não, ou de hoje, é desde quarta-feira da semana passada, quando nós estávamos pagando sim. Mesmo na semana passada, as filas acabavam dez, onze horas, meio-dia. São 4,2 mil agências. Certamente, você vai ter dez, vinte, trinta, cinquenta, cem que acabam às duas horas, uma hora da tarde, mas não é nem de perto uma situação em que as pessoas não vão receber.

Se nós não falarmos a realidade, fica difícil. Mais do que isso, se houver alguma agência onde no dia anterior algum funcionário tenha apresentado sintoma da doença, ela vai abrir mais tarde. Claro! Porque nós não podemos abrir uma agência antes de todos os protocolos de saúde. Então, precisa ter um pouco mais de compreensão de todo mundo, senão nós geramos um pânico na sociedade. E quem vai ser penalizado? O carente, a pessoa carente. Eu não acho justo!

Então, é um fato. As filas foram drasticamente reduzidas e não foi hoje não, desde a semana passada. De fato, a primeira semana foi mais intensa sim. Na minha opinião, acho fundamental reconhecer, claro!

Em relação à tecnologia, Senadora, não existe nenhuma tecnologia, nem de perto, comparável ao que foi organizado. Por quê? Porque as pessoas quando comparam tecnologias, comparam com pessoas que as utilizam, que já estão acostumadas ou que sabem ler. O grande ponto aqui é que nós temos pelo menos sete milhões de pessoas, dentro dos 50, que não têm acesso ou que têm enormes dificuldades de usar o celular ou o computador, que precisam, para retirar no ATM, de ajuda. Então, não é razoável.

Imaginem pessoas que não têm conta, que são 20 milhões... Não é razoável. E para abrir... É muito importante. A gente conversou... O Roberto Campos, Presidente do Banco Central, é meu amigo há muito tempo, e na conversa entre nós, Caixa e regulador, para abrir uma conta digital houve várias simplificações pelo Banco Central.

Então, a conta digital é muito mais simples. Você não consegue abrir uma conta em outro banco com tão poucos documentos quantos nos foram fornecidos. E para isso nós tivemos o aplicativo, o outro aplicativo do auxílio emergencial, onde 97 milhões de brasileiros realizaram cadastro. Então, hoje é verdade que nem o país mais desenvolvido do mundo, do ponto de vista econômico, que são os Estados Unidos, conseguiu.

Acho que é importante que todos nós tenhamos... Eu quero agradecer os senhores e as senhoras, porque 860 prefeituras – tenho certeza de que a maioria muito pela relação dos senhores mesmo – agora trabalham juntas. Então, lá nós temos menos filas e, quando estivermos na segunda parcela, serão mais ordenadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Luiz Carlos Motta, exemplos de "inconclusivo" eram das pessoas que não marcam o sexo, se é masculino ou se é feminino; colocam, por exemplo, que têm dependentes, ou seja, são chefes de família, mas não colocam os dados dos filhos. Então, são coisas simples que nós esperamos, de novo, quando a Dataprev e o Ministério da Cidadania nos enviarem esse lote de 17 milhões, esse último lote, que nós tenhamos de uma maneira mais clara quem pode e quem não pode. Exemplo de quem não pode: se a pessoa recebeu mais de R\$28 mil em 2018 – é fácil comprovar pelo imposto de renda –, não pode, uma determinação de vocês, pela própria lei. Então, quem não pode tem um ponto muito claro dado pela lei. Para quem tem dúvida, nós já fizemos um segundo cadastro e faremos o terceiro, quantos mais... *(Falha na gravação.)*

Senador Wellington Fagundes, sobre o Finisa, eu estou aqui com a Vice-Presidente Tatiana e ela vai ligar para o senhor. Existe uma questão aqui que é do Ministério da Economia, da Secretaria da Fazenda, que precisa aumentar ou autorizar o limite do FPE e do FPM. Não é a Caixa Econômica Federal, mas nós temos, sim, toda a tecnologia, emprestamos, operacionalizamos mais de 500 Municípios no ano passado... *(Falha na gravação.)*

... mais de 300 Municípios.

Deputado Reginaldo Lopes, eu também falei para a Tatiana sobre essa questão dos convênios do PAC2, que são recursos do OGU (Orçamento Geral da União); então, não dependem da Caixa Econômica Federal, mas ela vai procurar o senhor.

Caixa Hospitais, há uma questão que nós emprestamos por dez anos. Então, há uma questão técnica, você tem que comparar não com a taxa de juros de curto prazo da Selic, mas com a taxa de juros de mais longo prazo, que está ao redor hoje de 7,5% a 8%, mas, de novo, eu peço para o Samuel, que é o Vice-Presidente dessa área, ligar para o senhor. Então, tanto a Tatiana quanto o Samuel procurarão o senhor para ter uma conversa com um pouco mais de detalhes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Bem, agora vamos aos próximos Senadores e Deputados: Senador Esperidião Amin, Senadora Zenaide Maia, Deputado Hildo Rocha e Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

Pode falar, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde a todos, boa tarde ao nosso Presidente Pedro Guimarães.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de, em síntese, dizer o seguinte: nós jamais vamos poder dizer que estamos satisfeitos com o serviço público porque sempre é possível melhorar, mas é indiscutível que a Caixa Econômica Federal está desenvolvendo uma técnica que nós temos que aplaudir, que é a "solucionática", porque a problemática nós sabemos que é fácil de criar e, o que é pior, aprimorar.

Eu queria chamar a atenção do Presidente Pedro Guimarães e da sua equipe para o que vem por aí, que é a lista de categorias constantes do Projeto de Lei 873. Vai ser uma dificuldade a mais, se Deus quiser, para que a Caixa possa alcançar esses invisíveis da nossa sociedade e da nossa economia.

Desde já, boa sorte para nós, Brasil!

Quero ainda aplaudir o *marketing* de V. Sa., que começou sua apresentação com a ausência de filas por Vilhena, em homenagem, não por acaso, a Rondônia e ao Confúcio.

E quero, finalmente, pedir que o senhor nos fale sobre o crédito imobiliário. Eu não vou lhe cobrar coisas sobre o crédito em geral, da microempresa, esse engarrafamento que está acontecendo com a liquidez do sistema financeiro, que não chega na torneira do pequeno. Fale-nos sobre o seu esforço para que o crédito imobiliário irrigue a economia brasileira, especialmente na área urbana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, Presidente Pedro Guimarães, da Caixa, eu vou direto às perguntas. Já quero cumprimentar, em nome de vocês dois, todos os colegas Deputados e Senadores.

Pergunto o seguinte: por que o pagamento do auxílio emergencial só pode ser feito nas agências da Caixa Econômica? Há alguma orientação do Ministério da Economia para não ampliar essa rede de atendimento?

A segunda pergunta... Porque a gente sabe, Presidente, que, como o Senador Esperidião Amin falou, há a 873, que vai ampliar esse auxílio emergencial, e, mesmo o senhor tendo feito um trabalho gigantesco... Eu cito aqui o Rio Grande do Norte. Na cidade de Parnamirim, que tem mais de 260 mil habitantes, há duas agências da Caixa Econômica. Então, acho que quando vier a segunda etapa, juntada ao PL 873, nós vamos ter de novo filas grandes. Há alguma solução a mais para isso?

Terceira: qual valor de liquidez injetado na Caixa Econômica decorrente daquela ampliação operada pelo Banco Central em março passado, aquele 1,2 trilhão?

Quarta pergunta: o que, efetivamente, a Caixa está disponibilizando como crédito direto para micro e pequenas empresas – o Senador Esperidião Amin disse que não ia, mas não vamos falar sobre isso – e qual o custo efetivo médio total cobrado nessas operações dessas empresas?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E quinta: pós-pandemia, a Caixa Econômica, a gente sabe, como principal executora da política habitacional e de saneamento, tem algum plano elaborado para incentivar esses investimentos com geração de emprego e renda? Se tem, quais os valores?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Zenaide Maia.

Com a palavra o Deputado maranhense Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Confúcio, em nome de quem cumprimento todos os colegas congressistas, Deputados e Senadores. Cumprimento também o Presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães. Bastante esclarecedora a sua apresentação.

Do auxílio emergencial, pela sua grandeza e ineditismo, já se esperavam realmente alguns problemas. Lógico que houve, não é para menos.

Percebo, Sr. Presidente, que alguns políticos só criticam as ações do Governo Jair Bolsonaro. O Governador do Maranhão diariamente critica o Governo Jair Bolsonaro, é incapaz de reconhecer ações como esta que o Governo Jair Bolsonaro está realizando através da Caixa Econômica. São 50 milhões de trabalhadores que estão recebendo esse auxílio emergencial, que estão sendo beneficiados. Eu fiz um cálculo: o Maranhão tem 4% da população brasileira, então, eu entendo que pelo menos 2 milhões de maranhenses foram beneficiados diretamente, o que implica dizer que quase 4 milhões estão sendo beneficiados, algo em torno de R\$1,2 bilhão. Isso significa bastante para a economia maranhense, significa bastante para esses trabalhadores, que estão sem amparo, sem o amparo do Governo que critica o Presidente da República e a Caixa Econômica, mas é incapaz de colocar uma tenda na porta de uma agência bancária para ajudar os trabalhadores, para dar mais conforto para cada um desses que estão recebendo esse benefício.

Parabenizo a Caixa Econômica, eu, que tenho umas mágoas da Caixa Econômica, mas a Caixa se superou com esse trabalho que foi feito. Sem dúvida nenhuma, é o maior programa de transferência de recursos do mundo o pagamento que foi feito, um pagamento bastante alto. Nós sabemos que as próximas etapas serão bem melhores do que foi a primeira.

Eu quero fazer uma pergunta ao Presidente Pedro Guimarães. Confirme: quantos maranhenses realmente receberam recursos desse benefício do auxílio emergencial e quanto foi transferido em reais para o Estado do Maranhão, para suprir a necessidade desses trabalhadores que estão sofrendo neste momento, assim como também para fortalecer a economia do Maranhão?

Parabéns à Caixa Econômica e a todos os seus funcionários. Eu sei do compromisso que têm com o Brasil e com os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado carioca Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Confúcio.

Boa tarde.

Aqui, no Rio, são cariocas e fluminenses – uma história antiga, de antes da fusão. *(Risos.)*

Eu quero saudar também o nosso Relator Francisco Jr. Como já disse – e gosto de repetir –, ele sempre vem para uma grande abordagem. Felizmente, temos um Relator muito competente.

Eu quero parabenizar, falando em competência, o nosso Presidente da Caixa, Dr. Pedro Guimarães, pelo excelente trabalho que vem fazendo junto à Caixa Econômica Federal. E, na sua pessoa, Presidente, quero parabenizar toda a sua equipe, dos gestores aos mais humildes funcionários, inclusive os da limpeza, que, neste momento, fazem um trabalho único. A gente sabe que são terceirizados, mas estão cuidando da higiene dos nossos funcionários da Caixa do Oiapoque ao Chuí. Queremos cumprimentar todos os servidores da Caixa.

Ao parabenizar o pessoal da Caixa, eu quero trazer uma demanda neste momento. Tenho um ofício que está pronto para encaminhar ao senhor, e vou mandar via *e-mail*. Isso foi um pedido do Deputado, também do PSL, de Minas Gerais, Enéias Reis, que recebeu uma solicitação dos concursados de 2014. Não ficou muito claro se eles teriam o benefício do plano de saúde da Caixa Econômica. Ficam o nosso registro e o nosso apelo para que seja concedido, por extensão, o benefício do plano de saúde da Caixa Econômica a esses servidores, ainda mais num momento como este que estamos atravessando. Recebemos vários apelos.

O senhor já descreveu muito bem, na sua apresentação, todas as medidas que a Caixa fez. Nós já tivemos audiências públicas com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni. Desde o primeiro momento, nós fizemos apelo e fomos apontando onde entendíamos que precisava ser melhorado, e a gente já viu que melhorou, e muito. Desde o primeiro momento, eu falei sobre a questão das filas, sobre o problema da tecnologia, e nós sabemos que a questão avançou, a questão do atendimento às pessoas por falta de informação, a dificuldade do brasileiro de entender se tem ou não o direito de ir para as filas. Vejo que o senhor está trabalhando de forma muito segura e com muito empenho para tentar resolver essas questões.

Outras etapas virão, mas é importante que a Caixa continue na linha de frente, como está, trabalhando aos sábados, talvez aos domingos, se preciso for, e feriados, ampliando o horário de trabalho. É óbvio que isso vai melhorar a remuneração também dos servidores da Caixa. O senhor falou na contratação de vigilantes, de pessoal de apoio, isso é muito importante.

Sobre as fraudes, eu volto a dizer – para o senhor saber, eu sou Delegado da Polícia Federal, estou Deputado Federal –, a gente sabe que é um mar de fraudes. Na verdade, surpreendeu-me esse número de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

quase 100 milhões de inscritos. Ou o Brasil está muito pior, recebemos um País muito pior do que a gente imaginava, ou há gatos se passando por lebres. Então, eu gostaria que o senhor desse ênfase a essa questão dos benefícios que virão a ser pagos.

E quero saber – o Senador Esperidião Amin falou sobre a questão da casa própria, nós estamos no mesmo bloco e eu também queria saber isso – se há algo para esse pessoal.

Como também já foi perguntado, mas o senhor não teve tempo para responder, sobre o micro e o pequeno empresário, nós temos muita demanda nesse setor. Ano passado, tivemos um plano da Caixa, eu estive com o seu pessoal na Presidência junto com assessores parlamentares, mas não foi... Aquele plano azul da Caixa ainda tem muito o que melhorar. Eu acho que nós vamos ter que nos debruçar sobre essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Laterça.

Antes de passar a palavra para o Pedro Guimarães, eu quero dar dois avisos aos Parlamentares da Comissão e aos não membros. A apresentação feita pelo Presidente Pedro Guimarães já está disponível para os senhores no *site* da Comissão. Tudo o que ele apresentou já está disponível. E, no dia 14 de maio próximo, a nossa audiência será com o Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Facundo de Almeida Júnior, às 11 horas. Eram esses dois avisos.

Com a palavra o Dr. Pedro Guimarães, para as respostas, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigado, Senador. Vou tentar ser ágil aqui para conseguir responder a todo mundo.

Obrigado, Senador Espiridião Amin. Crédito imobiliário: nós oferecemos mais de R\$43 bilhões, algo muito importante, e entendemos que foram preservados 1,5 milhão de empregos. Nós também já demos uma pausa de três meses, conseguimos pelo aplicativo atender quase 2 milhões de famílias, ou seja, quase 2 milhões de famílias conseguiram realizar, via aplicativo, essa pausa de três meses. Então, não só oferecemos mais crédito, mas também muitas famílias conseguiram pausar esse crédito durante três meses, o que é muito importante.

Senadora Zenaide Maia, de novo, são 52 bancos. Então, sim, todos eles estão participando. É muito importante – já falei aqui com a Tatiana para olhar a situação específica da cidade que a senhora comentou, mas nós temos certamente de seis a dez lotéricas lá – saber que não são apenas as agências da Caixa, mas nós temos as lotéricas, que são mais de 13 mil. São mais de 4 mil agências da Caixa, mas temos mais do que o triplo de agências. Só entre agências da Caixa e lotéricas, são mais de 17 mil, o que é mais do que toda a rede dos outros bancos somados, e, vamos lembrar, abrindo aos sábados, algumas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lotéricas, aos domingos, em horários que começam às 8h da manhã, e, muitas vezes, fechando às 7h, 8h da noite. Então, as lotéricas são, sim, algo fundamental.

A liquidez. Nós oferecemos R\$154 bilhões em novas linhas, mais de R\$50 bilhões já foram tomados. Para a microempresa, o custo começa em 0,55% ao mês, o que dá em torno de 6,5% ao ano. Essa é a promessa para o microempresário. E entendemos que estamos apoiando a retomada do crescimento, mas focados, o que é muito importante – eu acredito em foco; na minha cabeça, quem quer fazer tudo acaba não fazendo nada direito –, então, a Caixa vai focar, como nós falamos, no microcrédito, no crédito imobiliário, no apoio às políticas públicas, mas estamos anotando todas as perguntas. Eu já pedi aos Vice-Presidentes para procurar cada um dos senhores e das senhoras para entrar um pouco mais no detalhe com todos.

Deputado Hildo Rocha, a sua pergunta é em relação ao Maranhão. Esse dado está começando a haver. O Ministro Onyx conversou comigo e disse, inclusive, que foi uma demanda dos senhores e, provavelmente, após esse último pagamento, ele irá disponibilizar isso – nós não podemos.

Deputado Felício, muito obrigado. Sobre os concursados de 2014, em relação ao plano de saúde: certamente é um objetivo nosso, mas nós não podemos realizar porque essa contratação do plano de saúde passa pelo Sest. Então, na verdade, há uma conversa aqui com o Ministério da Economia, e nós temos sim... Eles podem ter. Um exemplo: eu também não tenho plano de saúde pela Caixa. Ninguém que entrou nos últimos anos tem. Então, é algo que estamos discutindo. É algo importantíssimo, até porque nós contratamos 3 mil pessoas com algum tipo de deficiência, a maior contratação da história do Brasil de pessoas com deficiência. Certamente, todos eles estão agora em *home office* por estar em grupo de risco. Então, toda a contratação que fizemos em 2019 foi de pessoas normalmente mais jovens, mas obviamente a Caixa foca na preservação da saúde dos seus funcionários, então é um ponto excelente. Nós vamos também conversar com o senhor.

Em relação ao crédito, os benefícios a serem pagos serão foco, sim. No próximo calendário, as senhoras e os senhores verão que está muito mais equilibrado, porque, de novo, temos a base que já foi paga. Então, vamos, sim...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – E, para essas novas categorias, o mais difícil já está feito; o aplicativo já está eficiente e nós já temos toda uma parte operacional bem treinada. Então, se pagamos 50 milhões, pagar 50 milhões ou 60 milhões é uma diferença menor, porque vai ser, só para finalizar, de acordo com o mês de nascimento. Então, é uma coisa muito mais fácil de organizar, e faremos em dias escalonados para exatamente não ter todo mundo na agência ao mesmo tempo, que foi o que aconteceu algumas semanas atrás.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, entre os suplentes, serão, mais três Parlamentares: Chico Rodrigues, Deputado Mauro Benevides Filho e Senador Randolfe Rodrigues.

Então, com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR. Para interpelar.) – Boa tarde ao meu querido Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, essa revelação na equipe do Presidente Bolsonaro, e a toda a sua equipe, competente, eficiente e, acima de tudo, patriótica, que está se dedicando de corpo e alma a esta causa, que é uma causa de todos os brasileiros.

Eu gostaria de fazer três perguntas rapidinho, Pedro. Primeiro, não queria mais nem fazer comentários de números do maior programa de inclusão social da história do Brasil e, oxalá, do mundo, porque foram milhões de pessoas atendidas num prazo de menos de 30 dias – e os apressados e a oposição ficam reclamando que alguns não receberam ainda, mas faz parte, isso faz parte.

A primeira questão, Presidente Pedro Guimarães, a primeira pergunta é: a Caixa informa que já pagou a primeira parcela para praticamente todas as pessoas que foram aprovadas pelo Dataprev. O calendário da segunda parcela está próximo de ser anunciado. Há relato de pessoas que ainda não solicitaram o benefício, outros que estão perdendo seus empregos neste momento. Para essas pessoas que solicitarem o benefício nas próximas semanas, como ficará o pagamento da primeira parcela? Obviamente, eles estão precisando, e eu acredito que deverão, sim, receber a primeira parcela; a primeira pergunta.

Até pela questão garimpeira aqui, no meu querido Estado de Roraima, eu, Presidente, faria essa segunda pergunta na seguinte linha: no final de março, eu apresentei a emenda ao Projeto de Lei 873, de 2020, para incluir entre as pessoas que fazem jus ao auxílio emergencial de R\$600 por mês garimpeiros, pessoas registradas no cadastro da agricultura familiar e assentados do Incra, e que está em vias de ser sancionado pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Mas gostaria de saber se a Caixa tem estatísticas de pagamento dessa ajuda a essas categorias de pessoas que têm as suas atividades prejudicadas com as restrições da pandemia da Covid-19; segunda pergunta.

A terceira: o setor da construção civil é um dos que tem mais impacto sobre o trabalho de pessoas mais pobres. Será que a Caixa tem algum estudo, juntamente com o setor privado, de formas de retomar as atividades desse setor sem pôr em risco a vida de seus trabalhadores?

Então, Presidente Pedro Guimarães, nós entendemos que essa ação, que está sendo desenvolvida pela Caixa Econômica, tem uma grandiosidade imensurável. É, acima de tudo, um compromisso do Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro fazer com que todas essas pessoas atingidas, milhões de pessoas, sejam atendidas, e graças a Deus e à competência da Caixa Econômica, estão sendo atendidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero deixar aqui apenas este elogio, que não é um elogio à pessoa apenas do Presidente, pelo seu envolvimento, a sua dedicação, mas também a sua equipe, e também a da Dataprev, que tem feito um esforço ingente para atender a toda essa demanda reprimida que continua aparecendo, em função da situação financeira da população do nosso País e daqueles mais atingidos.

Então, quero agradecer também ao meu colega Presidente desta sessão, que é um *gentleman*, que é realmente uma pessoa que tem... O Confúcio tem uma capacidade de trazer os contrários, pela sua serenidade, pelo seu equilíbrio e, acima de tudo, pela vontade de servir ao Brasil, ao seu Estado de Rondônia e ao Brasil, ao meu também, de servir ao meu Estado de Roraima e ao Brasil. E, portanto, Confúcio Moura, quero elogiar o seu trabalho, um trabalho sereno. Ninguém... Talvez ninguém, não, mas, como V. Exa., ninguém estaria acima de V. Exa. nessa escolha tão correta que foi feita pelo Presidente Davi, ao o escolher para presidir esta Comissão. Gostaria de elogiar também o Relator, Francisco, que tem equilíbrio, é sereno e sabe onde, na verdade, a Comissão deve chegar, atendendo a orientação do Governo.

Então, muito obrigado – ficam aí as perguntas – e um grande abraço...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Confúcio; muito obrigado ao Relator, Francisco Jr., mas, em especial, gostaria de abraçar o Presidente da Caixa, Pedro Guimarães e – me permita, Pedro! – abraçar todos os seus Vice-Presidentes, em nome da Vice-Presidente de Governo, Dra. Tatiana, com quem, na Vice-Presidência de Governo, eu levei 12 anos de Secretaria da Fazenda. A conta única do Governo do Estado do Ceará é na Caixa Econômica; daí a minha proximidade em relação a todos vocês e aos servidores da Caixa Econômica.

Há dois pontos importantes. Primeiro, foi fundamental para a política macroeconômica brasileira a vanguarda da Caixa em reduzir taxa de juros; acabou reduzindo, na velocidade com que fez, a taxa de juros real. Isso é muito importante para o setor real da economia, isso tem que ser realçado. Além da devolução dos 28 bilhões das NTN-Bs, que diminuiram, ajudou a diminuir, em 2019, a relação dívida-PIB. Portanto, parabéns também, porque isso auxilia a condução da política que todos nós esperamos que possa fazer o Brasil crescer e se desenvolver!

Eu tenho três perguntas fáceis. Vamos lá, a primeira delas: aqui foi dado que nós já pagamos 50 milhões – já foi dito aqui, várias vezes –, 19 milhões do Bolsa Família, 10 milhões do CadÚnico, 20 milhões dos cadastrados pelo *site*. Pois bem, entretanto, a Caixa está dizendo o seguinte: "Olha, essa informação não está completa. A Dataprev já me avisou que eu tenho mais 97 milhões de cadastros das três categorias, já detectada a elegibilidade, e homologados pelo Ministério da Cidadania". Inclusive, a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Caixa já estaria recebendo – como o Presidente já colocou – 17 milhões agora. Isso significa que, de 50 milhões para 97 milhões, ainda vamos ter mais 47 milhões de brasileiros e brasileiras que vão receber a primeira parcela? Porque isso vai aumentar de 35 bilhões para 66 bilhões esse valor; se se multiplicar por três, 198 bilhões. Será que é o OGU e a Caixa Econômica aguentam fazer tudo isso, tanto em números como em valores? Essa é a primeira pergunta que eu gostaria de fazer.

Segunda: me dirijo àqueles 7,192 milhões de brasileiros e brasileiras que vão à Caixa. Eles não têm amigos em outros bancos, eles não têm condições de manusear uma conta digital. Eles vão à Caixa ou à loteria para poder sacar. Não está na hora de haver um tratamento especial para esse pessoal?

Por exemplo, é necessário que o código que a Caixa tem e que ele recebe só tenha validade por duas horas? Aí ele não sabe como manusear, às vezes estão faltando seis pessoas na fila da Caixa. Eu queria saber se era possível pelo menos manejar melhor ou aumentar o prazo de duas horas para 24 horas. Eu acho importante que todos nós façamos isso.

Terceiro: teremos os Correios? Quando o Presidente diz que tantos bancos ajudaram, é porque transferem para outros bancos para pagar. Terceiro: os Correios serão conectados?

E quarto: quantos aumentos na bateria de caixa a CEF aumentou para atender as pessoas?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, Sr. Relator, meus cumprimentos. Meus cumprimentos também especiais ao Dr. Pedro Guimarães pela sua presença e pelas respostas aos questionamentos aqui feitos e aos seus Vice-Presidentes.

V. Exa. já discorreu sobre isso, mas eu queria insistir na questão das filas que foram formadas agora por ocasião do pagamento da primeira parcela do auxílio emergencial.

Eu percebi que, aqui, onde estou, no meu Estado do Amapá, uma medida simples tomada pela Superintendência da Caixa possibilitou o funcionamento de outras agências da Caixa Econômica, o que, pelo menos, minimizou o impacto e o problema em relação a essas filas.

Eu pergunto: uma ação coordenada, como já foi dita até pelo Deputado Mauro Benevides, junto com a Empresa Brasileira de Correios e junto com os demais bancos públicos, como o Banco do Brasil, com os bancos públicos locais, como o Banco da Amazônia, no caso aqui da Amazônia, e outros, não seria possível para resolver já agora, na segunda parcela, facilitando e não havendo o problema das filas, que inclusive ajudam a disseminar a pandemia? Eu pergunto se o planejamento da Caixa tem pensado em algo desse tipo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As outras duas perguntas, Presidente, são mais... A segunda pergunta é a pergunta mais de fundo: na audiência anterior a esta, participou aqui o Ministro Onyx, e ele falou da possibilidade de o Presidente Bolsonaro sancionar parte do PLS 873, de nossa autoria, relatado pelo Senador Esperidião Amin. A Caixa já tem uma expectativa, caso ocorra a sanção em parte desse projeto, de mais quantas pessoas poderão ser incluídas e o que representarão de pagamento na economia?

E, por fim, aí, sim, esta é uma pergunta de fundo, e eu queria pedir a sua opinião sobre isto. Nós estamos vivendo a primeira onda, que é a crise sanitária, com um impacto imenso para todas as famílias brasileiras, e teremos a segunda onda, que é a onda econômica. Pelos primeiros dados, alguns economistas dão conta de uma retração de 10% da nossa economia. Dados de abril podem indicar já 20 milhões de brasileiros desempregados, 20% da população economicamente ativa.

Mais do que nunca me parece que é necessário nós termos políticas mais acentuadas de transferência de renda e pensarmos, como vários governos do mundo estão pensando, em políticas de renda mínima, em programa de renda mínima, e isso, que era somente um sonho, me parece que vai ser real para esse mundo pós-pandemia. Eu queria pedir a sua opinião em relação a isto: a políticas de renda mínima e sobre a capacidade da Caixa de implementar e para quantos brasileiros poderia implementar políticas dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Eu passo a palavra ao Presidente Pedro Guimarães. Agora foram só três Parlamentares. Eu concedo a V. Exa. quatro minutos para responder às três indagações.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer ao Senador Chico Rodrigues, sempre bem... Gosto muito de todos vocês...

Então, quanto ao pagamento da primeira parcela – muito importante a sua pergunta, Senador –, nós vamos até o dia 3 de julho: qualquer pessoa que se cadastrar até o dia 3 de julho e for aprovada, receberá as três parcelas – muito importante essa pergunta. Quem se cadastrar e for aprovado após o pagamento da primeira parcela a receberá acumulada. Isso é uma questão clara. Então, quando for feita a segunda parcela, vai receber as duas parcelas de uma vez – isso é racional. Então, ninguém precisa se preocupar, porque todos que forem aprovados receberão as três parcelas. Em relação a essa dinâmica, o Ministério da Cidadania é que tem toda a organização, mas a gente está muito alinhado com relação a todos receberem três parcelas.

Em relação ao setor de construção civil, isso é muito importante, é o foco da Caixa Econômica Federal, e nós estamos totalmente sensíveis. Iremos, sim... Não posso adiantar, mas teremos mais notícias positivas para o setor de construção civil ao longo dos próximos dias. De novo, a gente precisa ter foco, mas nesta semana ainda faremos um anúncio muito positivo para o setor de construção civil, que é tão



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

importante para o Brasil. Então, o nosso foco é a construção civil ligada à questão de construção de apartamentos e casas. As grandes obras acabam sendo algo que foge da nossa hipótese, ou seja, do nosso objetivo principal.

Deputado Mauro Benevides, obrigado também pela pergunta. No eslaide 14 da apresentação, existe exatamente a resposta: quer dizer, nos 97 milhões de cadastrados estão incluídos os 50 milhões. Esses 50 milhões a quem nós já pagamos estão dentro dos 97 milhões. Dos demais 47 milhões, 26 milhões foram considerados inelegíveis e 12 milhões já foram considerados inconclusivos. Então, essa parcela que nós estamos para receber do Ministério da Cidadania, de 17 milhões, vem com aqueles que não foram analisados e estão sendo analisados pela primeira vez, e com uma parcela desses 12 milhões que se cadastrou de novo. Então, para ser objetivo: nós já pagamos aos 50 milhões e vamos receber mais 17 milhões. Agora, certamente, desses 17 milhões, vamos receber uma parcela, que eu não posso afirmar de quanto – o Ministro Onyx já me falou, mas eu não posso, é uma informação dele –, mas não serão certamente os 17 milhões. Então, ao receber hoje ou amanhã, o que nós podemos falar é que nós vamos começar o pagamento de todos esta semana. Dependendo de quando recebermos, poderemos terminar esta semana. Mas, de uma maneira objetiva, o número de beneficiados da primeira parcela, que será o das demais pelo menos, será superior a 50 milhões. Já pagamos 50 e temos ainda mais alguns que virão dessa análise que a Dataprev e o Ministério da Cidadania irão enviar à Caixa Econômica Federal.

Sobre os Correios – inclusive, é assunto próximo também do Gen. Floriano –, sim, nós queremos a ajuda dos Correios. Entendo que o Ministério da Cidadania já pediu, em especial para a população mais carente, que ainda não teve, não conseguiu ainda se cadastrar.

Em relação ao pagamento de numerário, aí é uma questão de regulação muito mais complexa. E, de novo, nós fizemos, sim, essa tecnologia em tempo recorde. Então, não é razoável que os Correios possam realizar os pagamentos. No que eles podem ajudar e muito são...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO GUIMARÃES (Para expor.) – Então, isso é muito importante.

Senador Randolfe, muito obrigado pelas perguntas. Vou lhe dar uma informação: nós contratamos mais 300 funcionários na Caixa Econômica Federal, que era a parte final da autorização que nós tínhamos. Vinte foram para o Amapá. Vale saber que todos os 300 estão nas regiões mais carentes, por uma questão mais forte. E, sim, nós estamos... Já melhoramos muito a operação, Senador. Criamos desde o carimbo... Ou seja, o segundo pagamento terá, sim, uma eficiência maior. Dizer que a fila será zero é uma impossibilidade matemática. Temos, sim, o Banco do Brasil, todos os bancos, o Basa... A gente envia para o senhor também os números de pagamentos. Então, sim, nós já estamos contando. E certamente o Rubem, o Presidente do Banco do Brasil, também é muito amigo meu, para tudo o que eles puderem fazer eles já estão à disposição. E nós vamos, sim, sempre conversamos... A Caixa está com um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esforço gigantesco, e nós queremos a ajuda de todos. Então, também sobre isso o senhor não tenha dúvida.

Em relação ao PL 873, nós vamos, assim que recebermos da Cidadania, implementar. Nós precisamos dos dados da Cidadania; mas, de novo, em dado que em a gente já tem uma eficiência muito maior, não vejo problemas como os que aconteceram, em especial algumas semanas atrás.

Sobre a política de renda mínima, quero só fazer um comentário aqui: é muito importante a sua colocação, porque, com esta questão digital, nós poderemos realizar os pagamentos, inclusive do Bolsa Família e de todos os benefícios que a Caixa faz, digitalmente. Certamente é uma questão do Ministério da Cidadania, mas é algo que eu inclusive conversei com o Ministro Onyx hoje. O que está acontecendo neste momento é uma revolução, porque nós poderemos, pela Caixa Econômica Federal, pagar aos brasileiros via conta digital. Uma parte dos beneficiários tem um conhecimento maior. Aquela parte dos 7 milhões, ou seja, os mais carentes dentre os mais carentes vão precisar de ajuda; mas mesmo esses, ao longo do tempo, vão tendo um treinamento.

Mas o que eu quero como mensagem final: este programa irá mudar a vida de dezenas, de milhões de brasileiros, porque, parte final – a gente já se conheceu, a gente até já se encontrou, inclusive, no Amapá; encontrei-me com vários de vocês, nos Estados de vocês –, eu passei 53 finais de semana longe, viajando pelo Brasil, desde sexta-feira, por alguns dias, e eu ouvi algo que eu não posso aceitar, como vários de vocês: uma pobreza, uma carência absoluta.

Então, nós estamos, sim, muito orgulhosos de poder ajudar. Essa questão digital vai ajudar, porque eu vi – ninguém me contou – pessoas andando por duas, três horas para receber um benefício de R\$40, R\$50, R\$60, R\$100, R\$200. E, se houver essa implementação que está funcionando, as pessoas não precisarão mais dessa questão sub-humana, que, muitas vezes, não é correta.

Então, nós queremos sim, estamos à disposição. Inclusive, ressalto a todos vocês que nós estamos à disposição para outras conversas a respeito de melhoras e queremos fazer isso, queremos ajudar.

Podem ter certeza de que essa questão digital que a Caixa tem, das contas digitais, nós estimamos... Já abrimos 20 milhões de contas. Com todos os programas que virão, inclusive com o BEm, que é da parte de redução, de renegociação de contrato de trabalho, e com o FGTS, a minha estimativa é de que nós tenhamos entre 40 e 45 milhões de contas digitais de pessoas que não tinham conta até então. Já temos 20 milhões; no Bolsa Família, há de 10 a 12 milhões de brasileiros sem conta corrente, que nós pretendemos abrir também; e, no benefício do FGTS...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente Pedro Guimarães, esta é a audiência mais concorrida feita até a presente data.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora nós terminamos os titulares e os suplentes. Eu vou ler o nome de todos os inscritos – há mais 20 nomes. Se nós utilizarmos três minutos e as respostas, o Presidente vai ficar até a noite. Então, eu queria fazer uma proposta aos senhores – eu vou ler os nomes –: entrem direto com as perguntas ao Presidente para ganharmos tempo, e eu vou encurtar um pouquinho o tempo, para que a gente possa atender a todos. O mais importante é que todos os senhores que estão aí há muito tempo esperando, como o Damião e tantos que chegaram muito cedo, não saiam dessa tela sem a pergunta que por certo têm para ser feita.

Estão inscritos o Deputado Vilson da Fetaemg, o Deputado Alencar Santana Braga, a Senadora Kátia Abreu, o Deputado Vitor Hugo... Vou fazer uma leitura rápida: o Deputado Mário Heringer, o Deputado Damião Feliciano, a Senadora Daniella Ribeiro, o Deputado General Peternelli, o Deputado Guilherme Derrite, a Deputada Soraya Santos, a Deputada Greyce Elias, o Deputado Silvio Costa Filho, o Deputado Vinicius Carvalho, a Deputada Professora Dorinha Seabra, o Deputado Antonio Brito, o Senador Elmano Férrer, o Deputado Aureo Ribeiro e a Deputada Aline Sleutjes. Então, eu quero combinar com todos os Srs. e Sras. Parlamentares o tempo. Nós dependemos muito do tempo do Presidente. Eu creio que um minuto e meio está bom, minha gente. Deem um sinalzinho aí para eu me situar. Está bom? Porque aí todos falam, todo mundo fala um pouquinho e dá o seu recado direto.

Então, vamos lá para um bloco de cinco.

Deputado Vinicius de Carvalho, Republicanos. Não fala o Estado aqui. Deputado Vinicius de Carvalho. *(Pausa.)*

Vinicius de Carvalho está presente?

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) – Isso! Liberou meu som?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Liberado.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – Republicanos de São Paulo, Presidente.

Então, sem muita formalidade, parabenizo a exposição do Presidente Pedro Guimarães.

Direto ao ponto. Nós temos visto o trabalho exitoso que tem sido feito por toda a equipe da Caixa Econômica Federal em parceria com a Dataprev, mas eu gostaria de sugerir, Presidente, antes parabenizando V. Sa., que em todos aqueles casos em que as pessoas se cadastram e elas recebem a informação de que está sob análise, que V. Sa. pudesse ver, junto à Dataprev, que desse a essas pessoas um prazo para essa análise, um prazo razoável para a Dataprev para que ela possa ter essa segurança na informação. Pelo que consta hoje, a pessoa não tem essa informação de qual o prazo para essa análise. Isso tiraria a ansiedade da pessoa, porque é em um momento premente em que ela está necessitando desse apoio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é minha colocação. Mais uma vez, parabenizo V. Sa. e toda a sua equipe por tudo que está sendo feito pela Caixa Econômica Federal neste momento que nós todos estamos unindo forças para poder atender, da melhor forma possível, a nossa população.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado... (*Pausa.*)

Deputado Delegado Pablo. É isso mesmo? Deputado Pablo. (*Pausa.*)

Não está lá, não?

Passo a palavra ao Deputado Alencar Santana Braga.

Deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Estou aqui, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) – Libere o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está liberado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, demais colegas presentes, Presidente da Caixa, de fato, foi feito um esforço pela Caixa, rapidamente, para dar conta do sistema e atender as pessoas, mas os relatos e os problemas anda são grandes. As filas são algo preocupante, ainda mais diante desse risco de contaminação, o momento em que a gente vive. Então, que houvesse também por parte da Caixa soluções, ações, para impedir que a filas continuem como estão hoje, que houvesse maneiras de distanciamento, que houvesse um controle, e funcionários da Caixa também informando.

Tive até um relato hoje de uma Vereadora aqui da cidade de Guarulhos, Vereadora Janete Pietá, que trouxe um conjunto de sugestões, que vou também, por escrito, encaminhar ao Presidente da Caixa, mas que lida especificamente sobre isso.

Queria tratar também sobre um outro tema, rapidamente, no tempo que me cabe, dos moradores que vivem em situação de rua. Tive uma reunião semana passada com advogados, representantes da Pastoral que lidam com essas pessoas, que atendem, que orientam. E o absurdo – quero aqui deixar registrado: numa ação da Defensoria Pública da União que exige da Caixa medidas para atender a essas pessoas, o representante da Caixa disse que essas pessoas não eram preocupação da Caixa porque elas já viviam sem renda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, isso é um absurdo, a renda é justamente para isso, para dar uma renda a essas pessoas. Essas pessoas não têm celular, têm dificuldade de acesso ao mundo digital, então, que houvesse – para concluir, Presidente – mecanismos para facilitar o acesso dessas pessoas para que elas possam ter a garantia desse direito. Não é um favor, trata-se de um direito aprovado pela Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, obrigado, Deputado Alencar Santana Braga.

Passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu, Tocantins.

Senadora Kátia Abreu, pode falar, Senadora.

Som? Libere o som da Senadora.

Está liberado? Deve estar em alguma coisa por aí mesmo.

Veja aí para mim, por favor.

Aperte aí, Kátia, na sua tela...

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO) – Agora deu certo. O.k?

Meu tempo começa agora, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Começa agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Parabéns, mais uma vez, meu Presidente Confúcio Moura, pela condução dos trabalhos, é muito orgulho para nós.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Pedro Guimarães e todos os servidores da Caixa Econômica, que são um orgulho para esse Brasil. Nós adoramos vocês, fazem um trabalho maravilhoso. Quero cumprimentar a Dra. Tatiana, parabéns também, uma mulher na Vice-Presidência da Caixa, eu fico muito orgulhosa. Quero parabenizar o trabalho recorde que vocês fizeram, essa maratona extraordinária do bem para que as pessoas pudessem, num tempo mais abreviado possível, ter acesso aos R\$600, que não é lá grande coisa, mas pelo menos dá para comprar alguma coisa de alimentação e socorrer nesse primeiro momento.

Presidente, nós fizemos muitas matérias para Estados e Municípios, que não podem reclamar do Congresso Nacional. Nós aprovamos muitos recursos para Governadores e Prefeitos. Nós fizemos esse auxílio emergencial, como eu acabei de dizer, um quebra-galho para essas pessoas que são informais, que estão sem poder trabalhar.

Mas o terceiro ponto, o que me traz aqui, além de revê-lo e toda a sua equipe, são as micro e pequenas empresas. Eu não estou colocando a menor fé de que essas micro e pequenas empresas, Sr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, me perdoe, vão ter acesso facilitado a esses recursos, apesar de nós termos um fundo garantidor de R\$15,9 bilhões, 30% do seu faturamento.

Não vai dar para eu falar o que eu queria, mas nós temos quase R\$20 bilhões de fundo garantidor, que podem alavancar até 200. O que podemos fazer para nós acabarmos com essa agonia hoje e sempre, para que as micro e pequenas empresas possam ter um crédito desburocratizado? Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, para acabar com esse problema!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra, Deputado Vitor Hugo, Goiás.

Deputado Vitor Hugo, está presente em nossa sala?

Deputado Vitor Hugo...

Saiu.

Deputado Mário Heringer, está presente?

Está presente, sim, senhor.

Com a palavra, Deputado Mário.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, quando eu soube desta reunião fiz questão de me colocar aqui porque eu vi uma preocupação que me assolou naquele momento: a gente está vendo em uma série de vídeos que mostram aqueles aglomerados na frente das agências da Caixa. Eu tinha a convicção certa de que aquilo não tinha como ser resolvido de outra maneira num primeiro impacto porque o movimento foi muito grande, um movimento enorme, e as pessoas sabem disso.

E eu fiquei muito preocupado porque isso poderia justificar lá na frente essas questões de privatizações. Não pode privatizar a Dataprev, não pode privatizar a Caixa Econômica.

Dr. Pedro, o senhor fez um belíssimo trabalho! A Caixa está trabalhando muito bem! Nós esperamos que esses problemas diminuam e esperamos, com certeza, que cada vez mais forte o Estado brasileiro fique a partir de trabalhadores como os da Caixa e os da Dataprev, que têm trabalhado muito bem pelo Brasil.

Parabéns, Dr. Pedro, pelo seu desempenho! Eu só vim aqui exatamente porque nós como médicos estamos pedindo às pessoas para ficarem em casa e elas não obedecem, porque elas estão preocupadas e precisando comer, e é isso que sai lá da Caixa Econômica, naqueles R\$600 que nós votamos na Câmara. Parabéns pelo seu trabalho, parabéns a toda a equipe da Caixa! Saiba que pode contar conosco no Congresso para as boas causas e pelas boas razões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Deputado Mário Heringer.

Finalizo este bloco com o Deputado Damião Feliciano.

Grande Deputado Feliciano, um abraço para você, Feliciano!

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT - PB. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. É uma alegria!

Eu queria cumprimentar a todos aqui rapidamente, porque o tempo é curto. Mas eu queria cumprimentar o Presidente da Caixa, Pedro Guimarães. Pedro, minha esposa, Dra. Lígia, diz que nenhum trabalho é em vão. Você correu o Brasil inteiro, então, você pegou a *expertise* de estar ali em Roraima, no Rio Grande do Sul, aqui na Paraíba, aí você pegou um volume enorme... Foram 50 milhões de pessoas que você atendeu. E olha que você e a equipe da Caixa Econômica deram aqui, nesse instante, um *show*. Eu quero cumprimentar a Vanessa e a superintendente da Paraíba, a Aline, pelo trabalho executado junto às prefeituras, em que se colocavam tendas, atendiam as pessoas, davam água. Enfim, conseguiu-se fazer uma superação e ainda há naturalmente mais 30 milhões para serem atendidos.

Eu fico, mesmo como partido de oposição, vendo que todos os Parlamentares o parabenizaram, Presidente Pedro. Continue assim. O Brasil precisa de pessoas como você. Nós estamos aqui para ajudar por um Brasil melhor.

Eu só queria lhe fazer uma pergunta, Pedro, no final, para saber o que você está fazendo, o que a Caixa está fazendo para melhorar a economia nacional após a pandemia.

Presidente Confúcio, obrigado pela atenção.

Presidente Pedro, que Deus o ilumine.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Amém! Amém!

Agora vamos dar cinco minutos para o Dr. Pedro Guimarães responder às perguntas desse bloco.

Muito obrigado a todos por terem sido eficientes no tempo e terem colaborado com igual oportunidade para todos falarem.

Com a palavra o Presidente Pedro Guimarães.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou ser bem objetivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Vinicius, é muito importante, existem 17 milhões de pessoas que estão em análise neste momento pela Dataprev, pelo Ministério da Cidadania. Nós entendemos que nos próximos dias, hoje ou amanhã, e ouvimos muito esta... (*Ininteligível.*)

... porque estar em análise é algo que obviamente deixa as pessoas aflitas. Então, deveremos ter, entre hoje e amanhã, uma resposta se foi aprovado, se não foi aprovado ou se está inconclusivo e deveria ter outra correção.

Devemos lembrar que há pessoas muito carentes e que, se houver um erro em um CPF, se faltar algum tipo de informação, nós não podemos realizar esse pagamento, por questões de potenciais fraudes. Isso acontece. Eu mesmo já presenciei, como nós aqui, pessoas que foram buscar, e alguém tinha sacado. Nós vamos à câmara de segurança, etc, e a gente acaba descobrindo que, às vezes, é alguém próximo. Então, nós temos que nos certificar disso, porque senão pode haver fraude. Eu tenho a certeza de que com isso os senhores e as senhoras concordam: a lei foi muito detalhada, e eu acho que vocês tiveram um esmero muito grande. Então, também foi muito importante esse trabalho do Congresso como um todo.

Deputado Alencar Braga, é inaceitável que qualquer funcionário da Caixa coloque isso – e eu tenho um respeito total pelo senhor –, é muito difícil que alguém tenha falado isso, porque nós somos uma família que preza por atender a população mais carente. Então, é impossível, é muito difícil que tenha... O Vice-Presidente Paulo Angelo está aqui. Nós faremos contato com o senhor. Quero nomes se isso aconteceu. Não existe isso.

E aqui há um exemplo de como os Correios podem nos ajudar. Por quê? Porque nós podemos ter a Pastoral, conversar direto com a Caixa. Nós vamos abrir, sim, essas contas. Mas, por exemplo, os Correios podem fazer essa primeira conversa e nos enviar. Quero reforçar que o Gen. Floriano é meu amigo pessoal, eu o conheço há um ano, é uma pessoa excelente. Então, é uma sugestão de que nós já falamos e acho até que o Ministro Onyx já anunciou: os Correios, exatamente para haver essa ponte com essa população mais carente. Mas não existe a menor possibilidade de nenhum dos 85 mil funcionários da Caixa não tratar disso com muita compaixão. Querer bem o próximo é uma característica de todos os funcionários da Caixa.

Quanto às filas, nós estamos com todo o detalhamento. O cronograma da segunda parcela demonstrará a minimização máxima das filas.

Senadora Kátia Abreu, eu já conversei com o Vice-Presidente Celso, que irá procurar a senhora. Eu concordo totalmente com a senhora que o microcrédito às empresas é muito importante. Nós temos sim um plano. Já temos dezenas de milhares, mais de 100 mil ou 150 mil empresas que já foram aprovadas. Eu lembro que a senhora já conversou sobre isso. A senhora tem ideias muito importantes em relação a isso. Iremos, sim, procurar a senhora. Estamos focados nisso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Também toda essa questão digital nos ajuda a acelerar, mas aqui a gente não tem tempo para entrar em detalhes. Como a senhora sabe, o foco da Caixa Econômica Federal é a microempresa, a padaria do Seu Joaquim. Sempre falei que não era a Petrobras, comandada brilhantemente pelo Castello Branco. O foco da Caixa não é a Petrobras, mas quem precisa da Caixa, como é a padaria do Seu Joaquim, que é exatamente essa microempresa. Sim, temos um foco. Fizemos essa parceria com o Sebrae, estamos prestando bastante... Mas a gente vai sim... Essa conversa, e, no mais, a gente organiza certamente.

Deputado Mário Heringer, a gente tem falado – e acho que também para o Deputado Damião – que a Caixa é o banco de todos os brasileiros – todos, sem exceção. Então, eu fico – para quem já me conhece um pouco – um pouco emocionado, porque, realmente, ter falado com mais de 18 mil funcionários, mais de 500 agências nesse um ano e meio mudou a minha vida. Vocês podem ter certeza de que todos os funcionários da Caixa têm isso. Quando a gente olha e vê uma pessoa que morou numa casa sem telhado e conseguiu por um programa do Governo melhorar de vida neste momento... Desculpe, só colocar um ponto. A gente viu várias pessoas que iam receber R\$600 ou R\$1,2 mil e tinham medo de sair das agências, porque nunca tinham visto tanto dinheiro e achavam que poderiam ser assaltadas.

Então, esse programa, sim, está dando mais dignidade, está ajudando, em especial via essa questão digital. Deputado Damião, a Caixa tem um programa para o pós-pandemia, a gente vai marcar uma reunião com o senhor, mas o foco é ajudar no crédito nos segmentos focados na Caixa. Só para finalizar, eu acredito que quem quer fazer tudo acaba não fazendo nada direito. A Caixa foca no imobiliário, na microempresa, no microcrédito, nessas políticas sociais. Esse é exatamente o Finisa, que nós fazemos via políticas de empréstimos a Estados e Municípios. É aqui que a Caixa faz a diferença e é aqui que a gente vai continuar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Sr. Presidente Pedro Guimarães, o Deputado Delegado Éder Mauro, do PSD do Estado do Pará, não conseguiu entrar na plataforma e pediu que eu fizesse aqui duas perguntinhas para V. Exa. O senhor anote aí e responda ao Deputado Delegado Éder Mauro.

A primeira pergunta: se as parcerias com as prefeituras poderiam ajudar na diminuição das filas das agências. Segunda: se o atendimento por letras em dias específicos também não diminuiria as filas das agências. Essas são as duas perguntas do Delegado Éder Mauro, do PSD do Estado do Pará.

Depois, o senhor pode anotar e responder diretamente para ele.

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os próximos serão: Daniella Ribeiro, General Peternelly, Deputado Guilherme Derrite, Deputada Soraya Santos, Deputada Greyce Elias. A Daniella não está na página. Vamos passar para o General Peternelly.

Agradeço a V. Exa. por estar sempre presente conosco em nossas audiências. Muito agradecido. V. Exa. está com a palavra.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, é uma satisfação assistir a esta sessão muito bem conduzida. Aproveito para cumprimentá-lo e a todos os Congressistas.

Mas hoje o dia é exatamente para cumprimentar o Presidente da Caixa Econômica e todos os integrantes. Pedro, você e a equipe da Caixa estão de parabéns. A Caixa é motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para voltar a perguntar sobre os detalhes do estímulo do uso do dinheiro digital, quer seja o cartão de débito, quer seja o celular. Eu sei que muitas pessoas humildes têm dificuldades, mas o cartão é o mais fácil. Além de não ir ao banco, não usa o dinheiro, que pode contagiar.

E vou concluir comentando com os Deputados que estão nos ouvindo que o Projeto 1.422 estabelece um número único para todos os documentos brasileiros. E isso contribui muito para situações e gestões como as que nós estamos vivendo no momento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, General.

Com a palavra o Deputado Guilherme Derrite – se eu estiver pronunciando errado, o senhor me corrija. (*Pausa.*)

Não está o Deputado Guilherme. Vamos passar.

Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, é um prazer estar aqui nesta audiência. Fiz questão de entrar para cumprimentar o Pedro Guimarães e a Tatiana e, em nome deles, cumprimentar toda a Caixa Econômica.

Nós, quando falamos da Caixa Econômica, Pedro, estamos falando de muito orgulho nacional. Você teve a capacidade – eu queria fazer este registro – de ir além, de sair de trás da mesa e rodar o Brasil para conhecer as dificuldades e as especificidades, porque, quando se faz um programa como esse, de um auxílio emergencial, numa situação de guerra... Porque toda essa situação que nós estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivendo, é importante que se diga, nunca foi vivida. Nós estamos vivendo o maior programa de transferência de renda, numa situação de uma pandemia de dimensões internacionais. E é óbvio, Pedro, que nós não tínhamos dúvidas de que nós íamos ter algumas dificuldades, mas a serenidade, o seu compromisso social e a sua responsabilidade fizeram com que a Caixa Econômica fosse além.

Eu queria fazer um registro também que considero muito positivo: é a expectativa que o brasileiro já tem, por uma marca do passado, de achar que todos os programas sociais estão passíveis de fraude. Isso é uma marca muito ruim que o Brasil traz. E a gente não pode continuar mais votando pensando nas fraudes. Nós temos que ser capazes, como vocês estão fazendo, de enfrentar o problema, detectar a fraude e deixar um recado para os brasileiros de punição quando usarmos mal um recurso.

Eu queria também fazer... Eu não vou fazer tantas perguntas, porque eu quero dar este atesto: quando eu tenho dúvida, eu mando mensagem para cada um dos funcionários e recebo essa resposta imediatamente.

O Presidente Bolsonaro já está para colocar no seu decreto que a construção civil é uma atividade essencial, e é óbvio que ele está focando aqui na volta da economia. Então, eu quero dizer que estou ansiosa para ver como a Caixa Econômica vai anunciar esse aquecimento da construção civil, esse aquecimento da economia.

Com relação ao microcrédito, eu ratifico, Pedro, o que tenho falado sempre: principalmente as mulheres que são arrimo de família, é nessa hora da crise que elas se levantam, e a gente precisa segmentar e dar seguimento a isso.

Eu tenho várias perguntas. Vou encaminhá-las a você.

Eu queria terminar minha fala, Presidente Confúcio, dizendo à Caixa Econômica que eles estão honrando o Hino Nacional: não estão fugindo à guerra. Estão superando as dificuldades, encarando os problemas e não estão colocando pano quente, mas o resultado é muito positivo, para orgulho nosso. A Caixa hoje gera uma sensação de pertencimento e muito orgulho, numa situação que, volto a dizer, jamais foi vivida. É por isso que eu entrei nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputada Greyce Elias.

Deputado Silvio Costa Filho.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – Eu sou a Deputada Soraya, Presidente Confúcio. A próxima é a Greyce.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Desculpe-me, Deputada Soraya.

Deputada Greyce Elias – perdão pela confusão. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Greyce Elias com a palavra.

Deputada, a senhora está com o som aí? (*Pausa.*)

Não. A senhora tem que tocar no som aí do seu aparelho, Deputada.

A SRA. GREYCE ELIAS (AVANTE - MG) – Pronto, pronto. Deu certo. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estamos ouvindo bem.

A SRA. GREYCE ELIAS (AVANTE - MG. Para interpelar.) – Boa tarde a todos. Muito obrigada pela oportunidade. Eu quero aqui cumprimentar toda a Diretoria, todos os servidores, colaboradores da Caixa Econômica Federal na pessoa do Dr. Pedro Guimarães, o nosso Presidente, um jovem, que tem presidido essa importante instituição e que tem nos representado. Os brasileiros hoje se sentem representados por esse Presidente tão jovem, atuante e corajoso. Durante esse ano e poucos meses em que ele está à frente da Caixa, ele rodou todo o País e quis conhecer *in loco* todas as dificuldades, todos os nossos desafios e, principalmente, as nossas riquezas, porque eu tenho certeza de que, durante todo esse período, ele se surpreendeu com tantas maravilhas, com tantas pessoas engajadas, com vontade de fazer a diferença, assim como ele.

Dr. Pedro, para mim é uma honra, é um orgulho poder participar desta reunião *on-line* aqui com o senhor, juntamente com os demais Senadores, os quais também cumprimento, e os Deputados, meus companheiros de Câmara Federal.

E eu quero dizer que realmente a Caixa Econômica Federal tem feito o seu papel nesse momento de pandemia. O senhor, juntamente com toda essa equipe, tem feito o Brasil ter um pouco de esperança. Mesmo com todas as dificuldades que nós temos vivenciado – porque aqui nós não vamos fechar os olhos –, nós cremos que a boa vontade e a competência de todos vocês têm feito todo esse programa funcionar. Todos nós fomos pegos de surpresa. Realmente o que tem acontecido é que, como todos nós fomos pegos de surpresa, nós temos nos redobrado para poder fazer as coisas acontecerem.

Eu tenho apenas duas perguntas que são muito simples. Uma também é do setor da construção civil. Alguns empresários pediram para eu fazer a pergunta: se a Caixa vai liberar os contratos apenas com o protocolo do cartório, como foi anunciado, ou se precisará do registro efetivamente, porque falaram que apenas com o protocolo a Caixa iria liberar.

E uma segunda pergunta que eu tenho, Presidente, é no tocante a esse projeto que nós aprovamos, e vocês têm tentando colocar isso de uma forma muito aguerrida para funcionar: alguns beneficiários informaram que o benefício foi negado pelo motivo de que a pessoa está trabalhando, porém, essa pessoa não está trabalhando; qual é o canal que essa pessoa deve procurar dentro da Caixa Econômica Federal para conseguir sanar essa dúvida?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Presidente, e desejo sucesso nessa jornada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Greyce.

O último inscrito deste bloco é o Deputado Silvio Costa Filho.

Com a palavra o Deputado Silvio.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, primeiro quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que vem realizando, respeitando a todos e democratizando as reuniões que a gente vem procurando ter.

Quero parabenizar o Presidente da Caixa; a Dra. Tatiana e todas as mulheres que fazem a Caixa Econômica Federal. Acho que a Caixa, depois de todo esse processo, vai sair muito maior e, sobretudo, com mais credibilidade junto ao povo brasileiro.

Eu tenho três perguntas objetivas. A primeira: muitos perguntam em relação à questão dos próximos três meses, se a Caixa Econômica, em relação ao auxílio emergencial, já abriu diálogo junto à equipe econômica do Governo. Por quê? Porque nós sabemos que são três meses esse primeiro aproche do auxílio emergencial – abril, maio e junho –, e um orçamento cuja previsão é de R\$130 bilhões e que pode até chegar a R\$150 bilhões. Gostaria de saber se o Governo e se a Caixa já começam a fazer uma discussão sobre os próximos três meses, se a gente terá como viabilizar isso do ponto de vista orçamentário.

Segundo, Presidente, em relação às cidades que estão fazendo *lockdown*, se há alguma ação mais concreta, objetiva, se há algum plano emergencial para atender essas cidades que entraram nesse modelo de *lockdown*, a exemplo de várias cidades do Nordeste e também do Sul.

A terceira, Presidente Pedro, é se vai haver algum prejuízo em relação à questão dos repasses do Programa Minha Casa, Minha Vida. As informações que eu tenho são de que não muda nada, são orçamentos diferentes. Mas eu acho que seria importante a gente explicar para a sociedade brasileira, sobretudo para o setor produtivo, quanto a esse auxílio que está sendo dado, se alguns recursos são oriundos do Minha Casa, Minha Vida e pode haver algum prejuízo.

Então são essas três indagações. Tentei ser objetivo, mas quero parabenizar, Presidente Pedro, na sua pessoa, a todos os funcionários e servidores da Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, Sr. Presidente Pedro Guimarães, V. Exa. tem cinco a seis minutos – esse bloco foi maior porque entrou *on-line*, por telefone aqui, o Delegado Éder Mauro – para responder a todas essas questões. E depois teremos mais um bloco e encerraremos a nossa audiência, extremamente concorrida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Pedro Guimarães.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Deputado Éder Mauro, nós já temos quase 900 parcerias, e eu queria pedir a ajuda de todos os Parlamentares aqui. Vai ser muito importante, tenho certeza, a ajuda de vocês para que a gente amplie. Faz uma diferença incrível quando nós temos a parceria. Eu reforço meu pedido. Já são quase 900, não é, Paulo? E a gente está atento, todos os dias. Mas eu vou pedir para a Magda coordenar, conversar com todos vocês. Será muito importante, na segunda parcela, se nós passarmos de mil, mil e duzentos, o ideal é o máximo possível. O atendimento por letras: nós vamos fazer, eu posso adiantar, por mês de nascimento. Então, é mais fácil... Quem nasceu em janeiro, depois fevereiro, até fevereiro, isso já vai facilitar muito. E quando nós pagamos o saque imediato foi assim, foi muito organizado.

Só para lembrar a todos que nós pagamos o maior programa até então: 60 milhões de brasileiros. Mas demoramos dois meses para organizar e pagamos em seis meses. Aqui nós pagamos 50 milhões de brasileiros, tivemos cinco dias para organizar e não havia nem a base de dados. Então, sim, foi alguma coisa que nunca aconteceu antes e será difícil de se repetir.

Eu quero dar aqui um testemunho também de que eu recebi várias ligações e mensagens de vários de vocês e de alguns que não estão aqui, da própria Senadora Daniella, e sempre tentando ajudar. Sempre! Então, eu fico muito tocado, às vezes emocionado, porque é por isso que o Brasil é este País maravilhoso, porque independentemente de posição política, basicamente todos os partidos ajudam, sem que eu peça ajuda. Eu queria agradecer.

Deputado General Peternelli, eu tenho a informação de que nós passamos de 1 milhão de cartões de débitos digitais. E aí esse cartão de débito digital é de graça. Então, o que acaba acontecendo é que essas pessoas – 1 milhão de pessoas – podem, a partir desse movimento que nós fizemos, realizar movimentações e até compras via internet.

Deputada Greyce, em relação aos contratos – o Jair não está aqui –, a questão do protocolo é algo que está sendo discutido exatamente para a questão de potencial fraude, não é, Jair? Não é nem a fraude, é um risco de crédito efetivo, mas o Jair vai ligar para a senhora. Isso realmente a gente não tinha fechado. A gente pode ou não pode aceitar?

O SR. JAIR LUIS MAHL (Para expor.) – Não, só com protocolo não pode. É uma legislação do Banco Central que não permite liberar financiamento só com o protocolo. O que nós temos como alternativa é a possibilidade de um empréstimo com base nos valores a liberar para as construtoras. Isso a gente já estudou e já...

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Ele vai anunciar uma coisa que a gente... Então, Deputada, a gente vai anunciar algo em breve. A gente não pode fazer o protocolo. O que a gente pode fazer é realizar um empréstimo, porque nós, sim, queremos ajudar a todos, mas nós não podemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizar algo que seja proibido pela legislação do Banco Central. Então, o Jair, depois, junto com a Magda, vai procurar a Deputada, porque é muito importante.

Em relação aos beneficiários, eu já conversei aqui com o Paulo, o Angelo e a Tatiana sobre a contestação no *site*, não é, Tatiana? Então, quem efetivamente não está trabalhando, mas consta que está, por favor, acesse o *site*. São quase 800 milhões de acessos de brasileiros – certamente vários acessaram várias vezes – e mais de 140 milhões, se eu não me engano, no 111, mas aqui é o acesso ao *site*. De novo, eu peço a ajuda de todas as senhoras e senhores para qualquer coisa também direcionarem a nós. Em todos, a gente resolve ou explica o problema, mas é para sinalizar que, via *site*, a gente tem as respostas.

Deputado Silvío, obrigado também pela pergunta. A primeira é em relação a mais meses. Acho que essa é uma pergunta ótima, mas não está na... É uma questão com o Ministro Paulo Guedes, com o Ministério da Economia, qualquer discussão em relação a isso. O que a Caixa pode dizer é que nós estamos preparados, dado que esse primeiro mês foi um mês de aprendizado, foi um mês de formar a base de dados. Então, em qualquer programa, a definição não partirá da Caixa, mas nós estamos preparados para executar, não faz diferença, em especial com a tecnologia cada vez mais eficiente.

Nas cidades em *lockdown*, a Caixa faz parte do serviço essencial. Mas aqui, de novo, eu quero reforçar o pedido a todos vocês porque, quanto mais conversa nós tivermos com Governadores e Prefeitos, fica mais simples. Então, a Caixa pode trabalhar, e eu tenho relatos, de novo, mesmo... (*Falha na gravação.*) ... federais, nós conseguimos resolver porque todo mundo quer ajudar.

O Minha Casa, Minha Vida não tem nenhum problema. Os orçamentos já foram aprovados, aqueles que foram... E, Deputado Silvío, são coisas diferentes. Então, o Minha Casa, Minha Vida não será impactado. Aquelas construções já aprovadas podem continuar. É um dinheiro totalmente separado.

De novo, essa é uma parte muito grande, a Caixa é basicamente o grande operador, com mais de 95%, e continuaremos. De novo, nesta semana, a gente ainda vai anunciar mais coisas positivas eu acho que para a sociedade brasileira neste segmento. O Jair é o Vice-Presidente na área de habitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Este bloco, início com a Dorinha. Temos agora a Professora Dorinha Seabra, Deputado Antonio Brito, Deputado Alencar Santana Braga – parece que já falou –, Senador Elmano Férrer, Aureo Ribeiro, Aline Sleutjes – desculpe se não pronunciar corretamente seu nome –, e Deputado Delegado Pablo, se estiver presente, ele estava ausente quando eu chamei.

Com a palavra, minha conterrânea querida, Professora Dorinha Seabra, tocantinense.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer. Gostaria de cumprimentar também o Presidente Pedro Guimarães e a Tatiana, e, na pessoa dela, saudar todas as mulheres.

Presidente Confúcio, já foi mencionado esse assunto rapidamente sobre a questão da mulher à luz desse auxílio emergencial. Na Lei 13.952, nós tratamos da possibilidade de que a mulher que dirige a família de maneira monoparental possa receber duas cotas.

O Senado posteriormente corrigiu para, de maneira correta, no caso em que os filhos estejam com o pai, ou seja, com diferentes posições dentro da organização familiar, tenham direito. Mas o problema, Presidente Pedro Guimarães, é que nós temos recebido com muita insistência a reclamação de que as mulheres não estão tendo acesso. Em alguns casos – em vários casos, na verdade –, os homens têm apresentado a declaração como se tivessem a guarda dos filhos e têm recebido a ajuda.

Então, quando a mulher vai acessar, a ajuda já foi paga, e a criança, no caso, é duplamente penalizada. Já saiu para o genitor, ela não vive naquela família e ela está prejudicada.

Da bancada feminina, nós apresentamos em uma das MPs uma proposta de correção. Mas eu gostaria de chamar a atenção para, dentro do possível – porque já foi feito um primeiro pagamento e já vamos para o segundo pagamento –, que a declaração da mulher tivesse uma superposição, fosse considerada. Logicamente, ela tem como comprovar que ela tem a guarda e ela coordena a família. O problema é que na grande maioria dos casos, não é o homem que tem ficado com a guarda, isso é fácil de ser demonstrado, mas o homem tem recebido, e a criança e a mulher ficam prejudicadas.

Então, faço esse apelo, que o Presidente pudesse – ele que é tão sensível à causa da mulher, nós temos várias experiências de trabalho da bancada feminina... Então, faço esse apelo, nós gostaríamos de conversar para ver como a gente pode garantir que a mulher e as crianças não tenham prejuízo novamente.

Muito obrigada, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Dorinha.

Eu vou... Deputado Vilson, pode ficar tranquilo que o senhor fala já.

Com a palavra meu grande amigo, precioso baiano, Deputado Antonio Brito.

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar esse brilhante presidente, Senador Confúcio, que também participou do Médicos pelo Brasil conosco – parabéns sempre pelo trabalho – e o Relator Francisco Jr., do nosso partido, o PSD.

Eu também quero parabenizar o Pedro Guimarães, da Caixa, a Tatiana e o Samuel. Início parabenizando por todo o trabalho, pela luta por esse auxílio emergencial tão importante para o País. Eu sou um entusiasta da Lei 13.982. Fiquei muito mais feliz ainda com aquele vídeo – "nossos heróis não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

usam capa, usam crachá" – humanizando a Caixa, humanizando os funcionários, para as famílias entenderem por que seus maridos, mulheres, filhos, pais, todos estão nessa luta pela nossa assistência social e pela chegada do auxílio.

São três questionamentos.

Primeiro: como poderemos acompanhar esse auxílio nas cidades? A exemplo do que foi colocado da cidade de Salvador, eu atuo também na cidade de Jequié e gostaria de acompanhar o cadastro dos trabalhadores autônomos no Ministério da Cidadania e, portanto, na Caixa, para verificar no que podemos cooperar, como Parlamentares, para essa atuação e, até mesmo na ponta, para ajudar no cadastro e na chegada dos recursos.

Segundo, parabenizo o apoio e o trabalho da Frente das Santas Casas com a equipe do Samuel, com todos que trabalham, como o Hélio na Frente das Santas Casas. Também queremos buscar, lógico, diminuir os juros, mas as operações estão saindo nessa articulação junto à Caixa da Frente das Santas Casas.

Terceiro, o Presidente do Coegemas-BA, colegiado de gestores, o Secretário de Assistência Social de Boa Nova, solicitou perguntar se poderiam aumentar a capacidade das lotéricas, porque, muitas vezes, as lotéricas não estão usando sua capacidade, até por questão de seguro ou coisa que o valha. Esse é o pedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente Confúcio. Parabéns pelo trabalho.

Parabéns ao Presidente Pedro Guimarães. Conte sempre conosco. Parabéns pelo trabalho. Parabéns à Caixa, um banco de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Antonio Brito.

Com a palavra o Deputado Aureo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado Aureo, V. Exa. está com a palavra, pode usar. *(Pausa.)*

Seu som, Deputado, no computador, libere o seu som. Dê uma olhadinha.

O SR. AUREO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - RJ. Para interpelar.) – Eu quero aqui saudar o Presidente Pedro Guimarães, a Tatiana, o Senador Confúcio.

Eu quero agradecer aqui esta audiência pública, este debate, com a fala de vários Deputados.

Eu quero aqui mostrar algumas preocupações, Presidente Pedro. Primeiro, quero elogiar o trabalho que você tem feito, que tem sido reconhecido por todo o Brasil, na questão do crédito imobiliário, na



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

forma como você tem conduzido e colocado a Caixa na questão de geração de crédito para alavancar a economia do nosso País, mas o que me preocupa hoje é a questão das filas na Caixa Econômica de todo o País.

Eu sou da cidade de Duque de Caxias, uma cidade do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense, que possui mais de 1 milhão de habitantes. Nós vivemos aqui um cenário muito triste na cidade, primeiro, pelo número de pessoas aqui mortas pela Covid-19, pelo número de pessoas contaminadas, e, quando saímos às ruas para fiscalizar este momento, a Caixa Econômica tem uma fila quilométrica – quilométrica! É uma coisa desumana o que está acontecendo na cidade de Caxias.

Eu estive falando com o Ministro Onyx da possibilidade de a gente ampliar isso, numa força-tarefa, de utilizar outras ferramentas para facilitar o auxílio emergencial ser entregue a quem precisa. Só que a gente não está conseguindo efetividade nessa ação. Então, eu queria aqui demonstrar a minha preocupação com esse tema. Acho que este é o momento em que temos que focar nessa questão.

Vai haver uma pauta pós-pandemia, que é a retomada da economia, que é o crédito para habitação, que é o crédito para microempresas, que vai passar pela Caixa Econômica Federal, que é um banco importante público do nosso País, mas hoje a minha preocupação é com as vidas, é com as pessoas que estão na fila se contaminando e ali crescendo em número constante de contaminados e de mortes aqui no nosso Estado e principalmente na nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Aureo.

Com a palavra... Eu fiquei sabendo que se pronuncia Aline Sleutjes, não é? Fiquei sabendo aqui agora.

Deputada Aline, corrija-me depois.

Com a palavra a Deputada Aline. É Sleutjes mesmo, Deputada Aline?

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) – Boa tarde, Senador. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tudo bem.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) – É Deputada Aline Sleutjes. É um sobrenome meio difícil, um sobrenome holandês, mas está ótimo, dá para entender.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, muito obrigado à senhora, não esqueço mais.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Para interpelar.) – Boa tarde, nosso querido Presidente Pedro Guimarães, Tatiana, é um prazer estar aqui para ouvi-lo. Desculpe-me a ausência na apresentação, mas meu voo chegou às 16h aqui em Brasília, e eu fiz questão de entrar rapidinho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, em um primeiro momento, de parabenizar todas as suas iniciativas, Presidente Pedro, por ter percorrido o nosso Brasil não só para ver os problemas, mas para ver os grandes exemplos. Temos comunidades muito simples no nosso País, Estados muitos simples, Municípios muito simples, mas que fazem uma verdadeira demonstração de coragem, de amor, de afeto e de humanização no tratamento com o nosso povo brasileiro. E o senhor demonstra, pela sua sensibilidade e compreensão, o respeito pelo povo brasileiro, principalmente neste momento de dificuldade na área da saúde. Faz muito bem lembrar que economia e saúde andam juntos porque pessoas sem condição de comprar o seu alimento, pagar a sua água ou a sua luz, a sua condição diária de vida não conseguem ter saúde. Então, eu fico muito feliz em poder ver as suas atitudes, os seus trabalhos, a sua disposição.

E parabéns também a toda a família da Caixa, porque nós vemos o desdobramento, a dedicação de todas as agências para fazerem esse trabalho da melhor forma possível.

Eu gostaria só de fazer – não sei se o senhor falou sobre isso – uma indagação: o pagamento só está sendo feito pela Caixa. Seria possível estender também para o Banco do Brasil? Gostaria de saber como fazer denúncias, quando soubermos que pessoas estão recebendo sem ter direito a receber, em relação a fraudes. E como nós Parlamentares podemos ajudar mais a Caixa Econômica em relação à divulgação, porque nós temos redes grandes e podemos, nos nossos Estados, colaborar ainda mais com a Caixa Econômica.

Mais uma vez, quero parabenizar porque tudo o que vocês têm feito pelo Brasil com certeza vai ajudar a sairmos da grande dificuldade dessa pandemia.

Deus o abençoe, viu, Presidente Pedro?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Aline.

Agora, com a palavra, o Deputado Vilson.

Deputado Vilson lá de Minas Gerais.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG) – Muito bem, Senador Confúcio. Vilson da Fetaemg...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Chegou a sua vez.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG) – Obrigado. Eu agradeço...

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) – Porque daí, na hora em que ele for responder...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vai responder.

Pode falar, Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Para interpelar.) – É que havia um microfone aberto...

Eu quero cumprimentar a todos e V. Exa., por estar conduzindo esta audiência pública de grande importância neste momento de pandemia sobre o papel da Caixa, as dúvidas dos Deputados e dos Senadores. Isso é muito importante para que a sociedade acompanhe e veja o nosso papel, o nosso trabalho.

Quero cumprimentar também o Pedro Guimarães, Presidente da Caixa, e dizer que eu sou cliente da Caixa Econômica Federal há muitos anos, a minha federação é cliente da Caixa Econômica Federal há muitos anos. No interior eu defendo muito a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil. E reconheço o trabalho que a equipe tem feito, e V. Exa., enquanto Presidente da instituição.

Mas eu quero citar aqui uma passagem, Senador Confúcio, do Senador Chico Rodrigues. Nada contra o que ele fala, quando ele diz que a oposição... Olha, não é questão da oposição, eu quero falar agora por aqueles que estão passando fome, que estão passando necessidades, que não têm nada nas suas cestas. Então, essas pessoas estão no desespero, e nós temos que trazer, o mais rápido possível, uma solução para elas.

Mas eu quero trazer aqui Presidente que, semana passada, visitando a Caixa Econômica Federal no centro de Belo Horizonte, preocupado com aquela fila quilométrica que dava volta no quarteirão, e eu, entrando na Caixa, sem me manifestar, sem me identificar como Deputado, vendo o atendimento, eu percebi, Presidente, várias pessoas muito humildes que não sabem operacionalizar aquele equipamento. Por mais que os funcionários da Caixa estejam trabalhando, e trabalhando muito, ainda estão faltando muitos funcionários, Presidente, as filas estão aumentando, então nós precisávamos ver outro mecanismo.

E a outra, porque meu tempo já está acabando, já avisaram aí, Sr. Presidente, é a questão do PL 873, porque a agricultura familiar, os assentados do Incra e muitos trabalhadores rurais estão passando necessidades, sequer foram cadastrados e sequer estão recebendo nessa primeira leva. Então, a gente espera que o Governo, tão logo, o mais rápido possível, o Presidente da República sancione a MP 873 com todas as emendas que foram aprovadas, inclusive a emenda de nossa autoria, aglutinando todos os agricultores familiares, os trabalhadores rurais, os assentados da reforma agrária, enfim, que não têm condições neste momento. A gente precisa agora de um leque maior; para além da Caixa espero que sejam colocados outros bancos, como o Banco do Brasil.

Então, deixo aqui esse meu questionamento, estamos aí juntos para ajudar a melhorar e levar, sim, para aquelas pessoas que estão passando necessidades. E quero, inclusive, acrescentar à fala da Deputada, colega Aline, que pode haver aqueles que não têm direito, e estão recebendo, mas há aquelas pessoas que têm direito e não estão recebendo, estão tendo o seu cadastro negado.

Muito obrigado, Presidente, Senador Confúcio, e Presidente Pedro Guimarães.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Nós chamamos inicialmente o Delegado Pablo, mas ele não está presente. E, para fazer o fechamento, eu passo a palavra ao nosso Relator para fazer alguns questionamentos, para que o nosso Presidente Pedro Guimarães responda a todos.

Com a palavra o Deputado Francisco Jr., nosso Relator dessa Comissão Especial, Comissão da calamidade para análise de orçamento.

Com a palavra Francisco Jr. (*Pausa.*)

Ligue o seu som, Francisco, o seu som.

Francisco, o som. Dê uma olhadinha no seu som, ninguém está te escutando. (*Pausa.*)

Francisco, um momentinho só. Francisco!

Ninguém está ouvindo o som dele.

Está sem som, Francisco. Francisco! Francisco!

Como é que eu faço para falar com ele? (*Pausa.*)

Como eu não estou ouvindo... Francisco, eu vou passar, eu vou cancelar a sua palavra, Francisco, e passar para o Dr. Pedro; depois, você faz o fechamento, porque está sem som, sem o som!

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Entrou aí?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Estou sem som?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, vamos passar a palavra para o Dr. Pedro, e, ao final, o Francisco fala, faz o fechamento.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Por favor, Dr. Pedro Guimarães, o senhor pode responder.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Eu quero, primeiro, pedir desculpa à Deputada Soraya, porque eu acho que não respondi; é uma pessoa de que eu gosto muito também. Então, sobre a questão da construção civil, Deputada, nós faremos esse anúncio, conforme essa semana, eu não posso antecipar aqui, mas pode ter certeza absoluta de que é o foco da Caixa, o coração da Caixa Econômica Federal. Nós vamos continuar sempre atendendo ao máximo, de várias maneiras diferentes,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só em redução de taxa de juros, em aumento de ofertas, tanto para a população mais carente, via Minha Casa, Minha Vida, quanto também para a classe média de renda. Então, é o foco da Caixa Econômica Federal.

E, sobre a operação de microcrédito para as mulheres, eu conversei com a Tatiana, e a Tatiana irá procurar especificamente a senhora, certamente. E aqui, como a senhora mesma já veio à Caixa Econômica Federal, nós temos, nessa gestão, uma questão de reconhecimento feminino tanto na gestão da Caixa Econômica Federal – nós temos três Vice-Presidentes; antes dessa gestão, não tinha nenhuma Vice-Presidente – mas, sem dúvida nenhuma... Então, desculpa, passou aqui; a Tatiana irá procurar a senhora com a Magda e pode ter certeza de que vamos fazer isso bem rápido.

Em relação às respostas desse último grupo, a Deputada Professora Dorinha, também sobre essa questão da mulher, a senhora que sempre teve isso com uma liderança clara de ideias, sobre que a gente também já conversou, vamos, sim, também de novo a Tatiana... Um homem pedindo ajuda e tendo um benefício incorreto é um caso de polícia. Inclusive, nós estamos muito alinhados com o Ministério da Justiça e a Polícia Federal: qualquer fraude nós vamos às últimas consequências. Não há possibilidade de a Caixa deixar algo deste... Não existe. Então, nós já estamos... Todos os casos que nós temos, nós enviamos à Polícia Federal, e é inaceitável. Mas, de novo, tem essa questão da declaração da mulher ser superposta, ser mais relevante, é uma questão do Cidadania, mas eu já pedi especificamente à Tatiana para fazer essa ponte com o Cidadania, e ela vai ligar para a senhora também, Deputada Professora Dorinha, como para a Deputada Soraya, certamente. Não é, Tatiana? Então, a gente já conversou.

Deputado Antonio Brito, muito obrigado. A gente fala muito sobre a questão das santas-casas, é muito importante. Em relação às cidades, é o Cidadania que tem... Então, na verdade, essa é uma questão do Ministério da Cidadania, do Onyx; só eles podem liberar; a gente não pode, não tem autorização. Mas, pelo que eu entendi, ele vai fazer isso. Agora, após esse pagamento final...

As santas-casas...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – A capacidade das lotéricas: nós vamos abrir 700 novas lotéricas e temos feito todo um trabalho com elas. Essa é uma parte muito importante e fundamental da Caixa Econômica Federal, em especial para o pagamento de contas e nessa questão do pagamento desse auxílio emergencial. O senhor tocou num ponto de que eu não tinha falado ainda, então está em primeira mão para V. Exas.: nós estamos com em torno de 700 novas lotéricas, e isso também é importante por ter sido negociado com os lotéricos, porque não adianta você abrir uma muito próxima a outra, você vai dividir. Então, nós estamos focados, mas não é tão trivial. Existem, sim, vários lugares do Brasil que têm demanda para essa abertura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Aureo, também sou carioca, conheço bem Duque de Caxias, Belford Roxo, a Baixada. Sei muito bem da densidade. Nós temos... É tão importante que o Vice-Presidente dessa área esteve no Amazonas no fim de semana e no Rio de Janeiro, em Duque de Caxias. Então, eu vou passar para o Paulo Angelo.

Essas filas não estão assim há vários dias, o que não significa que não tenhamos todo o cuidado e que, sim, duas semanas atrás, tivemos filas muito grandes. E, em todos esses lugares – só para voltar atrás, nem todos estavam aqui –, nós conseguimos autorização para finalizar uma contratação, então estamos contratando 296 pessoas – 20 foram para o Amapá, mas estamos alocando esses novos funcionários nos locais com maior intensidade, maior densidade.

Mas fale um pouco, por favor. Você ficou em que dias...

O SR. PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA (Para expor.) – Fiquei terça e quarta-feira, Presidente e Deputado. Essa região de Duque de Caxias e entorno é onde a Caixa tem, no Brasil, inteiro o maior volume de atendimento social. Nós temos de fato um volume grande, tanto é que o Presidente Pedro pediu que eu fosse pessoalmente lá no Rio de Janeiro. Eu estive lá terça e quarta, acompanhei o atendimento desde cedo nas agências, e nós tivemos de fato muitas filas, mas nesta semana nós não tivemos mais filas depois das 8h30, 9h da manhã. Estamos com todo o time lá reforçado para assegurar que assim permaneça, para que todo mundo que for à agência seja atendido, ninguém precisando madrugar, porque a Caixa está atendendo todo mundo.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Deputada Aline, muito 2obrigado também.

Nós já temos – isso é importante, eu acho que é uma pergunta também do Deputado Vilson: 52 bancos, além da Caixa, já realizam o pagamento. São 3,5 milhões de brasileiros, e o Banco do Brasil já paga a mais de 1,5 milhão de pessoas. E nós já temos a diferença de que nós estamos falando, da população mais humilde, e os que mais demandam ajuda são os mais humildes dos humildes. E eles basicamente só vão à Caixa. Então, teremos reforços. Estamos conversando sempre com todos os bancos, e o Banco do Brasil já paga a 1,5 milhão de pessoas, mas existe uma diferença muito grande.

A abertura de conta digital exige muito menos documentos, então é algo que a gente já fez, mas certamente sempre vamos conversar com todos os bancos.

Quanto às denúncias, Deputado, partem do Ministério da Cidadania. Estão ligadas a fraude etc., e o Ministério da Cidadania é que realiza a validação após receber as análises da Dataprev. Eles são os responsáveis por isso. Então, existe sim, lá no *site* do Ministério da Cidadania, a divulgação.

Eu quero só agradecer: eu acho muito importante vocês todos, os senhores e as senhoras, para que a gente consiga não só dar mais informações, mas, de novo (*Falha na gravação.*) em relação Deputado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vilson, nessa questão das filas, quero pedir que, quanto mais nós tenhamos a parceria com as Prefeituras, nós vamos ter mais eficiência. A tecnologia: não existe uma tecnologia tão avançada; existem poucas digitais... Nós abrimos mais de 20 milhões de contas em 15 dias, 10 dias. Então, realmente foi uma coisa que nunca aconteceu. Não existe nenhum banco digital... (*Falha na gravação.*) ainda mais para pessoas humildes, que, ao final, são muito carentes.

Então, isto é a parte final minha: quando nós (*Falha na gravação.*) que não conseguimos, que têm muita dúvida, é exatamente por causa desse ponto de elas precisarem de ajuda.

Muito obrigado.

O canal de denúncias do Cidadania, Senador, é o 121. Então, além do *site*, existe o 111, que é para o auxílio. Mas existe um número também, o 121, do Ministério da Cidadania, para denunciar fraudes; e o próprio *site* do Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Para fazer o encerramento da participação dos Parlamentares, eu concedo a palavra ao Deputado Francisco Jr., para, se assim desejar, fazer mais alguma pergunta, algum fechamento da nossa brilhante audiência pública.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Obrigado, Presidente.

Sou ouvido agora? Tenho som?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Agora está ótimo.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Ótimo.

Essa questão técnica está me perseguindo, Presidente – e olha que eu gosto disso! Eu troquei o microfone aqui, e vamos ver se agora dá certo.

Presidente, é apenas para agradecer a boa vontade do Presidente da Caixa e de toda a sua equipe. Quero parabenizá-los. Nós percebemos um grande engajamento do Presidente e de toda a equipe no sentido de buscar soluções. Então, estão de parabéns! As dificuldades vêm, e nós queremos, nessa parceria, poder colaborar, Presidente.

Há duas situações apenas que eu quero colocar. Há essa questão da denúncia e da possibilidade de um recurso. O senhor agora falou estes dois números de telefone: o 121, para denúncias, e o 111, para auxílio. Mas eu queria só reforçar: esse número 111, de auxílio, para aquela pessoa insatisfeita com o resultado, seria também um canal para recurso? Ela pode tentar buscar uma segunda análise ou uma terceira análise? É que, como muitas vezes a gente trata com pessoas com dificuldade de acesso, com dificuldade de preencher as informações, elas podem fazer isso errado muitas vezes. Então, eu queria saber se elas têm essa possibilidade, para nós podermos orientar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a denúncias, aqui já satisfaz. E eu penso que os relatórios desses números nós vamos solicitar ao Ministério da Cidadania, como o senhor já informou. Caso a Caixa tenha acesso, a gente pede também a informação.

A outra situação é que existe uma preocupação muito grande. Nós vamos avaliar tudo isso que o senhor falou a partir da segunda etapa, da segunda data de pagamento, e eu desejo que já seja bem mais tranquilo do que foi a primeira.

Mas eu gostaria da colaboração da Caixa para a questão do pós-pandemia. Nós estamos fazendo um esforço muito grande para buscar alternativas. Eu tenho certeza de que, de forma especial, no reaquecimento da economia, na geração de emprego, a Caixa terá um papel muito importante, fundamental. Eu gostaria, então, da colaboração técnica do senhor com a nossa equipe para nós buscarmos alternativas e para podermos recomendar, sugerir e buscar fundamentação legal, e nos prepararmos para o pós-pandemia, que eu entendo que será o nosso maior desafio – sendo que a pandemia já é um desafio grande por si só.

No mais, Presidente, eu agradeço a participação, a oportunidade de estar aqui, agradeço V. Exa. pela condução sempre extremamente democrática e muito cuidadosa, muito criteriosa. No mais, nos colocamos à disposição.

E gostaria de manter esse contato da nossa equipe da relatoria com a Caixa, para atualizarmos esses dados e tê-los sempre atualizados e podermos, também no *site* e no portal que vamos colocar no ar em breve, dinamizar e auxiliar o cidadão nesta questão que é tão importante e já alcança tantos milhões de brasileiros.

No mais, eu só tenho a agradecer e parabenizar.

Obrigado, Presidente Confúcio, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Presidente Pedro Guimarães, eu vou fazer aqui somente um breve comentário.

Primeiro, por ter observado o grau de emoção de V. Exa., porque o senhor ouviu aí todos os Parlamentares – aqueles que não fizeram elogios verdadeiros, rasgados, fizeram só os questionamentos. Então, grosso modo, a saudação foi geral a todos (*Falha na gravação.*)

servidores pelo trabalho extraordinário desenvolvido pela Caixa Econômica neste curto período de tempo. E eu tenho certeza de que todos os Parlamentares ficaram satisfeitos com as suas respostas.

E, para o senhor entender, foi a audiência mais longa. Até hoje nós tivemos cinco audiências, e esta foi demorou 3 horas e 22 minutos até agora – então, um tempo longo. Saúdo a Tatiana Thomé, que ficou ao seu lado este tempo todo sem se levantar; o Paulo Henrique Angelo, que estava também aí ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado de V. Exa., colaborando; o Cláudio; o Celso; o Samuel; enfim, todos os senhores. Então, meus sinceros agradecimentos.

E, após a sua fala de fechamento e respondendo ao nosso Relator, eu farei o encerramento da nossa audiência pública.

Antes, de antemão, agradeço sobremaneira a gentileza e a cordialidade da Diretoria da Caixa Econômica Federal.

Com a palavra V. Exa. para os comentários finais. *(Pausa.)*

Olha o som do Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dr. Pedro, reabilite o seu som aí. Peça auxílio aí à Tatiana para reabilitar o som, por favor. *(Pausa.)*

Sim, Presidente, com a palavra.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Eu quero agradecer em nome da Caixa Econômica Federal, banco de todos os brasileiros. Foi emocionante mesmo, porque somos 85 mil... De fato, como eu considero também lotéricos, correspondentes, terceirizados, somos um quarto de milhão de brasileiros que, neste momento tão delicado, estamos na linha de frente com muito orgulho e dedicação.

Eu vejo a emoção... Então, é muito difícil... Desculpem-me. Às vezes, eu me emociono porque realmente esse tempo mudou minha vida. Eu tenho muito orgulho do Brasil, dos brasileiros, da capacidade que nós temos de ajudar o próximo em momentos assim tão delicados.

Na verdade, eu vou pedir para o Paulo e para a Tatiana responderem um pouco. Deputado Francisco Jr., eu vou pedir para cada um falar, mas eu quero destacar, primeiro, um excelente ponto: Paulo Angelo junto com a Magda já vão fazer essa ponte, que eu acho fundamental. O Paulo é quem está liderando, de fato, esse esforço – nós temos todos os Vice-Presidentes. Então, ele vai, via Magda, realizar essa ponte. Isso vai nos ajudar muito, porque o pagamento da segunda parcela... Quanto mais o Congresso estiver junto, mais nós vamos conseguir que a informação flua de uma maneira mais eficiente e vocês também vão perceber todo o nosso esforço. As críticas são fundamentais. A gente sempre pode melhorar.

Então, eu quero agradecer a todos vocês. Alguns até eu vi que acabaram não falando, como a própria Senadora Daniella, com quem sempre converso.

Quero reforçar que tenho uma enorme admiração pelo trabalho vocês, independentemente de questão política, porque eu sinto que todos vocês, quando vêm à Caixa Econômica Federal, fazem críticas construtivas para o bem do Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Meu primeiro objetivo, Paulo, é passar para a Tatiana. A Tatiana está aqui sempre com uma máscara gigantesca. Acho que colocou até uma máscara pequena hoje – normalmente, só aparecem os olhos.

Por favor, você pode responder em relação a essa questão dos *sites*?

A SRA. TATIANA THOMÉ DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sim.

Na pergunta do Deputado Francisco, ele colocou a questão da possibilidade de denúncias no canal 111. O canal 111 é somente informativo: informa sobre elegibilidade ou não do cidadão e quando está em fase de análise. Agora, para contestação, nós teremos a possibilidade dentro do APP, do aplicativo do auxílio emergencial dentro do *site* para alguns dos casos, como foi comentado aqui. Por exemplo, quanto ao enquadramento, quando se coloca que o cidadão tem um trabalho que ele não tem, ele pode clicar no botão de contestação no APP e no *site*.

E, ainda, sobre denúncias, há dois canais, que são do Ministério da Cidadania: pelo telefone 121 ou pelo portal que se chama Fala.BR, do Governo Federal. O caminho é sistema.ouvidorias.gov.br. Então, esses são os canais informativos e de denúncia e de contestação.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES – Obrigado, Tatiana.

Paulo.

O SR. PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA (Para expor.) – Deputado, nós estamos trabalhando aqui com todo o time da Caixa para a segunda parcela ser ainda mais tranquila, como o Presidente Pedro falou, e nós queremos, evidentemente, todo o seu apoio e o apoio de todos os Parlamentares para que a gente melhore ainda mais e também faça a disseminação de informações.

Então, eu vou, imediatamente, junto com a Magda, entrar em contato com o senhor e com todos que tiverem interesse em contribuir. Estamos muito abertos e à disposição.

O SR. PEDRO DUARTE GUIMARÃES (Para expor.) – Muito obrigado.

A gente volta a palavra para vocês.

Foi importante esta reunião. Eu quero reforçar: a qualquer um que tenha críticas, colocações, nós estamos abertos. A Magda é responsável por toda a área.

Então, muito obrigado pelas colocações que as senhoras e os senhores fizeram hoje.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a se tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, a ser realizada no dia 14 de maio, às 11h, tendo como convidado o Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos!

(Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e um minuto do dia quatorze de maio de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda da Senadora não membro Kátia Abreu. Deixa de comparecer a Deputada Joice Hasselmann. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater as ações da Secretaria do Tesouro Nacional frente à emergência de saúde pública relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Mansueto Facundo de Almeida Jr., Secretário do Tesouro Nacional. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/05/14>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Hoje, mais do que especial é a presença do nosso Secretário do Tesouro, que vai tratar desses assuntos, objeto maior da nossa Comissão.

Esclareço que, para esta reunião remota, o uso da palavra – todos os senhores já sabem – será feito de acordo com a ordem de inscrição, através de "levantar a mão" no aplicativo.

A ordem de fala será dada, primeiro, ao Relator, em seguida aos titulares inscritos e aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo da reunião e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a audiência com o Ministro.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando aos Senadores e Deputados membros e suplentes a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

A presente reunião é uma audiência pública interativa, com a presença do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Mansueto Facundo de Almeida Jr., a quem agradeço a honrosa presença e a disponibilidade para esta reunião virtual.

Estão juntos ou chegarão a seguir a esta reunião os Srs. Adriano Pereira de Paula, Subsecretário de Gestão Fiscal; José Franco de Medeiros Moraes, Subsecretário da Dívida Pública; Pricilla Maria Santana, Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais; e Pedro Jucá Maciel, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal.

Contamos também com a participação dos internautas nesta audiência através do Portal e-Cidadania.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos iniciar neste momento.

Eu passo a palavra ao nosso convidado especial, o Dr. Mansueto Facundo de Almeida, pelo tempo de 25 a 30 minutos – a gente vai flexibilizar de acordo com a sua exposição. Com a palavra o Dr. Mansueto.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. (Para expor.) – Bom dia!

Eu quero agradecer ao Presidente Confúcio e a todos os Senadores e Deputados da Comissão Mista o convite de vir aqui para poder conversar com vocês e esclarecer todo esse pacote de medidas, todas as medidas, os riscos, os cenários em relação a este período tão difícil em que a gente tem que combater os efeitos econômicos e sociais do coronavírus e ainda lidar com questões fiscais e de crescimento.

Eu vou começar fazendo um alerta. Qual é o alerta? Reconhecemos o papel do Congresso Nacional no ajuste que o País vinha fazendo e, é claro, vai continuar depois desta crise. O Congresso Nacional, nos últimos três ou quatro anos, foi fundamental para aprovar as medidas que este País precisou aprovar para reduzir o tamanho do buraco fiscal. Vale lembrar que, no Brasil, antes da crise, já estávamos com as contas no vermelho, ou seja, tudo que o Governo Federal arrecada menos o que ele gasta dava um déficit. E o planejado para este ano era um déficit de R\$124 bilhões, sem incluir a conta de juros. O Brasil, desde 2014, vem tendo déficits sucessivos nas contas públicas, e a dívida vem aumentando, mas, no ano passado, o Brasil conseguiu algo que estava fora do radar de todo mundo que foi, depois de cinco anos de crescimento muito forte da dívida pública... Todo o endividamento do setor público do Brasil em 2013 era de 51% do PIB. Esse endividamento cresceu continuamente para cerca de 78% do PIB até 2018. Em 2019, no ano passado, a dívida pública caiu – caiu pouco, mas caiu. Ela foi para 75,8% do PIB, ou seja, depois de cinco anos de crescimento da dívida, a gente finalmente, em 2019, conseguiu fazer com que a dívida caísse um pouco.

O Congresso Nacional, por meio de um debate político profundo, transparente e desejável, conseguiu aprovar a reforma da previdência, o que sinalizou que o crescimento desse gasto, ao longo dos próximos cinco, dez, quinze, vinte anos, será menor do que era antes da reforma. Então, foram medidas muito importantes. O Brasil vinha fazendo o dever de casa. Só que o Brasil e o resto do mundo foram pegos por uma crise que era inesperada, que não era previsível, uma crise de saúde muito séria, que é o caso do coronavírus. Isso levou a um cenário drástico de mudança de perspectiva de crescimento não só no Brasil como no resto do mundo. O FMI estima que, neste ano de 2020, a economia mundial vai ter uma queda de produção, e o PIB do mundo vai cair 3%. E o FMI já avisou que esse número será revisado para pior. Várias economias que estavam em uma situação muito boa, até muito melhor que a do Brasil, estão prevendo um crescimento negativo de 8%, 9%, 10% ou de até mais. Então, é uma situação muito séria que pegou o mundo todo, com um impacto econômico e social muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso, quando se compara o Brasil com o resto do mundo, a gente tem algumas vantagens e desvantagens. Do ponto de vista de vantagem, quais são as nossas vantagens em relação aos outros países emergentes? O Brasil constituiu uma rede de proteção social muito ampla desde a Constituição de 1988. Vale lembrar que, neste País, hoje, quando há seca no Nordeste, a gente não vê saques nos supermercados, porque a gente tem uma rede de proteção social muito grande. É muito diferente da realidade do Brasil do início dos anos 80. O Brasil passou recentemente por uma crise econômica muito séria, em 2015 e em 2016, com dois anos seguidos de queda do PIB. A última vez em que isto tinha acontecido no Brasil – dois anos seguidos de queda do PIB – tinha sido no início da década de 1930. Mesmo assim com uma crise muito séria, em 2015 e em 2016, este País conseguiu proteger as pessoas em situação mais vulnerável. Por quê? Novamente, porque a gente tem uma rede de assistência social muito ampla.

São poucos os países emergentes que têm uma rede de saúde como o Brasil tem com o SUS, um Sistema Único de Saúde universal, integral, que cobre qualquer tipo de procedimento, e gratuito. São poucos os países do mundo que têm uma previdência tão ampla como a do Brasil. Novamente, o aposentado que está no interior do Maranhão, no interior de Pernambuco ou no interior de São Paulo, antes da crise, como ao longo da crise, vai receber sua aposentadoria. O Brasil tem uma rede que pega as pessoas idosas e mesmo as pessoas em situação vulnerável, como é o caso do Bolsa Família, o que nos permite ter uma situação muito melhor do que vários países emergentes em uma situação como esta em que a economia para.

Dito isso, é necessário fazer um pouco mais. Todos os outros países estão lidando com o mesmo problema. Houve uma parada súbita não só da manufatura como também do setor de serviços. E muitas pessoas que tinham renda passaram a não ter renda. Vários países do mundo criaram políticas para tentar manter o emprego. O Brasil fez o mesmo. O Brasil criou um auxílio emergencial – fora o auxílio emergencial de R\$600, de que vou falar um pouco mais à frente –, criou um mecanismo que permite repartir com uma empresa do setor privado o custo da manutenção do trabalhador. Alguns trabalhadores tiveram o contrato de trabalho suspenso, mas não perderam o seu emprego, e parte desse custo é arcado pelo Governo Federal. Houve redução de salário e de carga horária, e parte dessa redução salarial é arcada pelo Governo Federal. O Governo Federal faz uma transferência para o trabalhador. Tudo isso é uma tentativa de se manter o emprego.

Adicionalmente, a gente tem um problema sério no Brasil, como nos demais países emergentes, que é a questão da economia informal. Uma parte muito grande da força de trabalho do Brasil ainda está na economia informal – cerca de 40% –, e essas pessoas pararam de ter renda. Foi necessário criar um auxílio emergencial, e o Congresso foi um ator relevante nesse debate e na criação do auxílio emergencial. A gente criou um auxílio de R\$600 por mês, que vai custar, no período de três meses, algo como R\$120 bilhões a R\$130 bilhões. Isso foi fundamental também para dar segurança às pessoas na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia informal, às pessoas em situação muito vulnerável, para elas não passarem por uma necessidade tão grande num contexto de parada súbita da economia. Esse é o cenário.

O Brasil reagiu de forma muito rápida ou reagiu com atraso? Eu acho que o mundo todo reagiu com atraso. Por quê? Porque ninguém esperava a magnitude dessa crise de uma forma tão violenta e tão rápida. Países no mundo que têm um sistema de saúde público que foram modelos para outros países, como é o caso da Inglaterra... A Inglaterra tem um sistema público de saúde que é um dos melhores do mundo, que foi instituído logo após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo um país como a Inglaterra falhou. Mesmo um país com um sistema de saúde como o da Inglaterra teve problemas. A Itália teve problema, os Estados Unidos tiveram problema.

Nos mecanismos de financiamento emergencial de transferência de renda, vários países tiveram problemas. Nos mecanismos, por exemplo, de crédito subsidiado para pequenas e médias empresas, mesmo os Estados Unidos, que tiveram um programa mais agressivo, tiveram problemas também e estão tendo um problema agora na renovação desse programa.

Então foram circunstâncias muito atípicas. Eu acho que isso pressionou muito os Governos de vários países. Mas ainda bem que o Brasil tem demonstrado, junto com o apoio fundamental do Congresso Nacional, a reação necessária para combater esse período tão grave!

O que isso significa em termos de desafios? Primeiro, a preocupação que nós devemos ter no ano de 2020 não é com ajuste fiscal; a preocupação que a gente tem que ter no ano de 2020 é com as pessoas. E é muito claro que, em primeiro lugar, não podem faltar recursos para a saúde. Em qualquer que seja o Município ou o Estado deste País, não podem faltar recursos para a saúde.

Segundo ponto: as pessoas em situação vulnerável precisam ser protegidas. E é isso que o Governo, junto com o Congresso Nacional, fez com a criação do auxílio emergencial e do programa para tentar manter o emprego.

Adicionalmente, em terceiro lugar nesta lista de coisas importantes, é claro, há mecanismos para tentar financiar as empresas, para que elas possam passar por este período tão difícil. E já foi aprovada, foi decidida pelo Governo Federal a postergação de impostos federais. Isso significa que o Governo Federal, nos meses de abril, maio e junho, vai deixar de arrecadar algo um pouco superior a R\$100 bilhões de impostos que eram devidos, e a data de pagamento foi alterada para não pressionar o caixa das empresas.

Adicionalmente, foram criados programas de empréstimos, um dos quais recentemente aprovado no Senado Federal e na Câmara, o Pronampe, que é um programa de empréstimo para a pequena empresa. Já foi aprovado outro para a folha de pagamento, via Banco Central e BNDES, e ainda haverá um terceiro programa que o Governo está discutindo, que é uma capitalização do Fundo Garantidor para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Investimentos (FGI), via BNDES. Então, há uma série de programas que o Governo está montando para ajudar o dinheiro a chegar ao caixa das empresas e para ajudá-las a conviver com este período tão difícil.

O que isso vai ocasionar em termos de riscos e desafios para o Brasil? Primeiro ponto: no ano passado, o déficit do setor público – quando a gente pega todos os Municípios do Brasil, todos os Estados e o Governo Federal –, o quanto o setor público arrecadou e o quanto ele gastou, sem incluir a conta de juros, o déficit do setor público foi de R\$61 bilhões, 0,9% do PIB. Neste ano, a nossa melhor expectativa é a de que esse rombo vai crescer para algo como mais ou menos R\$600 bilhões; isso, mais ou menos, dá algo como 8% do PIB. Eventualmente, isso será ainda maior. Eventualmente, essa conta pode chegar a até R\$700 bilhões e passar de 9% do PIB. Então, é um déficit muito grande. É um déficit muito grande! Logo, qual a consequência disso? Quando o Governo gasta muito mais do que arrecada, a consequência disso é que ele vai ter que pedir emprestado, o que significa que a dívida também vai crescer. Essa dívida, que no ano passado terminou em quase 76% do PIB – tudo o que o setor público deve no Brasil terminou, no ano passado, em 76% do PIB –, neste ano deve alcançar 90% do PIB ou até passar disso. Então, no futuro, nós teremos que conviver com este desafio: como nós iremos pagar a conta que é necessária, os gastos que são necessários e urgentes para este ano.

E qual a melhor forma de pagar essa dívida que será maior? Primeiro, ela não tem que ser paga imediatamente; se paga uma dívida de um governo gradualmente. E parte dessa dívida poderá ser paga com crescimento. O que significa isso? Quando uma economia cresce, automaticamente todas as relações de dívidas sobre PIB, tudo o que o País produz ao longo do ano, melhoram. Então, é muito importante... O que os investidores, as pessoas que vão fazer um investimento no Brasil, por 20, 30 ou 40 anos, querem é a certeza de que o País vai, ao longo do tempo, gradualmente, conseguir pagar a sua dívida, conseguir controlar o crescimento da sua dívida em relação ao tamanho da economia. Por isso que é tão importante crescer.

E, para nós crescermos, nós vamos precisar fazer várias reformas no País. Há consenso para todas as reformas? Claro que não há consenso para todas as reformas que o País precisa fazer, mas isso faz parte do bom e do desejável diálogo político. O importante é que todas as medidas que este País precisa fazer precisam passar por um debate profundo e um debate desejável no Congresso Nacional.

E, diga-se de passagem, o Congresso Nacional já começou parte deste debate. Por exemplo, a gente sabe que o Brasil tem um sistema tributário muito complexo: um sistema tributário que é regressivo; um sistema tributário que é muito complexo, que tem mudanças constantes de regras. E o que uma pessoa paga de imposto no Brasil não depende da sua renda, depende do seu contrato de trabalho; o que uma empresa paga de imposto no Brasil depende do local em que essa empresa está instalada. Então, o Brasil tem uma série de problemas na área tributária, e eu nunca vi, nos últimos 25 anos, um Congresso Nacional tão engajado num debate sobre reforma tributária. É claro que a gente ainda precisa criar o consenso do que poderá ser aprovado numa reforma tributária, mas o Congresso Nacional tem discutido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundamente a reforma tributária. E reforma tributária é muito importante para o País, porque é um dos itens que mais prejudica o crescimento do País. As empresas no Brasil perdem muito tempo entendendo regras tributárias. Nós teremos que fazer um esforço muito grande para chegar a algum consenso, para melhorar o nosso sistema tributário.

Além do sistema tributário, há várias outras medidas que são muito importantes. O Brasil é um país ainda muito carente em infraestrutura. A gente, há décadas, investe menos do que o necessário para manter a nossa infraestrutura. Nós teremos que avançar nos marcos regulatórios adequados para atrair investimento para a infraestrutura.

O Brasil já tem feito muita coisa em melhorar marcos regulatórios. E há um avanço institucional, por exemplo, de Tribunal de Contas da União, de agências reguladoras. Isso tem avançado, mas nós precisamos avançar ainda mais e ter clareza das regras do investimento, porque nós precisaremos de muito dinheiro privado para fazer o investimento de que este País precisa para crescer mais rápido.

O terceiro ponto que é muito importante: a gente precisa melhorar e avaliar muito mais os nossos programas de políticas públicas. O Brasil, este ano, antes da crise, aprovou um orçamento em que a despesa do Governo Federal, sem o pagamento de juros, era de R\$1,480 trilhão – R\$1,480 trilhão! – e o investimento público, algo em torno de R\$45 bilhões. É um espaço muito pequeno para o investimento público. A gente tem que debater se está gastando dinheiro demais em alguns programas que não dão o retorno esperado, para poder criar, ao longo do tempo, o espaço para o investimento público.

É muito importante todo esse debate. E eu acho que a melhor forma de esse debate avançar é melhorando os dados, sendo muito mais transparente e levando todo esse debate para o Congresso.

Recentemente houve uma discussão política muito grande em relação ao aumento de funcionário público, se deveria ou não se exigir que funcionários públicos, ao longo de 18 meses, não tivessem aumento. É claro, respeitando o contraditório, respeitando as visões diferentes – a gente deve respeitar as visões diferentes –, eu acho que isso é um sacrifício eu diria até pequeno em meio a uma crise tão crise, em que mais de 5 milhões de trabalhadores no setor privado estão tendo seus contratos de trabalho suspensos ou salários reduzidos. Então, a gente não ter aumento por um ano e meio não é nada anormal, eu diria até algo necessário. É claro que isso não impede que se criem bônus temporários para alguns trabalhadores que estão se esforçando muito neste período de combate ao coronavírus.

Quais são os riscos para o País, quais são os riscos para o Brasil? Primeiro, o Brasil vai sair deste ano mais endividado, é fato. Se o Brasil fosse um país muito rico, se o Brasil fosse um país como a Alemanha, se o Brasil fosse um país como os Estados Unidos, uma dívida de 90% do PIB não preocupa, não seria preocupante. Por quê? Porque esses países – países como a Alemanha, países como os Estados Unidos e até países como o Japão – conseguem se financiar no longo prazo com juro muito pequeno. Hoje um título de dez anos... Quando os Estados Unidos pedem à sua população ou a qualquer país do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo muito dinheiro emprestado por dez anos, pagam uma taxa de juros de 0,7% ao ano, pagam uma taxa de juros nominal que é inferior à inflação. E as pessoas estão dispostas a comprar um título americano por dez anos recebendo um juro negativo. Isso não acontece no Brasil. Para o Brasil vender um título por dez anos, eu tenho que pagar uma taxa de juro nominal acima de 8%, que é um juro real acima de 4%. As condições de financiamento de uma economia desenvolvida são muito diferentes de uma economia em desenvolvimento, então países como o Brasil não têm o mesmo grau de liberdade para aumentar gastos e aumentar dívida como tem um país desenvolvido, que consegue se financiar no longo prazo com um juro real negativo. Essa é a primeira grande diferença.

A segunda grande diferença com que temos que tomar cuidado é que o Brasil, para o seu nível de desenvolvimento, já tem uma carga tributária muito alta. Não existe tamanho de gasto público certo ou errado, como também não existe tamanho de carga tributária certa ou errada. Isso são escolhas sociais, mas o Brasil, para o seu nível de desenvolvimento, é um país de renda média alta, não é um país rico. Para o nosso nível de desenvolvimento, o Brasil tem uma carga tributária alta. Carga tributária média, na América Latina, é em torno de 22%, 23% do PIB. A carga tributária do Brasil é 33% do PIB. O Brasil é um país caro, de carga tributária muito elevada. E, se a gente quiser depois pagar essa conta gradualmente, fazendo ajuste fiscal gradual, a gente vai ter que continuar essa mesma trajetória de racionalizar o gasto público, tentar controlar o crescimento do gasto público, fazer as reformas necessárias para este País crescer mais e isso ajudar o ajuste fiscal, para não ter que aumentar a carga tributária. O Brasil não tem muito espaço para aumentar a carga tributária, como têm vários outros países. Como eu falei, a média da carga tributária da América Latina é de 23% do PIB; no Brasil, é de 33% do PIB. Outros países da América Latina têm espaço para aumentar a carga tributária. Esse não é o caso do Brasil, que já tem a carga tributária muito alta. O ideal é que a gente recupere a arrecadação com o crescimento, porque, nos últimos cinco, seis anos, o Brasil perdeu muita arrecadação, porque a economia cresceu pouco. Quando a economia começar a crescer mais, se nós fizermos as reformas necessárias, a gente vai recuperar parte dessa arrecadação que se perdeu e que vem do crescimento. Então, tudo isso é muito importante a gente saber.

Nós teremos desafios grandes? Teremos. Por quê? Porque o Brasil será um país emergente com a dívida muito alta, e todos os investidores, todas as pessoas que compram títulos públicos vão perguntar: "Será que esse País vai, ao longo do tempo, ao longo dos próximos dois, três, quatro, cinco, dez anos, fazer as reformas necessárias para crescer? Ou esse País não vai se interessar mais por ajuste fiscal e vai começar a gastar, a gastar – e as contas vão piorar – e vai chegar a uma situação de insolvência?". Então, a gente não pode deixar que haja essa dúvida.

Recentemente, o Brasil passou por isso. Em 2015, em algum momento em 2015, os investidores tinham dúvida se o Brasil ia conseguir fazer o ajuste fiscal, se ia conseguir controlar o crescimento do seu gasto. Para vocês terem uma ideia, essa taxa de juros hoje longa – quando eu pago para vender um título





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dez anos –, que hoje é 8%, essa taxa de juros em 2015 era 16%. Então, era um risco muito sério de descontrole da dívida.

Existem alguns aspectos positivos que estão acontecendo hoje no Brasil graças ao bom debate político, graças ao Congresso Nacional, à nossa democracia, às instituições. Quais são os aspectos positivos que hoje nós temos nessa crise tão séria que não tínhamos nas crises passadas? Um desses aspectos positivos é a queda da inflação. Pela primeira vez a gente tem uma crise muito séria que não está impactando a inflação: ao contrário de a inflação aumentar, a inflação está reduzindo. Então, isso diferencia das crises passadas por que a economia brasileira passou.

Qual é uma segunda diferença fundamental que decorre do bom debate político neste País? – muitas vezes uma polarização excessiva, mas um debate político transparente que nos levou a uma situação hoje muito mais confortável do que 2015 e 2002. São as taxas de juros. O Brasil... Vamos lembrar que nós estamos em um país em que, cinco anos atrás, a taxa de juros de curto prazo, a chamada taxa de juros Selic, estava acima de 14% ao ano. A taxa de juros Selic hoje está em 3% ao ano. Mesmo antes da crise, a taxa Selic já estava abaixo de 5% ao ano. No ano passado, nós observamos neste País algo que seria impensável: as empresas não mais procurando bancos públicos ou privados para pegar empréstimo; empresas médias e grandes indo diretamente ao mercado, lançando títulos, debêntures, títulos privados da empresa para pegar financiamento. Isso era algo impensável na história deste País cinco, seis, sete anos atrás. Nós conseguimos reduzir a taxa de juros – e, ao mesmo tempo, a inflação caiu – mesmo antes da crise. O Brasil estava passando por mudanças fundamentais.

Tudo isso nos possibilitou entrar nessa crise em que, apesar do forte crescimento da dívida, a taxa de juros está muito baixa, e isso, para nós, neste momento, é uma grande vantagem. Por quê? Uma das fragilidades do Brasil é que mais da metade da sua dívida é financiada no curto prazo. O prazo médio do endividamento do Brasil é muito curto, é de apenas quatro anos, e mais da metade da dívida é rolada a cada 12 meses. Qual é o aspecto positivo? Com a taxa de juros tão baixa, eu tenho hoje que praticamente metade da dívida do Brasil será financiada a um juro de 3% ao ano, a um juro nominal de 3% ao ano, que é um juro real muito próximo de zero. Isso não aconteceu em 2015, isso não aconteceu em 2002. Então, apesar da dívida alta, as condições de financiamento, o custo dessa dívida alta ainda é muito pequeno, é muito pequeno frente ao que era em 2015 e ao que era em 2002. Por isso que é tão necessário que a gente saia desta crise de uma forma organizada, com um debate profundo no Congresso Nacional, para que as condições de financiamento do setor público brasileiro não piorem.

Tradicionalmente a gente tem hoje, neste ano também, um problema mais grave nos Estados e Municípios. Estados e Municípios estão perdendo recursos, receitas. Estados e Municípios do Brasil não podem se endividar, eles não podem lançar títulos – isso foi proibido desde o final da década de 90 – e precisam da ajuda do Governo Federal. E, por meio do bom debate político, junto com o Congresso Nacional, com o apoio fundamental do Senado Federal, do Presidente do Senado, Senador Davi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcolumbre, da Câmara dos Deputados, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, o Congresso aprovou, junto com o Governo Federal, uma proposta de socorro de R\$60 bilhões aos Estados e Municípios. Isso foi muito importante? Foi muito importante, porque os Estados e Municípios precisam de algum socorro e não podem se endividar.

Novamente: eu acho que até aqui o Congresso Nacional e o Governo Federal reagiram muito bem à crise. Houve atrasos, há programas que precisam ainda aumentar a sua efetividade, principalmente os programas de expansão do crédito, que precisam ser aprimorados. O Governo está estudando isso. O Brasil se preparou muito bem para a situação de parada súbita, o que a gente chama de *lockdown*, distanciamento social, por três meses. Isso será ou não suficiente? A resposta mais clara para essa pergunta é: não sabemos! Nenhum país do mundo sabe exatamente como será esse processo de saída do que a gente chama de *lockdown*, distanciamento social: a Itália não sabe, a França não sabe, a Espanha não sabe, os Estados Unidos não sabem – todos os países estão testando alternativas e fazendo planejamento. Isso vai exigir uma série de controles, como a massificação dos testes para identificar quais pessoas estão ou não contaminadas, mecanismos de controle para, se eventualmente houver um agravamento da situação, levar a eventuais, enfim, novas restrições de distanciamento social.

Então, a gente está navegando em mar nunca antes navegado; há muita incerteza. Mas, no meio de tanta incerteza, o apelo que eu faço é para a gente intensificar o diálogo político, porque apenas numa democracia, apenas pelo bom debate político, respeitando o contraditório, a gente vai conseguir tomar as medidas adequadas e evitar gastar excessivamente além do necessário para combater os efeitos econômicos e sociais. E, depois desta crise, a gente vai ter que lidar novamente com os grandes gargalos ao crescimento do Brasil.

Novamente: as pessoas não precisam concordar com tudo o que é proposto por um partido A, um partido B, ou mesmo pelo Governo Federal; mas sabemos que no Brasil nós temos um problema de infraestrutura, nós temos um problema de sistema tributário, nós temos regras que mudam constantemente, há uma insegurança jurídica muito grande, nós temos programas sociais em que às vezes o gasto é muito grande para o retorno, há outros programas sociais que são muito bons, como o Bolsa Família, que sempre devem ser aprimorados. Então, a gente vai precisar entrar neste debate muito mais profundo sobre o que fazer, porque o futuro não está dado.

Eu vejo alguns investidores preocupados dizendo o seguinte: "Ah, agora o Brasil vai quebrar; o Brasil não tem jeito". Isso não faz o mínimo sentido. O futuro deste País não está determinado. O futuro deste País depende de todos nós, como sociedade, por meio do Congresso Nacional, com os representantes legítimos de toda a população brasileira; de debater, fazer e aprovar as reformas de que este País precisa.

Dito isso, para terminar, recentemente, numa conversa com as agências de classificação de risco, uma dessas agências de classificação de risco me perguntou: "Secretário, o senhor está preocupado com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tamanho da dívida do Brasil e com o déficit fiscal, o buraco fiscal deste ano?". Eu falei: "Eu não estou preocupado com isso". O que me preocupa é se nós, como sociedade, conseguiremos ou não criar o consenso político para avançar nessas reformas, porque uma dívida de 90% do PIB é muito alta para um país que não cresce; uma dívida de 90% do PIB é muito alta para um país que cresce 5% ao ano; uma dívida de 90% do PIB não será alta para um país que faz reformas e aumenta o seu crescimento potencial para 3%, 4% ao ano. Então, o que será este País daqui a dois, três, quatro, cinco, dez anos depende de nós. Isso não está escrito. Então, eu tenho total confiança e otimismo de que, por meio do bom e necessário debate político, com respeito ao contraditório, nós conseguiremos fazer as reformas de que este País precisa no pós-crise e sair de uma dívida alta, mas uma dívida que é totalmente administrável, uma dívida que as pessoas vão olhar e vão enxergar que, a partir de um determinado ano, começará a cair.

Eu acho que já falei por quase 30 minutos. Vou parar por aqui. E fico aberto para as perguntas dos Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Nós ouvimos o nosso Secretário do Tesouro Nacional, Masueto de Almeida, que está acompanhado, na sala de debates, pelo Adriano Pereira de Paula, Subsecretário de Gestão Fiscal; José Franco de Medeiros, Subsecretário da Dívida Pública; Priscilla Maria Santana, Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais; Pedro Jucá Maciel, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal. São esses os Subsecretários que estão na tela para serem também inquiridos ou, em determinada situação, para o Secretário Mansueto passar-lhes a palavra para responderem alguma pergunta.

Agradeço a presença dos Senadores e Deputados que já estão participando efetivamente. Já temos praticamente 12 inscritos para fazerem perguntas na hora certa.

Neste momento, saúdo o nosso Relator, Francisco Jr., por sua presença honrosa, a quem eu passo a palavra pelo tempo de até dez minutos para seus questionamentos.

Com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas Senadores e Deputados.

Cumprimento o Secretário Masueto e toda a equipe que o está acompanhando, os Subsecretários Adriano, José Franco, Pedro Jucá. Infelizmente, falhou o som na hora, e eu não consegui anotar o nome da Subsecretária, mas seja muito bem-vinda à Comissão.

Secretário Mansueto, a sua apresentação realmente é impressionante. É elogiável a facilidade que o senhor tem de traduzir assuntos tão complexos da economia em uma fala que simplifica muito. Então, parabéns! E só consegue fazer isso quem tem muito domínio da matéria. Então, quero fazer esse elogio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero pedir algo para o senhor já no início: que o senhor transforme tudo isso que o senhor falou em uma apresentação ou em um texto, de alguma forma, para que possa ficar registrado. Acho muito valioso tudo que o senhor disse, mas nós precisamos nós precisamos dessa apresentação dos dados. Eu queria muito que o senhor pudesse fazer isso. Peça a sua equipe para nos preparar essa apresentação, por favor.

Nós sabemos da importância do Tesouro Nacional neste momento que estamos vivendo, da participação em diversas políticas públicas de combate à pandemia, em especial em relação à disponibilização dos recursos financeiros para diversos órgãos. Então, o Tesouro Nacional está lá no centro da operação, de forma muito importante.

E nós sabemos que, até janeiro de 2020, o País discutia sobre a dificuldade de União, Estados e Municípios equilibrarem as suas contas. Isso já preocupava muito o Brasil. Com a crise, essa situação piorou e muito. O senhor fez um raio-X muito benfeito. E muito preocupados nós estamos com o endividamento público, que vai saltar para alguma coisa entre 80% e 100% – o senhor colocou uma margem aí em torno de 90% –, e isso realmente é muito preocupante. Nesse sentido, qual o risco real de as contas públicas da União, Estados e Municípios saírem do controle a partir de 2021? Quais fatores hoje podem levar ao descontrole e a quais fatores temos que estar muito atentos porque podem reduzir esse risco? O senhor falou da importância do Congresso Nacional, e o Congresso tem que estar muito esclarecido sobre isto: o que nós fazemos que pode piorar e o que nós podemos fazer para melhorar, da forma como o senhor já vem colocando.

Sempre é dito que o setor público não pode ter uma dívida pública acima de 90%, 100% do PIB. Num aspecto bem objetivo, o que pode acontecer com a nossa macroeconomia se isso acontecer, se esse cenário se configurar e até piorar – o que nós não queremos?

Emendo perguntando o seguinte: fala-se muito da regra de ouro, e nós temos hoje vários projetos para flexibilizar a regra de ouro. Eu queria que o senhor, com essa capacidade que tem de simplificar a orientação, pudesse nos explicar por que a regra de ouro é tão importante e quais são os riscos, as consequências de não obedecê-la.

Um problema da tese de quem defende o aumento indiscriminado do endividamento público é que o mercado sempre vai comprar os títulos em mercado doméstico nos volumes que o Governo desejar. O senhor concorda com essa tese? O senhor acha que nós temos um limite infinito para comprar a dívida? Se já não conseguimos fazer a consolidação fiscal antes, Secretário, como vamos conseguir fazê-la agora? Quais gastos podem ser cortados e quais receitas podem ser aumentadas? E quais as medidas de consolidação fiscal estão sendo planejadas no Ministério da Economia no período pós-crise sanitária? O que nós estamos planejando, para preparar, nessa situação complexa da consolidação fiscal?

Agora, indo um pouco para a pandemia. O senhor falou sobre investimentos, fez um comparativo dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos. Nós sabemos que, na história, todos esses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos, nos casos de progresso econômico e social a longo prazo, são frutos de uma máquina pública enxuta e regras claras e previsíveis para o setor privado. No entanto, sempre se apresentam algumas soluções desenvolvimentistas em período de depressão econômica. A saída para a economia no Brasil sempre lembrada é investir em obras públicas financiadas com dinheiro público, inclusive tais medidas vêm sendo cogitadas dentro do Governo no Plano Pró-Brasil. Eu gostaria que o senhor comentasse, porque nós sabemos que isso é controverso. Num passado recente no Brasil, essas medidas agravaram a situação fiscal e elevaram a dívida pública. Esse é o caminho? Qual a sua opinião sobre o caminho que o Governo deve seguir? É gastar dinheiro público com obra pública? É por aí mesmo o caminho? Quais são os riscos?

Por fim, nós sabemos que o nível de redução da atividade econômica, em decorrência do isolamento social – e o senhor falou bastante da questão do *lockdown* de três meses – e das medidas para conter a propagação do novo coronavírus, é de dimensão incerta. Nós não sabemos no que vai dar isso.

Como o senhor mesmo disse, tudo é inseguro, tudo é incerto. Os países estão fazendo experiências. O Poder Público, por sua vez, tenta garantir tanto a proteção da saúde da população brasileira quanto a manutenção da atividade econômica e de uma renda mínima ao cidadão.

Gostei muito do início da fala do senhor, quando destacou os três pontos com que nós temos que nos preocupar: a saúde, o emprego e a proteção social, que é fundamental. O senhor está correto.

Então, pergunto: nesse contexto, o auxílio emergencial se configurou como um dos principais componentes de sustentabilidade financeira para milhões de pessoas, 50 milhões hoje, para ser exato. Sobre a previsão para a extensão do auxílio emergencial para além dos três meses, nós estamos preparados para manter além dos três meses? E mais: existe algum plano de manter o ajuste emergencial em definitivo no País, de virar uma política pública de sustentação para os informais, de forma especial, no Brasil, e aqueles que mais precisam da mão do Estado?

No mais, Sr. Secretário, o senhor é conhecido pela sua competência e qualidade. Alegro-me tê-lo nessa posição tão estratégica neste momento. Parabéns pelo trabalho. Nós gostaríamos de contar com as posições do senhor. Caso o senhor não consiga responder tudo no tempo que o Presidente vai dar – porque um problema da nossa Comissão é este: o tempo é curto –, peço ao senhor que, por gentileza, me encaminhe. A resposta, para nós, é muito importante.

Muito obrigado.

Parabéns ao senhor e a toda a equipe.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, nosso Deputado Relator, Francisco Jr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo ao Dr. Mansueto Almeida o tempo de três minutos, com a tolerância de um minuto a mais, para responder às perguntas do nosso Relator.

E explico para o Deputado Francisco Jr. que a fala do nosso Secretário Mansueto está à disposição no nosso serviço de taquigrafia do Senado, na íntegra.

Então, com a palavra o Sr. Mansueto Almeida.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. (Para expor.) – Deputado Francisco Jr., muito obrigado pelas perguntas, muito obrigado pelas considerações. Vou tentar responder. Quanto ao que eu não conseguir, prometo ao senhor que vou preparar uma apresentação com tudo o que falei em PowerPoint. Eu a mandarei para o senhor, e depois me disponibilizo a ter uma reunião com o senhor para fazer novos esclarecimentos.

A dívida é alta? É alta, mas, novamente, o que preocupa, em termos de mercado, não é o tamanho da dívida. A dívida é muito alta. O Brasil já tinha uma dívida alta e vai ficar com uma dívida muito alta. O que preocupa o mercado é a trajetória: é quando o mercado olha para os próximos três, quatro, cinco, dez anos e não consegue enxergar essa dívida caindo em relação ao PIB, em relação ao tamanho da economia. Então, a gente tem que ficar muito preocupado neste ano não é tanto – claro que a gente tem que se preocupar – com o tamanho da dívida, mas muito mais com a trajetória.

Segundo ponto, a regra de ouro. Sobre a regra de ouro, a gente não a está cumprindo. Já desde o ano passado está havendo uma autorização especial do Congresso Nacional. O Governo não conseguirá cumprir a regra de ouro este ano, não conseguirá cumprir em 2021, não conseguirá cumprir em 2022, tampouco em 2023, porque o buraco fiscal ficou muito grande. A regra de ouro é uma regra boa, mas o gasto no Brasil e a perda de receita ficaram tão grandes, o buraco fiscal ficou tão grande que hoje a gente tem que pedir emprestado para pagar despesas correntes essenciais, despesas correntes necessárias. Então, a gente vai ter que lidar, de alguma forma, com a mudança na regra de ouro, porque o Brasil não cumprirá a regra de ouro até o final deste Governo e talvez não a cumpra no início do próximo também.

A questão sobre o mercado sempre comprar título. O mercado nem sempre compra título. A partir de um certo momento, o mercado começa a pedir prêmio. Quanto mais o mercado tiver dúvida dessa trajetória da dívida, ele vai pedir um prêmio. E o mercado está pedindo um prêmio. O mercado já começa a fazer o seguinte: hoje o Governo está vendendo títulos curtos. Por que o Tesouro está financiando, vendendo títulos curtos? A gente não quer vender títulos longos porque a taxa de juros é muito alta e pressupõe-se, enfim, que o Brasil terá um problema lá na frente. Eu não acredito que o Brasil terá um problema. Por isso eu não estou referendando taxas longas. A gente está vendendo títulos curtos, com a taxa baixa, mas o mercado começa a pedir: olha, para eu financiá-lo, eu quero um juro um pouco maior. Então, a gente não consegue determinar totalmente o juro que o Governo financia. Por exemplo, no limite, mesmo que o Banco Central levasse o juro para zero, o Tesouro não conseguiria vender um título a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxa de juro zero. Vender um título a taxa de juro negativa ou juro muito baixo, próximo de zero, é um luxo para poucos países do mundo.

Estados e Municípios estão numa situação grave? Estão. A gente vai ter de ver as medidas. Grande parte do crescimento do gasto este ano é com medidas temporárias.

Mais uma vez, um elogio ao Congresso Nacional, um elogio ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, que criaram a PEC do Orçamento de Guerra, que dá flexibilidade ao Governo para aumentar o gasto temporário, mas não o gasto permanente. Isso nos tem possibilitado já antever que, no próximo ano, vai haver uma redução muito forte no crescimento do gasto. O gasto, este ano, vai crescer acima de R\$300 bilhões – de R\$300 bilhões, não –, vai ser acima de R\$400 bilhões, mas, no ano que vem, o crescimento do gasto vai ser inferior a R\$50 bilhões. Por quê? Isso tirando esses gastos excepcionais, esses gastos que não estavam previstos. Porque toda a flexibilidade deste ano é para gasto temporário. Isso foi muito importante. Então, a gente tem de se preocupar, sim, com o crescimento do gasto, em especial com despesa permanente.

Novamente, a sociedade, por meio do Congresso Nacional, tem todo o direito de decidir em que quer gastar mais, mas as contas têm de ficar muito claras para a gente não ficar com um buraco fiscal crescente, porque, senão, se corre o risco de a gente voltar à situação desagradável que a gente teve na década de 80 neste País, quando o gasto crescia muito, não havia recurso para financiar, e quem fechava a conta era a inflação. Ninguém no Brasil quer que isso volte a acontecer.

Plano Pró-Brasil. Qual é o caminho? O setor público do Brasil não é só o Governo Federal. O Estado e o Município hoje perderam a capacidade de investimento. Como eu falei, a gente está num País em que a carga tributária é de 33% do PIB e todo o investimento do setor público é de 2,5% do PIB. É muito pequeno. É muito pequeno! A gente vai precisar de investimento privado.

E investimento privado vem. Olhem o caso de aeroportos no Brasil. A gente se acostumou no Brasil, por mais de 40 anos, com todos os aeroportos sendo públicos. Os aeroportos passaram a ser concessão, passaram a ir para investimento privado. O serviço piorou? O serviço não piorou; o serviço melhorou. Então, assim, parte do que a gente tinha na nossa cabeça, de que deveria ser investimento público, não é mais.

Várias rodovias, hoje, são concessões, que pagam pedágio. Várias distribuidoras de energia elétrica foram privatizadas. E o serviço melhorou. Aí a gente pode ter um problema: mas o que acontece com as famílias de baixa renda, que não conseguem pagar conta de energia? Para isso, há tarifa social de energia. Famílias de baixa renda, a gente subsidia no mundo todo.

Agora, o investimento hoje, o grande fator de recuperação do Brasil tem que ser o investimento, em especial, privado. Se a gente tiver o marco regulatório adequado, o investimento privado vem. Olhem o caso dos aeroportos. Olhem o caso do telefone: a gente cresceu, na década de 70, 80, acostumado com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato de que telefone teria que ser um bem público, teria que vir de uma empresa pública; hoje, a gente tem várias companhias telefônicas privadas, e todo o mundo tem acesso a um celular. Então, eu acho que a gente tem que melhorar o marco regulatório, melhorar as regras, para atrair investimento privado.

O que eu vejo, no Plano Pró-Brasil, é melhorar o investimento público que já existe, porque há muito investimento público que não termina, há muito investimento público que não é executado e há marcos regulatórios adequados para a atração do investimento privado.

Auxílio emergencial. O auxílio emergencial, embora necessário neste momento, é um programa muito caro. O que a gente tem que tornar permanente são políticas voltadas para as pessoas de baixa renda, como o Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa que tem mais de 15 anos e sempre foi bem avaliado, é um programa que custa R\$30 bilhões por ano, é um programa muito barato. De aprimorar esse tipo de programa a gente tem total condição; aprimorar a saúde pública, a gente deve fazer isso; aprimorar a educação pública, a gente deve fazer isso.

Agora, a solução para a informalidade não é pegar 38 milhões, 40 milhões de pessoas e colocar em um programa de transferência de renda. Na solução para a informalidade, o que a gente tem que perguntar é: por que o Brasil tem uma economia informal tão grande? E temos que combater o que leva ao aumento da informalidade: às vezes, é a carga tributária; às vezes, é um sistema tributário complexo, o dono de uma mercearia, o dono de uma oficina pequena que não consegue nem preencher o papel para pagar imposto; às vezes, é falta de treinamento para aquele trabalhador que tem baixa escolaridade e não consegue um emprego na economia formal.

Então, a gente tem que lidar com a economia informal de uma forma correta, procurar saber e conhecer o que leva a uma informalidade tão grande no Brasil, como nos outros países emergentes, e não transformar todo mundo num programa de transferência de renda.

A gente vai ter muito debate pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Caso tenha ficado alguma das perguntas do Deputado Francisco sem resposta, o senhor, por gentileza, faça chegar a ele uma audiência para esclarecer esses itens, porque ele é o Relator e precisa dessas informações.

O nosso pessoal do Senado tem reclamado que eu não tenho colocado nenhuma pergunta dos internautas. Falaram: "Faça pelo menos uma, deixe registrada". Então, eu, por acaso, tenho aqui, em minhas mãos, as de três mulheres. Não precisa responder de imediato. Eu vou pedir ao senhor, Dr. Mansueto, para anotar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma seria da Tania Duarte, de São Paulo. Ela pergunta se deveria ser liberada a previdência privada como garantia de operações de crédito. Há um projeto de lei do ano passado; porém, em análise ainda no Congresso. É a pergunta da Tania Duarte.

Jessica Araujo, também de São Paulo: "O Tesouro Nacional emitirá novos títulos públicos a fim de captar recursos para o combate ao coronavírus?". Essa é a Jessica Araujo, de São Paulo.

Mais uma pergunta de São Paulo, de Jaqueline Nascimento – só mulheres, está vendo? –: "Além desses auxílios já feitos, quais outras medidas foram tomadas ou poderão ser tomadas?". Esta é a pergunta de Jaqueline. O senhor responde posteriormente.

Com a palavra, neste momento, a Senadora Eliziane Gama, do Estado do Maranhão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, quero cumprimentar o Francisco Jr. e, em nome dos senhores, quero cumprimentar todos os Parlamentares.

Antes, Presidente, eu queria aqui fazer um registro. Nós tivemos a edição agora da Medida Provisória 966, e estou apresentando, inclusive, uma questão de ordem ao Presidente da Casa para a devolução dessa medida provisória, porque ela vai na contramão da proposta desta Comissão. Ela cria um excludente de ilicitude para atos, erros ou atos ilícitos que forem cometidos agora durante a pandemia. E nós temos uma Comissão exatamente para impedir que situações como essas, de fato, venham a acontecer. Então, quero deixar aqui o registro que estaremos pedindo a devolução dessa medida provisória.

Secretário Mansueto, eu quero cumprimentá-lo e dizer que é uma satisfação estar aqui com o senhor, que tem seu nome imortalizado numa ação simbólica, que tem uma simbologia importante neste momento, que é a ajuda a Estados e Municípios através do Plano Mansueto.

Ouvindo-o aqui, a gente percebe uma sensibilidade social grande no senhor, muito embora seja um técnico e tenha uma visão muito específica em relação a esse controle fiscal, a esses controles dos gastos públicos.

Nós temos hoje, no Brasil, 13 mil mortos, mais de 13 mil mortos, e os dados da Secretaria do Tesouro Nacional mostram o volume da ordem de R\$600 bilhões. Isso representa algo em torno de 8% do PIB. Mas, até o presente momento, os dados apontam que apenas R\$64 bilhões chegaram ao seu destino final, demonstrando claramente algumas dificuldades de execução, de se chegar esse recurso à sua finalidade. Por exemplo, nós temos aí alguns dados que foram apresentados, inclusive pela imprensa, de que já há uma possibilidade de insuficiência de cédulas para se pagar a segunda parcela da ajuda emergencial, e nós temos um percentual muito grande da população brasileira que não tem conta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancária. Estamos atrás, inclusive, da China e da Índia. Algumas dificuldades que estão presentes agora neste momento.

Eu queria fazer algumas perguntas ao senhor em cima desses dados de forma muito específica. Quando o senhor diz, por exemplo, que não é possível se terem dados permanentes por conta da dificuldade que o nosso Brasil tem, eu pergunto: é possível termos, pelo menos, mais outras parcelas além das três que foram estabelecidas, dois ou três meses a mais, mais parcelas da ajuda emergencial, portanto, aumentando um pouco mais esse gasto?

Temos ainda, Secretário, a lei que ampliou as categorias, mas até hoje – que é o prazo final – o Presidente não sancionou. Eu pergunto ao senhor: é possível termos essa ampliação de categorias? O Governo precisa sancionar hoje, senão o Congresso terá que promulgar. A importância disso... Porque nós temos para 50 milhões de brasileiros, mas os dados apontam que seriam necessários para 90 milhões de brasileiros, que deveriam hoje ter acesso a esses programas.

A outra pergunta: vai faltar moeda em circulação para a segunda etapa, para a segunda parcela, que começa agora nos próximos dias, da ajuda emergencial?

E, por fim, eu tenho um projeto que está em tramitação no Congresso Nacional que trata da taxação de grandes fortunas. Eu queria saber da sua opinião, se é importante essa iniciativa de taxar hoje grandes fortunas.

Como ainda tenho tempo, vou fazer mais uma pergunta final. O Governo tem um programa de privatização, mas esse programa não conseguiu caminhar. Diante de tudo que nós estamos vivendo do aumento do gasto público, da necessidade de parar essa pandemia, não há também uma necessidade de se repensar a estratégia do Governo para nossa economia, para que nós possamos, de fato, ter uma que, se correta, coloque o Brasil nos trilhos?

Eram esses os meus questionamentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Boas perguntas.

Vamos fazer blocos de três. Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu tentei agora participar de duas reuniões ao mesmo tempo e não foi muito bom. Eu estava agora com o Banco Central, falando do projeto de hoje, que eu acho que é um retrocesso. Se aprovarmos essa medida hoje de taxamento de tudo, voltamos ao Plano Cruzado. O Mansueto está aí, sabe. Acho que ele é muito novo, não sei se participou do Plano Real, mas a gente que é mais experiente... Eu participei de inflação de 82% ao mês ainda no Governo Sarney. Então, isso me preocupou muito. Estou preocupado com essa ação hoje à tarde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer umas perguntas rapidamente – a Eliziane já falou. Tendo em vista que deverá prorrogar um pouco mais essa questão do corona, o Tesouro está considerando estender um pouquinho mais o auxílio emergencial, se for necessário? Como é que está isso? Outra questão: há alguma perspectiva de aumentar alguma coisa de tributo ou não, em termos de outro tipo de tributo, de aumentar alíquota, essas coisas? Há alguma previsão do Governo de fazer alguma coisa nesse sentido? E também, tendo em vista a situação fiscal do Governo, até quando o Governo Federal conseguirá manter políticas públicas para mitigar os efeitos do Covid sem comprometer a sustentabilidade da dívida pública?

Eram essas as considerações que eu queria fazer, muito preocupado com a votação hoje à tarde. Estou com medo. Só a gente sabe o quanto foi importante o Plano Real para o País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Continuando, eu passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Motta, do PL, do Estado de São Paulo. V. Exa. pode usar a palavra, Deputado. *(Pausa.)*

O senhor está sem o som, Deputado Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Alô?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom agora. Está ótimo. Pode continuar.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Vou cumprimentar o Sr. Presidente, o Senador Confúcio, e cumprimentar o Relator, o Deputado Francisco Jr., como também, em especial, um cumprimento ao Dr. Mansueto, Secretário do Tesouro Nacional, que quero parabenizar pela belíssima apresentação, em que muitas dúvidas já foram retiradas.

Eu quero fazer alguns questionamentos, algumas dúvidas – algumas até o nosso Relator já comentou também.

Primeira. Os efeitos da pandemia devem durar ainda por muito tempo, e o retorno à normalidade deverá ser lento e gradual, como apontam alguns especialistas. A minha pergunta: a dívida pública deve aumentar bastante? E como o Governo pretende trabalhar a dicotomia entre a necessidade do ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, o atendimento à sociedade com políticas públicas que atendam os mais vulneráveis?

Outro questionamento: quais são os planos do Governo para contemplar os setores econômicos atingidos pela crise desta pandemia, como o comércio, a fim de socorrer principalmente as pequenas e médias empresas e, logicamente, estimular a geração de empregos? O senhor comentou sobre isso, mas eu gostaria que o senhor frisasse mais detalhadamente essa questão.

Outra questão: efetivamente, quanto o Tesouro já repassou para essas medidas emergenciais? E é possível o senhor dizer quantas pessoas e quantas empresas já foram beneficiadas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão – e o senhor já falou muito bem disto –: hoje quais são os impactos do novo coronavírus nas projeções econômicas do Brasil e quais são os tipos de incentivos que podem ser considerados no pós-pandemia?

Essas são as minhas considerações.

Quero parabenizar o Dr. Mansueto pela apresentação e também agradecer o Presidente Confúcio e, logicamente, o Dr. Mansueto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Motta.

Secretário Mansueto, V. Exa. faça o seguinte: três Parlamentares fizeram os questionamentos, e eu gostaria que o senhor respondesse também às – vou falar três meninas – três meninas de São Paulo, Tania, Jessica e Jaqueline, considerando como se fossem quatro. Então, eu daria para o senhor os seis minutos, mas vou estender para sete minutos para responder aos internautas que são as moças de São Paulo. Muito obrigado.

O senhor está com a palavra.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. (Para expor.) – O.k., Senador Confúcio, obrigado.

Respondendo às três moças de São Paulo: a Tania perguntou sobre o uso da previdência privada como garantia de empréstimo. Tania, eu não conheço o projeto, mas acho que tem que se ter muito cuidado porque a previdência é um direito que a pessoa tem e que é necessário para se manter. Se você, eventualmente, dá uma parcela muito grande da sua previdência como garantia de uma operação de empréstimo e depois perde aquilo, se for sua única fonte de renda, pode ter problema. Eu teria que conhecer melhor o projeto para dar uma opinião. Vou dar uma olhada nesse projeto.

A Jessica perguntou se novos títulos públicos serão vendidos. Toda semana, o Governo, o Tesouro Nacional vende títulos públicos. A gente tem captado, por semana, mais ou menos R\$10 bilhões. A gente está pedindo emprestado todas as semanas R\$10 bilhões. A gente vai precisar pedir emprestado muito mais, porque há um colchão... O Governo está sacando da conta que ele tem, mas essa conta, com o passar do tempo, vai secar. A partir de um momento, se hoje eu estou pedindo ao mercado R\$10 bilhões por semana, eu vou ter que praticamente duplicar esse valor. Então, o Governo já está pedindo emprestado, está vendendo títulos públicos novos todas as semanas.

E a Jaqueline perguntou quais são as novas medidas. Parte das medidas ainda não foram implementadas. Há medidas na área de crédito, como, por exemplo, já foi aprovado no Senado e na Câmara um programa de crédito especial para pequena e média empresa que se chama Pronampe, em que 85% do risco é do Tesouro, com juros baratos, um juro anual que será inferior a 5%. Esse programa vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser implementado agora. Ainda há outro programa que está em estudo em medidas adicionais para ativar o mercado de crédito via BNDES. Então, o Governo está estudando, sim, outras medidas.

Da Senadora Eliziane: por que a diferença entre o que foi aprovado e o que foi pago? Porque parte das medidas, de fato, por exemplo, o auxílio emergencial é um auxílio por três meses. Então, ele tem um primeiro pagamento em abril, depois em maio e depois em junho. A gente coloca no monitoramento das medidas todo o auxílio emergencial; o crédito é aprovado, mas o desembolso é gradual. Para algumas medidas que já foram aprovadas, o desembolso tem sido pequeno, como, por exemplo, a linha de empréstimos para empresas pegarem e pagarem a sua folha de pessoal, que é aquele programa que se chama Fopag. É um programa de R\$34 bilhões de dinheiro público e R\$6 bilhões de dinheiro privado, um programa de R\$40 bilhões. A execução desse programa tem sido muito baixa, por quê? Porque a empresa que pega o dinheiro para pagar folha de salário não pode colocar nenhum trabalhador para fora. As empresas estão reclamando disso e não estão querendo pegar a linha de empréstimo, apesar de ser a linha de empréstimo mais barata do Brasil: são 3,75% ao ano. Mas as empresas não querem porque estão inseguras no sentido de se precisarão ou não colocar o trabalhador para fora. E havia um problema que o Congresso consertou, que a gente colocou na Constituição, que, se uma empresa tivesse déficit previdenciário e não tivesse o certificado negativo de débito, ela não poderia contratar um empréstimo com dinheiro público. Então, no mês de abril, várias empresas, até a aprovação do orçamento de guerra, da PEC do orçamento de guerra, não se qualificavam para pegar o empréstimo. Isso agora caiu, e a gente espera que, neste mês, o programa seja um pouco melhor, mas vai sobrar dinheiro.

Falta o projeto de grandes fortunas. Esse é um debate muito bom, Senadora. O que, novamente, muito países no mundo fazem é que eles têm um imposto sobre herança muito alto. Algumas pessoas na sociedade querem trabalhar mais e ficar ricas; outras não querem isso – e são desejos legítimos. O imposto sobre fortunas alguns economistas acham que reduz incentivo para a pessoa que quer trabalhar mais e ganhar mais dinheiro, mas imposto sobre herança, não. O imposto sobre herança no Brasil é baixo quando se compara com o resto do mundo. Vários países desenvolvidos têm imposto sobre herança muito alto. No Brasil, o imposto sobre herança, em geral, é um imposto estadual e só vai até 8%. Então, eu preferiria, antes de falar em imposto sobre fortuna – aqui a minha preferência pessoal, não é de Governo –, discutir imposto sobre herança e também mecanismo de imposto de renda.

Como eu falei, no Brasil, o que se paga de imposto de renda depende do contrato de trabalho. Se você é um profissional liberal, com lucro presumido, e não tem nenhum empregado, você se qualifica como empresa, sua carga tributária é de 15% de sua renda. Se você é um profissional contratado pela CLT e ganha R\$10 mil, R\$15 mil por mês, sua carga tributária é mais do que o dobro. Então, no Brasil, o que se paga de imposto de renda não depende da renda, depende do contrato de trabalho. Eu acho que esse tipo de debate é o que a gente deveria ter, porque, de fato, a gente tem mecanismos, a gente precisa se preocupar com a progressividade do nosso sistema tributário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à privatização, eu acho que há áreas em que a gente tem que avançar na privatização. Avançou-se em aeroportos, avançou-se em algumas outras áreas, distribuição de energia elétrica, transmissão de energia elétrica. Eu acho que esse debate de privatização agora vai, naturalmente, passar por um processo de desaceleração este ano porque o mercado está muito ruim, o mercado não quer fazer nenhuma grande aposta, não quer fazer nenhum grande investimento. Mas a agenda de privatização é totalmente conciliável com a agenda de melhoria dos investimentos públicos, eu não vejo isso como contraditório.

Há rodovias que devem ser rodovias públicas, você não pode cobrar pedágio porque têm um retorno social muito grande. Há rodovias que são usadas muito mais por caminhões, para atividades produtivas, que são rodovias mais passíveis de concessão. Então eu acho que esse debate deve ser feito de forma muito aberta, sem colocar ideologias, e ver o que é possível e o que não é possível por meio do bom debate transparente com o Congresso Nacional.

Em relação ao Plano Mansueto – agradeço a menção –, mas o auxílio emergencial que foi aprovado decorreu muito mais da boa vontade política do Congresso Nacional e do Governo Federal. E o Congresso Nacional, o Senado teve um papel importantíssimo, como também a Câmara dos Deputados, porque o critério de repartição foi decidido pelos congressistas, que são representantes legítimos da sociedade. Alguém pode gostar ou discordar, mas o critério de repartição foi definido por meio do bom debate político. O plano original, que tinha o meu nome, era um plano de ajuste fiscal gradual que envolve a possibilidade de o Estado pegar recursos para investimentos. Esse plano não morreu, o Deputado Pedro Paulo colocou em uma nova lei, o Projeto de Lei Complementar 101/2020, e no momento adequado a gente vai voltar a discutir. Novamente, eu acho que a questão emergencial foi tratada agora. O outro plano, que é uma coisa mais estrutural, ajuste fiscal, a gente pode discutir num segundo momento, depois que passar essa emergência.

O Senador Izalci Lucas e a Senadora Eliziane perguntaram da extensão de medidas emergenciais. O Brasil se preparou para combater tudo isso por três meses. Se em três meses a gente estiver numa situação, o que é possível, ninguém sabe, mas se estiver numa situação de estender o *lockdown*, a gente vai ter que sentar com o Congresso e ver o que é possível fazer. Eu acho que a gente vai ter que melhorar um pouco esse auxílio emergencial, porque no mês passado o Bolsa Família caiu, foi a primeira vez na história do Bolsa Família que ele caiu. O pagamento do Bolsa Família, que era de R\$2,5 bilhões, R\$2,7 bilhões por mês, no mês passado foi de R\$115 milhões. Praticamente 90% do público do Bolsa Família saiu do Bolsa Família e foi para o auxílio emergencial. Então, talvez, o correto, se a gente tiver que renovar algum programa, seja focar em melhorias no Bolsa Família e ver como é que está a atividade econômica. Nós teremos que sentar com o Congresso até final de junho para ver o que fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aumento de tributos está totalmente fora de cogitação. Em meio a uma crise tão grave ninguém pode aumentar tributo. Seria um gesto de desespero e seria infrutífero, porque ninguém teria condições de pagar, nem as pessoas físicas nem as empresas. Então esse debate está totalmente fora de cogitação hoje.

Até quando vamos manter os programas? É isso: a gente vai ter que esperar, vai ter que olhar dados, sentar com o Congresso e ter uma discussão madura.

Será necessário não prorrogar alguns programas? Quais e em qual montante? Porque, a partir de um certo momento, como os senhores falaram, o crescimento da dívida começa a preocupar. O Deputado Luiz Carlos falou da questão novamente de como conciliar as medidas necessárias para reativar a economia, proteger os vulneráveis com o crescimento da dívida pública. É isso, por enquanto, isso está tudo na conta, a gente está conciliando. A partir de um certo momento, nós teremos que ser muito mais seletivos. Ninguém espera... Nenhum país do mundo ficou com um *lockdown* por quatro, cinco, seis meses. Então, eu espero que o Brasil também não tenha que ficar com um período tão longo de *lockdown*, mas a gente vai ter que esperar, ver e fazer esse cálculo com muito cuidado.

Quais são os planos do Governo para a pequena e média empresa reativar o comércio? O Pronamp é um desses programas. O Pronamp é aquele programa em que o Tesouro vai dar R\$15 bilhões para esse fundo, via Banco do Brasil e outros bancos, que vão emprestar para a pequena e média empresa até R\$3 milhões, se eu não me engano, e a uma taxa de juros barata. Então, esse programa vai ser muito interessante.

Aí, o senhor pode até perguntar: "Olha, e se não funcionar?". Se não funcionar, a gente vai ter que sentar com o Congresso e ver algo adicional, mas, pelo menos, esse programa começa na próxima semana.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dr. Mansueto, o senhor estava ainda respondendo ao Deputado Luiz Carlos Motta, mas eu vou passar a palavra para os três próximos, e o senhor, a seguir, responde ao Deputado Luiz Carlos Motta junto com as perguntas que virão.

Eu passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, PT, Sergipe. *(Pausa.)*

Está presente? *(Pausa.)*

Ele saiu da sala. Depois, quando ele voltar, eu passo a palavra.

Passo a palavra, para os seus questionamentos, ao Deputado João Campos, PSB, Estado de Pernambuco.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Secretário Mansueto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Secretário, imagino a pressão que deve estar sendo exercer a sua função neste contexto difícil em que estamos vivendo. Nós sabemos que a missão de manter as contas públicas equilibradas entra em choque com a necessidade imediata de fazer de tudo para garantir o mínimo de mortes e sofrimento para o povo brasileiro. O povo mais pobre se vê entre o risco de adoecer e o risco de passar fome, e eu sinto que a gente não pode se dar ao luxo de defender uma política econômica dogmática.

Achei curioso, inclusive, a flexibilidade de Guedes em sua fala, aqui na Comissão; vamos ver se ela se concretiza. Para quem, no início da pandemia, defendia que a solução era insistir na agenda de reformas, é um bom sinal admitir a possibilidade de usar todos os instrumentos econômicos, inclusive imprimir dinheiro, para combater a pandemia e os efeitos econômicos do isolamento social, que é absolutamente necessário neste momento, mas me preocupa o que vem pela frente. Vamos terminar este ano com um número recorde de desempregados que alguns economistas estimam em quase 30% da população economicamente ativa; falência de milhares de pequenas e médias empresas; e Estados e Municípios em crise fiscal extrema. Nós temos que começar a pensar em planejar o pós-pandemia desde já, para que o próximo ano seja o início de uma retomada.

E eu gostaria muito de ouvir a sua opinião sincera sobre esse ponto: o que fazer para retomar uma trajetória de desenvolvimento e inclusão social. Na preparação para esta reunião, aliás, achei interessante descobrir, Sr. Secretário, sua produção acadêmica de mais de dez anos sobre políticas de fomento à inovação e política industrial. Eu acho que é o momento de resgatar essas preocupações com uma política de desenvolvimento para o Brasil e de sustentar uma política de investimentos estratégicos em infraestrutura. Nós precisamos resgatar o verdadeiro papel do BNDES e da Finep. Mais importante ainda: é hora de garantir a continuidade do auxílio emergencial, na forma de uma renda básica de cidadania. Eu tenho certeza de que não vai acontecer qualquer retomada com uma política fiscal excessivamente rígida.

Então, Sr. Secretário, de maneira mais objetiva e para concluir agora, nós vamos ter um ciclo de investimentos públicos estratégicos no pós-pandemia? A gente vai ter uma nova política industrial e de estímulo à ciência, tecnologia e inovação? E, por fim, será que não é hora de flexibilizar a regra do teto de gastos? A regra do teto é um dogma inquestionável? Eu espero que não, eu espero que tenhamos a capacidade de nos adaptar às circunstâncias e focar no que mais importa, que é o bem-estar da população e o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado João Campos.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso. (*Pausa.*)

Vanderlan não está presente.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Eu quero saudar o nosso Presidente Confúcio; também o Mansueto, Secretário do Tesouro Nacional, com toda a sua equipe que deve estar na retaguarda; e todos os nossos Parlamentares, todos os Deputados e Senadores da nossa Comissão.

Como todos já sabem – e V. Sa. colocou –, a carga tributária no Brasil já é muito alta e nós temos que fazer uma reforma tributária para simplificar este País. É claro que nós estamos num momento da Covid, a pandemia; a prioridade hoje é salvar vidas, é cuidar principalmente de equipar os nossos hospitais, facilitar a legislação, como já foi colocado aqui, para garantir principalmente que os desempregados, bem como aqueles que estavam na economia informal, possam ter a ajuda dos R\$600 e de outros programas sociais do Governo.

Também a nossa preocupação – claro, de todos – é a questão de salvar as empresas brasileiras, e, nesse aspecto, eu gostaria aqui, Secretário, de fazer uma pergunta básica: como a secretaria, como o Ministério da Economia...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É sua conexão, Senador Wellington Fagundes. É sua internet, Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Travou. Eu vou passar adiante.

Já, já, o senhor arruma a sua internet e a gente retorna a V. Exa.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Meu querido Presidente, Senador Confúcio, eu queria cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Francisco Jr.; a Senadora Eliziane Gama, a nossa Vice-Presidente, querida amiga.

Queria cumprimentar o Dr. Mansueto e dizer, Mansueto, que estou gostando muito do que estou ouvindo, as suas palavras seguras têm tratado diretamente do ponto nevrálgico que a gente vem vivendo neste momento. Eu ouvi atentamente os Parlamentares que me antecederam.

Queria dizer que a gente vai ter que tratar muito seriamente pós-pandemia a questão da informalidade, como você falou na sua apresentação. Eu acho que essa mistura do programa social, do Bolsa Família, com a renda emergencial, com esses mais de 20 milhões de brasileiros que apareceram, que não estavam na conta no Governo na questão da informalidade, vai ser uma das nossas maiores dificuldades que teremos de enfrentar no pós-pandemia, como também a questão do crédito – do micro e do macrocrédito –, para que as pequenas, as médias, as empresas voltem a gerar emprego, voltem a retomar a força e a pujança do nosso Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria também depois – já finalizando os meus questionamentos – que o senhor tratasse um pouco mais a fundo da questão da dívida pública. Como vai ficar a questão da dívida pública no pós-pandemia?

Obrigado, Presidente. Saudações aqui do nosso Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Cacá Leão.

Dois ausentes para a fala estão tendo concomitância de outras reuniões.

O Senador Wellington voltou? (*Pausa.*)

Então, Wellington, pode, por favor... Retorno a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Eu quero pedir desculpa, mas é por questão da tecnologia, pois caiu a nossa linha, não é?

Então, eu quero concluir, Secretário Mansueto, exatamente essa questão do programa Finisa, que é um grande programa de investimento para Estados e Municípios. O que se tomou até agora foram praticamente aqueles recursos com a garantia do FPM, principalmente para o Município. Mas nós temos limite a ser aprovado. Estava já na pauta do Conselho Monetário Nacional e parece-me que a secretaria resolveu tirar da pauta em função dessas votações. Eu gostaria de saber de V. Sa. como está a previsão de incluir novo limite para o Finisa, com endividamento do FPM.

Mas também, quanto a essa questão do endividamento através da garantia da União, gostaria de saber se, neste momento, a Secretaria do Tesouro Nacional terá possibilidade – para aqueles Municípios e Estados que têm capacidade de endividamento, em que os projetos já estão aprovados – de aprová-los de forma mais rápida; ou seja, aqueles projetos que estão aprovados com endividamento do FPM, principalmente FPM, se poderão ser reanalisados pela Secretaria do Tesouro Nacional e aprovados de uma forma mais célere, porque neste momento a retomada do emprego, a geração de emprego e esses investimentos naqueles Municípios e Estados que têm capacidade de endividamento são extremamente importantes.

Eu gostaria ainda, para encerrar – não sei quanto tempo tenho –, mas se V. Exa. se sentir à vontade de dizer... Porque nós ouvimos da imprensa ontem que o Ministro da Economia está já falando na possibilidade, inclusive, de demitir, se for dividido o Ministério da Economia em dois ministérios. Essa dificuldade política está sendo muito complicada para que vocês possam fazer um planejamento ideal da retomada econômica do País?

Eu quero parabenizá-lo principalmente pela sua tranquilidade – V. Exa. esteve no Congresso várias vezes discutindo conosco, principalmente essa questão da reforma tributária. E, claro, eu tenho certeza de que essa será a reforma que precisaremos fazer, em função do momento que o País vai ter após a pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também se V. Sa. pode fazer algum comentário em relação às eleições municipais deste ano, porque a previsão é gastar R\$2 bilhões com fundo eleitoral e mais R\$4 bilhões de recursos com a Justiça Eleitoral. Serão R\$6 bilhões, e isso também pode impactar muito na questão do caixa do Governo, na questão dos investimentos necessários. O que representam R\$6 bilhões neste momento? – se a prioridade é salvar vidas e principalmente investir naqueles que mais precisam.

É isso, Sr. Presidente Confúcio. Agradeço muito o tempo novamente permitido por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Sr. Secretário Mansueto, esse bloco foi mais longo, foi de quatro, porque houve o problema técnico com o Senador Wellington Fagundes. Então, V. Exa. tem sete minutos para responder aos quatros Parlamentares que fizeram perguntas.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado pelas perguntas.

Houve um ponto nas perguntas anteriores que eu me esqueci de responder, o da Senadora Eliziane, que era a questão de falta de dinheiro.

Senadora, não vai faltar dinheiro. O que está acontecendo no Brasil, que é imprevisível, é que muitas pessoas estão recebendo o benefício, e o dinheiro, o papel-moeda não está voltando para a economia. Isso nunca aconteceu. Por algum motivo, as pessoas que estão recebendo o dinheiro o estão colocando no bolso ou em casa. Então, começou a haver uma deficiência de papel-moeda em circulação, mas o Banco Central vai jogar mais papel-moeda no mercado, vai contratar a fabricação de mais papel-moeda. Então, não vai faltar dinheiro nesse sentido. O que está acontecendo é que muitas pessoas sacam o dinheiro – talvez sejam pessoas de baixa renda que não estão acostumadas a trabalhar com banco –, pegam o dinheiro e o colocam em casa. Então, o dinheiro que está sendo pago, que, em geral, volta para a economia, não está voltando.

O Deputado João Campos falou da questão da pressão difícil. É uma pressão difícil, mas, novamente, o Congresso Nacional nos deu um comando muito claro, que é: "O que for preciso para combater a crise neste ano façam. Aumentem o gasto". Mas esse gasto é para despesa temporária, não para despesa permanente. Então, dá para conciliar, sabendo que a gente vai ter, é claro, um déficit fiscal, um buraco fiscal muito maior do que o que era esperado e uma dívida também muito maior. Mas, depois da crise, a gente vai ter que ver como vai lidar com isso.

O que vem após a pandemia? Nós vamos ter que decidir qual é o País que nós queremos pós-pandemia: é um País que vai melhorar seu sistema tributário, que vai incentivar, como o senhor falou, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inovação, que vai melhorar a qualidade da educação pública? Qual País nós queremos? Nós, como sociedade, por meio do Congresso Nacional, teremos que decidir as políticas. O Brasil é um País que tem uma rede de assistência social muito ampla. A gente precisa melhorar muito as políticas que já existem. Eu acho que esse é o debate que nós deveremos ter nos próximos dois, três, quatro meses.

Sobre inovação e política industrial, o Brasil tem mecanismos de inovação e política industrial. A política industrial no Brasil não acabou. Toda a política de fomento à inovação é uma espécie de política industrial. No mundo todo, mesmo nos Estados Unidos, política de inovação é subsidiada, como o é no Brasil. No Estado de Pernambuco, que é o do senhor, há um exemplo muito bom, que é o Porto Digital. O Porto Digital foi constituído com recursos de privatização. Assim foi constituído o Porto Digital.

Inovação tem, sim, de ser subsidiada. Existem programas do Ministério da Ciência e Tecnologia, bolsas de pesquisa. Isso precisa ser incentivado, isso não é incompatível. O que eu não gosto é da política industrial de escolha de campeões: o Governo eleger uma empresa privada que não precisa do apoio do setor público e se tornar sócio daquela empresa. A gente viu que isso não funciona. Mas política de subsídio à inovação é necessária. Eu apoio, sim. E nós temos instrumentos, via Finep, via BNDES, via bolsas do CNPq de pesquisa, via Ministério da Ciência e Tecnologia, para fazer isso, que eu acho que é essencial.

O Senador Wellington Fagundes mostrou uma preocupação com o Finisa e com o ritual de aprovação de empréstimo com garantia da União.

Senador, um Parlamentar, seja do Senado, seja da Câmara, não pode ter nenhuma dúvida em relação a esses temas. Então, eu me proponho a marcar uma reunião com o senhor e com a minha equipe para explicar exatamente como está tudo isso em detalhe.

Para o crédito pelo Finisa, que é aquele crédito que Estados e Municípios pegam normalmente com a Caixa Econômica Federal, sem garantia da União, a gente tem uma proposta, sim, de ampliar o limite, justamente porque os Municípios, vários Municípios precisam desse dinheiro e querem contratar o dinheiro. Isso deveria ter entrado no Conselho Monetário Nacional e não entrou – vou perguntar o porquê –, mas a nossa proposta e do Ministro da Economia é, sim, que haja um aumento do limite do empréstimo do Finisa. Então, acho que isso vai voltar, sim.

Em relação aos empréstimos com garantia da União, o que aconteceu foi que muitos Estados que tinham nota boa entraram na Justiça, no STF, e falaram: "Olha, estou em grave situação fiscal por causa da pandemia". E o que a gente está fazendo? Estamos mandando uma correspondência para os Estados, falando o seguinte: "A gente já sabe que você está em situação grave hoje. Mas, no futuro, como estão as contas?". Isso é feito para a gente poder liberar os empréstimos com garantia da União.

Deputado Cacá Leão, em relação à dívida pública, novamente a dívida pública está muito alta. A gente vai sair deste ano com a dívida pública na casa de 90% do PIB. Isso é alto para um país como o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. A média de endividamento dos países emergentes está em torno de 50% do PIB, ou seja, a gente vai ter uma dívida que é quase o dobro da dívida dos países emergentes. Para lidar com esse problema, a gente vai ter de continuar com o ajuste fiscal.

Quando se fala em ajuste fiscal, não é fazer ajuste fiscal em um ano, dois anos, três anos. Diferente de uma família, um governo faz ajuste fiscal gradualmente. Mas a gente vai ter de fazer o debate, porque a gente vai ter de sinalizar pelo menos que, a partir de dois, três ou quatro anos, a dívida vai começar a cair. Novamente, é tudo muito gradual. A gente não pode perder o controle dessa situação, porque hoje nós pagamos juros muito baixos. Se a gente chegar a um momento em que o mercado tenha dúvidas da capacidade do Governo de honrar sua dívida, essas taxas de juros vão subir muito rápido. E taxas de juros mais altas significam a gente pagar dinheiro que poderia ser economizado para ser fonte de financiamento para outras coisas. Então, a gente vai ter de ter cuidado.

Novamente, eu não me preocupo muito com o fato de a dívida terminar o ano em 85%, 90% do PIB ou em até um pouco mais. O que me preocupa é: nós conseguiremos, como sociedade, por meio de um debate político transparente e profundo, respeitando o contraditório, tomar decisões que sinalizem que, a partir de certo momento, essa dívida pública vai entrar em uma trajetória de queda?

Eu vou fazer vários cenários de dívida pública e mandar para o senhor. E vou marcar uma discussão, para a gente ver quais são os grandes desafios se o PIB crescer 1%, 2%, 3% ou 4%, se a taxa de juros subir um ponto percentual, se o déficit piorar, para a gente ter todos esses cenários de forma muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem! Obrigado, Secretário Mansueto.

Nós vamos ter mais dois blocos. Vou fazer a leitura da sequência: no primeiro bloco, temos o Deputado Reginaldo Lopes, o Senador Esperidião Amin e o Deputado Felício Laterça e, no segundo bloco, subsequente, o Deputado Hildo Rocha, a Senadora Zenaide Maia e o Deputado Mauro Benevides Filho.

Então, do primeiro bloco, com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

Ele está presente? Eu não estou vendo o Reginaldo.

O Deputado Reginaldo está com a palavra.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Colegas Deputados e Senadores, Secretário Mansueto, em primeiro lugar, quero fazer aqui um diagnóstico. É lógico que posso estar sob suspeição neste diagnóstico, mas eu quero dizer que o Governo do qual o senhor participa, Mansueto, na minha opinião, deu errado. Na verdade, nos últimos tempos, essa lógica do fundamentalismo fiscal não produziu resultado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já fizemos uma política de terceirização, já fizemos regressão nas políticas sociais, já aprovamos a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, fizemos o absurdo da Emenda Constitucional 95, que nem os países mais ultraliberais tiveram coragem de fazer, e sempre com a promessa de dez milhões de novos empregos para o povo brasileiro.

O resultado de tudo isso é que nós rompemos a regra de ouro não para fazer investimento em infraestrutura, para resolver o problema do custo Brasil, para terminar obras. O Brasil é um País inacabado, que tem uma infraestrutura precária, um sistema de educação que precisa de mais investimento. Não, isso foi feito para custeio. Também não conseguimos sucesso sequer em equilibrar as contas. Vamos assistir, até 2023, a um déficit fiscal.

Na minha opinião, nós precisamos pensar fora da caixinha. Eu sou contra esse pacto de mediocridade, como vou chamar aqui, no campo das políticas econômicas e acredito que o pós-pandemia, o pós-vírus também exige um novo olhar. Essa lógica do Estado e do próprio capitalismo, do jeito que ele é, acumulativo e rentista, só olha para o sistema financeiro! Vamos ser sinceros: só ganha dinheiro o mercado, ninguém mais ganhou nada! O sistema financeiro brasileiro está extraindo todos os lucros de toda a cadeia produtiva. Ele começa na questão da atividade primária, passa para a secundária e a terciária, para o exportador, para o consumidor, com 64 milhões de inadimplentes sendo agiotados. A União agiota os Estados permanentemente. Os Estados todos estão quebrados. Eu acho também que o pós-pandemia jogou luz em que os mais importantes são os Municípios. É o ente federado que tem alguma importância, não é a União mais.

Então, vem com tudo isso a necessidade de uma ampla reforma tributária. E vamos ser sinceros, vamos parar de mentir para a sociedade brasileira! É medíocre! Como alguém pode dizer que há uma reforma tributária no Brasil? É uma reforma do sistema indireto, apenas indireto, em que o povo brasileiro vai pagar o maior imposto sobre o consumo. E a grande verdade é que a economia não cresce porque não há consumo, não há demanda, não há mercado. É um sistema tributário que cobra 50% de imposto regressivo e indireto, que não tem coragem de cobrar no patrimônio, não tem coragem de cobrar na renda. O Imposto de Renda no Brasil significa 6% da receita! Isso não existe em nenhum país do mundo liberal de ultradireita. Então, vamos ser sinceros. Deu errado, lamentavelmente.

Eu acho que, no pós-pandemia, nós vamos fazer um grande debate com a sociedade, um debate com outros princípios. Não é meritocracia, não é individualidade; é solidariedade, é cooperação. Não é ódio, é amor. Não é intolerância. São princípios novos que nós vamos debater no pós-pandemia.

Então, eu quero dizer que é necessário repensar, sim, a revogação da Emenda Constitucional 95. Precisamos de um ousado projeto de obras públicas, que pode ser feito com títulos da dívida pública a longo prazo ou com parte das reservas. Essa é, sim, a boa austeridade fiscal. O equilíbrio fiscal é importante. Mas como fazê-lo? Então, acho que nós precisamos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Muito bom dia a todos!

Bom dia ao Secretário Mansueto e à sua equipe!

Eu quero, em primeiro lugar, dizer que fiquei muito contente, fiquei muito orgulhoso do meu País quando nós constatamos que o rentismo tinha saído de moda, porque nós chegamos às menores taxa de juros do Brasil antes da pandemia. Infelizmente, a pandemia, com recessão, está nos levando provavelmente à deflação, que é algo muito ruim. Mas o fim do rentismo era tão cobiçado neste Governo quanto o fim do déficit internacional, que o Lula justificadamente celebrou em 2007. Foram dois grandes marcos. A gente não pode deixar de reconhecer um nem outro. O fim do rentismo faz com que o sistema bancário brasileiro – perdoem-me a expressão – retire seus glúteos da cadeira e vá procurar o cliente, vá arriscar no empresário.

Nesta Comissão, Presidente, eu acho que, no dia 20 de maio, temos de fazer um balanço dos dois meses de calamidade. Eu queria que o senhor anotasse: no dia 20 de maio, fará dois meses do reconhecimento do estado de calamidade.

Secretário Mansueto, sem os fundos garantidores regulamentados, o senhor vai ver que o desempenho do empréstimo para microcrédito vai continuar sendo muito medíocre, como está sendo. É o tipo de operação financeira que está envolvendo. Para médias e grandes empresas, nós estamos tendo redução da taxa de juros ainda, graças a Deus, e expansão das operações de crédito efetivadas. Para as micro e pequenas, está envolvendo. Eu tenho reclamado que o Banco Central tem de nos mandar esse relatório semanalmente; acho que isso vai acontecer.

Finalmente, quero lhe dizer o seguinte: o grande horizonte que há para o Brasil no pós-pandemia, na minha opinião, é realmente o de termos uma política tributária que fomente a inovação e a agregação de valor, para que nós paremos de ser exportadores de matéria-prima e de *commodity*. Esse é o nosso futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senador Esperidião Amin, muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça, fluminense. Não vou errar hoje! (*Risos.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio, na verdade, até costumo dizer que aqui, no Estado do Rio – eu, especialmente, que sou do norte fluminense –, a gente é fluminense de nascimento, carioca por adoção e vascaíno de coração.

Quero cumprimentar os Senadores e Deputados, o Secretário Mansueto e toda a sua equipe.

Sabemos, Secretário, que o senhor é muito focado na responsabilidade fiscal. Sabemos também do Plano Mansueto, sobre o qual eu vou fazer um comentário nas minhas considerações finais.

Vou fazer algumas perguntas.

Há uma série de ações em curso para o combate a pandemias, com seus desdobramentos econômicos: auxílio emergencial para pessoas físicas e entes subnacionais, linhas de crédito para capital de giro de empresa, postergações de pagamentos de tributos, entre outros. Com o decreto de calamidade pública e a emenda constitucional do "orçamento de guerra", o Governo fica livre para financiar tais despesas por meio da dívida pública. Daí eu viria com três perguntas: qual será o déficit fiscal estimado para este exercício? Segundo, qual o impacto estimado na relação dívida/PIB? E, terceiro, sobretudo, quais os riscos de financiamento junto ao mercado? Em sua opinião, quanto tempo levaremos até voltarmos a ter superávits primários?

Vamos à próxima pergunta.

O plano de reequilíbrio fiscal, que teve o seu sobrenome, Plano Mansueto, em sua homenagem, uma justa homenagem por sinal, previu uma série de contrapartidas por parte dos entes subnacionais, visando a uma gradual e consistente melhoria estrutural das contas públicas. No contexto da pandemia e seus desdobramentos econômicos, foi complementado alterado no Congresso, vindo inclusive a receber nova denominação por emergência fiscal, correspondendo praticamente à doação de recursos para os entes atravessarem este momento de crise. Em seu entendimento, como deve ser endereçada a questão fiscal dos Estados e Municípios? O que deve ser estruturalmente realizado para que os entes subnacionais saiam dessa crise eterna, que somente se aprofunda em definitivo?

Mais pergunta: o Brasil passa por um contexto de seguidos déficits fiscais e, desde 2015, gastamos mais do que arrecadamos. Nesse contexto, nossa dívida pública aumenta continuamente e a nossa capacidade de realizar políticas fiscais anticíclicas, como se faz necessário no atual momento, fica limitada. Como realizar uma política emergencial no atual momento sem comprometer nosso reequilíbrio futuro, ou seja, sem reeternizar a nossa crise?

E o senhor também ressaltou a importância do Congresso Nacional nas reformas necessárias. Sabemos que alguns Municípios sobrevivem basicamente de repasses do Governo Federal ou de emendas, sejam Municípios criados há pouco tempo, sejam outros que perderam sua capacidade de gerar renda ao longo do tempo por diversos fatores. Tem sido discutida e falada a redução do fundo dos Municípios. Isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é público e notório. O senhor, na qualidade de Secretário do Tesouro Nacional, tem participado dessa discussão? Há estudo nesse sentido?

Por fim, registro que eu lamento, na verdade, ter que ser reeditado o Plano Mansueto 2, porque, como o senhor sabe, foi completamente desfigurado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Secretário Mansueto

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. (Para expor.) – Obrigado.

Vou começar com as considerações do Deputado Reginaldo Lopes, falando que justamente o bom de uma democracia e de um Congresso Nacional que tem mais de 28 partidos políticos é justamente os Parlamentares terem opiniões divergentes, o que é muito bom, porque acho que a gente tem de respeitar, sim, opiniões divergentes e tem de levar para o debate. E, claro, o consenso é estabelecido por meio voto, que é o que o Congresso Nacional nos ensina.

Então, por exemplo, grande parte do que se chama de crescimento de custeio no Brasil é ligado a programas sociais. Vamos lembrar que as contas públicas são divididas em três grandes grupos: despesa com pessoal, que envolve pessoal ativo e previdência do Governo Federal, despesas de custeio e despesa de investimento. O que puxa o crescimento da despesa de custeio no Brasil são muitas vezes programas sociais, em especial o que mais cresce é a previdência. Isso foi escolha nossa como sociedade lá atrás.

Só que não é normal, em nenhum país do mundo, em média as pessoas se aposentarem aos 53, 54 anos idade. Se a pessoa não pode trabalhar aos 30 anos de idade, ela precisa ter algum socorro do Estado. Mas uma pessoa aos 53 anos de idade – eu sou uma pessoa de 53 anos de idade, vou completar 53 anos de idade – se aposentar, podendo trabalhar, é injusto como o resto da população, em especial com a população de baixa renda, porque, no Brasil, a população de baixa renda já se aposentava por idade mínima e tempo de serviço antes da reforma da previdência. Isso significa que um trabalhador da construção civil em São Paulo se aposentava aos 65 anos de idade, enquanto uma pessoa que estudou em escola boa, que teve sorte ao longo de sua vida, que nasceu numa família que deu todo conforto, se aposentava em média aos 53, 54 anos de idade.

Então, eu considero a reforma da previdência justa justamente com as pessoas mais carentes deste País, porque era o gasto que mais crescia.

O Brasil gasta com previdência perto de 14% do PIB. Um país com estrutura demográfica do Brasil gasta com previdência a metade. Então, se a gente quer gastar mais com o social, com a educação pública, com a saúde pública, a reforma da previdência, a meu ver, era necessária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regra de ouro. Um dos motivos de o Governo não estar cumprindo a regra de ouro hoje é pelo desequilíbrio que veio de 2014/2015. Em 2015, o Governo vendeu títulos que só serão pagos agora em abril de 2021 e, para o cumprimento de regra de ouro, o cálculo é feito quando o título é pago. Então, parte do problema que a gente vai ter com a regra de ouro em 2021 é em decorrência do financiamento do déficit que foi feito em 2015. Por isso que essa questão de regra de ouro eu não acho uma boa regra, é muito disfuncional. Inclusive vai contra o próprio discurso que a gente quer de clareza e compromisso com o social, porque eu não gostaria de parar programa social para cumprir regra de ouro, não, de jeito nenhum! Como Secretário do Tesouro Nacional, eu seria contra parar de emitir dívida porque eu não poderia financiar despesa de custeio que são programas sociais. Por isso que eu acho que a regra de ouro nós vamos ter que rediscutir, porque vamos ter, sim, que pagar os programas sociais com os quais nós, como sociedade, nos comprometemos.

Apenas o sistema financeiro ganha. Graças a Deus, a gente conseguiu neste País, como o Senador Espiridião Amin colocou de forma muito correta, reduzir a taxa de juros. Quando a gente reduz taxa de juros, é menos dinheiro para quem poupa, é menos dinheiro para banco. Então, a questão do rentismo, que a gente sempre criticou, finalmente, neste País, a gente conseguiu solucionar, mas se a gente não tiver cuidado com o gasto público, os juros voltam e o rentismo volta, por isso que é tão importante a gente não perder o foco do ajuste fiscal.

A proposta de reforma tributária é ruim? A proposta de reforma tributária não foi aprovada, se ela é ruim ou boa cabe a nós, como sociedade, por meio de vocês, discutir no Congresso e modificá-la. Então, nós temos a chance de fazer um bom debate se a reforma tributária é boa ou ruim, modificá-la e levar para voto. Então, a reforma tributária não está dada, a gente não pode falar que a reforma tributária é boa ou ruim porque ela está no local em que deveria estar, no Congresso Nacional, que é o representante legítimo da sociedade brasileira para fazer esse debate e chegar a um consenso.

O Senador Espiridião Amin falou da necessidade de regulamentar o fundo de garantia. Eu acordo. Acho que há reuniões do Governo marcadas com o senhor. Eu me comprometo a acompanhar um pouco isso. O senhor tem toda razão: se a gente não regulamentar isso, não deixar isso de forma muito clara, o dinheiro não vai chegar. E a preocupação do senhor é legítima; a preocupação do senhor é muito simples. É simplesmente o seguinte: várias empresas no Brasil que são pequenas e médias precisam do dinheiro e, por questão de garantia, da não regulamentação do fundo de garantia, não têm acesso ao crédito. Isso precisa ser modificado para o dinheiro chegar à ponta? Sim, então a gente precisa ter esse debate urgentemente.

Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro, questão de dívida, déficit primário, tamanho do rombo. Deputado, no ano passado, todo o déficit primário do setor público foi de R\$61 bilhões – R\$61 –, 0,9% do PIB. Esse ano, no melhor dos casos, vai ser de R\$600 bilhões, vai ser dez vezes maior, mas pode



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chegar a R\$700 bilhões. A gente está falando de um déficit primário de 8% a 9% do PIB. Se a gente colocar a conta de juros, a gente está falando de uma conta que pode passar de R\$1 trilhão.

Normalmente, quando a gente compara déficit fiscal, a gente coloca o primário e os juros. No caso do Brasil, a gente está indo para um déficit nominal que pode chegar entre 12% a 15% do PIB, muito semelhante ao dos Estados Unidos, sendo que os Estados Unidos são um país rico, que vende um título de dez anos a um juro de 0,7% ao ano, o que não é o caso do Brasil. Então, o senhor tem toda a razão. A gente tem que ter muito cuidado para não perder o foco. E não perder o foco significa o quê?

Uma das perguntas do senhor foi: "Como é que a gente concilia a responsabilidade fiscal com o aumento do gasto?". O aumento do gasto tem sido em despesas temporárias, são despesas que começam e terminam este ano. Eu me preocuparia se esse aumento do gasto fosse em despesa permanente, despesa que ficaria para sempre no orçamento. Isso a gente não pode deixar acontecer, porque senão a gente teria um problema muito mais sério no médio e no longo prazo. Mas, ainda bem, o comando que o Congresso Nacional nos deu foi: "Vocês têm flexibilidade de Governo Federal para aumentar despesa temporária, despesa que começa e termina neste ano, para combater os efeitos do coronavírus. Vocês não têm liberdade para aumentar a despesa permanente". E isso é correto, a gente tem que ter muito cuidado e tem que respeitar esse princípio, porque, se a gente começar a aumentar despesa permanente e sinalizar um déficit muito maior nos próximos anos, além do que já está programado, a gente corre o risco de ter problema com falta de credibilidade e as pessoas exigirem juros muito altos para emprestar dinheiro ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Secretário Mansueto, estamos encaminhando para o último bloco desta audiência pública com: Hildo Rocha, Zenaide Maia, Mauro Benevides e as considerações finais do nosso Relator, Francisco Jr.

Então, com a palavra o ilustre Deputado Hildo Rocha, Estado do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Confúcio, a quem cumprimento e, em nome de V. Exa., cumprimento os colegas desta Comissão, Deputados e Senadores.

Cumprimento também o Secretário Nacional do Tesouro, que é o nosso querido amigo Mansueto Almeida, homem competente que tem prestado seus serviços à nossa Nação brasileira. Parabéns pela belíssima apresentação. Também o parabenizo pela criação da plataforma de monitoramento dos gastos da União com o combate ao Covid-19, que dá total transparência a esse gasto – diferentemente de alguns Estados, que não dão transparência. Isso vou falar lá na frente.

Mas eu olhei os números e encontrei aqui a previsão de R\$258,5 bilhões de gasto da União no combate à Covid. Já foram pagos R\$67,7 bilhões, que equivalem a 26% do previsto. Agora, encontrei uma informação aqui que eu acredito que vai aumentar ainda mais essa despesa, porque o que está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsto aqui de auxílio emergencial a Estados e Municípios são apenas R\$16 bilhões. Eu acredito que isso seja o destinado ao FPE e ao FPM. Mas, no PLP 39 – lógico que ainda não é lei, ainda não foi sancionado pelo Presidente –, há uma previsão de R\$60 bilhões de auxílio a Estados e Municípios. E houve a aprovação nesta noite de mais R\$9 bilhões, que são do Fundo de Reserva Monetária para o combate ao Covid, destinado ao combate ao Covid-19, que é uma medida provisória, acho que Medida Provisória 909. Aí, já vão aumentando as despesas previstas. Não estão previstas aqui, mas, com certeza, vão aumentar. Quero saber de V. Exa. se ainda vão entrar na plataforma, dentro da previsão do Governo, esses gastos.

Além de parabenizar V. Exa. pelo bom exemplo de transparência dos gastos de combate ao Covid-19, ao coronavírus, quero dizer que há Estados que não são bons exemplos. O Maranhão é um deles. Foi preciso o Ministério Público do Estado do Maranhão, através do Promotor de Justiça José Augusto Cotrim, entrar com uma ação civil pública obrigando o Governo a dar transparência às ações de combate ao coronavírus, o Covid-19, e também aos gastos que estão sendo realizados, porque o Governo do Estado do Maranhão não dá transparência, mesmo tendo sido já repassados vários recursos do Governo Federal. Ontem mesmo, foram depositados R\$43 milhões nos cofres do Estado, mas nós não temos notícia do que está sendo feito com esses recursos. Então, eu parabenizo V. Exa.

Eu queria saber se há condições de acelerar a liberação de recursos para apoiar as empresas, as microempresas do Brasil, porque eu vi nesse portal que foram liberados menos de 5% do que está previsto para apoiar as empresas, justamente dentro do que o Senador Esperidião Amin falou. Aqui está se liberando, mas, lá na ponta, lá nas agências bancárias, estão criando dificuldades para liberar os recursos para...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Mansueto, Secretário.

Eu queria já agradecer isso aqui, isso é uma explanação boa. Mesmo a gente que não entende de economia termina discutindo esses assuntos.

Eu vi que o senhor frisou bem que as despesas que o Senado, o Congresso Nacional está aprovando têm que ser temporárias. Então, uma pergunta que eu quero fazer... A gente sabe que é temporário, mas por que a demora na sanção? E o Ministério da Economia... E a gente sabe – o próprio Presidente da República disse – que quem manda é Paulo Guedes. Há o PLP 39, que é aquele auxílio emergencial aos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados e Municípios, e o PL 873, que foi aquela ampliação em um projeto de lei que foi relatado pelo Senador Esperidião Amin, esperando para ser sancionado, com o auxílio emergencial para mais gente.

E há outra coisa, Sr. Secretário, que eu questiono. Sempre ouço aqui dizerem que a economia estava bem, mas a gente sabe que, no final de 2019, o IBGE já mostrava que a gente tinha 13,5 milhões de pessoas na extrema pobreza e quase 30 milhões na economia informal. Então, a economia já não estava bem.

Por fim, eu queria saber o seguinte: o senhor tem história de algum país no mundo... E eu sei que tem, e o senhor já disse que não tem condições de investimento. Eu acredito que aquela subida da gente foi com a venda de grande parte do patrimônio brasileiro, como o transporte associado de gás do Norte e Nordeste, do Sul e Sudeste. Estivemos vendendo, privatizando vários. E, como o Esperidião Amin falou, me chamou atenção o fim do rentismo – excelente! – e os juros baixos. Mas por que esses juros não chegam ao cidadão, à cidadã brasileira? Hoje, um cidadão ainda paga no cheque especial e no cartão de crédito juros de até 200% ao ano! A pergunta é essa.

Outra coisa. A gente fala da queda da inflação. Eu, como dona de casa, acompanho isso. Essa queda da inflação a gente vê pela recessão, com a população desempregada, queda do poder aquisitivo, do poder de compra do trabalhador, mas real não é! Se os senhores que são da economia forem à ponta, os senhores vão ver que não teve essa queda de inflação para o povo. O povo não tem nem isso, nem essa queda de juros, porque não chega ao cidadão comum.

E queria dizer o seguinte: eu não conheço história de nenhum país do mundo que tenha saído de uma recessão econômica se o maior investidor que se chama o Estado – no caso, o Estado brasileiro – resolver não investir. Como o próprio Esperidião Amin falou, nós temos que investir na geração de emprego e renda, e os recursos não estão chegando às micro e pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Recentemente, inscreveu-se a Senadora Kátia Abreu. Então, este bloco vai ficar um pouquinho maior.

Passo a palavra ao Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Meu caro Senador Confúcio, que alegria poder estar mais uma vez aqui nesta Comissão, juntamente com nosso Relator Francisco Jr. e com tantos Senadores, Deputados, Deputadas aqui presentes, mas, em especial, por esta Comissão receber este brilhante quadro do Governo Federal que é o Secretário Mansueto – cearense realmente brilhante, que despontou pelo Brasil afora –, juntamente com uma equipe também de primeira linha: está aqui a Dra. Priscila; está aqui conosco o José Franco; está aqui com a gente o Pedro Jucá. Enfim, é um quadro realmente bastante expressivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é a seguinte, meu caro Secretário Mansueto: o Congresso, em 2019, estabeleceu um novo regramento de relacionamento entre Banco Central e Tesouro, e inclusive os excessos, ou seja, os lucros das reservas cambiais no Banco Central não serão mais levados para o Tesouro, ficando agora em constituição de reserva de resultado, mas o art. 5º dessa lei diz que, em casos excepcionais, ele pode ser levado ao Tesouro para pagar dívida pública. Poderia ser usado esse dinheiro, em vez de se gastar o dinheiro da conta única, para ajudar no refinanciamento da dívida pública? Essa é a primeira pergunta a se fazer, até porque a gastar dinheiro da conta única eu também sou favorável. Acho que o Tesouro deve terminar abril em R\$1 trilhão, R\$1,08 trilhão, mais ou menos. É importante que esse dinheiro seja usado, apesar de que aqueles que são defensores mais ferrenhos do sistema de metas de inflação... Quando você injeta dinheiro para manter a base monetária no mesmo valor, você acaba fazendo operação compromissada; entretanto, eu acho que não há efeito inflacionário, e o custo da operação compromissada, hoje, é muito mais barato do que vender títulos da dívida pública.

Segunda. A relação dívida/PIB vai aumentar, mas por duas razões: não somente porque a dívida está crescendo nominalmente, mas porque o PIB está caindo. Então, a relação dos dois vai aumentar de maneira inequívoca.

Terceira. A PEC da Guerra obriga o Governo a criar um marcador, um RP para caracterizar as despesas da pandemia. A SOF já criou esse marcador? O Plano Mansueto poderá incorporar algumas medidas não somente para os Estados que precisam, mas também para os Estados que fizeram o seu dever de casa, ou seja, que têm Capag A e B?

Por último, neste momento, o Tesouro está conversando alguma coisa lá com a Advocacia-Geral da União sobre essa discussão da dívida do Fundeb com os Estados que ganharam ação no Supremo Tribunal Federal? Isso faz parte também do seu raciocínio?

Agradeço a presença. Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Fui uma das primeiras a me inscrever. Não está a imagem aqui, mas eu estava inscrita.

Mansueto, prazer em revê-lo, colegas Senadores e Deputados.

Duas questões. A primeira é com relação ao etanol, Mansueto: nós vamos esperar o que para acudir esse pessoal? Eu acho que não é preciso nenhuma prova para o Tesouro de que eles estão numa situação difícil, tendo um prejuízo de 40 centavos abaixo do custo de produção. Nós criamos a Cide exclusivamente para isso, e 10 centavos ou 20 centavos na Cide não vão matar ninguém. E não é aumento de imposto, porque como todos os carros, a grande maioria, são flex, se um ficar mais caro, a gasolina ou o etanol, eu tenho o livre arbítrio de escolher o combustível que eu quero. E eles querem dar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mansueto, 130% de garantia real do produto estocado; o risco é praticamente zero. O que nós queremos são os recursos, que vocês pactuem os juros, mas que façam o crédito chegar a mais de 500 usinas de etanol neste País, não deixem esse patrimônio se perder.

Segundo ponto: micro e pequenas empresas. Ontem o Ministério da Economia me ligou, o Esteves – não sei se ele está aí agora –, dizendo que vai vetar com relação aos juros. Primeiro era de 3,75%, nós aprovamos; vocês vieram atrás de nós e pediram, encarecidamente, que se mudasse para Selic mais 1,25%, e nós atendemos o pedido; e ontem vocês se arrependeram e agora querem os juros de 7% a 8%. Isso é brincadeira! Com a desculpa de que a Selic caiu, Confúcio.

Eu quero só lembrar que nós somos Senadores, não somos tão inteligentes como vocês, talvez, mas nós também estudamos. Quanto menor a Selic, menor o custo de captação, Mansueto, então isso não é desculpa para subir juros. E emitir papel com uma demanda no chão, enterrada, e com uma capacidade ociosa nas alturas, onde é que vai gerar inflação, Mansueto, no curto prazo?

Então, para as micro e pequenas empresas – eu quero avisar que já sondei grande parte dos Senadores –, se vocês vetarem, nós vamos derrubar este veto. Nós estamos cansados das reclamações dos bancos dizendo que "com esses juros nós não emprestamos". Por isso, vamos tabelar os juros deles hoje em 20% do cartão de crédito e do cheque especial. A paciência está esgotada! Nós queremos acudir as pequenas e micro empresas, e o veto vai só atrasar e prejudicar ainda mais a vida delas, porque, como certeza, o Congresso irá vetar, porque essa matéria foi negociada. Palavra é uma coisa que não se dá fácil, mas, se deu a palavra, tem que cumprir. Na política não existe papel, existe palavra, e o Ministério da Economia está perdendo totalmente a credibilidade porque não cumpre acordo dos seus líderes, que estão desmoralizados. Ministros não cumprem suas palavras por conta do Governo. E agora mais um emblemático problema com as micro e pequenas empresas, negociado até às últimas com o Governo. Acatei todas as emendas que o Governo pediu. Agora, dizer que vai vetar, deixar para a última hora a sanção, sabedores da angústia em que estão as pequenas empresas? Se fossem os bancos, é justo acudir bancos, mas com os bancos vocês são muito rápidos. Eu gostaria que o Ministério da Economia, o Tesouro e o Banco Central fossem tão rápidos com as micro e pequenas empresas como são com os grandes bancos e as grandes empresas do País.

Então, nós não vamos acatar esse veto. A paciência do Congresso chegou ao limite. Nós queremos este projeto sancionado 100%, em respeito. Ele se votou no Senado, se votou na Câmara, se votou no Senado de novo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ela está falando ainda.

Só um pouquinho, Kátia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dar mais 30 segundos para ela.

Pode continuar, Kátia. Faltou um pedacinho aqui, pode concluir.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO) – Obrigada, Presidente. Desculpe o meu nervoso, mas eu, de novo, perdi a noite. Esta noite eu não dormi, porque me ligaram, ontem à noite, para me dar essa bela notícia do veto. E eu fiquei, assim, mortificada, porque o desespero, atrás dos Senadores e dos Deputados, atrás desse recurso é uma coisa assustadora; as pessoas choram, Mansueto, de correr lágrima. E nós não estamos pedindo misericórdia, não; nós estamos pedindo ao Governo Federal para que cumpra com a sua obrigação: que, num momento de pandemia, numa dificuldade tremenda, sancione os votos em que está sentado, chocando, em cima. Até hoje, não sancionou o de R\$600, do Esperidião Amin; não sancionou o de Estados e Municípios; não sancionou o da micro e pequena empresa. Vocês estão esperando o que – o mundo acabar? – para sancionar essas matérias? O Congresso Nacional está fazendo a sua parte, e nós esperamos que vocês façam a sua, para poder manter o emprego, amigo – manter o emprego! –, ou nós não teremos formas de retornar à economia depois que passar a pandemia; será muito pior.

Desculpe a minha alteração, a minha veemência, mas eu estou, de fato, decepcionadíssima e incrédula com a morosidade com relação ao açúcar e ao álcool, ao etanol deste País, e às micro e pequenas empresas. É o fim da picada! A palavra, Senador Confúcio, o sentimento de urgência não existe na vida pública. As pessoas estão "por aqui" conosco por isto: tudo para o povo é para depois, para amanhã, para depois da manhã, para o ano que vem.

Sentimento de urgência, Mansueto! Eu conheço a sua capacidade, você é um técnico habilitado e treinado. Ajude-nos, por favor, e evite esse constrangimento do veto!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Temos aí, Secretário Mansueto, as três mulheres bravas desta Comissão. (*Risos.*)

A Zenaide – o senhor ouviu aí –, a Eliziane e a Kátia, que fechou com chave de ouro, não é? Tocantinense, cearense, maranhense.

Muito bem.

Agora, com o bloco mais consistente – o senhor anotou todos os questionamentos –, eu vou dar a palavra ao Francisco Jr., Relator, para ele fazer as indagações, caso tenha alguns questionamentos finais, e aí darei a V. Exa., Dr. Mansueto, o tempo necessário para responder a esse bloco mais longo de cinco Parlamentares, com o fechamento do Deputado Francisco Jr.

Com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário, mais uma vez, quero parabenizar o senhor pela explanação, pela capacidade de síntese. Isso aí demonstra, como eu falei, o seu conhecimento e o seu domínio da matéria. Então, mais uma vez, eu o parabenizo.

O senhor iniciou com uma frase que eu gostei muito, de que a preocupação em 2020 são as pessoas. Isso me deixou muito feliz. E o senhor colocou um tripé na preocupação do Governo: o senhor disse que não pode faltar dinheiro para a saúde; que os vulneráveis têm que ser protegidos, então, há uma preocupação com o social; e que há a questão do cuidado com as empresas, do crescimento, desenvolvimento e emprego – então, basicamente saúde, emprego e área social. E essa sensibilidade, como já foi dito, acho, pela Senadora, nem sempre é comum num economista. O economista, às vezes, é frio, olha muito os dados, e o senhor está olhando as pessoas. Então, isso me impressionou muito.

Porém, o senhor também disse que o pós-pandemia depende igualmente de um tripé, o qual nós precisamos trabalhar, que são as reformas – de forma especial, o senhor colocou a reforma tributária –, as definições dos marcos regulatórios e a eficiência da máquina pública. Eu entendo que isso realmente é um tripé necessário, mas nós não podemos esperar o pós-pandemia; tem que acontecer desde já. Acredito que o senhor também pensa assim, mas, para acontecer isso, todas as medidas que estão sendo tomadas, que estão sendo feitas, de alguma forma, na minha opinião, têm que ser condicionadas, e nem sempre é isso que a gente percebe.

A gente percebe, às vezes, uma situação e depois um relaxamento por parte do Governo, como aconteceu agora com relação à questão da proibição de aumento nos Estados, que caminhou por uma parte, mas depois disso, de alguma forma, foi permitido, e não se sabe até agora se será vetada ou não essa parte. Então, a gente percebe uma desconexão; às vezes está desconexa uma área do Governo com outra, e isso me preocupa.

Eu penso que isso deveria ser muito bem trabalhado neste momento, porque as medidas que nós tomarmos agora, as leis que nós fizemos agora vão interferir de forma fundamental no pós-pandemia. Então, eu penso que esse marco que o senhor colocou das reformas, da reforma tributária, dos marcos regulatórios e da eficiência da máquina pública realmente tem que ser um mantra em todas as medidas que nós estamos tomando para que depois não percamos o controle. Nós temos que cuidar das pessoas, nós temos que cuidar dos mais vulneráveis e nós temos que cuidar das empresas, para gerar emprego, sem dúvida, mas nós temos que fazer isso de forma muito responsável, para que o que se fizer agora, no momento seguinte, não venha a dar efeito contrário.

Parabéns ao trabalho. Eu queria só que o senhor comentasse esses cuidados que precisam ser tomados neste momento.

E o Presidente Confúcio eu gostaria de parabenizar e de fazer-lhe um pedido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo—o, Presidente, pela condução sempre muito feita do senhor, mas gostei da sua inovação hoje de dar espaço para os internautas. Gostaria de sugerir ao senhor que já deixe esse espaço garantido – de repente, filtre as perguntas – e que considere o espaço dos internautas, uma ou duas vezes, no momento em que o senhor está contemplando os membros da Comissão. Eu achei muito pertinente abrir esse espaço aos internautas e gostaria que o senhor avaliasse a possibilidade de fazer isso em todas as nossas reuniões. Quero dizer que o nosso portal, que em breve estará no ar, terá esse espaço garantido também.

Aproveito para comunicar a todos os membros da Comissão que, apesar das dificuldades que nós tivemos de montar a equipe, que é uma equipe multidisciplinar, que envolve vários órgãos do Governo, de buscar esses primeiros dados, formatá-los, nós estamos fazendo um esforço muito grande para publicar o primeiro relatório parcial da Comissão. A intenção nossa é publicarmos amanhã. Estamos perseguindo essa meta. Se não conseguirmos, será no primeiro momento possível, mas nós estamos fazendo um esforço muito grande para publicar o nosso relatório parcial – comunico isso a todos os membros da Comissão, Deputados e Senadores.

E também informo que, publicando o relatório parcial, nós vamos perseguir agora a meta de colocar no ar o portal. E a minha expectativa é que, na próxima quinzena, nós coloquemos o portal no ar. Isso vai melhorar muito a transparência de tudo aquilo que está sendo produzido pela Comissão, dando oportunidade para a população ter uma participação mais direta, já que lá no portal também vai haver essa oportunidade, tanto para denúncias, quanto para se abastecer de informações sérias e seguras.

Parabenizo todos os Deputados e Senadores pelas perguntas pertinentes e pelo alto nível da reunião, tanto do perguntador, quando de quem respondeu.

Encerro a minha participação, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Uma pequena correção: eu falei "Senadora Zenaide Maia, do Ceará", mas ela é do Rio Grande do Norte – uma correção de percurso aqui.

Passo a palavra ao nosso Secretário Mansueto.

Eu não vou estabelecer prazo. Foram cinco indagadores Parlamentares, e o senhor pode responder aos cinco.

Por gentileza, o senhor está com a palavra.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Começo pela resposta ao Deputado Hildo Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado falou de um portal. No Tesouro Nacional, de fato a gente criou um portal numa página que se chama Tesouro Transparente, e todos os dias esse portal é atualizado e tem as medidas já aprovadas e sancionadas e o quanto de fato já saiu do caixa da União, o quanto de fato já saiu do Tesouro.

Não necessariamente o que sai do caixa da União chega à ponta. Por exemplo, esse portal explica que existe um programa de R\$34 bilhões – que é aquele programa do Fopag, do empréstimo que a empresa pega para pagar salário –, em que o crédito vai direto para a conta do trabalhador. É um programa de R\$34 bilhões. O impacto que já teve foi de R\$17 bilhões, mas esse dinheiro não chegou à ponta – uma parcela muito pequena dele chegou à ponta. Por quê? Porque as empresas, num primeiro momento, não puderam contratar porque estavam inadimplentes com a Previdência, e isso só foi modificado recentemente na PEC do orçamento de guerra. E, segundo, uma exigência desse programa é que a empresa, uma vez que contrate para pagar o salário, ela não pode colocar nenhum trabalhador para fora, e as empresas estão reclamando porque elas acham que é uma exigência muito forte e elas têm dúvidas se vão conseguir manter o emprego, e por isso não estão contratando. Esse programa, enfim, está em revisão, porque ele não será executado plenamente como foi aprovado.

Um segundo ponto: a liberação a PMEs, que é algo de que a Senadora Kátia Abreu falou de uma forma muito enfática. Isso é desejável, quer dizer, um Parlamentar mostrar indignação eu acho que é algo saudável. O trabalho mais difícil que eu considero é o trabalho de um Parlamentar, porque ele é cobrado na rua, todos os dias, para dar resposta aos anseios da população. O trabalho de um técnico eu considero muito mais fácil do que o trabalho de um Parlamentar, porque a pressão pública vai em cima de vocês.

A questão das pequenas e médias empresas a gente já discutiu aqui. De fato, eu não sei por que a lei ainda não foi sancionada. Eu não cuido da sanção, quer dizer, a sanção de qualquer lei é de competência exclusiva do Presidente da República. Essa é uma lei da questão de pequenas e médias empresas – já pegando um pouquinho do Pronampe, que é a indignação que a Senadora Kátia Abreu colocou aqui, da possibilidade de veto, e algumas preocupações que tiveram o Deputado Hildo Rocha e a Senadora Zenaide Maia –, essa questão...

O Tesouro Nacional é o órgão de contabilidade da União e faz a execução financeira. Esse tipo de política eu não discuti. Então, eu não entrei na discussão do mérito dessas políticas. O único comando que eu dei para as pessoas que estavam envolvidas foi o seguinte: "Olha, de quanto será ou não o programa é uma decisão legítima e política. Não existe certo nem errado. Se o programa é de R\$10 bilhões, R\$12 bilhões, R\$15 bilhões ou R\$18 bilhões, isso é uma decisão política. Mas, uma vez que seja adotada a decisão política, me falem exatamente como é o programa para eu poder colocar na programação financeira, para transferir o dinheiro". Quando o programa está de acordo com as regras fiscais, o Tesouro Nacional nem pede veto. O Tesouro Nacional alerta eventualmente de algum risco, de alguma coisa que ele acha que tem que ter um controle melhor. Mas, se está compatível com as regras fiscais, a gente não pede veto, a gente não entra na discussão do mérito do programa. Então, eu não posso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar detalhes a mais de que o Ministério da Economia pediu de veto. Eu não sabia dessa questão de juros porque justamente o programa que eu conheço é o que saiu do Congresso – a gente não debateu no Tesouro Nacional, ninguém do Tesouro Nacional debateu o mérito do programa. Era outra secretaria do Ministério da Economia.

Vou voltar um pouco a isto: por que a demora do PLP 39? – que a Senadora Zenaide colocou. Eu também não sei. Porque, novamente, do ponto de vista do Tesouro Nacional, não existe nada pendente. O parecer já foi dado. Então, não sei exatamente o que está... A mesma coisa com o auxílio emergencial. Novamente, essas são políticas a que, se estão cumprindo com regra fiscal, o Tesouro não faz nenhuma objeção de mérito.

Eu deixo muito claro para os meus técnicos do Tesouro Nacional o seguinte: uma coisa é uma medida que é aprovada que a gente tem que pedir veto porque não está cumprindo regras fiscais, muitas das quais estabelecidas no próprio Congresso Nacional; outra coisa é a gente concordar ou discordar do mérito de uma política. E não cabe a um funcionário do Tesouro discordar ou concordar com o mérito de uma política que cumpre com regras fiscais e foi aprovada pelo Congresso Nacional. Muitas vezes, o Governo tem uma posição diferente e sugere veto. Mas só deixando muito claro que muitas das análises que são feitas pelo Tesouro Nacional são muito por cumprimento a regras fiscais. Quando há um projeto que tem risco fiscal muito grande – há o risco de o custo ser muito maior do que o que foi aprovado –, a gente faz alerta e faz o pedido de veto, mas, em geral, todas essas medidas não passaram por uma questão de mérito no Tesouro Nacional.

A Senadora falou: "A economia antes da crise já não estava bem; por que os juros não caem na ponta? Os juros são baixos, mas são baixos na taxa básica. Os juros na ponta, para o consumidor, não são baixos, e a inflação não é tão baixa assim". Aqui a gente vai ter cuidado, Senadora.

Primeiro, a economia do Brasil já não vai bem de muito tempo. Novamente, em 2015 e 2016, a gente teve dois anos seguidos de queda de PIB. A última vez que isso havia acontecido, dois anos seguidos de queda de PIB, foi em 1930 e 1931, quando o Brasil era um grande produtor e exportador de café. Então, a crise por que o Brasil passou em 2015 e 2016 foi de uma magnitude anormal, que ninguém esperava. E a gente saiu da crise crescendo, em média, 1% ao ano. Mas, no ano passado, graças a muitas medidas que o País vem adotando nos últimos anos, as coisas estavam melhorando. O crescimento foi baixo, mas crescimento é calculado pela média do ano contra a média do ano anterior. Na ponta, o segundo semestre do ano passado foi muito melhor que o primeiro semestre. Venda de carro, venda no comércio, setor de serviço, produção agrícola, exportação, tudo estava melhorando em relação ao início do ano. A velocidade de melhora é que foi aquém do esperado. E, neste ano, antes da crise – não era nem previsão do Governo –, as previsões de instituições de mercado apontavam para um crescimento de 2% a 3% – não o Governo, vários economistas do mercado, de instituições diferentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente pega previsões de vários economistas, de instituições diferentes, de consultorias, vários apontavam crescimento entre 2% e 3% no início deste ano. Claro que era uma recuperação que a gente chama cíclica. Quando a gente tem um ano muito ruim, se espera que, no ano seguinte, se recupere o crescimento que não houve no ano anterior, mas o Brasil ainda tem um potencial de crescimento baixo. Por isso que é tão importante a gente melhorar o ambiente de negócios deste País, melhorar o sistema tributário, ter mais previsibilidade, melhorar a qualidade da nossa educação, o incentivo à inovação – tudo isso que a gente qualifica como boas políticas públicas. Então, assim, eu acho que não há contradição, eu acho que ninguém falou que o Brasil estava a mil maravilhas antes da crise. A gente estava no meio de um processo de reformas, que ainda não se completou, para aumentar o potencial de crescimento deste País.

"Por que os juros não chegam à ponta?" Esse é um debate que ocorre no Brasil há muito tempo. Os juros caíram muito, mas os juros, na ponta, ainda são muito altos. Há várias hipóteses diferentes. Isso era um bom debate para a Comissão chamar o Presidente do Banco Central, presidentes de bancos públicos e bancos privados e perguntar exatamente isto: por que os juros não caem na ponta?

Algumas pessoas falam em segurança jurídica. Você tem tanta mudança de regra, tanta insegurança jurídica que os bancos colocam juros altos, porque têm custo jurídico muito alto. Outros falam que não, que é um problema de concentração de mercado. Há um número muito pequeno de bancos, e, como há um número muito pequeno, os juros acabam sendo altos. Mas uma das agendas do Banco Central neste Governo e já no anterior tem sido promover a concorrência do sistema bancário, como, por exemplo, esses mecanismos mais novos e modernos de financiamento via *fintechs*, via cooperativas. Então, uma das ações do Banco Central, que era ação prioritária do Banco Central, era justamente aumentar a concorrência na ponta do crédito para reduzir, naturalmente, a conta de juros. Isso ainda não foi suficiente, porque, eu concordo com a senhora, os juros na ponta ainda são muito altos. A gente tem de chamar justamente quem trabalha nessa área para perguntar isto: por que os juros não caem na ponta? Há muito debates pouco conclusivos sobre isso, mas eu diria que a principal missão do Banco Central deste Governo era justamente esta: derrubar os juros na ponta e derrubar o *spread* bancário.

O Deputado Mauro Benevides fez várias perguntas em relação ao Tesouro Nacional com o Banco Central. Mauro, é verdade. No final de cada semestre, quando o Banco Central tinha um lucro, uma valorização de reserva, ele transferia para o Tesouro. Isso acabou. O que pode acontecer e que a lei que foi aprovada permite ao Tesouro falar para o Banco Central: "Banco Central, eu estou gastando muito, o meu caixa está desaparecendo, eu estou precisando com urgência de algum dinheiro". Nessa possibilidade, o Banco Central ainda pode transferir o ganho que ele teve com reserva cambial, com valorização da reserva cambial para o Tesouro, em circunstâncias muito específicas e anormais, como é o caso deste ano. É o caso deste ano, porque a gente está vendendo muito menos do que deveria estar vendendo e a gente está gastando muito. O colchão de liquidez que tinha a dívida está caindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E havia uma medida importante que chegou a entrar na PEC do orçamento de guerra e não foi aprovada, que era a desvinculação de alguns recursos da União. A gente tem hoje no caixa da União, mais ou menos, um pouco mais de R\$250 bilhões, que foram receita nos anos anteriores, foram entrando, ao longo dos anos anteriores, como receita primária. Então, para gastar, é déficit primário, mas a gente não pode gastar porque são recursos vinculados. O que significa isso? Que o Tesouro terá de fazer uma emissão, terá que pedir emprestado R\$250 bilhões a mais do que seria necessário se a gente pudesse usar esse dinheiro. Esse dinheiro está lá parado, vai ficar parado. Infelizmente, a gente não pode usá-lo. Num momento como esse seria importante, porque a gente vai aumentar a dívida de forma desnecessária em algum momento no montante de R\$250 bilhões, porque tenho R\$250 bilhões em caixa de que eu não posso usar um centavo.

Quanto à relação dívida/PIB, você está totalmente correto. A dívida aumenta por causa do déficit primário, da conta de juros e do crescimento do PIB. Quando o PIB cai, a relação dívida/PIB piora. Esse é um dos motivos que vai agravar a relação dívida, mas o preponderante neste ano é o tamanho do déficit primário. O déficit primário do Brasil do ano passado foi R\$61 bilhões do setor público; neste ano, a gente está falando em algo entre R\$600 bilhões a R\$700 bilhões. Então, um déficit primário muito grande. Mas você tem toda razão.

Eu acho que um ponto que você queria colocar é o seguinte: "Olha, mas isso pode melhorar a depender de nós, como sociedade, fazermos as reformas para este País crescer mais rápido". E é verdade. É um ponto que eu destaquei no início. Uma dívida de 90% do PIB pode ser excessivamente elevada ou não a depender da perspectiva de crescimento de um país. Por isso que é tão importante a gente criar o consenso político para fazer as reformas para este País crescer mais.

Marcador da SOF: não sei se a SOF já colocou marcador, mas isso é algo muito fácil de fazer. Eu acredito que já foi feito, porque no Siafi a gente consegue identificar. Quando eu faço a consulta no Siafi e pego a despesa com a fonte da despesa sendo crédito extraordinário, vêm exatamente aquelas medidas relacionadas ao combate da crise. Então, acredito que a SOF já tenha feito esse marcador, mas vou checar com eles.

Sobre a questão do Plano Mansueto que foi levantada aqui, o Plano Mansueto foi transformado em outro plano, que é o PL... Eu não gosto do nome. Eu acho que todo nome, todo plano que leva o nome de uma pessoa não dá certo, mas o plano agora foi transformado no PLP 101/2020, tem toda a concepção original e ajuste gradual com abertura de crédito para investimento. Eu acho que para os Estados com nota "a" e "b", a gente pode discutir limites, etc., é claro que isso vai ser levado em conta, já estava sendo discutido isso com o Deputado Pedro Paulo.

A questão da dívida do Fundeb é que o Governo Federal tem uma dívida, junto a Estados e Municípios, do Fundeb. Alguns Estados procuraram ou foram procurados via Advocacia-Geral da União para um eventual encontro de contas. Isso não está decidido. Há um debate muito grande sobre o tamanho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do deságio que os Estados aceitam. Então, isso ainda está em negociação. A gente fez algumas simulações para a AGU, acho que deve haver alguma reunião adicional, mas acho que há uma grande discussão em relação ao tamanho do deságio. Então, basicamente é isso.

A Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte, falou: "Olha, para sair de uma crise, o País tem que gastar mais, tem que investir mais". Eu concordo, só que a gente também tem um ajuste fiscal para fazer. Num debate legítimo, alguns países falam o seguinte: "Eu quero fazer ajuste fiscal, mas eu não quero controlar despesa, eu quero aumentar a carga tributária". Mas eu acho que o próprio Congresso Nacional, mesmo depois da crise ou antes da crise, não queria aumentar a carga tributária. Se a gente não quer aumentar a carga tributária e quer fazer um ajuste fiscal, a gente vai ter que gradualmente reduzir despesa, a gente vai ter que discutir o crescimento de algumas despesas.

Então, tudo isso são debates legítimos. Se ninguém gosta de ajuste fiscal pelo lado da despesa, pode colocar um plano aumentando carga tributária. O que não pode é falar o seguinte: "Eu quero fazer um ajuste fiscal, mas nem quero cortar despesa nem quero aumentar carga tributária". Aí, em contas públicas, não existe mágica. Como eu falei, o Brasil já é um país muito endividado. A gente ganhou o benefício da dúvida do mercado para fazer um ajuste muito gradual, gradualmente cortando a despesa, não é nem corte de despesa; é corte do crescimento da despesa. Então, a gente tem que ter maturidade para discutir qual o ajuste fiscal que a sociedade quer.

Quando eu converso com vários Deputados e Senadores e pergunto: o senhor acha que é bom aumentar carga tributária? Um ajuste fiscal via carga tributária seria bom? Todos falam: "De jeito nenhum, seria um desastre". E a gente fez ajuste fiscal neste País, na década de 90, aumentando carga tributária. A carga tributária do Brasil no início da década de 90 era 25% do PIB; a carga tributária no Brasil em 2002, 2003, foi para 35% do PIB. Então, a gente fez ajuste fiscal na década de 90 aumentando carga tributária. Ninguém quer fazer ajuste fiscal dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Secretário, o senhor precisa de mais algum tempo?

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. (Para expor.) – Não. Eu quero só, Senador, agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode concluir.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JR. – ... a boa vontade do senhor, como Presidente da Comissão; do Deputado Francisco Jr., como Relator; e de todos os Deputados e Senadores que estiveram aqui. Eu acho que o trabalho de vocês de indagação, de cobrança, é muito importante. Eu acho que, sim, vocês têm que fazer isso. A indignação mostrada aqui pela Senadora Kátia Abreu e por outros Senadores e Deputados eu acho extremamente bem-vinda. Eu acho que, de fato, essa indignação legítima que um Parlamentar coloca, muitas vezes, é bem-vinda. A gente tem que escutar, a gente tem que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dar esclarecimento. Contem comigo e com o Tesouro Nacional para qualquer explicação, para o esclarecimento de qualquer dúvida.

E faço um apelo: a gente vai precisar de muito diálogo político, respeitando o contraditório. As pessoas não precisam concordar, mas precisam sentar à mesa e debater profundamente, porque o que será este País na saída da crise vai depender de nós. Isso não está escrito. E a gente só vai ter boas regras e boas reformas com um bom diálogo político.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito agradecido a V. Exa., Dr. Mansueto de Almeida; muito agradecido aos Subsecretários Adriano, José Franco, Priscilla, Jucá, Maciel, que estiveram presentes, mas, devido ao grande conhecimento de V. Exa. e domínio do assunto, dispensou-se até qualquer complementação da sua equipe de subsecretários.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 21 de maio, às 11h, tendo como convidado o Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos Neto.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos. Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2020, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros General Peternelli, Kátia Abreu e Rejane Dias. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater as ações da Casa Civil frente à emergência de saúde pública relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Walter Souza Braga Netto, Ministro-Chefe da Casa Civil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/05/22>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas com a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus Covid-19.

Esclareço que, para esta reunião remota, o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo. A ordem da fala será dada primeiro ao Relator; em seguida, aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo da reunião e a oportunidade presente, eventuais questões de ordem e o tempo de lideranças poderão ocorrer após a audiência com o Ministro.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença do Ministro-Chefe da Casa Civil, S. Exa. Gen. Walter de Souza Braga Netto, conhecido como Braga Netto, a quem agradeço a presença e a disponibilidade para esta reunião virtual.

Assim sendo, eu passo a palavra ao convidado, Ministro Braga Netto, pelo tempo de 30 minutos, um pouco mais, um pouco menos, de acordo com a necessidade da fala dele, para sua apresentação.

Com a palavra o Sr. Ministro Braga Netto.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem, Ministro. Estou ouvindo bem.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura, em nome de quem eu cumprimento a todos os Parlamentares presentes, Senadores, Deputados.

Eu estou aqui com meu Secretário Executivo, com o representante da Secretaria de Governo, André Luis Boratto, com todos os meus secretários e subchefes também.

A Casa Civil tem assumido cada vez mais a sua função de centro de governo, de coordenação.

Em virtude dessa função de centro de governo, nós propusemos ao Presidente, no dia 16 de março...

Eu vou passar uma palestra para os senhores enquanto eu vou falando, para facilitar o acompanhamento.

Pode colocar, por favor. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um minutinho. (*Pausa.*)

Eu perguntaria se os senhores estão vendo a palestra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, eu queria só um minutinho do senhor.

Eu coloco em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares presentes que aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Com a palavra V. Exa. Pode continuar, Ministro.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, novamente eu agradeço a oportunidade. Em nome do senhor, eu cumprimento a todos os Senadores e Parlamentares presentes.

Como eu estava dizendo, a Casa Civil cumpriu a sua missão de centro de governo, coordenando as ações interministeriais.

Ao iniciar a crise, logo no início, 16 de março, nós solicitamos ao Presidente a criação do gabinete de crise.

O gabinete de crise foi instalado com a presença e participação de todos os ministros e diariamente os secretários executivos participam desse gabinete, onde são levantadas as necessidades que chegam à Presidência da República de todos os ministérios.

Logo depois de instalado o gabinete, nós sentimos a necessidade – deixe-me passar, me dê o *mouse*, eu mesmo passo – da criação do Ccop – volta um eslaide, por favor –, o centro de operações, a que, por uma questão simbólica, o Presidente cedeu a Sala Suprema para nós instalarmos.

Esse Ccop, como os senhores têm uma imagem que os senhores podem ver, tem a presença de todos os ministérios e diversas agências – Anac, aquelas que forem necessárias –, mais convidados *ad hoc* para resolver qualquer problema.

O Ccop coordena essas ações e operacionaliza as ações interministeriais juntamente com Estados e Municípios também, atendendo Estados e Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo: nós precisamos transportar alguma coisa para determinado local ou trazer, nós otimizamos a malha aérea, para poder inclusive dar uma sobrevida, dar um auxílio às companhias aéreas, que estão com problema, e ao mesmo tempo otimizarmos isso aí da melhor maneira possível.

Muito bem. Passa, por favor.

O Covid. Nós já produzimos até agora, com toda a equipe nossa, de todos os ministérios, mais de 2 mil medidas e 692 atos normativos assinados. Esse quadro eu gostaria de explicar, porque às vezes ele gera uma celeuma. Nós precisávamos de uma comparação porque o senhor não tem como comparar grandezas diferentes. Então, quando foi feito esse quadro utilizou-se o seguinte: a partir do centésimo caso, proporcionalmente ao número de habitantes, quantos mortos por milhão nós teríamos. Esta é a situação atual do Brasil.

É feito de quantos em quantos dias, Heitor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – De seis em seis ou de quatro em quatro dias nós atualizamos esse quadro. Esse que os senhores estão vendo é do dia 16 de maio.

Eu vou fazer por áreas para tentar dar uma visão geral aos senhores dos trabalhos que foram feitos.

Na área de saúde já foram disponibilizados recursos no valor total de 34,5 bilhões através de créditos extraordinários; mais de 12 bilhões já pagos a Estados e Municípios – para atender à parte de saúde. Habilitação de leitos de UTI: 6.142 leitos, com investimento total da ordem de R\$800 milhões. A diretriz do Presidente é de que não faltarão recursos para nós salvarmos vidas.

Ainda na área de saúde: o Ministério da Saúde já distribuiu 83 milhões de equipamentos de proteção. Hoje – hoje, ontem – chegaram mais 3,3 milhões de máscaras N95, que são aquelas específicas para o pessoal de saúde. Foram adquiridos 861 respiradores, 83 milhões de EPIs e mais de 6,9 milhões de testes, que ainda continuam em aquisição. A Medida Provisória 965 abriu crédito extraordinário de 408 milhões para compra de testes rápidos e outros insumos. Nós temos uma preocupação com o Ministério da Justiça em virtude do problema penitenciário e dos próprios policiais militares das forças de segurança. O Ministério da Saúde recebeu 408 milhões, aproximadamente.

Pode passar.

Ainda saúde: o programa Diagnosticar para Cuidar irá testar aproximadamente 46 milhões de brasileiros; 70 mil testes por dia nos períodos mais críticos da doença.

TeleSUS está sendo utilizado pelo número 136 para agilizar a capacidade de diagnóstico. Nós estamos tentando, o Ministério da Saúde está trabalhando para aumentar a capacidade de testagem e diagnósticos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde ainda, o Brasil Conta Comigo, voluntariado: cadastro de quase 400 mil profissionais, e mais de 105 mil estudantes. Houve um reforço de contratação de 3.314 médicos em 1.218 Municípios brasileiros, mais de 1,2 mil profissionais de saúde para os hospitais universitários federais.

Pode passar.

Apoio irrestrito à saúde, conforme determinação do Presidente. O Ministério da Defesa também está... Todos os Ministérios estão envolvidos. O Ministério da Defesa ativou dez comandos conjuntos no País para apoiar diversas autoridades. Eu lembro aos senhores que o Ministério da Defesa também é finito; então, ele não é uma peça de manobra para ser utilizado a toda hora. Nós temos preservado os meios de transporte e a logística da Defesa para atender casos específicos de saúde e emergenciais. O que não é emergencial, nós estamos trabalhando com a rede privada, logicamente com outros ministérios também.

Logística de transporte: centenas de toneladas para todo o País. Tivemos lotes de 240 milhões de máscaras, por exemplo.

Ajuda aos setores mais atingidos: lembrar aos senhores que o Governo Federal zerou os impostos sobre medicamentos em teste contra o Covid, e, num acordo com as indústrias de farmácia, ele suspendeu aquele aumento que haveria por um prazo de 60 dias. Aquilo foi acordado, não foi imposto.

Essa zeragem dos medicamentos sobre o Covid impactou aproximadamente 118 fármacos, como antirretrovirais e antivirais.

O Governo Federal também liberou um volume para auxílio ao turismo da ordem de R\$5 bilhões, em apoio ao turismo. Esse dinheiro abrange inclusive aquele apoio aos profissionais de saúde para poderem utilizar a rede hoteleira próxima aos hospitais, evitando o espalhamento da doença.

Assistência social: foi baixada uma medida provisória que isenta de energia elétrica as pessoas de baixa renda com um consumo de até 220 kWh/mês, por um período três meses. Esse apoio não é só para atender ao pessoal de baixa renda; ele atende também a sobrevivência do próprio setor elétrico.

A Medida Provisória 953 destinou um crédito extraordinário de 2,5 bilhões para o atendimento ao Sistema Único de Saúde. Assistência social, perdão. A ideia é exatamente aquele apoio aos menos favorecidos.

Proteção aos mais vulneráveis. O Governo destinou quase R\$4 bilhões para o atendimento à população idosa; R\$2,5 bilhões para o enfrentamento à violência doméstica, que tem aumentado – a Ministra Damarens tem mapeado, tem trabalhado em cima disso incansavelmente.

Há a previsão de entrega pela Funai de 327 mil cestas básicas em apoio às comunidades indígenas e também a outras minorias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação, ciência e tecnologia. Foi coordenado um apoio para o Programa Nacional de Alimentação Escolar da ordem de R\$1,4 bilhão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; linha de pesquisa sobre epidemias, para nos ajudar no combate: foram liberadas 2,6 mil bolsas de estudo para a Capes, investimento da ordem de R\$200 milhões.

Ciência e tecnologia. O MEC investiu valor da ordem de R\$60 milhões em cursos de qualificação profissional a distância. *(Pausa.)*

Aí, é esse aí.

Volta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Ah, sim, eu tinha saltado uma coisa.

Educação, ciência e tecnologia...

Não, isso eu já falei. Passa.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – O.k.

Todos por Todos... Eu não consigo ler daqui.

Ah, está aqui: mais de 800 serviços gratuitos ou liberados no portal gov.br.

A parte de voluntariado, a Pátria Voluntária, o Todos por Todos e o Brasil Acolhedor. A Arrecadação Solidária é um portal que foi criado também pelo Ccop, e os empresários basicamente têm se oferecido para colocar recursos... O Governo tem evitado buscar recursos para ele, senão esses recursos vêm para o Caixa Único do Tesouro Nacional. Então, nós coordenamos as necessidades e direcionamos para aquelas áreas que estão mais necessitadas, particularmente os mais carentes.

Pode passar.

Ampliação da...

O Disque 100 e o Disque 180, para atendimento aos brasileiros em mais de 50 países.

Nós já repatriamos algo da ordem de 22,5 mil brasileiros e está mais ou menos estabilizado. Foi observado que agora está se reduzindo número de pessoas que querem retornar. Temos ainda algo da ordem de 4 mil e poucos brasileiros esperando para ver se vão retornar ou não.

É interessante lembrar aos senhores que, quando começou a pandemia, há dois meses, e começamos esse trabalho de repatriação, tínhamos somente 3 mil e poucos brasileiros querendo vir, mas o número





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não baixa, ele continua sendo mantido. Gostaria também de explicar o seguinte. É que brasileiros às vezes podem procurar os Parlamentares dizendo que não foram atendidos, mas nós tivemos casos de brasileiros que não vieram porque só viriam se pudessem trazer o *pet* deles com eles; houve brasileiro que não veio porque não podia trazer a moto. Então, são situações que devem ser tratadas com um certo cuidado. Mas basicamente, a todos que me procuraram a única exigência é que eles têm que procurar a Embaixada, porque não há como nós atendermos casos individuais.

Há uma ouvidoria, na plataforma Fala Brasil. Ouvidoria e acesso a informação. Foi juntado tudo numa única plataforma. Nós já tivemos mais de 21 mil casos de manifestações de brasileiros repatriados, como eu já disse para os senhores. Os senhores têm aí o número atual hoje, por país. O país de que nós mais trouxemos foi Portugal. Estamos observando que já há pessoas pedindo para a gente para voltar. Nós não pretendemos – aí eu gostaria de deixar claro – levar ninguém de volta. Nós trouxemos, mas devolver não tem condição.

Manutenção de emprego. (*Pausa.*) Perdão, deixem eu só tomar uma água.

Talvez seja o maior caso de programa de manutenção de emprego já criado. Auxílio emergencial de R\$600 a R\$1.200, para garantir uma renda mínima, atingiu mais de 60 milhões de brasileiros em situação vulnerável, com todos os problemas que ocorreram. Os senhores vejam o tamanho do programa, montante de aproximadamente R\$123 bilhões, e todos estão sendo atendidos dentro das suas necessidades e dentro das nossas possibilidades.

Eu chamaria a atenção para que, naquele caso das filas, a Caixa mudou o horário dela de atendimento. Nós temos pessoas que vão para a fila que não têm direito, pessoas que retornam à fila após já terem recebido o pagamento. Isso já foi mapeado, mas faz parte do problema. Eu chamaria a atenção para o tamanho do programa que foi montado, em tão pouco tempo, enquanto há países que ou não montaram nenhum tipo de programa, ou não conseguiram atender nessa velocidade.

Manutenção de emprego e renda, ainda. Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para o seguinte: no Ministério da Economia, R\$2,7 bilhões destinados ao programa de benefícios emergencial para manutenção do programa de emprego e renda. O Ministério da Economia tem um sistema, que ele está chamando de "empregômetro", segundo o qual foram preservados, no Brasil, mais de 8 milhões de empregos. O dado que nós tivemos ontem, no *New York Times*, se não me falha a memória, é que nos Estados Unidos, o número de pedidos de desemprego deles ontem bateu 38 milhões. No mesmo período, no Brasil, foram 2,84 milhões de pedidos. E aí eu chamaria a atenção dos senhores para o seguinte: o recurso é finito. Quando terminar o recurso, e não tem como continuar por muito tempo, a economia tem que voltar. E aí nós precisamos do apoio dos senhores, porque se a economia não voltar, nós vamos ter gente morrendo de fome e vamos ter caos social, com desabastecimento e tudo mais. Está sendo mantido... Toda a população está tranquila, o abastecimento está tranquilo, como os senhores vão ver mais à frente, mas o Governo está se desdobrando para manter esse nível de emprego e de abastecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número de benefícios, de solicitações de benefícios de seguro desemprego em 2020 subiu somente 9,6% até o momento, com todos os problemas de haver um represamento, mas está sob controle. Agora, é um número alto.

Manutenção de emprego e renda. Nós temos o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), R\$40 bilhões em linha de crédito para pagamento de salários, 360 mil empresas, entre R\$360 mil e R\$10 milhões. Crédito para pagar até dois salários mínimos por funcionário. Taxa de juros, conforme a Selic, de 3,75% ao ano. Previsão de aporte pelo Ministério da Economia da ordem de R\$40 bilhões para micro, pequenas e médias empresas, algo que não estava ainda no escopo. Então, o esforço é para manter o emprego e a continuidade das empresas nacionais.

Manutenção das atividades essenciais. Na agropecuária nós tivemos a maior safra dos últimos 31 anos, dados do MAPA, da ordem de R\$697 bilhões. O Brasil, graças a Deus, não ficou desabastecido e teve uma alta da ordem de 8,6 em relação a 2019, com toda a crise.

São 142 milhões para segurança hídrica no Nordeste.

Governança e transparência: mais de 274 bilhões de dotação orçamentária para o Covid. Foram empenhados até o momento da ordem de 73,9% do valor. Não vou entrar nos números, mas os senhores os têm na Transparência. Valor pago *versus* valor empenhado até o momento da ordem de 54,3%. Isso dá aproximadamente um total de 110 bilhões de pagamento.

Isso aí é um exemplo, não vou ler para os senhores: são 20 MPs emitidas, editadas, desde a repatriação – MP 936 – de brasileiros em Wuhan, em fevereiro. Essas MPs, transferência de fundos de saúde para Estados, totalizam um total de R\$274 bilhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Manutenção de emprego e renda.

Ajuda financeira aos Municípios, PL 39, União, Estados e Municípios juntos. Como resultado do entendimento de ontem entre o Presidente e os Presidentes da Câmara e do Senado, foi concretizado um apoio financeiro da ordem de R\$60 bilhões. Segundo o próprio Ministro da Economia, se nós considerarmos aquilo que já houve de postergação de impostos e outros auxílios, esse total chega em torno de R\$177 bilhões.

Isto é uma coisa interessante: a retomada do caminho do crescimento. O Pró-Brasil está mais na frente, não está?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Então, depois eu falo do Pró-Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A crise impôs um desafio fiscal muito grande. A meta original do nosso déficit para 2020 era da ordem de R\$124 bilhões. Com a Covid, nós estamos, até o momento, em torno de R\$525 bilhões de déficit.

Eu coloquei essa transparência para os senhores porque isso vai requerer esforço e responsabilidade de todos os Poderes para nós retomarmos o caminho do crescimento e voltarmos à normalidade. Isso tudo está sendo feito para preservar vidas e empregos.

Pró-Brasil. Como surgiu o Pró-Brasil? Quando o Presidente abordou a questão de que nós temos que retomar após a pandemia, que nós temos que voltar a crescer, e o Ministro da Economia falou isso, os ministros começaram a me procurar já com seus programas, pedindo apoio junto à Economia para os recursos para retomarmos o crescimento.

Apareceu o primeiro ministro e me apresentou um programa de alguns bilhões; veio o segundo com mais cento e poucos bilhões; quando veio o terceiro ministro, nós paramos, conversei com a Economia, foi acertado e começamos a planejar o Pró-Brasil para juntarmos os ministérios – é uma conversa que já está sendo feita – com prazo... O prazo, se não me falha agora, é de 60 dias? Não, é menos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – São 60 dias para nós fecharmos esse pacote. Isso é coordenado e apresentado, é feita uma parte de controle.

Eu convido os senhores, se quiserem, na hora em que quiserem, a vir à Casa Civil, porque não tem como mostrar isso por videoconferência, tanto para visitar o centro de operações como essa parte de controle do Pró-Brasil.

Nós estamos coordenando, priorizando, em todas as áreas, para podermos desencadear e retomar junto com aquele plano de governo de caminho da prosperidade. O Pró-Brasil é uma ferramenta para otimizar esse caminho da prosperidade. Não existe substituição ou troca de caminho naquilo que foi planejado pela Economia. Eu queria deixar isso bem claro.

Esse aí é o painel da vida, porque nós nos solidarizamos com as famílias enlutadas, mas temos que mostrar que existe também um grande número de recuperados. Esses dados que os senhores estão vendo são do dia 20 de maio. Nós já tivemos, até o momento, 191 mil infectados, 191,5 mil, mas já...

(Intervenção fora do microfone.)

Perdão!

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 291 mil infectados, mas já tivemos 116 mil, quase 117 mil recuperados e 156 mil em recuperação.

Então, novamente, nós nos sensibilizamos e nos solidarizamos com as famílias brasileiras neste momento, mas nós temos também que não ficar somente com o olhar para o lado negativo, porque o Brasil não pode parar. A pandemia vai passar, e ninguém vai ficar para trás.

Então, senhores, isso é o que eu tinha, numa rápida visão, sem tomar muito o tempo dos senhores, para apresentar. É alguma coisa dos 60 dias do enfrentamento ao coronavírus, coordenado pela Casa Civil, pelo Centro de Operações e pelo gabinete de crise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Quero comunicar a V. Exa. que esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Câmara e pela TV Senado.

Há a participação de internautas que queiram, por acaso, fazer alguma interpelação a V. Exa. A gente seleciona alguns casos; não dá para atender todos.

Os Senadores e os Deputados Federais membros ou não membros da Comissão também poderão fazer participações.

Como começamos mais cedo, o quórum, a presença ainda não é a que tradicionalmente acontece. Vamos fazer o seguinte: vou passar a palavra para o Relator, o Deputado Francisco Jr. Ele tem o tempo de até dez minutos, se assim desejar, para fazer os seus questionamentos. Depois, daremos sequência com as perguntas dos inscritos nesse momento.

Então, com a palavra o Exmo. Deputado Francisco Jr., Relator desta Comissão.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Confúcio Moura, Senadora Eliziane, Senadores e Deputados!

Quero cumprimentar também todas as assessorias e os internautas.

De forma muito especial, quero cumprimentar, agradecendo a presença, o Ministro Braga Netto, Walter Souza Braga Netto, e toda a sua equipe, parabenizando-o e toda a sua equipe por todas as atividades, por todo o trabalho.

Com certeza, essa pandemia é uma atividade inédita, é um desafio inédito, que todos nós temos de trabalhar e com que temos de aprender. Eu costumo dizer que nós temos que trocar o pneu com o carro andando, neste caso. Ele não pode parar, não é, Ministro? É como o senhor falou bastante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito do que eu ia perguntar o senhor colocou na sua apresentação. Então, eu fui remanejando minhas perguntas aqui, mas, caso eu faça alguma pergunta que o senhor já expôs, peço que o senhor aprofunde o caso. Está bom?

Eu gostaria de pedir também que o senhor disponibilizasse essa apresentação para todos nós, que isso pudesse ser encaminhado, para que possamos estudá-la mais a fundo.

Bem, Ministro, nós sabemos que a Casa Civil age como um centro de governo. Ela tem uma função muito especial na interlocução com todos os órgãos, de forma especial nesta crise, na coordenação do enfrentamento à crise.

O senhor repetiu uma frase que foi dita, eu acho, por todos os agentes do Governo que conversaram conosco até agora, iniciando pelo Ministro Paulo Guedes, muita enfatizada pelo Ministro Paulo Guedes e pelo Secretário do Tesouro Nacional. O senhor falou assim: "Não faltará recurso para a saúde". E isso eu percebo que é uma ordem direta do Presidente, que tem esse cuidado para que realmente não falte recurso para a saúde. Contudo – o senhor tem dados mais recentes do que os que eu estou trabalhando aqui formalmente, porque nós emitimos o primeiro boletim dessa relatoria recentemente –, o senhor trouxe dados mais novos, mas a proporção continua a mesma. E nós percebemos que, na dotação que está atualizada e autorizada, o que foi empenhado para aquilo que foi efetivamente pago e executado, há uma distância muito grande. Isso nos leva a crer que parece que está havendo uma dificuldade de gastar, apesar de não faltar recursos. Estão nos faltando condições para gastar esse recurso, e bem gastado. Gostaria que o senhor comentasse sobre essas principais dificuldades para a execução, o que nós podemos fazer para que a gente tenha resultados mais rápidos. Nós, por exemplo, conseguimos ser muito rápidos com o apoio emergencial. Nós já estivemos com o Presidente da Caixa Econômica, que nos explicou a operação – o Ministro Onyx Lorenzoni também –, mas não é assim em todas as áreas. A gente percebe, então, por exemplo, de forma especial na saúde, que nós temos um valor muito alto empenhado, mas um valor proporcional muito aquém executado. Então, queria entender essas dificuldades e o que está sendo feito para eliminá-las.

Uma outra situação: a gente percebe que a gente já está conseguindo realizar um planejamento, existem muitas ideias, muitos programas. O senhor está de parabéns com toda essa central de operações. Porém, a gente iniciou com muitas emergências. Eu queria saber se nós já estamos saindo dessas emergências, se a gente já está entrando numa ação de combate mais planejada, mais rotineira, ou se nós ainda estamos sufocados pela emergência e se isso pode ser um dos nossos problemas. Nós tivemos que dar uma guinada muito grande na máquina, e eu queria saber, se não estamos, qual é a previsão.

Uma outra situação: foi dito pelo Ministro Paulo Guedes que todo o planejamento tinha um horizonte de três meses. Então, para todo esse volume de recursos que está sendo destinado, todo esse endividamento que o senhor citou agora, esses volumes altos, nós teríamos aí um universo de três meses. Porém, não temos a certeza de que nós vamos ficar dentro dessa margem. Caso nós a extrapolemos –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém deseja isso –, caso essa pandemia se estenda de forma mais grave e extrapole esses 90 dias, já que estamos há 60 dias já, nós estamos preparados para isso? O que será feito e qual é a previsão de prazos, de tempo de enfrentamento dessa pandemia, para podermos retomar o crescimento, que foi a última exposição do senhor, que realmente é o que todos desejamos?

E outra situação que eu queria colocar: nós percebemos – e aí eu faço uma avaliação pessoal –, pelos dados que a gente tem, que o nível de testagem que o Brasil tem, por mais que a gente seja otimista – e veja a colocação do senhor –, ainda é muito baixo. E as boas decisões precisam de boas informações, precisamos de bons dados para poder tomar boas decisões. E o senhor falou sobre um programa de testagem que aumentará essa testagem. Eu ainda acho tímido. Queria saber qual a base comparativa que o Governo está usando para o programa de testagem. Quantos brasileiros por cem mil habitantes ou um milhão de habitantes precisam ser testados, na base que vocês estão usando, para nós termos eficácia nas nossas decisões? Nós percebemos, por exemplo, que nós estamos testando dez vezes menos que os Estados Unidos, por exemplo, ou a Rússia. E a testagem é fundamental para tomarmos decisões mais acertadas.

Outra situação. O senhor falou muito da comunicação, de um portal que reúne todas as informações. Isso é fundamental e importante. Inclusive, a Comissão também está preparando um portal. Porém, hoje nós vivemos em um mundo de notícias falsas, de *fake news*, e com muita dificuldade de comunicação. A título de informação, como está o diálogo, a interlocução com os outros entes – Estados, Municípios – e como são essas informações? Nós temos informação de qualidade chegando dos 5,5 mil Municípios brasileiros? Como está sendo feito esse trânsito de informação? Eu teria curiosidade de saber, a título de informação mesmo. Eu imagino as dificuldades que nós estamos enfrentando.

Aparentemente o programa de auxílio emergencial foi conduzido com muita eficácia. Tirando um caso ou outro, as pessoas estão recebendo os recursos. Por outro lado, muita gente reclama que os recursos para capital de giro ainda não estão chegando às empresas. Nós sabemos, Ministro, que os maiores geradores de emprego são os micro e pequenos empresários, e eles reclamam muito que não têm acesso ao crédito. Como fazer para resolver isso? Na sua opinião, a criação de fundos garantidores que reduzissem a incerteza quanto ao pagamento dos empresários poderia melhorar esse quadro? E como seriam esses fundos garantidores? Pergunto se eles estão no radar do Governo ou, melhor, se nós temos outra alternativa para fazer o crédito chegar ao micro e pequeno empresário, até porque nós estamos pensando não somente nos empregos que eles têm que segurar e garantir, mas na retomada do crescimento, que é o ato seguinte e o mais importante.

Eu gostaria também de pedir ao senhor um esclarecimento sobre o conteúdo da Medida Provisória 966, de 2020. Ela é polêmica, apesar de nós entendermos que trata da responsabilização dos agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados ao Covid-19. Nós entendemos que é uma emergência, uma urgência; que podem acontecer erros formais, não intencionais, sem dolo; e que as coisas não podem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parar, têm que acontecer. E ela trata dos gestores públicos que atuam de boa-fé no combate à pandemia, porém eles podem ser responsabilizados por seus atos. E ontem houve uma grande discussão sobre essa matéria no STF. Então, nós temos aí uma realidade de um lado e uma formalidade do outro. E nós estamos num momento de crise. Foi editada a medida provisória, e alguns pontos dela estão sendo questionados no STF. Como o senhor coloca, como o Governo vai tratar essa situação já que nós não podemos ter servidores acuados, temendo toda essa situação, e ao mesmo tempo temos que cercear a ação dos aproveitadores, aqueles que usam a crise como oportunidade para levar algum tipo de vantagem também? Porque a gente sabe que isso é real. Como tratar isso, sendo que a MP está sendo questionada, já que a MP era uma alternativa?

E, por fim, o senhor fez aí um convite para conhecermos o Pró-Brasil. Eu gostaria muito que nós tivéssemos, sim, essa oportunidade, e talvez pudéssemos estabelecer uma data para que toda a Comissão pudesse conhecer, já que da pandemia o que eu considero mais importante é o pós-pandemia. Nós vamos enfrentar tudo que está acontecendo agora, mas com muita esperança. Eu acredito que nós vamos poder seguir em frente e o Brasil retomará o seu crescimento e o seu desenvolvimento.

Encerro, Ministro, perguntando como, na sua opinião, o Congresso Nacional pode ter uma participação melhor, mais ativa; como que nós podemos colaborar mais neste momento e em toda essa situação da pandemia.

Mais uma vez parabênzo o senhor e a equipe pelo trabalho, me colocando à disposição.

Obrigado, Presidente Confúcio.

Essas são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco Jr.

Eu passo a palavra para o Ministro Braga Netto.

Acredito que, com seis a sete minutos, Ministro, o senhor tenha condição de responder ao nosso Relator.

Com a palavra V. Exa.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Deputado, eu agradeço ao senhor as perguntas.

Eu vou tentar responder o que anotei aqui. Vou até pedir um auxílio ao chefe da SAG, que pode clarear algumas... Deixar mais objetivas algumas respostas.

Primeiro, com relação a não faltar recurso: o senhor tocou num ponto que é chave para nós. Eu aprendi como é difícil gastar o recurso corretamente na intervenção. Com a intervenção, chegou um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volume de recurso; em dez meses eu tive que gastar; e eu tive que me desdobrar para fazer aquilo dentro do que prevê a legislação.

O Congresso pode nos ajudar muito nessa situação para melhorar o gasto, porque um dos focos do Pró-Brasil é a melhoria dessa legislação brasileira hoje, que nos amarra e nos coloca cheios de regulamentações; melhorar essa legislação sem abrir brecha para qualquer tipo de irregularidade.

Para o senhor ver, hoje o custo Brasil gira na ordem de R\$1,5 trilhão. Para um gestor aqui na Esplanada poder fazer um gasto e depois não ter o CPF dele bloqueado ou responder no Tribunal de Contas e ter todos os órgãos de controle em cima – e estão todos os órgãos de controle acompanhando –, ele tem que tomar uma série de medidas que dificultam exatamente a execução desse recurso. Quando o senhor fala do problema da diferença entre o empenhado e o pago, os gestores estão cumprindo o que prevê a legislação. Além de haver uma corrida a material fora do Brasil e tudo mais, existe também a dificuldade da chegada desse material, uma série de problemas com relação a insumos, a própria China, que aumentou os preços, colocou aditivos e tudo mais.

Então, o Congresso... Uma das medidas que nós pretendemos fazer agora, exatamente durante essa execução do Pró-Brasil, nós já conversamos sobre isso com a Economia, é encaminharmos para o Congresso a aprovação de medidas que facilitem essas execuções.

Resposta para o senhor com relação às medidas: elas estão sendo planejadas, mas, na realidade, nós estamos vivendo de conduta, porque a pandemia pegou a todos exatamente de surpresa.

Testagem...

Ah, o diálogo com Estados e Municípios. Num nível técnico, no nível técnico do centro de operações do gabinete de crise e nos ministérios, particularmente o da Saúde, que tem Conass, Conasems, o contato é diário com Estados e Municípios e sem nenhum tipo de problema.

Os Estados Unidos testaram até agora, pelos dados que nós temos, na ordem de 13 milhões de pessoas. O Brasil comprou 45 milhões de testes, só que os testes não chegaram todos. Então, à medida que forem chegando... Agora, quem pode explicar isso melhor para esta Comissão é o Ministério da Saúde.

Recurso para pequenas e médias empresas. Nós sabemos disso, temos sido procurados e temos facilitado o diálogo com o BNDES e com o Ministério da Economia – temos tido diversas reuniões não só com o BNDES, mas com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, que têm nos procurado, e tem-se conversado isso.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Com relação à MP 966, eu vou dizer para o senhor o seguinte: o Governo Federal cumpre a decisão do STF, mas o Parlamento pode nos ajudar. Os senhores podem nos ajudar, porque hoje – isto é uma constatação – eu acredito que todos os gestores no Brasil, particularmente na Esplanada, têm receio de fazer qualquer ato intempestivamente, porque ele será cobrado, pela legislação que existe atualmente.

Visita ao Ccop e ao Pró-Brasil está aberta. Eu só pediria que o estafe dos senhores fizesse contato com a minha chefia de gabinete para acertar.

Eu pediria ao Varella que desse uma explicação mais adequada ao senhor com relação a recurso de pequenas e microempresas.

Pode falar, Varella.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Ministro já respondeu.

Muito bem, vamos então ao bloco dos inscritos...

O SR. MARCELO DIAS VARELLA (Para expor.) – Como o Ministro Braga Netto já indicou, o problema já foi identificado...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar, doutor. Pode continuar sua explicação.

O SR. MARCELO DIAS VARELLA (Para expor.) – A gente está agora elaborando uma nova medida provisória para tentar retirar as travas para que o crédito efetivamente chegue às micro e pequenas empresas, além da sanção da norma que recentemente foi aprovada pelo Congresso Nacional relativa ao Pronampe. Então, a expectativa é que, com a norma que o Congresso Nacional acabou de aprovar, somada à medida provisória que está para ser liberada, a gente consiga aumentar a efetividade do crédito que chega às micro e pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Respondeu a todos, não é, Ministro? Então, eu vou passar agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor quer complementar, Ministro? Por favor.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Olha, eu só quero dizer para o senhor o seguinte. Aquela apresentação inicial que eu mostrei para os senhores, do Gabinete de Crise, perdão, do Centro de Operações, como eu disse, tem representante de todos os ministérios, de todas as agências. Um dos representantes é uma representante da SeGov (Secretaria de Governo), e ela faz aquele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato com Estados e Municípios – e Parlamentares também. É a Debora Arouche, que estão me falando aqui. A Debora Arouche é que está encarregada disso aí. Então, nós estamos abertos.

Quero até esclarecer uma coisa para os senhores que gerou uma... Quando nós criamos aquela central, com uma célula de inteligência, da qual eu já mudei o nome para Gestão do Conhecimento, para não ter problema, aquilo ali é até interessante, porque já vieram vários Parlamentares aqui e já viram que ela faz análise de risco e prospecção de cenário. Então, é uma ferramenta muito interessante para os senhores verem.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estamos iniciando as perguntas dos Senadores e Deputados inscritos. Vamos fazer blocos de três membros da Comissão. O senhor, por gentileza, anote o nome e as perguntas de cada um. Ao final dos três, o senhor tem um tempo para respondê-las adequadamente. Os primeiros inscritos são a Senadora Eliziane Gama, o Senador Izalci Lucas e o Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo.

Concedo a palavra à nossa Vice-Presidente da Comissão, a Senadora Eliziane Gama. Por favor, pelo tempo de três minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, eu queria cumprimentar também o Relator, o Deputado Francisco Jr., que, aliás, está fazendo um grande trabalho nesta Comissão, e todos os demais colegas, em nome do meu queridíssimo Senador Esperidião Amin.

Ministro Braga Netto, este é um governo notadamente marcado por vários conflitos, várias polêmicas, desde o seu primeiro momento até agora. E nós temos, naturalmente, no País, as suas dificuldades próprias, como falta de cobertura digital, problema econômico – aliás, essa questão econômica já vinha também se arrastando –, o que se soma a várias declarações polêmicas... Por exemplo, agora, o Presidente insiste numa defesa de um medicamento que tem efeitos colaterais comprovados e que não tem uma eficiência recomendada pela Organização Mundial da Saúde, deixando outros de lado que também estão sendo usados pela rede de saúde. Junto a isso, apresenta a MP 966, que cria um excludente de ilicitude, sabe-se lá por que, após a defesa de um medicamento dessa natureza.

Ao mesmo tempo também, Ministro, nós temos acompanhado, de forma muito frequente, a presença do Presidente da República em atos antidemocráticos, atos, por exemplo, que vão contra o STF, que vão contra o Congresso Nacional e que vão contra aquilo que está estabelecido no Estado democrático de direito. O senhor é o Ministro da Casa Civil e, portanto, é o responsável pela articulação política do Governo.

Eu queria centrar, depois desse meu comentário, em três perguntas específicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas. O senhor falou que não falta dinheiro para a saúde. De fato, o Congresso Nacional flexibilizou, criou as condições jurídicas, legais, portanto, de aplicação desse recurso. E nós estamos agora na ansiedade acerca da ajuda emergencial – inclusive, o projeto nosso pede a prorrogação dessa ajuda. O Ministro da Economia já disse que não quer prorrogar e que, se prorrogar, será com apenas R\$200 por mês para essas famílias carentes. Eu pergunto ao senhor: qual é a sua posição sobre isso? E o Governo, de fato, vai prorrogar? Existe dinheiro também para a questão da saúde econômica ou, melhor dizendo, existe a preocupação do Governo em relação à questão econômica dessas famílias?

A segunda pergunta. O senhor comanda o Programa Pró-Brasil, de R\$280 bilhões. Eu queria saber: nós temos o dia seguinte, o amanhã. Qual é o seu otimismo na execução desse programa diante de um Presidente tão beligerante, com ações que acabam colocando em instabilidade, sobretudo, a economia, em muitos momentos que nós temos vivenciado?

E a última, Ministro. Eu digo isto até por uma posição pessoal, uma preocupação pessoal muito forte. Há uma sombra hoje sobre o Congresso Nacional com a preocupação acerca do Estado democrático de direito e a possibilidade de um golpe de Estado.

(Interrupção do som.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Eu pergunto ao senhor: há essa possibilidade? Ou qual é a palavra que o senhor nos dá para trazer tranquilidade em relação à possibilidade de virada de mesa e de um golpe de Estado por parte deste Governo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

Izalci? Cadê o Izalci?

Com a palavra, Izalci. Solte o som.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar os colegas Parlamentares, cumprimentar o Ministro.

Ministro, já são 40 medidas provisórias que foram encaminhadas, relativas a esse tema do Covid, e todas elas já estão vigentes, mas com grande dificuldade de serem implementadas ou implantadas. Para aferir isso, basta ver as dificuldades dos trabalhadores e também dos empresários de acessarem, de serem atendidos os mecanismos de crédito, bem como a dificuldade de chegarem na ponta esses recursos. Então, eu pergunto: a Casa Civil tem articulado com os demais órgãos para o atendimento efetivo do que o próprio Governo propõe por meio de medidas provisórias? O que está sendo feito para que esse dinheiro chegue na ponta?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso querido Senador Esperidião Amin já falou. Nós estamos com a caixa cheia e a torneira pingando apenas. Então, há muitas empresas quebrando, as pequenas principalmente.

Outra coisa, Ministro, o próprio Governo... O Congresso Nacional tem feito também um grande esforço aprovando muitas matérias nessa área de emergência à saúde pública; no entanto, a sanção presidencial tem demorado muito. Alguns projetos ainda estão carentes de sanção. Então, tem demorado muito essa questão da sanção presidencial. E alguns acordos que também são feitos com o Congresso estão com dificuldades de serem cumpridos. Às vezes fecham um acordo e depois vetam aquilo que está acordado.

O senhor falou muito bem sobre uma das preocupações que tivemos quando aprovamos a PEC, a Emenda Constitucional nº 106, com relação à gestão pública. De fato, nós temos esta dificuldade de conseguir gestores que sejam executores de despesa. Ninguém mais quer assinar nada, porque hoje, no Brasil, quem faz alguma coisa responde, seja ao TCU, à AGU, à CGU... Todos esses "us" aí realmente acabam inviabilizando encontrarmos gestores no Brasil.

Então, V. Sa. falou bem. Acho que o Executivo precisava levantar esses problemas e tentar apresentar uma proposta para flexibilizar, como o senhor disse, também sem deixar brecha, evidentemente, para corrupção, desvio de recurso e tal. Mas, de fato, essa burocracia do Brasil custa muito e é tão prejudicial quanto o próprio sistema de corrupção. A gente precisa realmente agilizar, fazer uma proposta para flexibilizar, para haver simplificação, senão a gente não consegue fazer absolutamente nada. Acho que o dinheiro não está chegando por isso. As pessoas têm medo de assinar qualquer coisa, principalmente nessa fase emergencial.

Eram essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Motta, São Paulo.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta. V. Exa. pode falar.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar e cumprimentar o senhor, cumprimentar o Relator, Deputado Francisco Jr. e também o nosso Ministro Braga Netto pela excelente explanação e pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente da Casa Civil.

Sr. Ministro, uma das minhas bandeiras dentro da Câmara dos Deputados é defender os trabalhadores e os aposentados. Presido a CNTC, entidade que representa hoje mais de 12 milhões de comerciários no Brasil. Então, Sr. Ministro, os trabalhadores têm muito a contribuir com o nosso País, mas não há um diálogo do Governo com os representantes dos trabalhadores. Ressalto que os representantes patronais são recebidos pelo Governo, mas não os dos trabalhadores, que neste momento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de pandemia têm sofrido muito com demissões, suspensões de contrato de trabalho, redução de jornada de trabalho e redução de salários.

Então, Sr. Ministro, eu pergunto: existe essa perspectiva de o Governo receber os Parlamentares que defendem os trabalhadores, as entidades e as confederações?

E outras perguntas. Em relação ao Programa Pró-Brasil, quais são as ações prioritárias? Além do Pró-Brasil, o Governo trabalha com a possibilidade de lançar outros programas de políticas públicas para o fomento da economia que visem principalmente à manutenção e à geração de empregos?

Sr. Ministro, que Brasil o senhor vislumbra pós-pandemia?

E a última pergunta: como o Governo pretende conciliar o aumento de despesas com os investimentos para alavancar a economia?

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Ministro, e parabéns pelas suas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado. Passo a palavra ao Ministro Braga Netto, pelo tempo de até sete minutos, para responder aos três Parlamentares.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Com relação à Senadora Eliziane, primeiro, a articulação política do Governo não é Casa Civil mais, ela foi Casa Civil. Logicamente, eu recebo Parlamentares, como os senhores, converso, mas todos os assuntos políticos do Governo Federal, da Presidência, são tratados pela SeGov (Secretaria de Governo). Então, eu passo para lá.

Pró-Brasil. Não há dinheiro. Eu acho que não me fiz entender bem. O Pró-Brasil é uma ferramenta, uma ferramenta exatamente para priorizar os projetos existentes no Governo com ênfase em projetos que possam atrair investimentos, particularmente investimentos privados. Eu tenho sido procurado por diversos empresários, diversas entidades nacionais e internacionais que querem colocar dinheiro, mas têm insegurança de aplicar no País. Então, o Pró-Brasil, juntamente com a economia, o programa de desenvolvimento é o caminho para a prosperidade. O Pró-Brasil é uma ferramenta, e eu já disse: estou convidando os senhores para virem ver o Pró-Brasil.

A última pergunta da senhora não chegou muito clara, mas deu para entender.

Ah! Outra coisa, excludente de ilicitude. Não há excludente de ilicitude nenhuma. O que existe é uma tentativa de dar uma proteção para aquele erro que não foi um erro de má-fé, um erro de corrupção para o gestor que cometeu um erro administrativo. Mas não existe... Tanto que, no projeto, se não me falha a memória, ele diz lá sobre a punição de erros para má-fé, corrupção e tudo mais. Agora, cumpre-se o que foi acertado pelo STF. O pessoal bota o Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A MP tira a responsabilidade por decisões tomadas pelos agentes públicos durante a pandemia, com exceção de dolo ou culpa. Se houve dolo ou culpa, ele é punido, está escrito ali, então, não existe isso.

E a última fala da senhora chegou quebrada aqui, mas deu para entender...

Qual foi o termo usado mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Golpe.

O Governo é democrático, é um Governo de centro-direita... *(Falha na gravação.)*

... sobre esse assunto. Isso é teoria conspiratória que não existe.

O Senador... *(Falha na gravação.)*

... nós temos tentado... *(Falha na gravação.)*

... medidas provisórias não chegarem na Casa Legislativa. Elas também têm um grande número... *(Falha na gravação.)*

Os senhores estão me ouvindo? *(Falha na gravação.)*

Deputado Peterlini, você está me ouvindo?

Só está aparecendo o senhor na minha tela aqui só.

O SR. GENERAL PETERLINI (PSL - SP) – É afinidade!

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Os demais estão me ouvindo?

Caiu o link aí...

O SR. GENERAL PETERLINI (PSL - SP) – Voltou agora, Braga Netto.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – O senhor está me ouvindo, Senador? *(Pausa.)*

Senhores, eu só estou vendo aqui o Senador Esperidião Amin... E quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Gustavo Motta.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Luiz Carlos Motta, perdão. Eu não sei se os outros estão me ouvindo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Ah, voltou.

O senhor está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Eu estou ouvindo, Ministro. O senhor está me ouvindo?

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Estou, agora estou. Caiu um *link* aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bem. Caiu o *link* aqui, no Senado, exatamente.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Então, eu vou voltar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor estava respondendo à Senadora Eliziane. O senhor pode continuar.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Ah, o senhor perdeu na Eliziane? Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Na Eliziane, no final...

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – O senhor escutou...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor estava falando sobre Governo democrático, centro-direita. Continue.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Isso. Então, não há nada de golpe de Estado. Eu não sei de onde estão tirando essa ideia.

Com relação ao Senador Izalci, eu estava dizendo para ele o seguinte: nós estamos nos desdobrando para agilizar a distribuição de recursos nesses contatos que estão sendo feitos – o Ministério da Economia está se desdobrando nisso –, mas quero lembrar também que muitos dos recursos, no tocante à saúde, são transferidos fundo a fundo. Então, isso quer dizer que a transferência é imediata.

Com relação à sanção presidencial em que o senhor tocou, Senador, é o seguinte: a sanção presidencial o Presidente tem feito o mais rápido possível. O problema é que... O problema, não; a questão é que, quando há uma alteração por parte da Casa Legislativa, o que é normal, esse retorno tem que ser analisado novamente na questão jurídica, de mérito, de valores e tudo o mais. Então, particularmente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Exatamente, no impacto orçamentário... Então, isso é que às vezes toma tempo.

Com relação a trabalhadores e aposentados, essa ligação... No Governo, nós estamos abertos, só que essa ligação dos Parlamentares ligados ao... *(Falha na gravação.)*

... aposentados deve ser feita via SeGov e não via Casa Civil. E a Casa Civil está... *(Falha na gravação.)*

... disposição.

Uma questão muito importante... *(Falha na gravação.)*

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Está me ouvindo, Senador?

Caiu novamente, Senador. *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – ... som do Ministro, por favor. Ativar o som do Ministro.

Alô. Está difícil.

Está havendo um problema técnico aqui. Nós não conseguimos ainda resolver.

Então, vou ler para o Ministro Braga Netto – o senhor pode anotar aí, Ministro – algumas perguntas dos internautas até que se libere a voz para nossos Parlamentares.

V. Exa. está escutando, Ministro?

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Estou escutando o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bem.

Já está aberto a todos?

Está faltando o vídeo entrar. O rosto do senhor não está na minha tela.

Vou ler para o senhor algumas perguntas dos internautas. O senhor anota e, depois, o senhor responde, à medida que for possível.

Antonio Oliveira, do Paraná: "Com a pandemia da Covid-19, o Governo Federal ampliará investimentos em pesquisas científicas?". Uma pergunta simples. *(Pausa.)*

O senhor me ouviu, Ministro?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vou ler mais uma perguntinha e, depois, o senhor responde a todos os internautas.

Hilario Ribeiro, Rio Grande do Sul: "Qual a participação de empresas do terceiro setor nas ações de combate ao coronavírus?"

Terceira pergunta, também de internauta. O senhor responde depois dos Parlamentares.

Luiz Vecchi, do Paraná: "Os agentes de segurança pública municipais [...] irão receber testes de Covid-19 do Ministério da [...] Segurança Pública?". Interroga.

Celyne Catete, do Estado do Pará: "Com o aumento da carga horária, por conta da Covid-19, os profissionais de saúde iram ter algum bônus no salário?"

Por enquanto são essas perguntas.

Se o senhor puder...

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar.

Continue respondendo às perguntas do bloco.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Deputado Luiz Carlos, com relação a trabalhadores aposentados, a SeGov está aqui aberta, à disposição para recebê-los, sem o menor problema.

Com relação a investimentos, a recursos, aumento de despesas, eu tenho sido procurado por diversos setores, fundos internacionais privados e nacionais privados, querendo investir no País. Um dos focos do Pró-Brasil, junto com a Economia, lá no "caminho da prosperidade", é exatamente o uso desses recursos não públicos.

Com relação a aumento de despesa – atendo também a uma pergunta que foi feita pela Senadora Eliziane –, mostrei para os senhores que o nosso déficit, que era uma previsão de cento e quarenta e poucos bilhões, já bateu quinhentos e poucos bilhões. Então, logicamente, deverão haver recursos públicos, mas não serão no montante que possa atender a toda recuperação. Nós vamos ter que fazer um trabalho muito grande de legislação e buscar exatamente esses fundos privados.

O Antonio Oliveira... Nós não pretendemos aumentar despesa. Na realidade, senhores, o Tesouro está sem dinheiro. O Tesouro procurou ao máximo ajudar para evitar a quebra de empresas, perda de empregos, mas o Tesouro não tem dinheiro. Ele está chegando ao seu limite. Então, não se busca





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento de despesa, e nós precisamos do apoio da Casa Legislativa para a melhoria da nossa legislação, para que possa atrair recursos não governamentais.

Com relação a ampliar a pesquisa, o Governo já ampliou a pesquisa. Eu mostrei na palestra aqui a quantidade de recursos que foram colocados para a pesquisa e que deverão continuar sendo colocados para o tempo que for possível do recurso governamental – bolsas de estudo em busca de soluções, alternativas, em todos os campos, incentivo à fabricação de respiradores e tudo mais.

Terceiro setor. O Pátria Voluntária está trabalhando com esse terceiro setor, e o terceiro setor já está nos ajudando. Os recursos vêm de doação, eles são utilizados exatamente no terceiro setor. Eles são encaminhados. Eles não vêm do Tesouro Nacional, porque senão eles entram na 8.666.

Agentes de segurança pública municipais: foi disponibilizado, senhores, recurso para governos estaduais e municipais, inclusive testes que foram encaminhados aos governos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Mais de 50 bilhões, exatamente, já foram encaminhados.

Eu gostaria de lembrar... Eu não anotei o nome da pessoa que me perguntou, mas os testes de Covid ele tem de cobrar exatamente do governo municipal, porque o Ministério da Justiça, através da Senasp, toda a estrutura dele, tem apoiado os governos estaduais e municipais.

E esse pessoal que está trabalhando a mais ou está se desdobrando, os nossos heróis da parte de saúde, já tem o amparo na legislação de horas extras e tudo mais. No acordo que foi passado agora dos 60 bilhões, vai haver um sacrifício, não haverá aumento até dezembro de 2021 para nenhum setor público, seja ele estadual, municipal ou federal. Essa não é a previsão, porque o Tesouro não tem dinheiro. Nós temos de ver qual será a frustração de receita que vai ocorrer. Houve uma postergação de impostos e nós vamos ver: será que serão cumpridos? O Ministério da Economia não pode trabalhar com hipóteses, ele trabalha com a realidade.

Tá, o.k., Senador? Eu acho que respondi às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro.

Eu queria que o senhor respondesse ao Deputado Luiz Carlos Motta sobre a questão dos trabalhadores, das federações que representam os trabalhadores.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Eu já respondi, eu já respondi.

A Ccop está à disposição para atender a todas as requisições dele...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – ... e a Secretaria de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro.

Vamos ao segundo bloco: Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro; Deputado João Campos, de Pernambuco; e Deputado Cacá Leão, da Bahia.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interperlar.) – Bom dia, Presidente Confúcio; bom dia, Relator Francisco Jr.; demais Senadores e Deputados; bom dia, nosso convidado, Ministro Braga Netto.

Vamos aos assuntos. Quero até fazer um breve comentário sobre um problema no aplicativo, não sei se é a internet do Planalto, porque o Ministro falou: "Ah, eu respondi", mas, na verdade, muitas pessoas, às vezes, não ouviram, Ministro. Está acontecendo isso em razão desse probleminha, que parece que foi sanado.

Eu me recordo do senhor – não pessoalmente, porque não tivemos oportunidade de estar juntos – como interventor da segurança pública no Rio de Janeiro, meu Estado. Eu sou do PSL do Rio de Janeiro. Em 2018 o senhor esteve lá como interventor na segurança pública. Estou dizendo isso só para fazer um panorama do que eu vejo que está acontecendo nos três entes estatais, União, Estados e Municípios. O senhor lá, como interventor, por exemplo, parece que não percebeu a necessidade de termos viaturas blindadas. Os nossos policiais no Estado do Rio morrem como baratas dentro de viaturas. Isso é lamentável. Tenho feito menção sobre isso. Por que fiz menção a isso, Ministro, fugindo um pouco do tema? É para exemplificar a questão da gestão.

Eu cunhei uma frase. Tem sido perguntado, indagado, o tempo todo, por diversos segmentos, por quase todos os segmentos da sociedade, e cunhei a seguinte frase, não relacionada a nenhum ou outro Governo especificamente, preste bem atenção. A frase que eu disse foi a seguinte: falta gestão, sobra incompetência e corrupção. E aí, acrescentando sobre a questão das eleições municipais, disse também que, em tempos de pandemia, está na hora da sanitização da política.

Então, o que eu vi desde o início e percebo? O Ministério da Saúde não gerenciou a coisa com Estados e Municípios. A coisa está solta. O senhor falou no seu gabinete de crise. E aí vem uma pergunta: vocês têm se encontrado com que frequência e de que forma?

Outra questão que me preocupa é a questão do protocolo. O senhor tem acompanhado o protocolo médico, se vai usar algum medicamento, se não vai usar? Em que pé está essa questão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta: o pico da doença, há uma previsão do Governo para estabelecer o pico da doença? Qual a previsão? Quando vamos poder normalizar os serviços inclusive? Desculpe, o celular aqui está caindo.

Há uma série de questões em que a gente precisa avançar, e a falta de informação e de colaboração – porque, na verdade, politizaram a doença, o que eu acho lamentável – está atrapalhando muito. Hoje você vê o Judiciário executando, você vê o Ministério Público também querendo governar, você vê um Prefeito fazendo de uma forma, outro fazendo de outra. Então, para finalizar, nós queremos saber, inclusive, se há previsão de se nomear um novo Ministro da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Deputado Felício Laterça.

Agora com a palavra o Deputado João Campos. Por favor, Deputado, com a palavra. Pode falar, Deputado.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Começando, bom dia a todos e a todas. Quero saudar o Ministro e o nosso Presidente.

Ministro, eu tenho uma preocupação muito grande com a estratégia de comunicação do Governo, que, a todo tempo, pretende desviar a atenção dos brasileiros. No dia em que o Brasil bateu mil mortos por dia, chegando a ser o segundo país com maior número de mortes por dia no mundo, o esforço do Governo foi divulgar o número de recuperados. E é difícil falar isso, porque a verdade sempre é o melhor caminho; por mais dura que ela seja, a gente tem o dever de comunicar. Então, agora não deve ser medido o custo político de dizer a verdade, mas a gente tem que medir o interesse de um governo em salvar vidas ou não. Então, a comunicação, a verdade é fundamental neste momento. Isso é uma preocupação.

Outra preocupação é a negação à ciência, é a negação ao conhecimento. O que o Presidente tem feito não é correto com as pessoas: negar as evidências, andar na contramão do mundo. E isso tem um custo mais uma vez. E quem vai pagar esse custo são as pessoas. Esse custo tem nome, tem CPF, tem endereço, tem sonhos. Então, nós temos que ter uma preocupação muito grande com as pessoas, e a negação à ciência é ruim para isso; trazer o debate de um tratamento clínico – que deveria ser debatido nos conselhos de Medicina, nas academias, dentro da ciência – para o centro do debate político. Não cabe a um presidente querer fazer uma prescrição de um remédio; cabe a um médico, cabe àquele profissional de saúde que está na ponta. E isso é muito perigoso. No dia em que a OMS publica alguma coisa, o Presidente vai na contramão e publica outra completamente oposta. Cogitou-se, como foi veiculado, mudar a bula de um remédio para poder querer dar razão a um discurso político. Isso é perigoso!

Enquanto isso, só fazendo um preâmbulo, a gente vive uma piora das condições sociais muito forte. Eu tenho uma preocupação muito grande de como vai ser o mês de julho, por exemplo. A gente pode





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar num pico de contaminação, num pico de mortes, e, ao mesmo tempo, haver uma ruptura abrupta do pagamento do auxílio emergencial. Então, nós defendemos... Eu tenho estudado muito sobre a renda básica. A gente precisa fazer uma prorrogação dessa renda, e que ela não seja de R\$200, como o Ministro Paulo Guedes está dizendo, que ela seja de R\$600, e que a gente possa estudar uma transição futura.

Nós temos hoje 51,6 milhões de CPFs beneficiados, como o senhor mostrou, o que dá próximo a 90 milhões de brasileiros tendo acesso a essa renda. Então, quando a gente cortar, vai ficar só o Bolsa Família protegido, que são 43,5 milhões. Isso dá 60 milhões de brasileiros que vão sair de R\$600 para zero! A gente não pode permitir isso. A gente precisa estudar. O Parlamento tem que ter um papel fundamental. E o senhor, com a experiência que tem, que possa ajudar o Governo a ter essa compreensão. A renda básica deve ser instituída e deve haver uma transição para a gente dar dignidade e a gente não voltar a ver a fome, voltar a ver o êxodo do Nordeste brasileiro. Que a gente possa dar dignidade às pessoas, instituindo isso!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado João Campos.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão, da Bahia. Pode falar, Deputado, por favor.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Eu queria cumprimentar o nobre Senador Confúcio Moura, cumprimentar o Relator, o Deputado Francisco Jr., cumprimentar também o competente Ministro Gen. Braga Netto. Os demais membros desta Comissão cumprimento em nome da Senadora Eliziane Gama.

Quero dizer, Ministro, primeiro da alegria de poder estar conversando com V. Exa., mais uma vez, V. Exa. que é um dos grandes quadros da República do Brasil. Eu ouvi atentamente a sua apresentação. Queria focar primeiro no ponto em que o senhor disse que não há dinheiro, e realmente não há dinheiro. O que o Brasil está fazendo é se endividando mais. A gente tinha um déficit proposto para 2020 de R\$124 bilhões e, na sua apresentação, que eu acabei de receber, inclusive, já se faz a projeção de um déficit de mais de R\$500 bilhões. Então, a gente precisa ter realmente cuidado.

Eu vejo alguns colegas defendendo e falando... Eu via outro dia desses... Fazia, inclusive, uma comparação numa discussão com outros Parlamentares. A China construiu um hospital de campanha em seis ou sete dias. Se isso fosse no Brasil, estaria todo mundo preso, porque a nossa burocracia e a nossa legislação não permitem que esse tipo de coisa aconteça. Estaria preso o Presidente da República, o Ministro da Saúde, o engenheiro responsável pela obra, estaria todo mundo pagando por um crime. É por isso que eu acho que a gente precisa despolitizar este momento.

Fiz questão de ler por inteiro a Medida Provisória 966 e tenho coragem suficiente, Ministro Braga Netto, para defendê-la, porque sei da importância do gestor e da dificuldade que qualquer gestor hoje tem para colocar o seu CPF numa condição difícil como essa. O Brasil e os brasileiros precisam que o nosso



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Poder Executivo, por intermédio de nossos gestores, tome decisões, e essas decisões precisam estar respaldadas pela lei, respaldadas pela ciência, como falou anteriormente o brilhante Deputado João Campos, do PSB de Pernambuco. Mas a gente precisa fazer com que as pessoas que tomam essas decisões estejam protegidas, e é isso o que diz a Medida Provisória 966.

A Medida Provisória 966 não trata de uso de medicamentos, de cloroquina, como tentaram falar ou como tentaram colocar. A medida provisória trata de proteção ao gestor que precisa e que vai ter que tomar decisões. É por isso que eu acho que o Congresso Nacional precisa, sim, fazer a sua parte. Decisão judicial a gente não discute, a gente cumpre, mas o Poder Legislativo, tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal, tem obrigação de tomar uma atitude sobre isso e votar essa medida provisória com urgência.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Cacá Leão.

Com a palavra o Ministro Braga Netto para responder aos três Parlamentares que usaram da palavra por último.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Deputado Felício, do Rio, quero lembrar ao senhor o seguinte. A compra de viaturas blindadas para o Rio de Janeiro... Primeiro, nós cedemos algumas viaturas que já existiam, das próprias Forças Armadas, e reformamos as que estavam quebradas no Rio de Janeiro. E não havia dinheiro suficiente para comprar viaturas blindadas para o Rio todo. Eu tinha que optar entre colete para o policial, que ele também não tinha – o colete era passado de um para o outro –, ou viatura blindada. Nós compramos coletes para praticamente todos os policiais.

Com relação à questão do contato com os Estados e Municípios pelo Ministério da Saúde. Ontem mesmo houve uma reunião, e ele mantém um contato cerrado com os conselhos estaduais de saúde e os conselhos municipais de saúde, Conass e Conasems. Ele mantém contato constante com eles, coordenando leitos, material e tudo mais. Isso é feito diariamente. Pico da doença. O senhor não tem como comparar, no Brasil – cabem aqui dentro acho que uns 18 países da Europa, ou mais –, fazer um pico da doença para o País. Isso é regionalizado e, mesmo dentro do Estado, ele também tem que ser setorizado. Então, para isso aí foram expedidas algumas orientações ou normas para que os Estados e Municípios possam elaborar esse plano de flexibilização deles. Não tem como o senhor fazer isso em nível nacional. Isso é setorizado. O que não pode é o senhor tomar a mesma medida para todo Estado de uma maneira radical. Mas isso cabe a Prefeitos e Governadores, como foi decidido pelo STF. Como bem disse o Deputado Cacá Leão, decisão judicial se cumpre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Deputado João Campos, há uma estratégia de comunicação. Cloroquina não foi liberada por médico, ela foi tirada somente do paciente de alto risco para baixo. Existe divergência na própria comunidade internacional sobre o uso da cloroquina. Agora, como disse a Ministra Damareis outro dia – eu fiquei até com inveja dela, porque eu queria ter tido aquela fala –, é muito simples. Se a pessoa não quer tomar cloroquina, faça um documento: "olha, eu não quero tomar cloroquina caso eu tenha coronavírus". Os senhores já viram diversas autoridades internacionais e nacionais que tomaram a cloroquina. A cloroquina é usada no Brasil, particularmente na Região Norte, para malária, dengue e outras doenças. Ela é usada. Nas Nações Unidas, eu tomei mefloquina um ano. Um ano, obrigatório. Tenho vários colegas aqui que foram a situações de Nações Unidas nas quais é obrigatório tomar mefloquina, que é um derivado da cloroquina para doenças de malária. Então, a comunicação estratégica existe. São posições diferentes com relação ao uso do medicamento ou não, mas sempre com prescrição médica. É o médico que decide isso aí. Isso está bem claro. A comunicação social tem sido coordenada pelo Governo. O Governo tem uma posição. É uma posição de centro-direita, é uma posição democrática e republicana.

Com relação ao Deputado Cacá Leão, eu concordo plenamente com o senhor. Se nós tivéssemos construído... Quem construiu hospital em seis dias no Brasil... E o pior é que não é de imediato, Deputado. É daqui a dois, três, quatro, cinco anos. Ele vai estar respondendo por uma ação que ele tomou em prol do benefício da própria população.

Eu espero ter respondido às perguntas dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ministro Braga Netto, nós temos ainda seis Parlamentares inscritos. O senhor estipulou um tempo até o meio-dia. Eu consulto V. Exa. sobre se o senhor pode nos conceder 15 minutos, até 12h15, para que todos possam se manifestar, porque muitos estão esperando mais tempo. Então, eu passaria o primeiro bloco, de quatro – um titular e três suplentes –, e encerro com a palavra do General Paternelli e da Senadora Kátia Abreu, e umas considerações finais do nosso Relator. Então, eu gostaria que o senhor nos concedesse mais 15 minutos, para dar tempo a todos de se manifestarem.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Senador, o senhor não quer fazer as oito perguntas e eu respondo a todos, para ficar mais ágil?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode ser.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Porque o Presidente já me chamou umas duas vezes lá embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente. Então, vamos fazer o seguinte: o senhor vai anotando uma a uma...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – ... e a resposta o senhor... Quem vai fazer o fechamento é o nosso Relator, com algumas considerações finais.

A sequência é a seguinte: Senador Wellington Fagundes, Esperidião Amin, Mauro Benevides, Zenaide Maia, General Peternelli e Kátia Abreu.

Então, com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, mais uma vez quero cumprimentá-lo, Senador Confúcio Moura; o Deputado Francisco Jr.; a todos os Senadores e Deputados que estão nesta nossa reunião; também o Ministro Braga Netto e toda a sua equipe, pela gentileza e também presteza em estar aqui prestando contas nesta que é a Comissão que foi formada com esse objetivo.

Vou tentar ser objetivo.

Hoje é o momento de salvar vidas. Nós temos que focar em cuidar das pessoas que mais precisam, mas, claro, também cuidar das empresas, que não podem morrer. Por isso já foi falado aqui da importância de liberar o crédito, que não está chegando na ponta – essa é a verdade. Sou do Mato Grosso, e o senhor já se referiu aqui ao Estado. Nós tivemos agora uma colheita recorde e isso foi fruto de muito trabalho de todos aqueles empresários e trabalhadores que estão ajudando o Brasil no campo, na produção. E por estar no Mato Grosso, nós precisamos realmente do olhar do Governo, principalmente na questão da infraestrutura.

Quero começar dizendo, Ministro, que, primeiro, temos aqui essa produção fantástica, mas também temos os problemas sociais. Vou falar primeiro da questão dos índios. O senhor falou da cesta básica – está previsto, inclusive, que a Ministra Damares venha aqui dia 28 –, mas nós precisamos estabelecer uma política específica para essas comunidades indígenas, quilombolas, para os ribeirinhos. E aí eu gostaria de que o senhor falasse um pouco mais sobre que política pública o Governo está pensando para essas comunidades, não só de alimento, porque as comunidades indígenas, principalmente elas, ficam isoladas no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e na Amazônia, muito próximas das cidades e, claro, como convivem mutuamente, se não houver uma política pública de controle disso, o perigo é muito grande.

Nesse aspecto também, eu gostaria de perguntar sobre a questão dos investimentos que nós vamos ter agora para a retomada do desenvolvimento. Como Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, acredito que cuidar desses investimentos é fundamental.

Ontem nós tivemos uma audiência com o Secretário Mansueto. Conversamos com ele sobre dois problemas ou duas soluções. Primeiro, sobre a questão dos restos a pagar. Muitos Municípios, aliás, quase todos, estão com as obras e convênios paralisados porque o Governo não está fazendo o pagamento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dessas obras que já foram iniciadas, que podem gerar empregos, que podem ajudar o País nessa necessidade também de gerar empregos. Segundo o próprio Mansueto, ele disse que estaria dependendo de uma reunião de V. Exa. com o Ministro Paulo Guedes para definir esses novos limites não só dos restos a pagar, como também dos investimentos do Finisa, que são financiamentos para os Municípios e para os Estados. E esses financiamentos, principalmente com o apoio e com a garantia do fundo de participação, dependem também da liberação desses recursos. E...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, em primeiro lugar, quero saudar o senhor e pedir que bote em votação os requerimentos que eu tenho pendentes. Sem aprovação, os requerimentos não andam.

Segundo, Ministro, seja bem-vindo com sua equipe.

O senhor se lembra do Odorico Paraguaçu, Ministro? Esta Comissão é do "fazejamento", ou seja, o planejamento e o enunciado já aconteceram. Esta Comissão tem a obrigação de cobrar o "fazejar".

Exemplos de não "fazejamento": o Governo anunciou, lá por março, a compra de 15 mil respiradores. Essa compra não foi efetivada, pelo que eu sei. Os filhotes dessa não compra centralizada, como deveria ser, serão "n" CPIs por compra de respiradores superfaturados por Estados e Municípios, a começar por São Paulo, que já tem uma investigação dos 3 mil respiradores a R\$182 mil cada um, passando por Santa Catarina, com 200 respiradores, a R\$165 mil, e apenas 50 chegaram sem que se conheça a sua especificação técnica, ou seja, isso é um exemplo de respiradores, testes, EPIs e leitos.

V. Exa. deveria, General, acrescentar ao anúncio o quanto aconteceu na ponta. É difícil, mas é necessário. E, no Estado-Maior, a EsAO ensina isto: planeja, comanda e controla. Saber o quanto aconteceu é fundamental para esta Comissão.

Finalmente, já que o tempo é exíguo, do PESE, que o senhor mencionou, de 40 bilhões anunciados na medida provisória do começo de abril, até hoje, aliás até 15 de maio, apenas 1,64 bilhão, dos 40 bilhões disponibilizados, chegou às pequenas e médias empresas. Repito: dos 40 bilhões, que é a dotação, 1,64 bilhão saiu na torneira. Nesse particular, eu sugiro que V. Exa. faça uma radiografia do seu relatório, que é muito amplo, extenso e correto, para o que efetivamente aconteceu na prática, na vida das pessoas.

E peço encarecidamente uma revisão sobre o veto ao Projeto de Lei 873, porque eu acho que ele vai necessitar da compreensão de todos para corrigir alguns equívocos.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senador Esperidião Amin, na próxima reunião, no dia 25, segunda-feira, nós votaremos todos os requerimentos em primeiro lugar. Está bem?

Eu passo a palavra ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente Senador Confúcio; nobre Relator, Francisco Jr.; Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas; quero, sobretudo, abraçar e acolher o Ministro Braga Neto, que vem compartilhar conosco a execução, como disse o Senador Esperidião Amin, nesta Comissão.

Meu caro Ministro, tenho duas perguntas rápidas a lhe fazer.

É o seguinte: o senhor falou do PLP 39. Inclusive, ontem, o Presidente, num gesto importante para o Brasil, juntamente com o Presidente Rodrigo Maia e com o Presidente Davi Alcolumbre, reuniu-se com os Governadores para tratar do PLP 39. O art. 2º do PLP 39 diz das dívidas dos Estados com a União. Tratando primeiro das dívidas dos Estados com a União, lá se diz explicitamente que a União está impedida de executar, ou seja, está clara a expressão "fica impedida" no art. 2º.

Quanto às dívidas com a União – quero deixar isto claro para o Ministro e para a sua assessoria –, quatro Estados detêm 82% dos R\$400 bilhões. Portanto, quanto aos maiores beneficiários, como já assegurado pelo artigo, está impedida a União de executar a garantia, ou seja, a União vai pagar, vai absorver esse prejuízo.

Em relação aos outros Estados, isso significa dívida com os bancos, seja dívida interna, seja dívida com os organismos multilaterais. Lembro que a palavra no art. 4º é "poderão": poderão os Estados aditar um contrato e assim por diante. Por isso é que surgiu o §6º desse PLP, que está para ser sancionado pelo Presidente. O Ministério da Economia, em tese, está conversando com o Ministro e com o Presidente para vetar, porque é exatamente o parágrafo que diz que, se o banco rejeitar o aditamento, a União continuará responsável. Mas não sei por quê. Foram dizer que alguém em uma agência multilateral estaria chateado porque ia ficar inadimplida a operação. Eu acho que não estão entendendo. A União banca e depois cobra dos Estados. Ela não poderá cobrar até 31 de dezembro de 2020, mas depois cobrará. E esse valor, diferentemente do que saiu na imprensa, já está dentro dos R\$125 bilhões. Portanto, é uma informação também equivocada. Ela já faz parte do acordo do Presidente Davi Alcolumbre com o Ministro Paulo Guedes e com toda a equipe do Ministério da Fazenda.

Então, como são dois tratamentos diferentes, pondero ao Ministro Braga Netto, que tem sido muito sensível a essas questões, que não pode haver uma discriminação entre a dívida com a União, que vai beneficiar, no grosso, quatro Estados brasileiros – nós estamos falando aí de R\$35 bilhões pelo menos –, e a questão da dívida externa com os organismos multilaterais, que serão R\$9,8 bilhões, que já constam dentro dos R\$120 bilhões, diferentemente do que está colocado lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pondero a V. Exa. que possa ajudar os Estados brasileiros, a grande maioria dos Estados brasileiros, para que o §6º do art. 4º não seja vetado.

Segundo, em relação à microempresa...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não deu tempo, Deputado Mauro Benevides. Se a sua pergunta for inadiável, peço, por gentileza, que a repasse ao Ministro, para ele responder a V. Exa.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, Sr. Ministro e todos os assessores...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Coloque o celular, porque a senhora não está aparecendo na tela.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – É que, se eu colocar, ele cai. *(Risos.)*

Cai o som aqui. Está meio complicado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Fique à vontade! Fique à vontade! Pode falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para interpelar.) – Aí eu optei pela voz.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Fale, fale!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para interpelar.) – Então, é o seguinte: eu já cumprimentei o senhor.

Quero cumprimentar todos os outros Parlamentares, em nome de Eliziane e Esperidião Amin. As minhas perguntas tinham muito a ver também com as que foram feitas por Esperidião Amin – testes, recursos para micro e pequenas empresas que estão desempregando centenas de pessoas, ou seja, um "fazejamento", como Esperidião disse. Mas há algo que me chama a atenção também: existem filas enormes, Sr. Ministro, daquelas pessoas que têm direito ao benefício da previdência, ao INSS. Há filas para as pessoas que estão solicitando o seguro-desemprego, e isso faz aumentar cada vez mais essa crise social que a gente está discutindo.

Mas eu, como médica, queria falar aqui sobre o lado médico dessa Covid-19. Uma pergunta que sempre não quer calar. O Presidente da República e todos os outros governantes deste País sabem que nós não temos estrutura de saúde – não só nós, o mundo todo, eu quero citar aqui um exemplo – para tratar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar um tratamento digno e com eficácia terapêutica comprovada, salvando muita gente – há uma quantidade de milhares de brasileiros que estão chegando ao serviço de saúde –, e sabem que comprovadamente a única maneira de evitar o número de óbitos exorbitante é o isolamento ou o distanciamento social. Uma pergunta que não quer calar: se o gestor sabe, se o Chefe da Nação sabe disso, por que, então, contraria todas as orientações da Organização Mundial da Saúde e dos outros países? Eu vou dar o exemplo dos Estados Unidos: atrasou, está aí, vai completar 100 mil óbitos. A gente está em 20 mil. Então, a pergunta é essa, já que o senhor é o Ministro-Chefe da Casa Civil: por que contrariar a única certeza que se tem para evitar muitos óbitos neste País pela Covid-19?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra o Deputado General Peternelli, por favor.

General Peternelli, com a palavra.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, Deputado Francisco Jr., em nome dos quais cumprimento os demais Parlamentares, Ministro Braga Netto, seus auxiliares, e todos que participam dessa videoconferência. Excelente. Fiquei muito contente de observar o Centro de Coordenação de Operações, o Ccop, que reúne todos os secretários executivos de todos os Ministérios, o que demonstra uma coordenação. Fiquei feliz com a frase: "Não faltarão recursos para salvar vidas". Muito importante. Na palestra, quero salientar o TeleSUS, no telefone 136 – é sempre uma boa oportunidade. O foco no apoio aos menos favorecidos e aos mais vulneráveis, o apoio...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Som para o General Peternelli, por favor. *(Fora do microfone.)*

Som! Equipe técnica, por favor, estamos no final. Não nos deixe passar mais vergonha. *(Risos.)*

A nossa audiência está ficando difícil.

General, o senhor está me ouvindo? *(Pausa.)*

General Peternelli, o senhor está me ouvindo? *(Pausa.)*

General, eu vou passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu, depois volto ao senhor, está bem?

Vou passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra a Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PP - TO. Para interpelar.) – General, bom dia.

Bom dia, Senador Confúcio e todos os colegas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não pensem que a minha ausência no vídeo significa que eu não estava ouvindo tudo. Hoje é meu dia de fazer almoço em casa, General. Eu estava ouvindo o senhor e desliguei som e a imagem para o senhor não ouvir o bater das panelas.

Eu gostaria de fazer três perguntas, três colocações. Nós temos que reconhecer, sim: tanto o Governo Federal quanto o Congresso Nacional tomaram medidas importantes neste momento da pandemia. Não adianta negar isso. Nós temos que reconhecer e aplaudir. Há demora? Sim, a burocracia do Estado é terrível. Eu fui Ministra de Estado e sei o quanto sofri com isso. Na Agricultura gastei do meu precioso tempo de funcionária do povo brasileiro mais de 70% com a administração e 30% com o agro, que não dá muito trabalho.

Eu queria chamar atenção para três coisas.

Número um, General: acompanhe de perto, muito perto, os bancos. Eles precisam entrar nesse mutirão da vida, como dizia o nosso Guimarães Rosa: "A vida é mutirão de todos". E eles estão fora desse mutirão, eles estão com preguiça do mutirão, eles não estão acreditando no mutirão. E quero ressaltar que, pelo boletim do Banco Central – o Presidente Roberto me passou –, por incrível que pareça, os bancos privados emprestaram, no mesmo período, de março até agora, o dobro do que os bancos públicos, e isso é o fim da picada. Os bancos são do Brasil: a Caixa Econômica é 100%; o Banco do Brasil, 50%; o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e demais, é tudo do Brasil. Então, eles precisam entrar nesse mutirão da vida e emprestar o dinheiro. Eu queria que o senhor acompanhasse com o nosso empréstômetro. Nós vamos liberar essas informações, junto com o Carlos da Costa, junto com o Sebrae e o Senado, para ver o desempenho disso tudo.

Segunda questão, Ministro, além da dos bancos. Eu tenho a certeza, a convicção de que vocês estão atentos, bem atentos a essa questão da saúde. E o Exército deve ter os seus defeitos – eu não conheço –, mas tem uma grande qualidade: as Forças Armadas são muito organizadas. E eu me orgulho disso desde menina. Cresci com o meu avô elogiando vocês. Então, o Exército Brasileiro precisa colocar o seu *know-how*, a sua *expertise* na pandemia. Eu sei que há vários militares trabalhando, mas eu não estou sentindo aquela organização de que vocês são capazes. Além do técnico, do Ministro da Saúde, o senhor, que está na Casa Civil, tome essas rédeas, como Chefe da Casa Civil, para organizar a orquestra. Os músicos são bons: Prefeitos, Governadores, Congresso, os técnicos, os médicos, os enfermeiros. Está faltando um maestro para tudo isso, e eu acredito que o Exército Brasileiro pode dar essa contribuição.

E para encerrar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senadora Kátia, o tempo expirou, e eu não estou mais ouvindo a senhora. Depois a senhora formula essa pergunta para a nossa Comissão. Eu faço chegar ao Gen. Braga Netto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu devolvo a palavra para o General Peternelli, para ele concluir o seu raciocínio, fazer suas perguntas.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Obrigado pela gentileza, Senador.

Eu só gostaria de fazer a última pergunta...

(Interrupção do som.)

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – ... já que o apoio aos Estados e aos Municípios é fundamental.

E a pergunta ao meu amigo Braga Netto seria: pelo pessoal do conhecimento, qual o cenário mais provável para o próximo mês?

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu passo a palavra...

O Deputado Reginaldo Lopes, de Minas, escreveu agora com grande tristeza, porque eu já tinha feito um acordo aqui com o nosso Ministro Braga Netto de somente fazer esse fechamento desse bloco, pois ele tem um compromisso lá com o Presidente. V. Exa. se inscreveu agora e infelizmente não vou poder conceder a palavra a V. Exa., com muita tristeza.

Mas eu passo a palavra para o Francisco Jr. fazer suas considerações finais, para que eu possa passar para o Ministro Braga Netto fazer o fechamento de respostas.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Então não vou nem por fone, não, para andar rápido.

Ministro, em função do tempo, eu vou ser muito breve, para colaborar, apenas o parabenizando. Diante de todas suas respostas, a gente percebe um esforço muito grande do Governo. E o senhor tem essa cruz pesada de centralizar e distribuir todas as políticas do Governo. Isso é muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas comentar um único item. Queria que o senhor desenvolvesse mais essa ideia que eu vi que foi colocada algumas vezes. Quando o senhor respondia o Deputado João Campos sobre a questão da comunicação, o senhor usou a expressão de que o Governo tem uma posição de centro-direita.

E várias vezes, agora finalizando com a Senadora Kátia Abreu, com relação à questão dos bancos, a dificuldade de os bancos entrarem... Entendendo o momento, eles também podem, se não perder, pelo menos deixar de ganhar. É uma grande discussão, a gente ouve isso muito. Então, eu gostaria de um comentário do senhor sobre essa questão, essa grande dificuldade, já que nós falamos muito e eu vi o senhor muito empenhado em criar um plano de um projeto pós-pandemia, um plano de retomada do crescimento, um plano de retomada do desenvolvimento. Isso não acontecerá se não houver investimento. E eu não falo apenas do investimento público, mas eu falo também de dar espaço para a iniciativa privada poder investir.

Nós vivemos um... Quando falamos de uma política mais liberal, nós precisamos fazer circular dinheiro no País, nós precisamos fazer que as coisas aconteçam. E nós precisamos esvaziar um pouco esse capitalismo bancário, ou capitalismo financeiro, ou rentismo. Até, na última reunião, o Senador Esperidião Amin comentou sobre isso e conversou sobre isso. Então, eu gostaria de perguntar, nesse aspecto, como o Governo espera conciliar.

E eu entendo também a imagem do País lá fora, a preocupação com o recurso externo, toda essa situação do dólar, e não é necessariamente sua área. Mas eu vejo que hoje é um grande calcanhar de Aquiles; para a retomada do desenvolvimento, para a retomada do crescimento, como trabalhar com o pequeno empreendedor no Brasil? Como fortalecer o primeiro empreendedor? Colocando nesse mesmo grupo essa quantidade de informais que nós temos no Brasil hoje, nós vimos isso no momento do cadastro da Caixa Econômica.

O meu tempo acabou. Eu espero que o senhor tenha entendido o que eu quis colocar agora.

Obrigado, Ministro. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Reginaldo Lopes, para que o senhor não fique sem as suas palavras, o senhor poderia formalizar, para a nossa Comissão, os questionamentos? Nós faremos chegar às mãos do Ministro Braga Netto, para que responda todos os seus questionamentos, que são muito inteligentes.

Então, eu passo a palavra agora para o Ministro Braga Netto fazer realmente as respostas e suas considerações finais.

Muito obrigado.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou procurar atender aqui as oito perguntas. Talvez alguma coisa escape, mas eu prometo que se os senhores encaminharem, nós detalhamos qualquer pergunta, qualquer dúvida que os senhores tenham.

Senador Wellington Fagundes, com relação aos índios, existe uma política de plano de contingência; já existe esse plano de contingência para povos tradicionais. A Ministra Damarens está em cima disso, juntamente com o Cidadania, Economia e todos eles.

Só como exemplo, no dia 28, a Ministra estará na Conab de Cuiabá atendendo essas minorias. Não só índios, mas todos os povos tradicionais estão dentro desse pacote, tanto na parte de saúde como na questão de planejamento no atendimento do isolamento deles, para que não tenham nenhum contato e tudo mais. Então, existe esse plano de contingência.

A prioridade nossa, em princípio... O senhor tem que entender o seguinte, existem milhares de planos, projetos e tudo mais. A finalidade do ProBrasil é junto com a economia, dentro do caminho da prosperidade, pegar isso aí, priorizar e ver o que nós podemos atender com investimentos privados e investimento do Estado, que vai ser uma segunda prioridade. Haverá, mas não é prioridade.

Uma das prioridades que nós pensamos é exatamente com relação àquelas obras paralisadas, para nós podermos dar andamento nisso. E esse planejamento todo será feito. Inclusive, hoje à tarde, eu tenho uma reunião com o Ministro Paulo Guedes, para tratar exatamente desse caminho da prosperidade, pelo Ministério da Economia com a Casa Civil, e aí será levado ao Presidente para o Presidente definir.

Senador Esperidião Amin. Senador, nós contratamos 15,3 mil respiradores e só recebemos até agora 861. Concordo com o senhor que houve – vamos dizer assim – uma deficiência de planejamento no início, e exatamente o Pazuello... Na realidade, o Pazuello é um grande gestor. Ele é logístico. Ele está lá por um tempo determinado, para poder exatamente acertar essa logística do Ministério da Saúde. O problema nosso é que os insumos vieram do exterior e a China não conseguiu atender a demanda mundial. E grande parte desse material veio da China, no primeiro momento. Então, nós estamos incentivando a produção nacional, o Ccop... Isso aí... Para o senhor ter uma ideia com detalhe, eu convido novamente os senhores para virem ao Ccop e os senhores verem como isso está sendo trabalhado. Mas os senhores têm que entender também que, devido à nossa legislação, isso não é feito assim: "façam um respirador". Tem que haver um embasamento legal para que, depois, o gestor não responda.

Deputado Mauro Benevides, com relação ao PLP 39, na realidade, é o seguinte: está numa fase de sanção. Antes da reunião e após, houve uma conversa com os Presidentes da Câmara e do Senado. Essa sanção tem que ter também o parecer da economia. Então, isso está sendo avaliado. E eu pediria aos senhores aquilo que eu peço, inclusive, aqui, no próprio Palácio: muita gente está acreditando numa análise da imprensa, mas, para qualquer dúvida que o senhor tenha com relação ao andamento dessa legislação, por favor, a SeGov está à disposição para esclarecer o senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide Maia, nós temos noção disso. São filas enormes, há um problema cultural nosso também.

Com relação ao distanciamento social, ninguém está pregando não haver o distanciamento social. O que o Governo tem dito é exatamente o excesso... Ao mesmo tempo que nós temos que seguir o protocolo, seguir o distanciamento, isso não significa *lockout*, em que fica todo mundo em casa e para a economia, pois o País vai quebrar! Eu espero que os senhores tenham consciência disso, particularmente nos Estados pobres. O Governo Federal não tem como apoiar mais do que ele está apoiando. Então, dentro de um planejamento, que cabe a Prefeitos e Governadores, seguindo a orientação do Ministério da Saúde, que já foi... Já foi expressa, já saiu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Ela já saiu. Isso tem que voltar aos poucos, porque o Estado brasileiro não vai aguentar.

A Europa está voltando. E, se os senhores olharem aquele gráfico que eu mandei para os senhores, o de mortes por milhão, e acompanharem, não diminuiu! Eles estão fazendo um retorno gradual. Isso tem que se voltar.

Deputado Peternelli, infelizmente, eu não tenho como passar esse cenário para o País como um todo. O que eu posso dizer para o senhor é que nós estamos trabalhando exatamente agora já nos preparando para pós-pandemia, com um olho na pandemia, logicamente. Eu volto a dizer: não é uma abertura irresponsável! Não se fala nisso aqui.

Senadora Kátia Abreu, não é só a senhora que está observando. Nós já tínhamos tido uma reunião com o Banco Central e com o Ministro Paulo Guedes. E posso garantir à senhora que o Ministro Paulo Guedes está atento, que ele e o Banco Central estão atentos a essa questão dos bancos.

Forças Armadas na pandemia. Elas já estão, como eu mostrei para a senhora... Só que os recursos das Forças Armadas, também os materiais como os financeiros, são finitos. As Forças Armadas agora botaram uma força-tarefa ajudando na logística dentro da Ministério da Saúde. Então, isso está sendo trabalhado. Ela criou dez comandos conjuntos apoiando naquilo que for necessário. Então, elas já estão envolvidas.

Deputado Francisco Jr., essa questão de centro-direita é um pensamento meu e de outros ministros. Para explicar ao senhor, para detalhar, eu ia demandar tempo. Convido o senhor para conversar comigo na hora em que o senhor estiver disponível.

Com relação a micro e pequenas empresas, o Congresso aprovou esta semana a medida do Pronampe para pequenas e médias empresas, e nós estamos elaborando uma nova medida provisória para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilitar o crédito – um total, para pequenas e médias empresas, de R\$15,9 bilhões para garantir e facilitar esse crédito.

Agora, eu gostaria de colocar uma posição para os senhores de uma solicitação. Com relação ao pós-pandemia e ao retorno do País – e mesmo durante essa pandemia –, nós contamos com o apoio dessa Casa Legislativa, o Congresso Nacional, para aprovação das reformas. Sem as reformas, aqueles investimentos dos fundos privados, tanto internacionais como nacionais – que não são poucos: o volume, o montante é muito grande –, nós não vamos conseguir passar. Então, nós precisamos do apoio dos senhores na aprovação das reformas.

Eu espero ter respondido, pelo menos de uma maneira geral, aos questionamentos. Aqueles que não estiverem satisfeitos com as respostas, eu pediria que encaminhassem por escrito, que nós detalharemos. E estamos abertos também para recebê-los. Eu pediria que fosse feito através da SeGov (Secretaria de Governo). Nós podemos acertar para os senhores virem visitar e se inteirar tanto do que está sendo feito de coordenação, como do que está sendo feito por parte de planejamento.

Muito obrigado pela oportunidade, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Deputado Reginaldo Lopes, o senhor fique aí e não saia da sala, não, por gentileza.

Ministro, muito obrigado a V. Exa. por esta audiência quando completamos 62 dias da publicação do decreto legislativo da calamidade em saúde pública. E o senhor fez uma prestação de contas, respondeu aos Parlamentares – dentro do possível.

Eu gostaria que o senhor pudesse, ao sair, colocar um dos seus assessores em seu lugar para ouvir o Deputado Reginaldo Lopes – e o senhor vá atender o Presidente. Deixe um dos seus assessores diretos aí para ouvir o Deputado Reginaldo Lopes, e ele depois passa para V. Exa. os questionamentos, caso ele não possa responder. O Deputado Reginaldo Lopes é um Deputado que nunca faltou às nossas audiências, é um Deputado titular, e nós não gostaríamos que ele ficasse de fora. Então, o senhor está liberado. Muito obrigado a V. Exa. Mas, por gentileza, designe um dos seus assessores para sentar nessa cadeira...

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Senador, a pessoa que vai ficar aqui é o Heitor, ele é o Chefe da SAM, de avaliação e monitoramento dos ministérios, e também é o Chefe do Centro de Operações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – O Heitor, eu diria, tem até melhores condições de responder a qualquer questionamento no tocante ao Covid: às operações, às medidas que foram tomadas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos os senhores pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado ao senhor.

Então, Deputado Reginaldo, já, já, ao sentar-se o substituto, o Heitor, V. Exa., por gentileza...

O Deputado Reginaldo está na sala? *(Pausa.)*

O Deputado Reginaldo saiu, não é? Então, o Deputado não está mais presente.

Muito bem, Srs. Parlamentares, acabamos de ouvir esta audiência pública mais ou menos de celebração dos 62 dias de publicação do nosso decreto legislativo.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, que se realizará dia 25 de maio, às 11 horas, tendo como convidado o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, que inclusive está fazendo um trabalho paralelo só para nos atender, à Covid-19. Então é muito importante ouvir o Felipe, que é o Presidente do Instituição Fiscal Independente.

Declaro encerrada a nossa reunião, agradecendo a participação dos internautas.

Muito obrigado a todos e um bom final de semana.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros General Peternelli e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater os estudos e relatórios do Instituto Fiscal Independente quanto às ações do Governo Federal frente à emergência de saúde pública relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Felipe Scudeler Sato, Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente - IFI.. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 36, de 2020** que : "Requer a realização de Audiência Pública para discutir as dificuldades que milhões de brasileiros estão enfrentando para conseguir receber o dinheiro do "Auxílio Emergencial"." **Autoria:** Dep. Gustinho Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 38, de 2020** que : "Requer envio de indicação ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, solicitando medidas emergenciais da Chancelaria brasileira, por meio das Embaixadas e Consulados, a fim de prestar toda a assistência necessária aos brasileiros em situação de risco no exterior devido à atual pandemia do coronavírus." **Autoria:** Dep. Reginaldo Lopes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 39, de 2020** que : "Requer informações semanais ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 40, de 2020** que : "Requer informações semanais ao Ministério da Economia sobre recursos dispendidos na concessão ou ampliação de benefícios tributários." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 41, de 2020** que : "Requer informações semanais à Caixa Econômica Federal sobre operações de crédito realizadas com apoio de recursos públicos." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento Nº 42, de 2020** que : "Requer informações semanais ao Ministério da Economia referentes a operações de crédito realizadas pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia." **Autoria:** Sen.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento Nº 43, de 2020** que : "Requer informações semanais ao Ministério da Economia sobre recursos dispendidos no apoio aos Estados, DF e Municípios, em razão da pandemia do Covid-19." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento Nº 44, de 2020** que : "Requer informações semanais à Caixa Econômica Federal sobre dados referentes ao pagamento do Auxílio Emergencial." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento Nº 45, de 2020** que : "Encaminha questionamentos ao Ministro da Cidadania." **Autoria:** Dep. João H. Campos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento Nº 46, de 2020** que : "Audiência Pública para debater a necessidade de implementação de um cadastro único nacional digital de brasileiros." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/05/25>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Quanto ao uso da palavra, não preciso explicar, todos já sabem, todos os Parlamentares da Comissão e os não membros já sabem: a fala será dada primeiramente ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ocorrer após a audiência pública.

A presente reunião divide-se em duas partes: uma audiência pública com a presença do Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Scudeler Salto, que estará acompanhado de Daniel Veloso Couri e Josué Alfredo Pellegrini, também diretores da instituição; por fim, uma segunda parte, deliberativa, para apreciar os Requerimentos de nºs 36 e 38 a 46.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Felipe Salto, que terá 30 minutos para fazer a exposição, tempo que também poderá dividir com os seus diretores já citados acima.

Eu passo a palavra ao convidado, Dr. Felipe Salto, pelo tempo já mencionado.

V. Exa. está com a palavra. Vamos iniciar.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar eu quero cumprimentar o Presidente, Senador Confúcio; também cumprimentar o Relator, Deputado Francisco, e, em sua pessoa, cumprimentar todos os Senadores e Deputados; e louvar esta iniciativa, que é muito importante neste momento. Nós estamos passando por uma crise que é certamente a maior crise dos últimos tempos.

O Brasil passou por uma série de problemas e momentos difíceis já na sua história – nos anos 80, crises de dívida externa; depois, nos anos 90, uma série de crises, crise do México, crise de dívida, uma série de fatores que sempre nos fizeram exigir do Governo uma reação importante –, mas este momento é particularmente difícil, porque ele combina uma crise de saúde – a origem da crise econômica é a crise de saúde – com a crise social e a crise política. Tudo isso tem efeitos muito sérios, alguns efeitos inclusive permanentes, sobre o que a gente chama de contas públicas, a dívida pública, o déficit fiscal, a conta de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juros, todas essas variáveis que são alvo das análises da Instituição Fiscal Independente (IFI), que é um órgão do Senado Federal, mas que tem autonomia para analisar e fazer projeções e cenários.

Então, como o Senador Confúcio já disse, estão aqui comigo também o Pellegrini e o Couri, que são também diretores da Instituição Fiscal Independente, e o que nós temos feito neste momento é tentar produzir relatórios, notas técnicas e comentários, além de cálculos e estimativas para tentar explicar um pouco os resultados dessa crise e quais os medicamentos, os remédios e os instrumentos que o Governo tem neste momento para reagir a todos esses fatores.

Então, eu vou compartilhar com os senhores aqui uma apresentação que vai ser a nossa base para a conversa.

Só um minuto. *(Pausa.)*

Bem, a nossa visão geral é a de que o quadro fiscal é muito desafiador. Obviamente que o nosso foco aqui é fiscal, contas públicas, mas claro que ele reflete um pano de fundo maior de crise econômica, desestruturação da atividade produtiva. Os dados de ociosidade da indústria, principalmente a indústria de transformação, mostram que mais de 40% estão com máquinas paradas, plantas industriais paradas. O comércio também é bastante afetado, assim como setores automotivos, o setor manufatureiro em geral.

Então, esse pano de fundo, de uma crise nos diversos setores, impacta diretamente o fiscal porque reduz a arrecadação do Governo. Ao reduzir a arrecadação, ele piora o déficit público. E essa piora do déficit público é reforçada pela necessidade de aumentar despesas públicas neste momento. Não há outro caminho. O único caminho possível para enfrentar a crise é uma atuação eficiente do Estado brasileiro.

E eu costumo dizer que essa eficiência do Estado é incomum. O Estado brasileiro tem dificuldades para fazer ajuste, quando é o caso, e tem dificuldade de gastar, quando é o caso também de gastar. E, no meio desta crise, o Estado vai ter que se mexer muito para conseguir fazer com que todo o orçamento fixado para a área de mitigação dos efeitos da crise na renda do trabalhador, no emprego e nos gastos diretos em saúde, também as transferências para Estados e Municípios, aconteça, para que ele seja viabilizado.

O que vai acontecer em razão dessa piora do déficit público? A dívida deve aumentar cerca de dez pontos percentuais do PIB neste ano. Para que os senhores tenham uma ideia: isso representa mais de R\$700 bilhões. Nós, no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), que é principal relatório da Instituição Fiscal Independente, mostrávamos que o déficit seria de R\$706,4 bilhões há uma semana; agora, já estamos revisando esse número para R\$711,4 bilhões; podendo ainda ser pior, a depender da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuidade, da duração da crise e da necessidade de fazer novas medidas de combate à crise. Por isso que é muito importante evitar o risco de se aprovar medidas que não estejam relacionadas à crise e que acabem gerando gastos permanentes, como a gente diz. O maior exemplo são reajustes salariais, contratações e outras despesas que possam acabar permanecendo mesmo com a crise debelada no final deste ano.

Existe um risco de financiamento, mas esse risco hoje está relativamente controlado. É um risco maior porque os juros da economia brasileira diminuíram muito. Nós estamos com uma taxa básica de juros, a Selic, que é a taxa mais baixa da história. Em nenhuma das outras crises que o Brasil teve, os juros estiveram tão baixos assim. Era sempre um juro muito elevado. Nessa crise, acontece isso porque desde 2016 a Selic vem caindo de 14,25% até o patamar atual de 3% em razão de uma verdadeira semiestagnação da economia brasileira: uma recessão em 2015 e 2016, um baixo crescimento em 2017, 2018 e 2019, e, agora, uma nova recessão. Então, esse juro muito baixo, ao mesmo tempo que reduz os juros pagos, devidos sobre a dívida pública, também gera um problema para o Tesouro porque os compradores de títulos vão ter menos incentivos para comprar esses papéis, ao mesmo tempo que títulos com prazo mais longo ficam mais caros também em razão da incerteza.

Como é que isso vai se resolver? Provavelmente com o encurtamento da dívida pública, o uso das chamadas LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) e também das operações compromissadas do Banco Central. A gente sempre critica as LFTs e as compromissadas, mas elas são um instrumento poderosíssimo neste momento.

Outras questões como o *quantitative easing*, conhecido lá fora, que é a emissão de dinheiro, de moeda, a entrada do Banco Central mais pesadamente, dependeriam de questões relacionadas com o regime de metas para a inflação. O Brasil não é a Alemanha, o Brasil não é o Japão, o Brasil não é Reino Unido, e nós não temos uma liberdade tão grande assim para, de repente, abrir mão de alguns postulados, de alguns instrumentos e de algumas ações que deram certo nos últimos 20 anos desde 1999, quando foi fixado o regime de metas para a inflação.

Esse quadro que os senhores podem ver relaciona o percentual de redução da atividade. Por exemplo, 5% significariam que a média de queda setorial de todos os setores envolvidos seria de 5%; 85% significam que a queda média setorial seria de 85%; e, no outro eixo, no eixo X, no eixo horizontal, a gente tem o tempo de distanciamento, de isolamento, em semanas. Então, quanto maior o número de semanas e quanto maior o espalhamento da crise pelos setores, pior o crescimento econômico, sendo que o mais vermelho aqui, 7,3% de queda, seria uma combinação de mais de 20 semanas de paralisação com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

85% de queda setorial. Esse quadro aí a IFI fez com base em exercícios que a OCDR e o FMI têm feito para tentar mapear os riscos do ponto de vista do crescimento econômico.

Hoje o nosso cenário pessimista, que é o pior dos três cenários que a IFI apresenta, contém uma queda de 5,2%. O resultado desse pano de fundo ruim da atividade econômica é que o nosso déficit primário – aqui a gente está olhando para o setor público como um todo: Estados, Municípios, estatais e o Governo central – vai piorar para 9,6% do PIB. Então, vai ser um dos maiores déficits, senão o maior déficit, próximo de 10% do PIB, podendo ser ainda pior. O Josué vai comentar em seguida os efeitos das medidas de combate à crise, o custo dessas medidas e como ele afeta esse número aqui.

Agora, o essencial, os senhores podem observar, é que há uma trajetória de melhora. A curva vermelha é a nossa projeção mais atual. A curva azul é o mesmo dado, com uma projeção um pouco mais antiga, de dois meses atrás. Mas observem que há uma trajetória projetada de melhora: o déficit sai de quase 10% para menos de 1% lá em 2030.

Para que isso aconteça, é essencial que as medidas tomadas aqui em 2020 sejam revertidas lá em 2021, e aí paulatinamente se recupere a economia, as receitas e também o ajuste fiscal, o corte de despesas, lembrando da importância do teto de gastos, que o Daniel vai comentar em seguida.

E finalmente, no meu último eslaide, para então passar para o Josué, são os dados de dívida pública. Sobre a dívida pública brasileira, muitas pessoas falam: "Não, mas o Japão tem 200% de dívida em relação ao PIB; Estados Unidos também tem uma dívida muito alta. Por que o Brasil não pode ter uma dívida de 86,6%, que é a projeção da IFI?". Porque o Brasil tem debilidades estruturais que ainda não foram superadas. Nós não conseguimos atingir as condições de sustentabilidade da dívida, porque ou o crescimento é muito baixo ou os juros são muito altos ou a situação fiscal é desequilibrada; uma combinação de uma ou mais dessas variáveis.

Neste momento, apesar de os juros estarem muito baixos, o déficit fiscal, como eu mostrei, é muito profundo e vai piorar, e o crescimento é negativo, quer dizer, nós temos uma queda da economia neste ano.

Então, vejam que as projeções de dívida apontam para um crescimento grande em 2020. De 2019 para 2020 a gente vai passar de 75,8% para 86,6% – são mais de dez pontos de aumento da dívida –, e a dívida continua a crescer nos próximos anos, mesmo com esse ajuste que eu mostrei aqui no gráfico anterior. Portanto, isso é para que se evidencie que o quadro é muito grave. Não é verdade que não se deve gastar neste momento, mas a gente precisa ter a cautela de entender que, a partir do ano que vem, há uma lição de casa muito difícil a ser feita que vai envolver aumento de receita, corte de despesas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatórias, restabelecimento ou restauração das regras fiscais, sobretudo do teto de gastos ou pelo menos dos efeitos preconizados pelo teto de gastos.

Então, já passo agora a palavra para o Josué – para ele continuar aqui a explanação –, agradecendo e ficando disponível depois para as perguntas.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Bom dia, Presidente Senador Confúcio Moura. Bom dia aos Parlamentares membros e não membros desta importante Comissão, com previsão constitucional inclusive, que trata dessa questão que tem absorvido boa parte da energia da Nação no transcurso deste ano.

Eu vou começar com foco nas medidas que foram tomadas ao longo deste ano, muitas das quais aprovadas no Congresso Nacional, destinadas à mitigação dos efeitos da crise.

Já começo aqui com um primeiro eslaide. (*Pausa.*)

Aqui está.

Esse eslaide, essa apresentação divide as medidas e os respectivos valores em alguns grupos – em quatro grupos, na verdade. O total das medidas tomadas até agora dá 443,3 bilhões. Isso é parte do déficit que o Felipe já indicou.

O principal grupo de medidas a gente está denominando de ajuda aos trabalhadores. Aí está contido o auxílio emergencial, com o impacto estimado, pela IFI, em 54,4 bilhões, e também a complementação de renda do trabalhador do mercado formal, em que se estima impacto de 40 bilhões, perfazendo praticamente todos esses 198,3 bilhões.

Mais ao lado, à direita, a ajuda às empresas: 119,6 bilhões. Aí está basicamente o deferimento do pagamento de tributos, Cofins, contribuição previdenciária do empregador, PIS, que é inclusive uma medida que está em deferimento que, inclusive, pode ser ainda postergado um pouco mais – é um assunto em estágio inicial de discussão.

Também na questão da ajuda dos trabalhadores há o auxílio emergencial, que é outra questão fundamental para o futuro das finanças públicas. A questão de como será feita a gradação, após passados os três meses, é uma discussão importantíssima que o Congresso e o Executivo Federal terão que ter, com a devida sensibilidade, evidentemente, à questão da prorrogação ou não do isolamento e da questão fiscal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro grupo de medidas, que a gente está chamando de saúde, 50,8 bilhões, que, basicamente, corresponde às medidas provisórias de crédito extraordinário, cerca de 12 que já foram anunciadas. Desses 50,8 bilhões, 33,2 bilhões são dirigidos a Estados e Municípios, que estão lá na ponta para enfrentar o coronavírus.

E, por fim, o quarto grupo de medidas, a ajuda aos Estados e Municípios: 75,7 bilhões. Aí não estão incluídos os 33,2 bilhões, que estão incluídos na saúde, mas também se refere a Estados e Municípios. Nesses 75,7 bilhões se incluem os 50 bilhões do PLP 39, que acabou de ser aprovado e está prestes a ser sancionado. São 60 bilhões, sim, mas os 10 bilhões da saúde estão incluídos naqueles 33,2. Então, são 50 bilhões aqui, os restantes 50 bilhões do PLP 39, mais 16 bilhões dos fundos, da manutenção do valor nominal dos fundos de participação dos Estados e Municípios, dão praticamente, ao todo, esses 75,7 bilhões, perfazendo os 444,3 bilhões.

Existe ainda um outro grupo de medidas que não está aí porque não tem impacto primário nas contas da União. Esse outro grupo de medidas dá cerca de 161,1 bilhões. Está aí, por exemplo, o deferimento do FGTS, a redução da alíquota do Sistema S, o adiantamento do décimo terceiro, do abono e também do financiamento da folha, que é uma medida que também está sendo avaliada no Congresso. Com a medida aqui, parece que, até agora, muito poucas operações foram feitas; aí há necessidade de ajustes.

Então, vocês vejam que há um conjunto de providências sendo tomadas com relação às medidas que se referem a ajustes e ao tratamento da questão da prorrogação.

Há um outro assunto em que o Felipe entrou, que é fundamental no presente contexto. Só um parêntese: esses valores dos Estados e Municípios não incluem a suspensão do pagamento da dívida com a União, com os organismos internacionais e com os bancos públicos federais, que daria mais cerca de R\$600 bilhões. Então, são R\$600 bilhões mais os 75,7 e mais os 33,2 para a saúde.

No que tange às medidas, eu gostaria de passar agora para uma outra questão, de que o Felipe também tratou e que é absolutamente sensível, que é a questão do financiamento de todas essas medidas.

Só um minutinho aqui.

Aqui está. Aqui é uma simulação da necessidade do financiamento do País de maio até dezembro. Portanto, nós estamos falando de oito meses. A última linha lá embaixo mostra R\$1,2 trilhão, que seria, digamos assim, *grosso modo*, um número para a necessidade de financiamento do País ao longo dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos meses, até dezembro, o que é feito basicamente por meio da dívida pública das operações compromissadas.

Esse R\$1,2 trilhão resulta do déficit primário do País. Não o confundir com aqueles R\$738 bilhões que estão ali na terceira esfera. Ele não se compara com o número que o Felipe colocou inicialmente, de R\$711 bilhões, que é o primário projetado pela IFI para este ano. Esses R\$738 bilhões – é uma simulação – incluem os déficits gerados pelas medidas e o déficit gerado por outras razões, referem-se apenas ao período de maio até dezembro e incluem, para fins de simulação apenas, uma prorrogação do auxílio emergencial. Então, no que tange ao primário de maio a dezembro, com essas hipóteses, nós teríamos uma necessidade de financiamento de R\$738 bilhões até o final do ano. Os R\$462 bilhões que aparecem já na quarta linha, na quarta esfera, seriam a rolagem da dívida pública. Ao longo deste ano, especialmente nos meses de julho a outubro, vencem títulos públicos, que precisam ser pagos, e o Governo teria que emitir títulos no lugar para poder pagar esses títulos que vencem. Então, somando o primário, que são os 738, mais os R\$468 bilhões, que são a dívida que vence de maio a dezembro, nós temos esta necessidade de financiamento de R\$1,2 trilhão até o final do ano.

Como é que isso poderá ser feito até o final do ano?

Aqui, eu gostaria de mostrar, numa outra transparência – eu me esqueci de ampliar a outra... Eu não vou me ater muito a isso porque o prazo é curto, mas, em essência, o que essa figura está mostrando? Ela está mostrando que boa parte dos gastos que a União está tendo nos últimos – esses números se referem ao acumulado de março e abril... Então, eles mostram que boa parte dos gastos que a União está tendo ao longo desses meses – março e abril –, já pós-crise, e por conta da forte redução da receita, está se dando por meio de saques da conta única.

Aquele número 115,2 em vermelho em cima se refere a saques da conta única, muito provavelmente em boa parte relacionado às despesas com o coronavírus; e embaixo aquele número títulos públicos, 210 bilhões, se refere a títulos que não foram rolados no mês de março e abril. Como eles não foram rolados, foi necessário sacar da conta única para pagar os títulos que venceram nos meses de março e abril. Então, nós estamos falando de 210 mais 115 bilhões, que foram saques feitos na conta única para dar conta tanto dos gastos como da rolagem da dívida pública, que foi feita muito parcialmente e, portanto, precisou de saques da conta única.

Isso está sendo financiado como? Por meio de operações compromissadas, porque essa liquidez toda entra na economia e acaba parando no Banco Central de volta por meio das operações compromissadas. O efeito final sobre as compromissadas foi 276 bilhões. Esse efeito é o efeito de todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses quadradinhos que estão em volta. Os vermelhos levaram a um aumento das compromissadas, que principalmente são os dois fatores de que eu falei anteriormente; e os azuizinhos levaram à redução das compromissadas. O que está ajudando muito para controlar as compromissadas são as vendas das reservas externas, porque, quando o Banco Central vende reserva, ele amplia a liquidez da economia, o que permite resgatar operações compromissadas. Então, aqueles 129 bilhões das operações externas compensaram o impacto das outras duas variáveis: a conta única e os títulos públicos.

Então, nós temos aí uma situação de financiamento de 1,2 trilhão que está se processando desse modo e é possível que, em boa medida, continue até o fim do ano. E o que nós percebemos nesse padrão? É um padrão de redução da conta única, de uso intensivo da conta única, e de financiamento por meio das operações compromissadas. Paralelamente a isso – e o Felipe também já comentou essa questão –, deverá haver uma redução do prazo médio dos títulos da dívida pública, porque o mercado, em situações de grande incerteza, aceita os títulos com determinado custo e também com determinado prazo, um prazo de preferência menor, dada a incerteza da economia no presente momento.

E o que se pode esperar desse padrão até o fim do ano é um aumento significativo das compromissadas. Aí repete na primeira linha a necessidade de financiamento, R\$1,2 trilhão – desculpa, estou aqui me embananando um pouco com os eslaides. A venda de reservas vai continuar em parte no restante do ano, e a gente acredita que possam ser vendidos R\$264 bilhões já, o que ajuda a conter as compromissadas, resultando numa necessidade de financiamento de 936 bilhões. Supondo-se uma rolagem de 236 bilhões nos títulos, a metade do que vence ao longo do ano, nós teríamos, no fim, um aumento de compromissadas de 700 bilhões. Como ela já deve ter terminado abril em 1,3 trilhão, ela iria para cerca de 2 trilhões.

Esse é um cenário possível de rolagem parcial dos títulos e seguindo, em certa medida, o padrão observado em março e abril, não é? Qual é o retrato disso? Esse é um retrato de um financiamento que é possível dos gastos e da rolagem da dívida pública, mas que leva a uma deterioração do padrão de financiamento, com uma crescente participação de compromissadas e uma redução do prazo nos títulos públicos.

Em vista desse padrão de financiamento, é preciso ter muita atenção e não afetar a rentabilidade relativa dos títulos públicos em relação a outros ativos que existem dentro do País e fora do País, para permitir um prosseguimento tranquilo do financiamento da dívida pública, e é preciso também... E aí é um alerta importante, que o Felipe também já fez e que talvez seja o principal alerta que a IFI pode dar nesta audiência: há que se tomar o maior cuidado possível com relação a novas ampliações de despesas públicas e redução de receitas, não evidentemente naquilo que for demandado, estritamente demandado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela necessidade de mitigar os efeitos da pandemia. Aí realmente é inevitável, tem que se fazer o melhor possível. Mas, com relação a tudo que não esteja diretamente relacionado com a pandemia, especialmente despesas obrigatórias neste ano, principalmente neste ano, mas também no ano que vem... O Felipe mostrou que, mesmo no ano que vem, o déficit primário ainda é muito elevado, não é? Então, tudo que se refere a qualquer coisa que não esteja diretamente relacionada à pandemia com o impacto fiscal deveria ser analisado com muito cuidado, tendo em vista a gravidade da situação fiscal e a forma possível em que está sendo feito o financiamento de todas essas demandas.

Bem, eu acho que por hora é isso. Ficamos à disposição para eventuais perguntas.

Acho que o nosso colega Daniel agora vai comentar, não é? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Precisa destravar o áudio do Daniel, por favor. *(Pausa.)*

O SR. DANIEL VELOSO COURI (Para expor.) – Bom dia. Estão todo me ouvindo – imagino.

Bom dia, Presidente, Senador Confúcio; bom dia, Josué, Felipe; bom dia aos demais Parlamentares, membros desta Comissão.

Agradeço, assim como o Filipe e o Josué, a oportunidade de a IFI participar desta discussão. Acho que este momento talvez seja um dos mais desafiadores dos últimos tempos. Seguramente, é um desafio imenso enfrentar uma situação que chegou tão rápido e que demanda esforço tão grande do Congresso, do Executivo, de todos os Poderes, enfim, e isso, evidentemente, tem movimentado a IFI também. A gente tem o dever e a atribuição legal de calcular e de medir todos os impactos e todos os riscos associados a essa crise. É isso que a gente tem tentado fazer até o momento.

O Felipe já colocou muito bem o quadro geral da pandemia, como isso se repercute nas nossas variáveis fiscais. O Josué detalhou também um pouco mais como tudo isso que tem sido feito repercute na dívida, nas operações compromissadas, e como há um desafio aí para a gestão da dívida, tendo em vista que ela seguramente vai crescer e vai crescer muito nesses anos.

Eu vou falar um pouco aqui de algo mais específico. O que está em tramitação no Congresso são as medidas provisórias dos créditos extraordinários...

Eu vou tentar compartilhar a tela. *(Pausa.)*

Eu acho que tem que ter a permissão da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu vou compartilhar aqui da minha, Daniel. Aí eu vou passando para você.

O SR. DANIEL VELOSO COURI (Para expor.) – Tudo bem. Obrigado, Felipe.

Continuando, este é o primeiro eslaide, com os gastos federais na pandemia. Como todos sabem, este ano, o Governo, por conta da calamidade, tem se valido do instrumento dos créditos extraordinários, que não estão sujeitos ao teto de gastos, por ser uma calamidade reconhecida pelo Congresso. Esse é um instrumento adequado e permitido, inclusive, pela regra do teto. Então, até o momento, a gente já teve a abertura de 20 créditos extraordinários; foram 20 medidas provisórias de créditos extraordinários, que totalizam R\$274 bilhões para 2020, quase 4% do PIB, portanto, apenas nas despesas. E aí eu trouxe alguns dados sobre isso. É claro que, até depois da audiência, a gente ficará à disposição para detalhar ainda mais. Eu vou mostrar o monitoramento que IFI tem feito em relação aos créditos extraordinários. O fato é que, dos R\$274 bilhões, 84% é gasto primário, 14% é gasto financeiro.

Sobre esse gasto financeiro, também cabe uma observação de que boa parte dele... Esses gastos financeiros basicamente são aqueles empréstimos que o Tesouro vai conceder tanto para o financiamento da folha de pequenas e médias empresas, quanto para o setor turístico. Até o momento, são esses dois créditos que foram feitos oficialmente. A partir das medidas já anunciadas, a gente já tem o crédito. E, mesmo nesses casos, apesar de a despesa ser financeira, a gente já espera que haja um impacto primário relevante. Uma vez que as linhas de crédito de fato sejam colocadas na economia e as pessoas, de fato, tomem esses créditos, a gente espera já um impacto primário relevante por conta aí do risco que o Tesouro está assumindo, no caso, por exemplo, do financiamento da folha de pagamento, que é de 85%. Então, é razoável esperar que, mesmo sendo uma despesa financeira, ou seja, que não impacta a dívida líquida, a gente tenha um impacto por conta de eventuais inadimplências ou outro tipo de situação que possa gerar impacto efetivamente na dívida líquida. Não parece ser a preocupação do Governo neste momento, porque o principal desejo de fato é colocar o dinheiro para socorrer as empresas.

Desses R\$274 bilhões, também a gente destaca que 66% é para assistência, ou seja, dois terços para assistência. Isso é impactado principalmente pelos benefícios emergenciais. A gente tem o benefício para os mais vulneráveis, o auxílio de R\$600 ou R\$1.200, dependendo da situação; a gente tem também o auxílio para os formais. E isso faz com que a assistência seja, do ponto de vista orçamentário, a área que seja mais impactada pelas medidas tomadas até agora pelo Governo. A parte de encargos, que é justamente essa parte dos empréstimos e os auxílios aos demais entes para compensação de perda de receita própria ou compartilhada com a União, também é uma parte relevante. E 13% vão para a saúde. Há outras áreas também, tanto é que esses três percentuais não somam 100%, mas essas são as três





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principais. E, na saúde, há todo o gasto realizado por meio do Fundo Nacional de Saúde ou outras instituições, como o Instituto Oswaldo Cruz e outros órgãos da saúde, que têm se empenhado e demandado recursos para o enfrentamento da emergência de saúde pública.

Também do total, outro fato é que 85% são de responsabilidade da União; 9%, dos Municípios; e 6%, dos Estados, até o momento.

A última consulta que a gente fez sobre a execução desses R\$274 bilhões foi no dia 22 de maio, sexta-feira: já foram gastos R\$110 bilhões, ou seja, 40% do que foi autorizado já foram efetivamente pagos. Esse percentual de execução é menor na área de saúde, 24% dos R\$35 bilhões que foram destinados à área de saúde apenas foram pagos, mas, para a área de saúde especificamente, é importante analisar também a despesa como um todo na área, porque o combate à pandemia envolve outras despesas que também já ocorreriam e não apenas essas dos créditos extraordinários. Então, o crescimento provavelmente é maior.

Esse segundo eslaide eu trouxe só como exemplo. A gente tem feito monitoramento e montou esse Data Studio pelo Google mesmo, com algumas tabelas diferenciais, que é o acompanhamento que a gente tem feito. Esse *link* vai ficar disponível para a Comissão. E acho que vamos divulgar também no nosso *site* e nas redes sociais para quem quiser acompanhar. Várias instituições têm colocado monitoramentos. A gente tentou contribuir mais especificamente com esse olhar por cada ato, cada medida provisória, e acho que isso pode ser interessante para a Comissão também. Então, a gente vai disponibilizar esse *link* em que basicamente os dados relacionados aos créditos extraordinários é que estarão lá.

Eu trouxe um exemplo também, no próximo eslaide, que é a dificuldade de se usar a Conta Única. O Josué já comentou o que tem sido feito e como o Banco Central atua nas operações compromissadas. Eu estou trazendo outro aspecto mais relacionado à rigidez na Conta Única. Então, quando a gente fala da possibilidade de usar recursos acumulados na Conta Única, a gente tem que considerar a dificuldade, a rigidez que existe nos recursos, que é uma rigidez própria do Orçamento. Boa parte das nossas receitas são vinculadas, e isso independe do exercício em que essa receita é utilizada para financiar as despesas. Então, quando a gente vai à Conta Única tentar extrair recursos para ajudar no enfrentamento da pandemia, a gente vai se deparar com várias caixinhas, muitas delas com recursos que não podem ser usados diretamente. Eu trouxe um exemplo de algo que já ocorreu este ano. Você tinha especificidades de financiar gastos com a pandemia e você tinha recursos, por exemplo, na Conta Única, que são vinculados. Um montante considerável, como o conhecido colchão de liquidez, que são recursos da Conta Única vinculados à dívida, você não poderia usar diretamente. O que o Governo fez – está no próximo eslaide – é o que a gente chama de financiamento indireto. Então, as MPs de crédito extraordinário – a 935, a 937 e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 939 – cancelaram despesas com a dívida para financiar despesas com a pandemia, extraíram fontes aptas a financiar a despesa com a pandemia lá da despesa com a dívida. Foram colocados recursos da Conta Única vinculados à dívida para recompor essa despesa com a dívida. Então, é uma forma de financiar indiretamente. A gente vê que, para conseguir superar a rigidez, essa dificuldade de usar os recursos da Conta Única, a gente tem que adotar uma certa engenharia orçamentária, que obviamente tem repercussão. Não é uma coisa tão transparente. Quanto você vai à MP do crédito extraordinário, você não percebe que o que está sendo usado no fundo são recursos da Conta Única, porque essa recomposição da despesa com a dívida foi feita por uma portaria do Ministério da Economia. Esse é apenas um exemplo da dificuldade que vai ser enfrentada pelo Tesouro, que já tem sido enfrentada pelo Tesouro, na hora de ter que usar recursos da Conta Única, em vez de se financiar por meio da emissão de títulos.

O último eslaide, para finalizar e não tomar muito tempo da Comissão, é para trazer um pouco do panorama das regras fiscais durante o estado de calamidade.

O ano de 2020 eu coloquei como caminho livre, e é bom que seja assim, porque a gente não quer que as regras fiscais atrapalhem ou entrem no caminho de uma situação de calamidade. Não é desejável que isso aconteça, pela própria literatura de regras fiscais. Então, a meta de resultados primários está suspensa pelo Decreto Legislativo nº 6; o teto de gastos a gente tem usado, à exceção dos créditos extraordinários, o que é previsto lá no art. 107 do ADCT; e a regra de ouro foi suspensa recentemente pela Emenda Constitucional nº 106, que criou o chamado orçamento de guerra ou regime extraordinário. Então, para 2020, a gente tem uma situação de possibilidade de se gastar mais, possibilidade de se financiar por meio da dívida, considerando, claro, a gestão que tem que ser feita e os limites do financiamento, como o Josué comentou, e o Felipe também.

Para 2021, o cenário é um pouco mais restritivo. A meta de resultado primário não será uma limitação forte, porque, para 2021, pelo PLDO, que está no Congresso tramitando, a meta de resultado primário é flexível. Na prática, ela não funciona muito bem por conta dessa flexibilidade sem limite, sem uma banda, um limite superior e inferior. Ela é totalmente flexível, ela não funciona muito bem como uma meta; é mais uma projeção de receitas e despesas. E, lá no PLDO, diz que, a depender dessa projeção, do que vai acontecer no ano que vem, o Executivo, por meio de decreto, se não me engano, pode alterar a meta. Então, ela é totalmente flexível. Se a demanda por gastos por conta da pandemia for muito alta, a meta de resultado primário não será uma limitação, olhando especificamente para a questão do cumprimento das regras.

Isso faz algum sentido, pelo menos do ponto de vista econômico, porque talvez o cenário mais pessimista de hoje se revele inviável para o ano que vem. As expectativas estão piorando muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente; é um cenário realmente de muita incerteza; a gente nem sabe o que vai acontecer. Então, do ponto de vista econômico, talvez faça algum sentido essa flexibilidade da meta de resultado primário.

Em relação ao teto de gastos, você continua tendo um instrumento nos créditos extraordinários, se forem novas as circunstâncias imprevisíveis ligadas à calamidade; se forem situações que forem previstas já na tramitação da LOA, aí as despesas entram em créditos ordinários – pelo menos, essa é uma das interpretações possíveis – e aí se sujeitam ao teto de gastos. E, havendo aí uma situação em que, digamos, as partes não somem o todo, aí você teria eventualmente – também é passível de discussão – uma situação de rompimento do teto com acionamento dos gatilhos, porque está prevista na regra também essa questão de as despesas não caberem nos limites. Aí há o acionamento dos gatilhos.

Por fim, a questão da regra de ouro. Em 2020, ela está suspensa pelo Decreto Legislativo nº 6. Agora, essa suspensão vale até dezembro de 2020. Para o ano que vem, se a calamidade for decretada novamente, se for reconhecida novamente pelo Congresso, a regra de ouro permanece suspensa, ou seja, poderemos financiar as despesas com a pandemia que forem necessárias em 2021 por meio de emissão de títulos, também considerando sempre a questão da gestão da dívida, ou, se não for decretada a calamidade novamente, aí vamos para a sistemática que tem sido adotada desde 2019, que é utilizar a exceção prevista já na Constituição em que algumas despesas ficam condicionadas e o Congresso autoriza por maioria absoluta.

É isso.

Agradeço.

E passo a palavra para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado a todos os membros da IFI, ao Felipe, ao Josué e ao Daniel. Estou muito agradecido por essa apresentação extremamente didática, técnica. E, por certo, os membros presentes realmente ganharam muita consistência nesses dados do presente e do futuro.

Eu queria pedir uma licença especial ao Dr. Felipe Salto, ao Josué e ao Daniel. Eu até tinha falado que a nossa audiência seria em duas partes – a primeira seria para a palavra de você três, e a segunda parte, a votação de requerimentos –, mas, como está havendo uma concomitância de reuniões, sendo que a nossa participação está menor do que em outras reuniões anteriores, mas há aí nove ou dez





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares presentes, já há muitos inscritos, eu queria pedir a permissão de vocês para fazer um pequeno hiato e colocar em votação os requerimentos bem rapidinho.

São requerimentos importantes de autoria do Deputado Federal Gustinho Ribeiro, do Senador Esperidião Amin, do Reginaldo Lopes... São vários requerimentos. Há requerimentos pedindo informações semanais de vários ministérios. Há do João Campos e da Senadora Eliziane Gama.

Então, esses são os Requerimentos nº 36 e 38 a 46. Estão todos na página.

Eu coloco em votação em bloco para os membros, para sua aprovação ou rejeição.

Aqueles que concordarem com a aprovação desses requerimentos importantes permaneçam como se encontram. Se algum dos membros da nossa Comissão ou suplentes se manifestarem em contrário, basta se expressarem na forma de costume, conforme explicado. *(Pausa.)*

Como não houve, estão aprovados todos os requerimentos a que fiz referência neste momento.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2020

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as dificuldades que milhões de brasileiros estão enfrentando para conseguir receber o dinheiro do “Auxílio Emergencial”.

Autoria: Senador Gustinho Ribeiro.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2020



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer envio de indicação ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, solicitando medidas emergenciais da Chancelaria brasileira, por meio das Embaixadas e Consulados, a fim de prestar toda a assistência necessária aos brasileiros em situação de risco no exterior devido à atual pandemia do coronavírus.

Autoria: Senador Reginaldo Lopes.

2ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 39, DE 2020**

Requer informações semanais ao Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

2ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 40, DE 2020**

Requer informações semanais ao Ministério da Economia sobre recursos dispendidos na concessão ou ampliação de benefícios tributários.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

2ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2020

Requer informações semanais à Caixa Econômica Federal sobre operações de crédito realizadas com apoio de recursos públicos.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº ,42 DE 2020

Requer informações semanais ao Ministério da Economia referentes a operações de crédito realizadas pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2020

Requer informações semanais ao Ministério da Economia sobre recursos dispendidos no apoio aos Estados, DF e Municípios, em razão da pandemia do Covid-19.

Autoria: Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2020

Requer informações semanais à Caixa Econômica Federal sobre dados referentes ao pagamento do Auxílio Emergencial.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2020

Encaminha questionamentos ao Ministro da Cidadania.

Autoria: Senador João H. Campos.

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2020

Audiência Pública para debater a necessidade de implementação de um cadastro único nacional digital de brasileiros.

Autoria: Senadora Eliziane Gama.)

Muito obrigado por este pequeno espaço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Vamos agora passar a palavra...

Quero agradecer demais. Não colocamos tempo para os três membros porque eu sabia que seriam extremamente interessantes essas estatísticas que vocês apresentaram, formidáveis.

Agora eu passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Francisco Jr., para fazer suas perguntas ao Dr. Felipe Salto, ao Josué, ao Daniel ou ao conjunto, para que distribuam as respostas.

Com a palavra Francisco Jr., Deputado Relator.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento na sua pessoa todos os membros da Comissão, Deputados visitantes, Senadores. Para a gente sempre é um desafio entender o que nós estamos passando neste momento e as medidas que precisamos tomar.

Cumprimento, na pessoa do Sr. Felipe Salto, todos os membros da IFI, presentes ou não, toda a equipe. A IFI sempre é muito respeitada. E ficamos muito não confortáveis, mas felizes, porque somos bem subsidiados, e isso é muito importante, ainda mais num momento como este. E a gente reconhece o importante papel que vocês vêm desempenhando no monitoramento.

Muito bem, Dr. Felipe e os que o acompanham, o senhor fez todo um painel da nossa realidade econômica e financeira do País hoje, que é realmente um grande desafio. Nesse sentido, eu gostaria, olhando para o pós-pandemia, entendendo que nós vamos passar por isso, por mais que às vezes, na economia, vocês coloquem uma margem até 2030 – e o coração da gente dói com isso, imaginar que não tem saída rápida nem milagrosa para esta situação, e nós vamos ter que ser rigorosos numa coisa que brasileiro não gosta muito de fazer, que é o dever de casa, principalmente quando as medidas não são populares, são mais pesadas e a gente tem que apertar um pouco mais –, então, diante disso, nós já conversamos bastante, já ouvimos do Ministro Paulo Guedes, de outros que já nos falaram, sobre as medidas e a importância das reformas, das reformas que nós precisamos realizar, e eu gostaria de ouvir de vocês: se fosse para vocês fazerem uma sugestão para nós, para os Presidentes Rodrigo Maia e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcolumbre, qual seria a ordem dessas reformas? Qual seria o nosso foco agora, durante a pandemia, para nos preservarmos? E no pós-pandemia, o que deveríamos priorizar e como seria isso? Vocês já falaram com relação a não autorizar medidas estranhas à pandemia. Tudo bem, mas, além disso, o que nós deveríamos fazer para conter a pandemia e para avançar?

Outra situação: daquilo que nós estamos fazendo, vocês avaliam retrocessos na pauta que nós estamos votando? Em termos de pauta mesmo, como nós vamos avaliar isso? Alguma coisa já pode ser avaliada como o início dessa reforma, algo que possa ser o gancho dessa reforma? O que nós devemos potencializar, formatar, já que vocês fizeram uma análise muito interessante daquilo que está acontecendo concentrada nas MPs? Mas, extrapolando as MPs, buscando a pauta do Congresso, qual deveria ser o nosso foco?

Outra coisa: eu gostaria de uma projeção da nossa realidade em comparação com a de outros países com economias semelhantes para a gente poder avaliar como eles estão se comportando, sejam eles latino-americanos ou não. O que eles estão fazendo? Como eles estão planejando? Nós estamos na mesma linha desses países de economia semelhante? Como nós vamos nos portar no momento pós-pandemia, reconhecendo nosso potencial exportador, a importância que nós temos em especial quanto às *commodities*, ao comércio internacional? Como nós vamos poder nos fortalecer, nos preparar para retomar de maneira mais ágil o nosso crescimento e o nosso desenvolvimento?

Eu imagino que seja um sentimento meu... O senhor fala aí de trilhões, de 1,2 trilhão ao final que nós vamos ter que administrar, essa perda. Mas eu imagino que o gasto maior tem que ser feito agora. *(Falha na gravação.)*

Hoje nós estamos projetando isso dentro desse período. Se a crise extrapolar para 2021, esse rombo vai ser muito maior ainda, e daí eu percebo o receio. A gente tem percebido que o Executivo tem empenhado despesas, mas não as tem pago, não as tem executado, está moroso, está lento. Nós não sabemos ainda se isso é pura dificuldade da máquina – há dificuldade de se gastar no Brasil por vários motivos, sob vários aspectos – ou se pode ser uma estratégia de segurar um pouco agora para guardar gordura – vamos falar assim – para queimar mais à frente. Eu particularmente acho que tínhamos que queimar a gordura que temos agora para evitar que o rombo aumente, porém, gostaria de uma opinião de vocês, técnica, nesse sentido. É momento de abrir as torneiras ou realmente é momento de segurar para fazer isso mais à frente? Como fazer para a gente não ter, de forma especial, a quebraadeira justamente dos economicamente mais frágeis?

Outra situação... Me perdi aqui nas minhas anotações... Vou deixá-las para lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A intenção, Dr. Felipe, é justamente esta: entendermos este momento para saber como podemos contribuir. *(Falha na gravação.)* Como deve ser o melhor gasto neste momento? Se é hora de a gente abrir as torneiras ou não, realmente, se é o momento de ter mais prudência, de esperar mais um pouco, apesar de, como a gente está vendo no mundo inteiro, haver esta flexibilização: ora se solta, ora se aperta. No Brasil, existe uma dificuldade muito grande de se apertar por "n" fatores. Então, como agir para...

Parece que o meu som está falhando. Eu vou encerrar por aqui, porque eu acho que a colocação do senhor já nos orienta bastante.

E eu gostaria de ver isto: nessas questões que eu coloquei, de forma especial, um comparativo com a economia de outros países.

Obrigado, Presidente. Hoje eu vou ser bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco. É uma satisfação muito grande.

Eu passo a palavra, para responder ao Relator, ao Dr. Felipe Salto, ao Daniel e a todos os membros da equipe.

Pelo tempo de quatro a cinco minutos, Felipe.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Está bom.

Obrigado, Deputado, pelas colocações.

Eu acho que o ponto central que a gente precisa ter claro é que a crise demanda ações em diversas frentes, por exemplo, gastos diretos em saúde e transferências para os governos regionais. Governos regionais não têm possibilidade de emitir dívida própria desde 1997. São proibidos, corretamente, de emitir título de dívida. Então, resta à União ajudar neste momento de perda de arrecadação e de necessidade de gastos adicionais na área da saúde. Isso está sendo feito.

Então, a medida provisória dos 16 bilhões para fundos de compensação de Estados e Municípios fixou essa possibilidade de, em quatro meses, você ir compensando a perda de receitas daqueles Municípios e Estados que dependem muito de transferências. Os 60 bilhões que o Congresso aprovou são, por outro lado, uma outra frente de ajuda com gastos que podem ser feitos: dos 60 bilhões, 50 bilhões podem ser feitos em diversas áreas e 10 bilhões para a área da saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria União vem gastando diretamente em saúde, tem orçamento, tem colocado orçamento para isso, como o Josué mostrou. Agora, o problema central não é só colocar no orçamento, é executar essas despesas. Então, está faltando um comitê central da crise. O que falta é uma questão de comando e controle. Neste momento de guerra, você tem que ter um verdadeiro *bunker* para conseguir controlar as informações, receber os diagnósticos adequados de cada um dos Municípios, de cada um dos Estados, e isso requer um trabalho de 24 horas por dia, para corrigir rotas, inclusive, quando for o caso, corrigir a rota quando for o caso.

Então, a meu ver, não é dinheiro que está faltando. E, respondendo mais diretamente ao que o senhor me perguntou: sim, é o momento de gastar. Agora, os gastos têm que ser temporários, porque senão o Estado brasileiro não vai aguentar o tranco. A partir de 2021, a dívida será tão alta que nós vamos caminhar para um quadro de muita dificuldade para conseguir reequilibrar essa relação dívida sobre o PIB.

Então, ao mesmo tempo em que a gente precisa gastar muito agora, a outra frente de batalha, o outro eixo importante, em que, a meu ver, haverá uma dificuldade ainda de o Governo sinalizar o que vai ser feito, essa outra frente é mostrar o norte para o pós-crise. A partir de 2021: quais as ações, quais as medidas, quais as regras fiscais, como que a gente vai voltar a ter crescimento econômico, como recuperar as receitas? A gente já vê economistas importantes, como o ex-Ministro Mailson da Nóbrega, falando em tributação de grandes fortunas, que era uma agenda um pouco restrita e agora vem sendo discutida por diversos economistas.

Por fim, comparando com o que outros países estão fazendo, o Brasil está fazendo aproximadamente a mesma coisa: está entrando na linha de dar crédito para empresas. A gente pode discutir isso depois, mas há um problema na ponta com os bancos comerciais na liberação desse recurso, que é um problema basicamente de garantias. O recurso vem do Tesouro, mas é preciso garantir aos bancos que o risco é total do Tesouro para que ele não exija do tomador final um juro impeditivo, como está acontecendo, e também garantias que o microempresário, por exemplo, não pode dar. A segunda frente é a saúde, que eu já comentei. E uma terceira frente importantíssima é a mitigação dos efeitos sobre a renda dos mais pobres. A IFI estima que, em três meses, o benefício emergencial de R\$600 vai representar 154 bilhões, dos quais 76 bilhões já foram pagos, já foram liberados. A discussão sobre a postergação disso, a prorrogação disso tem que ser feita com cuidado também.

E uma outra frente importante que eu acho que precisa ser intensificada são as campanhas sanitárias de higienização, de uso de máscaras. E o exemplo vem de cima. Então, isso precisa ser muito intensificado. O Dr. Gonzalo Vecina, que é Diretor do Sírio-Libanês, foi Presidente da Anvisa, é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médico sanitarista, tem defendido que não há muita escapatória. Nós perdemos o *timing*, perdemos o bonde do momento, da história para fazer o *lockdown*. Então, o que precisamos agora é de medidas mais intensas de isolamento até que se consiga fazer a distribuição no tempo das contaminações, dos contágios, e assim não estourar o sistema de saúde, não só o Sistema Único, mas o sistema privado também.

Uma ação concreta que poderia ser tomada é uma parceria com o setor privado para a construção mais rápida de hospitais de campanha e leitos de UTI. Se a gente imaginar um custo paciente/dia de R\$2 mil, 30 mil leitos de UTIs por três meses custariam um pouco mais de R\$5 bilhões, o que é muito pouco dinheiro perto de todos os recursos que estão sendo destinados.

Espero ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora, atendidas as perguntas do nosso Relator, eu quero passar para a relação dos inscritos para fazerem questionamentos: Felipe Laterça, do Rio de Janeiro; Esperidião Amin, Senador; Deputado Mauro Benevides Filho, Senadora Kátia Abreu, General Peternelli. Deve entrar mais gente, outros Parlamentares, após a conclusão da reunião de Liderança do Senado.

Também quero comunicar a todos que este programa, esta audiência pública está sendo veiculada na TV Senado, via YouTube, e na TV Câmara *on-line*. E, na grade do Senado, posteriormente, entrará, na íntegra, toda esta audiência pública importantíssima.

Assim sendo, passo a palavra ao Deputado Francisco Laterça... Desculpe, Felício Laterça; eu me confundi com o Francisco, Relator. Felício Laterça, Rio de Janeiro, com a palavra.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio, nosso Presidente, que me promoveu a Relator por um período rápido. Quero cumprimentar nosso Relator, Francisco Jr.; nossos convidados, o Felipe Salto, o Josué Pellegrini, o Daniel Couri; demais Senadores e Deputados e o público que nos acompanha.

Fiz um resumo aqui e vamos tratar... Gostei muito da explicação, viu, toda equipe da Instituição Fiscal Independente (IFI). Como o próprio nome sugere, ela é independente. Por essa razão, os números não necessariamente batem com os do Governo, que tem um viés mais otimista.

O Relatório de Acompanhamento Fiscal de maio de 2020 dos senhores apresenta um cenário de forte deterioração da dívida pública, que alcançará 100% do PIB em 2026, e não mais em 2030, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicava a projeção anterior. Apenas nesse exercício de 2020 haverá um déficit primário estimado em montante superior a 170 bilhões. Há forte contração de receitas e significativo aumento de despesas em decorrência das ações relacionadas ao Covid-19, que por vocês fora estimado em cerca de 440 bilhões.

Como contraponto, há contudo um cenário fiscal de juros muito baixos. Nossa Selic está atualmente em 3% ao ano e tende a ser reduzida ainda mais nas próximas reuniões do Copom. Assim, a pressão sobre o crescimento da dívida diminui consideravelmente.

Também é preciso destacar que grande parte dos países – dos países semelhantes ao nosso, com economia em desenvolvimento – também se encontra em cenário assemelhado, com déficits fiscais decorrentes de medidas de combate ao Covid-19 e estímulos econômicos.

E aí os questionamentos: considerando este cenário de juros baixos, que é inclusive uma realidade mundial, por que é que as projeções da IFI sinalizam déficits primários contínuos por uma longa data, até por volta de 2030?

Segundo: como avaliam, pela ótica fiscal, o custo das medidas tomadas pelo Brasil? Encontram-se adequadas à necessidade do momento ou estão aquém ou além do necessário? E peço aos senhores que avaliem quantitativamente e qualitativamente.

Terceiro: como a IFI avalia a capacidade do Brasil em realizar políticas anticíclicas, como necessário no atual momento? Na opinião da IFI, faltam medidas em alguma área específica? Os números anunciados são robustos o suficiente para dar fôlego ao País ou são medidos para mostrar que o Governo está atuando sem que necessariamente sejam proporcionais aos danos que devem conter?

E por fim: como financiar tudo isso? Como recuperar as contas e colocá-las nos trilhos?

Muito obrigado aos senhores pela participação e pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Felício. Muito obrigado.

Eu passo a palavra... Como nós temos um tempo, eu gostaria de passar a palavra de imediato para Felipe Salto ou a quem ele designar para responder ao Deputado Felício Laterça, por favor.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – São perguntas, Deputado Felício – eu agradeço –, que são muito complexas e demandariam mais tempo, mas eu vou tentar resumi-las aqui. Depois a gente vai ficar à disposição, como o Daniel comentou também, tanto para a Comissão quanto para os seus membros, para detalhar melhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto: por que os déficits são contínuos até 2030?

Nós mostramos naquele gráfico inicial que o déficit chega a 9,6% do PIB neste ano, depois ele cai pela metade no ano que vem – um pouco menos do que a metade – e depois vai diminuindo lentamente. Então, há uma melhora expressiva; ainda que sejam déficits persistentes, há uma melhora expressiva, que vai depender, no nosso cenário, do acionamento dos gatilhos do teto de gastos, a partir de 2022, com um risco alto de descumprimento em 2021, que é o mapeamento, o balanço de riscos feito pela IFI.

Se isso não acontecer, o quadro pode ser ainda pior. E por que é tão ruim? Porque, quando a economia sofre uma queda, como ela vai sofrer neste ano, de provavelmente mais de 5%, pelo atual cenário pessimista da IFI, o PIB nominal, então – os nossos 7 trilhões, 7,5 trilhões de PIB –, diminui, cresce menos; ele cresce um pouquinho, mas cresce muito pouco. Quando a gente tira a inflação, há uma queda, o PIB nominal fica quase estável.

A partir do ano que vem, mesmo que a economia volte a crescer 2,5%, o que seria até uma taxa relativamente alta para as condições atuais, esse PIB nominal não volta mais para a trajetória do pré-crise; ele fica em um nível que ainda vai ter uma distância em relação ao que a gente projetava no pré-crise. Esse pecado original, vamos chamar assim, afeta todas as contas, porque a receita é afetada por essa questão. Ao se afetar a receita, afeta-se o déficit. Ao se afetar o déficit, afeta-se a trajetória da dívida, ainda que todos os gastos adicionais feitos neste ano sejam revertidos.

A despesa do Governo central, em 2019, foi de 19,9% do PIB. Para 2020, a projeção da IFI é de 24,7% do PIB. Em 2021, voltaria totalmente para 19,9%. Então, vejam que é uma premissa até otimista da nossa parte, não há transbordamento das despesas deste ano para o ano que vem.

Agora, em razão desse efeito da atividade econômica, os diferimentos de impostos também, que foram anunciados e que vão virar Refis – já está nos jornais desse final de semana o próprio ministro dizendo que os diferimentos devem virar programas de Refis –, isso também afeta a trajetória da arrecadação. Como o gasto é muito rígido no Brasil, há uma dependência muito grande dessa trajetória das receitas.

As medidas. A IFI não tem mandato para dar recomendação de política; só tem mandato, sim, para analisar os seus efeitos. Então, se as medidas estão aquém ou acima do que seria o necessário, não cabe tanto a nós dizer. O que dá para dizer é que é importante que haja um maior diálogo entre a área da saúde e a área econômica, porque a demanda por gastos quem vai precisar definir melhor é a área da saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Políticas anticíclicas. Há muito pouco espaço para fazer isso neste momento. O que o Governo deve fazer é mitigar, amenizar, amainar esses efeitos da crise sobre aqueles que mais dependem do Estado, os trabalhadores informais e os mais pobres.

E como financiar tudo isso? O Josué falou um pouco, mais vai ser, em última instância, o aumento da dívida pública, seja por meio da dívida do Banco Central, seja por meio da dívida do Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fazendo uma correção, a TV Senado está também transmitindo a nossa audiência pública ao vivo – a TV Senado.

Também, para todos os participantes, internautas, hoje o Dr. Felipe Salto escreveu um belíssimo artigo em *O Estado de S. Paulo* sobre sistemas, que vai, com certeza, instruir a todos aqueles que puderem fazer a leitura. Muito importante o artigo escrito em *O Estado de S. Paulo*.

Dando continuidade, eu passo a palavra – o Senador Esperidião Amin está inscrito, mas ele deve estar na reunião de Lideranças – para o Deputado Federal Mauro Benevides Filho.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Espero que hoje a gente possa ter um pouquinho mais de tempo. Senador Confúcio, o senhor tem sido um excelente Presidente, mas hoje quero abraçar também o nosso Relator, Francisco Jr., e em especial o nosso Presidente Felipe Salto e toda a sua equipe. Que bom tê-los aqui! Meu caro Pellegrini, bom dia! Meu caro Daniel, bom dia!

Aliás, Presidente, quando eu cheguei à Câmara dos Deputados, minha primeira tarefa foi discutir com a IFI operações compromissadas, porque o Felipe, inclusive, me disse que o Pellegrini já tinha artigos escritos sobre isso, e eu até hoje me incomodo e vou falar por isso agora.

Então, espero que o senhor me dê só mais 30 segundos além disso.

Minha primeira pergunta é a seguinte...

Meu caro Felipe, parabéns pela coluna hoje de *O Estado de S. Paulo*, que vai virar, portanto, outra fonte de sabedoria para todos nós.

Existem três conceitos de dívida: a dívida do Tesouro Nacional; aquela que o Banco Central publica, ou seja, o Banco Central no Brasil não tem título próprio para fazer política monetária, então o Tesouro cede título para o Banco Central para ele fazer isso – então, se você somar Tesouro mais os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

títulos do Tesouro que estão no Banco Central, é o conceito do Banco Central –; e o FMI, que é Tesouro mais título do Tesouro do Banco Central mais título do Tesouro do Banco Central que não está sendo usado, ou seja, em carteira.

Qual é o conceito que você está usando para dizer que é 90% do PIB? Eu me preocupo, porque, quando nós vamos comparar com outros países, esses conceitos podem variar em magnitude, até porque eu vi que o seu consultor lá da IFI, José Roberto Afonso, disse: "Olha, está todo mundo dizendo que as dívidas vão crescer muito no Brasil, 8%, 9%, 10%, mas nos outros países vão crescer também. Na África do Sul, vão crescer 23,4%; nos Estados Unidos, 22%; e assim sucessivamente. Na Itália, 15%...". Em vários países também vão crescer. Será que não seria melhor medir isso em termos relativos do que somente em termos absolutos?

Terceiro. O Banco Central hoje, pela lei de 2019, só pode transmitir do seu resultado total – somente – aquela parte que é operacional; a parte da grande reserva cambial ele tem que manter no Banco Central a não ser em condições específicas. Aqueles 160 bilhões, ao longo dos anos, que agora não podem mais ser transferidos para pagar despesa primária, somente para pagar dívida pública, esses 160 que estavam no passado já foram gastos? A gente pode usar esses 500 bilhões que estão lá para poder ajudar nesses gastos da pandemia?

Terceiro. Por que o Senado nunca aplicou um limite para endividamento do Governo Federal? Os Municípios não podem...

Por favor, cinco minutos, Presidente!

Os Municípios não podem gastar mais do que 1,2 vezes sua receita corrente líquida; os Estados mais do que 2 vezes; e a União não tem limite. Por que o sistema financeiro não deixa a gente votar esse limite, que para mim é fundamental, para daqui a 10 anos, 15 anos, não precisa ser limite agora neste momento?

Por último, se a IFI concorda em trocar operação compromissada, que eu acho que não precisa estar sendo enxugada a todo tempo, a capacidade ociosa é muito grande, não há demanda agregada, a taxa de juro vai cair. O que a IFI acha dos depósitos remunerados?

Muito obrigado, Presidente, pelos 15 segundos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, brilhante Deputado, maravilhoso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para o Felipe Salto ou a quem ele designar para responder ao Deputado Mauro Benevides.

Obrigado.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Deputado, obrigado pelos comentários – e o Senador também – a respeito do artigo.

Deputado Mauro, eu vou passar a palavra para o Josué, porque a maior parte das suas observações tem a ver com os estudos que ele tem feito a respeito da Conta Única, das compromissadas, só fazendo um comentário de que, a meu ver, na questão dos depósitos voluntários, praticamente do ponto de vista fiscal equivaleria à compromissada, porque o mercado vai exigir uma remuneração. Então, os depósitos vão ser remunerados por quê? Pela própria Selic. Então, acho que é um instrumento adicional importante e, com a eloquência que lhe é particular, o senhor colocou essa questão bem.

Enfim, é só para fazer esse comentário inicial. As outras questões eu passo para o Josué.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas, Deputado Mauro, sempre tão interessado nessas importantes questões econômicas – financiamento, política fiscal e monetária. Foram várias perguntas. Vou procurar ser o mais breve possível.

Com relação ao indicador utilizado, a IFI utiliza o indicador dívida bruta do governo geral na definição do Banco Central. É o indicador oficial de dívida pública, em que ele considera as operações compromissadas e não a carteira de títulos públicos do Banco Central.

Se fosse utilizar a carteira de títulos públicos do Banco Central, a dívida seria cerca de dez pontos...

Está baixo o volume?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom, está bom.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Então, a dívida seria cerca de dez pontos a mais.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Ela seria mais alta, não é? Mais alta.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Mais alta, porque a carteira de títulos públicos do Brasil é muito elevada. Então, eu acho que seria até uma injustiça com o Brasil se a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse utilizar aqui o critério do FMI. Evidentemente, como está fazendo comparação internacional, o FMI não pode ficar fazendo ajuste específico, porque ele lida com quase 200 países, então ele usa um critério único.

No caso de comparações internacionais, não há outro jeito, mas, como nós estamos analisando a realidade do Brasil, eu acho que, dadas as características atuais – não sempre –, a gente pode caminhar no futuro para usar o indicador do FMI, mas, com as características atuais, o indicador de dívida bruta do Banco Central, que considera as compromissadas, parece ser mais adequado, digamos assim, ao esforço requerido para pagar a dívida pública, porque senão eu iria considerar mais dez pontos do PIB que, a rigor, não vão exigir da sociedade um esforço fiscal para ser pago. É uma carteira de honra. Ainda que o Banco Central seja uma instituição à parte, é uma parte da dívida pública que está com o Banco Central, um órgão público.

Então, eu acho conveniente esse indicador oficial para a realidade atual do Brasil, embora eu ache que, ao longo dos anos, a gente, fazendo ajustes na carteira de títulos do Banco Central, que é muito alta, possa caminhar para um indicador que é o padrão internacional.

O Deputado colocou várias outras questões.

A questão do resultado do Banco Central. Quanto ao resultado do Banco Central, foi alterada a lei no ano passado. Antes, o resultado era transferido para a Conta Única; agora houve uma modificação, com essa lei já valendo a partir do ano passado: o resultado que é gerado pela desvalorização cambial... Porque o Banco Central tem lá 340 bilhões de reservas em dólar. Quando há desvalorização cambial, o valor em real dessas reservas sobe. Então, há um grande aumento no resultado do Banco Central, por questões cambiais. E, por outro lado, tem a parte do resultado do Banco Central que é operacional. É da existência do Banco Central mesmo as características que ele tem lá, no ativo e no passivo. Essa operacional está sendo transferida regularmente para o Tesouro. Já o resultado que é decorrente da variação cambial está sendo acumulado no patrimônio do Banco Central. É uma reserva patrimonial. Não tem nada a ver com reserva externa. É uma reserva patrimonial, que fica lá no patrimônio do Banco Central.

Ocorre que essa alíquota foi mudada no ano passado e ocorre que, curiosamente, a lei tem um dispositivo lá que trata de situações excepcionais, que é o art. 5º, que possibilita, em situações de extrema restrição de liquidez na dívida pública, transferir o resultado cambial que está lá, no Banco Central, para o Tesouro, e isso, evidentemente, pode ocorrer ao longo deste ano, mediante autorização do Conselho Monetário Nacional. Se faltar, por exemplo, saldo na Conta Única, para utilizar no pagamento da dívida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, esse valor, que, se não me falha a memória, chegou a R\$600 bilhões, dado o tamanho das reservas internacionais e dado o tamanho da desvalorização cambial, esse valor pode ser transferido para o Tesouro e ser útil como colchão de liquidez na rolagem da dívida pública. Ele não pode ser utilizado em outros itens de outros tipos de gastos. Estritamente está lá, no art. 5º da Constituição: estritamente utilizado para pagar a dívida. Dá para utilizar a Conta Única para outros gastos também, mas há aquelas restrições que o Daniel bem colocou lá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Dando continuidade...

O SR. DANIEL VELOSO COURI – O senhor me permite complementar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito. Pois não. Pode complementar.

O SR. DANIEL VELOSO COURI (Para expor.) – Rapidamente.

O Deputado Mauro colocou sobre os 160 bilhões do Banco Central, dos resultados do Banco Central, que estão na Conta Única. Bom, esses 160 já foram incorporados ao Orçamento.

Em 2020, basicamente você tem dois movimentos extraindo recursos da Conta Única: o primeiro deles é, obviamente, o da necessidade de gastos com a pandemia; e, aí, você tinha um contexto em que a regra de ouro ainda vigorava e não se podia emitir títulos. E você tem também a preferência do Tesouro, em alguns momentos nos leilões, em não fazer uma emissão e resgatar da Conta Única, para a rolagem da dívida. Então, esses dois movimentos, basicamente, têm feito com que a Conta Única tenha uma redução expressiva do saldo.

Num desses movimentos, ele pegou e usou 160 bilhões, que são resultados acumulados antes da vigência da Lei 13.820, que ainda podem ser usados para a dívida. Ele já incorporou ao Orçamento, no gasto com juros. Foi a Portaria 9.148, da SOF. Então, ela foi lá e colocou os 162 bilhões e alguma coisa para pagamento de juros da dívida. Se já houve o pagamento, eu posso checar para o senhor, mas já está incorporado ao Orçamento. Então, o Tesouro já está utilizando, esperando utilizar isso, pelo menos por enquanto. Agora, com a suspensão da regra de ouro, pode ser ainda que ele prefira emitir títulos e trocar essa fonte. Mas isso está no Orçamento já.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também a participação pelo Portal e-Cidadania. Tenho aqui o Paulo Correa de Mello, de São Paulo; João Cavalcante, de Pernambuco; Rafael Azevedo, de Sergipe. Eu vou fazer a pergunta, Dr. Felipe Salto, só do Paulo Correa de Mello, de São Paulo, e o senhor anote aí, por favor. Ele pergunta o seguinte – depois o Cacá Leão entra, e o senhor responde aos dois –: "O afrouxamento quantitativo da política monetária é uma hipótese viável para reduzir o impacto da crise?". E ele continua: "E o Ministro Paulo Guedes está alinhado?". Ele continua, o Paulo Correa de Mello, de São Paulo: "Estariam o Congresso e o Executivo alinhados quanto ao eventual [eu não sei falar essa expressão, deve ser de vocês economistas, eu vou ler como um bom português, um bom brasileiro que não sabe falar inglês] *quantitative easing*?". Então, o senhor anote aí, para responder para o Sr. Paulo Correa de Mello.

Continuando, eu passo a palavra... Kátia, você espere só um pouquinho, que o Deputado Cacá Leão, que é membro titular, vai entrar agora com o seu questionamento.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Relator Francisco Jr., cumprimentar os demais membros, o brilhante Deputado Mauro Benevides Filho, um conhecedor de números no Congresso Nacional.

Na verdade, não vou perguntar, só vou agradecer e cumprimentar o Felipe, o Josué e o Daniel pelo trabalho que eles fazem. Eu particularmente sou um admirador da IFI. Parabenizo o Felipe pela coluna agora na *Folha de S.Paulo*, que será mais um meio para a gente se informar. Eu acompanho os trabalhos dele de perto, tanto nas redes sociais, quanto nos artigos que são publicados, porque eu acho que a Instituição Fiscal Independente tem contribuído bastante com os trabalhos do Congresso Nacional e também com o acompanhamento dos gastos das finanças públicas.

Então, na verdade, eu não tenho nenhuma pergunta, só agradeço pela apresentação, e parabenizo, em nome do Felipe, do Josué e do Daniel, a toda a equipe da Instituição Fiscal Independente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Como o Deputado Cacá Leão não fez perguntas, eu vou aproveitar rapidinho e colocar dois internautas aqui.

Uma pergunta também – o senhor pode anotar aí – do João Cavalcante, de Pernambuco: "Qual a situação do Brasil pós pandemia da Covid-19?". Só isso que ele perguntou. E Rafael Azevedo, de Sergipe: "É importante que o Governo Federal seja mais transparente na divulgação dos números dos casos novos de Covid-19." Só isso.

O senhor pode responder.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas. É claro que são perguntas muito complexas, que demandariam muito mais tempo... Eu vou tentar ser breve aqui.

Vou começar pelo Deputado Cacá, porque, para nós, é muito importante esse reconhecimento, inclusive vindo da Câmara. A IFI é dirigida por um colegiado. Então, sempre que a gente é convidado para vir às Comissões, eu gosto de vir junto com o Daniel e com o Josué, porque essa independência da IFI é que nos dá peso. A imprensa só usa as nossas informações porque a gente tem essa fidedignidade, essa credibilidade. Então, para nós é muito importante esse reconhecimento, Deputado Cacá.

Sobre as perguntas de São Paulo, Sergipe e Pernambuco, o de São Paulo pergunta três coisas; basicamente, duas têm a ver com a economia, que é o afrouxamento da política monetária, e o *quantitative easing*, que nada mais é, Senador, do que colocar dinheiro em circulação na economia. O afrouxamento da política monetária é a redução de juros, o que já vem acontecendo. Nós estamos com uma taxa de juros de 3%, a Selic – as taxas na ponta são muito mais altas, obviamente –, mas esse afrouxamento monetário só é possível porque a economia está muito deprimida. Há um termômetro na economia que se chama hiato do produto. Esse hiato do produto é a diferença entre o que a gente poderia estar crescendo e o que a gente está crescendo. Como ele está muito aberto, não há pressão inflacionária; ao contrário, há pressões desinflacionárias. É por isso que o juro vem caindo bastante rapidamente.

Agora, qual é o limite para essa taxa de juros? Pode cair para 2%, para 1%, para 0%? Aí é que há uma dificuldade, porque nós não somos um país desenvolvido, nós temos um risco, nós temos ainda uma expectativa de inflação para a frente, que é baixa, mas que existe – de 1%, de 1,5%. Então, o Banco Central tem uma limitação para reduzir a Selic, ele não pode ir indefinidamente, senão ele vai dificultar a vida do Tesouro para financiar todo esse déficit que nós vamos ter neste ano, que vai ser feito com títulos públicos – e, para ser feito com títulos públicos, tem que ter um mínimo de remuneração, um mínimo de juros para ajudar.

O *quantitative easing*, à moda brasileira, vai acontecer talvez como já esteja acontecendo, que é a PEC do orçamento de guerra autorizando o Banco Central a fazer compras de títulos públicos no mercado secundário, e a própria redução da Selic, que vai permitindo uma maior liquidez, uma maior circulação de dinheiro na economia.

A respeito da pergunta do cidadão de Pernambuco, o pós-pandemia como vai ser? Ninguém sabe, na verdade. A dificuldade de se fazerem projeções neste momento é muito grande. A nossa expectativa é de que a recuperação não será em "V", como a gente diz, não vai ser rápida; ela vai ser uma recuperação lenta. Então, neste ano, vai haver uma recessão e, no ano que vem, um crescimento de 2%, 2,5%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crescendo isso, dá para haver uma diminuição do déficit. Aí seria importantíssimo retomar a agenda de reformas. E, quando a gente diz reformas, é a questão tributária, a questão dos gastos públicos, a discussão das regras fiscais.

Por fim, a questão de transparência. Hoje, o orçamento público é muito aberto. O próprio Senado Federal tem o sistema SIGA Brasil, que a própria IFI utiliza muito. Há outros sistemas importantes também. O Tesouro criou um *site* para acompanhamento da Covid, como o Daniel mostrou na apresentação dele. E aí nós estamos falando em primeira mão aqui, para a Comissão, que nós também passamos a colocar no nosso *site* um painel para acompanhamento de todas as medidas – o orçamento, a execução, quanto foi pago, quais as fontes desse financiamento. Então, acho que transparência não é exatamente o problema. O problema é mais na celeridade e eficiência desses gastos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Felipe Salto.

Agora vamos passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO) – Presidente, Senador Confúcio Moura, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Presidente Confúcio Moura, muito obrigada por ter me incluído no grupo da Comissão. Embora eu não seja nem titular nem suplente, sou uma fiel e assídua componente.

Quero cumprimentar os meninos da IFI – Felipe, Josué e Daniel –, e dizer que vocês são um orgulho para nós. Eu conheço muitas consultorias no País, excelentes consultorias, e nenhuma é melhor do que vocês. Pode ser igual; mas melhor do que vocês, não é um sossego para nós.

Eu queria que vocês estendessem o mandato para um instituto fiscal social, para a gente enfrentar a desigualdade. Há um projeto de lei do Eduardo Braga, e eu não sei se a IFI atual já poderia ampliar o mandato, a equipe, e também fazer um dos pontos mais importantes que nós temos agora, no pós-pandemia – e o mundo inteiro está discutindo isso. Não é mais uma bandeira, um assunto de esquerda, é um assunto mundial, internacional, e uma bandeira de todos os cidadãos: a desigualdade.

Eu queria fazer um questionamento de algumas coisas que eu tenho lido e estudado muito neste período, por dever de ofício, obrigação e curiosidade. Nós falamos agora mesmo da Conta Única e das compromissadas. Nós sabemos que nós temos algum dinheiro sobrando comparando aos níveis exigidos pelo FMI. Nós temos aí R\$1,3 trilhão na conta do Banco Central, que é do Tesouro. É um número muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevado. Se o Banco Central comprar compromissadas no mercado, isso não vai afetar a dívida bruta, porque o FMI não vai considerar. Mas eu fico pensando: se o Banco Central comprar os títulos do Tesouro e depois fizer um encontro de contas interno, isso não abateria na dívida bruta, pelos requisitos do FMI? Isso não seria uma solução razoável para o enfrentamento do tamanho da nossa dívida?

Terceiro ponto: debêntures. O que vocês pensam sobre a emissão de debêntures, um projeto que eu estou elaborando, pelas cooperativas, de um modo geral, as grandes cooperativas, e as empresas limitadas? Para limitadas já há um projeto na Câmara, mas para cooperativas, não. Não existe nem projeto. Eu é que estou elaborando um, e pretendo protocolá-lo o mais rápido possível. O que o senhor acha? – para eles se financiarem. Depois do recuo do Banco Central, houve um investimento muito alto em debêntures, em que as empresas encontraram um caminho para se financiar sem recurso público.

Terceiro. O novo normal. Não sei se vocês já estão (*Falha na gravação.*) de comportamento, de vendas, de mercado. Como é que as pessoas vão agir no pós-pandemia?

E eu pergunto sobre o novo normal da política econômica nacional. Há um grande economista colega de vocês de Harvard, Alesina, que diz que corte de gastos não tem relação direta com crescimento econômico. Eu queria que vocês comentassem isso – dentro dessa visão do novo normal, dentro da desigualdade –, a presença do Estado. É toda uma discussão em relação à qual os antigos de Chicago, aqueles mais ortodoxos de Chicago já estão vindo por essa direção, contrariando a ortodoxia tradicional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra para o Felipe Salto, para respondê-la.

Pode falar, Filipe.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Senadora, obrigado pelas palavras. Como sempre, é uma grande apoiadora, desde o começo, das nossas atividades. Tenho certeza de que eu falo também em nome do Josué, do Daniel e da nossa equipe.

Sobre o ponto primeiro, a respeito das compromissadas, o que acontece? O FMI tem um conceito mais conservador de dívida pública. Então, como a senhora explicou, ele considera que a dívida acaba sendo mais alta, porque toda a dívida na carteira do Banco Central acaba sendo considerada. Então, o Banco Central tem compromissadas e tem títulos livres. Por que existe essa história de compromissadas? Porque, desde dois anos após a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco Central está proibido de emitir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

títulos próprios; antes ele emitia as LBCs, as Letras do Banco Central, que tinham a mesma característica das LFTs; foram criadas na mesma época, eram indexadas à própria taxa de juros. Mas, para deixar a coisa talvez mais organizada, então, se proibiu fazer isso.

E aí como o Banco Central faz política monetária? Fazer política monetária nada mais é do que controlar a quantidade de dinheiro em circulação na economia. Só que, para aumentar ou para reduzir essa quantidade de dinheiro em circulação – e essa quantidade pode aumentar ou diminuir por diversos fatores, inclusive o gasto do Governo, inclusive os saques de recursos da conta única, para poder gastar –, então, o Tesouro coloca títulos na mão do Banco Central, e aí o Banco Central usa esses títulos para fazer operações de venda de títulos com direito a recomprar. Por isso, que se chama compromissada, tem esse compromisso com determinado prazo. Há muitas operações compromissadas que são de um dia; outras que são de 20 dias; algumas tem um prazo maior, mas, em média, o prazo é curto, é inferior a 30 dias.

Então, o Banco Central considera: "Olha, não me importa se todos esses títulos que o Tesouro te deu, Banco Central, estão na sua mão, ou se você colocou na mão do mercado, para fazer suas políticas; o que importa para mim é que você tem esse bolo total de títulos". Então, quando ele faz isso, é um conceito mais conservador, a dívida, por exemplo, que a IFI projeta em 86,6% do PIB, o FMI projeta em 100% do PIB; então, acontece essa diferença de 13 pontos do PIB, 14 pontos, que têm a ver com isso.

Agora, será que há alguma, desse mato sai algum coelho, para financiar as ações contra a crise neste momento? O que já vem sendo feito até agora é usar os recursos da conta única. Quando o Governo usa seus recursos, como o Daniel explicou, injeta liquidez na economia. Ao injetar liquidez, o Banco Central, para cumprir a meta Selic, faz as operações compromissadas. Então, em última análise, a dívida pública é afetada.

No caso do FMI, não apareceriam essas movimentações, mas o fato é que a operação compromissada não deixa de ser um título, uma dívida do setor público com o resto do mundo, no caso, com os agentes que estão entrando, os bancos, as instituições que estão entrando nessas operações compromissadas.

O que dá para fazer mais nesse campo? A gente está bolando agora um estudo, nós três inclusive escrevendo esse estudo, para tentar entender o potencial ainda dos recursos existentes na conta única que não têm vinculações constitucionais, legais, que possam ser utilizados, a exemplo do colchão de liquidez do Tesouro. O que é o colchão de liquidez? É uma parte dos recursos depositado na conta única que o Tesouro conseguiu arrecadar emitindo títulos a mais do que precisava em anos passados. Então, se ele tinha um déficit de 100, emitia 150 de títulos, guardava essa receita e ia acumulando o que a gente chama





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de colchão de liquidez. Agora é o momento de usar, o Tesouro já vem utilizando isso de maneira sistemática.

Há ainda o lucro do Banco Central. Está em 598 bilhões, quase 600 bilhões, mas aí precisa, como o Josué explicou para o Deputado Benevides, da autorização do Conselho Monetário Nacional para usar esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Um minutinho aí porque entrou aqui um titular, que é o Deputado Reginaldo Lopes, a quem eu passo a palavra neste momento para fazer os seus questionamentos.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Senador Confúcio Moura, pela oportunidade.

Quero parabenizar a exposição do Felipe Salto sobre os números, os dados. Achei superpositivo e interessante.

Quero cumprimentar os Senadores e Deputados.

Mas eu também queria pensar se o desafio pós-pandemia, pós-vírus, não impõe novos conceitos do ponto de vista da política monetária. De fato, a responsabilidade fiscal é um ganho. É evidente que tem que haver controle e responsabilidade fiscal para um país, mas também o mundo discute uma depressão grande pós-pandemia. De fato, se a gente analisar friamente os dados, o Brasil já estava em depressão. Nós temos aí uns seis anos de crescimento quase negativo da economia brasileira: somando pequenos crescimentos com crescimento negativo e com crescimento populacional há crescimento negativo do PIB brasileiro. E temos o aumento da desigualdade. Acho que esse tema, colocado pela Senadora Kátia Abreu, é o tema do século XXI. Ou seja, como tratar a questão da responsabilidade fiscal com a responsabilidade social, responsabilidade fiscal *versus* responsabilidade social e do ponto de vista também de como fazer a economia voltar a crescer.

Nós já ouvimos aqui o Mansueto, o próprio Paulo Guedes... Na verdade, depois daquela reunião do dia 22 de abril, é lamentável porque, de fato – o Ministro da Educação gosta de falar que as universidades tinham balbúrdia, mas foi uma verdadeira balbúrdia –, é lamentável o Brasil ter que conviver com aquele tipo de postura. As pessoas compararam aquela reunião com uma reunião de boteco ou botequim, mas nos botecos os papos são muito mais respeitosos, a conversa muito mais séria e muito mais organizada. O que demonstrou muita preocupação, ou seja, a postura do Ministro Paulo Guedes em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer o seguinte: "Vamos ganhar dinheiro, vamos comprar, vamos ajudar as empresas grandes; vamos ganhar dinheiro e vamos quebrar as empresas pequenas e microempresas. Ou seja, isso comprova... *(Falha na gravação.)*

Na ponta, eu vi seus dados aqui... *(Falha na gravação.)*

...que, de fato, aqueles recursos, tanto da Medida Provisória 936 como os de apoio às micro e pequenas empresas, não chegaram à ponta. E parece que é proposital a ação do Governo de não apoiar esses setores! E são setores geradores de emprego, ou seja, as micro e pequenas empresas geram mais de 70% dos empregos formais e, também, vamos dizer, informais, porque são microempreendedores ou microempresários.

Então, eu queria aqui perguntar se não é hora de a gente ampliar o conceito de responsabilidade fiscal, tendo a obrigação da responsabilidade social, e de trazer novos conceitos do ponto de vista desses próximos dez anos, para a gente não perder uma geração, em especial os mais jovens da periferia, que vão ser excluídos das oportunidades. Temos que pensar, de fato, em como fazer uma expansão monetária, ter um conjunto de obras públicas induzido pelo Estado brasileiro, porque acho que a austeridade... A partir do movimento, a partir da ação, que significa investimentos estruturantes, eu acho que há um retorno razoável de benefícios para a sociedade, mas também um retorno no sistema tributário brasileiro.

Para encerrar: precisamos de um novo sistema tributário. Não haverá novo normal sem sistema tributário, e um sistema tributário com tem três grandes objetivos: parar de cobrar imposto do pobre e cobrar do rico; organizar os Estados e Municípios, que estão todos quebrados e vão sair mais quebrados ainda no pós-pandemia; e também ampliar a capacidade de políticas públicas nas áreas da educação, saúde e segurança pública com qualidade.

Então, queria ouvi-lo um pouco sobre isto: não é hora de pensar, junto com a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei de responsabilidade social?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem!

A Senadora Kátia Abreu, parece-me, levantou a mão...

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO) – As minhas perguntas não foram respondidas na totalidade, foi respondida apenas uma.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem, está bem. Então, eu vou passar a palavra ao Felipe Salto. Ele vai responder ao Deputado Reginaldo e já aproveita e completa as respostas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Senadora Kátia Abreu –, certo, Felipe? Você terá o tempo um pouquinho aumentado para responder a todos.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Certo. Eu vou compartilhar com os meus colegas aqui também, porque acho que eles podem contribuir.

Não deu tempo, Senadora – desculpe-me –, de responder às outras duas questões.

Acho, quanto à questão da desigualdade social, de fato, nós precisamos ter uma atenção maior. Responsabilidade fiscal é a questão central para que se possa ter crescimento, para que se possa ter recursos para fazer políticas públicas, mas a questão da desigualdade é um campo à parte, inclusive, no estudo da Economia. A gente tem o Ricardo Paes de Barros, do Insper, o André Portela Souza, o Naercio Menezes, há aí uma gama de economistas da área social e de avaliação de políticas, e me preocupa muito que não estejam sendo procurados pelo Executivo. Não há como fazer política pública micro – não estou falando agora mais de macro – sem consultar essas pessoas, que estão há 20 anos, 30 anos estudando esses assuntos. Então, concordo com a senhora quando diz que é preciso haver uma combinação dessas coisas. A função da Instituição Fiscal Independente não abarca isso, mas ela pode colaborar na discussão, sem dúvida.

Sobre o novo normal: ninguém sabe ainda qual vai ser o novo normal, quer dizer, para onde nós vamos depois de toda essa crise, se é que nós vamos crescimento no ano que vem, e quais vão ser as políticas necessárias. Mas, desde já, o que é preciso fazer é combater eficientemente a doença. Ao contrário do que se pensa, não existe essa dicotomia entre a saúde e a recuperação da economia. Ao contrário: quanto mais tempo a gente demorar para debelar a doença maior vai ser a consequência sobre a atividade econômica para os próximos meses e para o próximo ano. Só é possível haver uma saída do isolamento coordenada de uma maneira tempestiva, de uma maneira em que haja um comando central, uma coordenação e um diálogo com os Estados e Municípios, que estão enfrentando esse problema lá na ponta.

Mas eu quero passar também para o Daniel e para o Josué, para ajudarem a responder também às questões do nosso Deputado.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Alô! Dá para ouvir?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Dá sim.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, juntando as questões da Senadora Kátia Abreu e do Deputado Reginaldo Lopes... Já também agradeço pelos elogios da Senadora Kátia, sempre tão gentil com a IFI, e o Deputado Cacá Leão também.

A Senadora colocou as questões das debêntures, se eu entendi, as debêntures emitidas pelas cooperativas. É uma questão mais de sistema financeiro, não é, Senadora? Mas, assim, eu entendo que as debêntures têm se transformado num instrumento cada vez mais importante no Brasil, como instrumento de captação direta das empresas, sem necessariamente ter que recorrer ao sistema financeiro. É uma forma de emissão direta. Têm ganhado muita importância. E eu entendo que quanto mais – evidentemente, desde que devidamente reguladas – opções houver para as empresas de instrumento de captação, e para as cooperativas inclusive, melhor. E a importância desse instrumento é tal que o próprio Banco Central teve essa preocupação, agora com a crise, de criar instrumentos para dar liquidez a essas debêntures. Estava havendo uma dificuldade de encontrar comprador, o que estava depreciando muito o preço, subindo muito o custo. E aí o Banco Central criou essas medidas de incentivo à compra de debêntures, o que deu maior liquidez para o mercado, facilitando inclusive, talvez, até na ponta primária, na ponta da emissão.

Com relação ao economista Alesina, a Senadora também colocou uma questão importante: que o economista Alesina afirmou que o corte de gasto não tem relação com o crescimento econômico. Eu entendo que aí ele diz o seguinte: que o corte de gasto não necessariamente é recessivo; o ajuste fiscal não necessariamente é recessivo. Dependendo da situação de economia, ele pode até contribuir com o crescimento. Digamos: numa situação de desequilíbrio fiscal muito grande, em que haja uma grande incerteza na economia sobre o futuro, por conta do desequilíbrio, então, eventual corte de gasto pode ter um efeito positivo sobre as expectativas e acabar tendo um impacto positivo sobre o crescimento econômico. É evidente que isso não é sempre verdade. Se a situação da economia é extremamente depressiva, o corte de gastos pode trazer alguma dificuldade ou piorar a situação. É uma questão de se analisar a situação em cada momento para ver qual é a melhor medida a ser tomada em termos de política fiscal.

O Deputado Reginaldo Lopes trouxe uma questão importante, que é a da política social, da política assistencial. Nós estávamos, até 2019 – o mundo fez um parêntese em 2020, e esperamos que fique em 2020 –, com uma agenda intensa de debates econômicos, com reforma fiscal, reforma tributária, reforma administrativa. Eu entendo que, com esta crise do coronavírus, quando nós voltarmos à normalidade ou à quase normalidade ou ao novo normal no próximo ano ou mesmo já no transcorrer deste ano, talvez nos meses finais, no segundo semestre, a questão da assistência social vai ocupar espaço tão relevante quanto esse que os outros itens estavam ocupando no final de 2019. Então, vamos dizer que será uma outra variável que terá de ser considerada em meio a todas essas outras reformas: se vai haver reforma na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política de assistência social ou não, a questão da renda básica ou coisa do tipo, o impacto fiscal disso... Isso será uma nova equação com que o País vai ter de lidar em meio a tantas reformas. A reforma tributária terá de incorporar a questão social da desigualdade, a reforma do Imposto de Renda, a reforma da tributação indireta. A reforma fiscal – e já se colocava a questão do rápido aumento das despesas obrigatórias – vai continuar importante e vai adquirir importância maior ainda, porque, se nós tínhamos problemas de despesa obrigatória, agora vamos ter mais ainda, até se nós formos dar mais foco para a questão assistencial. Provavelmente serão políticas que vão demandar mais aumento de despesas, talvez com justiça, porque nós temos um sério problema de desigualdade social, mas, ao mesmo tempo, a questão da reforma fiscal para controle de despesas obrigatórias, incluindo despesas com pessoal, também ganha importância crescente para, juntamente com a reforma tributária...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Josué.

Nós vamos agora para o nosso penúltimo inscrito, o Deputado General Peternelli, de São Paulo.

Deputado Peternelli, V. Exa. está com a palavra.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, uma boa tarde.

Quero parabenizar a IFI, através do Felipe, do Daniel e do Pellegrini. Muito boa a palestra.

Como eles mesmos disseram, esses dados apresentados devem ser analisados com cuidado. Concordo com o que foi abordado: gastar bem e com eficiência é o mais importante.

O nosso Deputado Mauro Benevides falou do limite. E eu acho que o limite é fundamental.

Foi bastante abordado o aspecto de como está sendo gasto esse dinheiro, da demora. Nós estivemos na sexta-feira aqui, na própria Comissão, e fomos informados pelo Gen. Braga Netto, do gabinete de crise, que diariamente o Conass e o Conasems fazem reunião para poder agilizar esse gasto, em especial na saúde. Fruto disso tivemos a Medida Provisória nº 966, que flexibiliza um pouco esses gastos pelos gestores públicos. Então, temos que tomar bastante cuidado.

O Deputado Francisco Jr. perguntou qual seria o foco para o momento. O foco para o momento, Relator, eu acho que deveria ser a reforma tributária. Eu vi abordar bastante a Conta Única do Tesouro Nacional, em torno de R\$1,4 trilhão, que já vem financiando gastos públicos, pois a arrecadação não é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiente dentro dos limites da LOA, mas o que eu gostaria de verificar e de comentar é sobre o capital circulante brasileiro. Eu defendo, na reforma tributária, inclusive tenho a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45, a ideia de você taxar a movimentação financeira. O capital circulante publicado pelo Banco Central praticamente é muito grande. Se nós pensarmos nessa proposta do Cintra de 2,5% no crédito e no débito, só para se ter uma ideia, os créditos extraordinários hoje de R\$274 bilhões seriam arrecadados somente em três dias. Então, acho que isso é importante. E é importante que esse dinheiro arrecadado rapidamente vá para Estados, Municípios e União – 30% para cada um e 10% para o Congresso destinar para as políticas públicas regionais e fundos e outras áreas de interesse. Eu concordo quando o Reginaldo Lopes e a Senadora Kátia Abreu falam nesse aspecto social. Esse é o tipo de imposto que permite você não cobrar do mais pobre – você já tem toda aquela lista de quem necessita na Caixa, e desses não serão deduzidos os 2,5%. Então, acho que é a reforma tributária, taxando a movimentação financeira e acabando com todos os demais impostos e tributos.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado General Peternelli.

Eu quero acrescentar, Felipe, uma pergunta minha aqui para você: como a Instituição Fiscal Independente interpreta a emissão de moeda pelo Banco Central com o objetivo de reduzir o endividamento? Então, o senhor responda ao General Peternelli e a essa pergunta minha, que é bem simples.

Logo a seguir, eu passo a palavra, para fazer o fechamento da nossa audiência pública, ao nosso Relator Francisco Jr.

V. Exa. está com a palavra, Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Deputado Peternelli, acho até que o Josué esteve com o senhor, explicando e discutindo algumas coisas a respeito da reforma tributária – ele me relatou. Foi muito produtivo. Acho que o tema da reforma tributária é essencial neste momento, mas a agenda do Congresso está interdita com a questão do combate à Covid. Então, é difícil introduzir as questões da discussão de reforma tributária nesse contexto, porque é um contexto em que todos os entes estão atrás de ter maior arrecadação, não necessariamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplificando o sistema tributário, atacando o nó do ICMS, reunificando ou unificando alguns impostos, alguns tributos.

Quanto à dimensão que o senhor coloca a respeito de um imposto do tipo *cash flow tax*, que é um imposto sobre transações possivelmente, ele de fato tem um poder arrecadatório grande, mas ele tem outros problemas, ele pode desestimular a intermediação financeira, pode acabar estimulando informalidade, mas são questões que, obviamente, podem ser discutidas. O Prof. Marcos Cintra, da Fundação Getúlio Vargas, ex-Secretário da Receita, também tem trabalhos importantes sobre isso. Daria para a gente fazer uma audiência, Senador Confúcio, só sobre esse assunto. Agora, o financiamento vai exigir, provavelmente, saídas do lado da Receita. Já começamos a ver economistas importantes, como o próprio Mailson da Nóbrega, falando em tributação de dividendos, de tributação de heranças, de uma tributação temporária para ajudar a recuperar esse resultado fiscal, esse déficit que nós mostramos logo no início da nossa apresentação. Então, é um tema certamente muito importante, que precisa ser aprofundado e que vai fazer parte da agenda do após crise.

A respeito da questão do Senador Confúcio sobre a emissão de moeda, o que acontece, Senador? Num regime de metas de inflação, que é o regime que a gente tem hoje, o Banco Central fixa a meta Selic, fixa um patamar de Selic em torno do qual todas as operações com títulos públicos têm que flutuar. Então, se um banco A e um banco B fazem operações com títulos públicos, o juro praticado nessas operações tem que ficar não exatamente, mas em torno da meta Selic, dos 3%. Por que isso? Porque essa é a forma pela qual o Banco Central consegue garantir que a quantidade de moeda em circulação vai ser tal que a meta de inflação seja cumprida. Aí o senhor poderia colocar: "Mas, com essa inflação com que nós estamos, tão baixa, que vai ficar provavelmente abaixo do limite inferior da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional, não dá para alterar isso e afrouxar um pouco mais a política monetária?". É possível fazer isso – o Banco Central vem reduzindo a Selic, sinalizou na ata do Copom que deve continuar reduzindo –, mas há um limite, porque a mesma taxa de juros que o Banco Central usa também é o balizador, o indexador dos títulos que o Tesouro emite ou de uma parte dos títulos, que são as letras financeiras do Tesouro. Então, essa estratégia conjunta entre Tesouro e Banco Central vai ser muito importante neste momento em que nós estamos vivendo questões que nunca foram vivenciadas pelo Brasil antes: um juro muitíssimo baixo, um juro real também, quando se desconta a inflação, muito baixo, uma dívida pública muito alta, combinada com esse juro baixo, e uma teórica possibilidade de se ter uma expansão monetária maior, que pode ter riscos. Ela pode ter riscos, porque qualquer problema, qualquer evento não esperado, inclusive político, que aumente a percepção, o medo, o receio dos mercados, pode acabar disparando processos de corrida da moeda, dolarização, necessidade de aumentar juro. E isso teria consequências bastante difíceis de serem manejadas, controladas, administradas. Então, eu acho que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho que o Banco Central e o Tesouro estão trilhando... O Tesouro e o Banco Central são as duas áreas que estão funcionando melhor neste momento da crise. Eu acho que tem que continuar por esse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Felipe. Estou satisfeito com sua resposta.

Meu querido Relator Francisco Jr., espere só um pouquinho mais, porque a Senadora Eliziane Gama estava numa reunião de Lideranças no Senado, entrou agora e se inscreveu. Como é a nossa Vice-Presidente, vamos passar a palavra para ela, e logo depois V. Exa. faz o fechamento.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu queria antes de tudo cumprimentar o Senador Confúcio, parabenizá-lo pela condução destas reuniões. Com a sua sensibilidade, com a sua vasta experiência em várias áreas, ele tem feito realmente com muita maestria a condução destas reuniões. E queria cumprimentar a todos os demais Parlamentares, em nome do Francisco Jr., nosso Relator, porque infelizmente não pude acompanhar hoje a reunião desde o início.

Eu queria também, Presidente, cumprimentar a IFI. A IFI tem dado uma contribuição muito importante, eu diria, para o Congresso Nacional, não apenas para o Senado Federal. Os seus relatórios, as suas orientações têm sido um elemento muito basilar na apresentação dos vários projetos de lei, das várias propostas que têm sido apresentadas no Congresso Nacional.

De forma bem resumida, como eu não consegui acompanhar todo o transcurso desta audiência pública, eu queria perguntar apenas sobre um projeto que nós estamos pedindo que é a prorrogação da ajuda emergencial no valor de R\$600 para os próximos três meses. Num relatório que nós obtivemos da IFI, se não me foge à memória, o valor seria de R\$50 bilhões/mês, ou seja, R\$150 bilhões em três meses a mais, o que não impacta, segundo meu entendimento, tanto no percentual do PIB, considerando a relação custo-benefício, ou seja, o impacto que isso vai ter na vida das pessoas vulneráveis. E aí, o Guedes, que faz a defesa de uma prorrogação, mas só de R\$200, faz a pergunta: "De onde é que vem o dinheiro?". Eu queria perguntar para a IFI qual o potencial, por exemplo, de cada uma das fontes, quando a gente trata, por exemplo, de recursos da Conta Única do Tesouro, do aumento da dívida pública, da emissão de dinheiro pelo Banco Central e do uso de parte de reservas internacionais, porque, se você pegar essas quatro fontes, você tem um volume realmente muito grande. Então, eu queria saber do Felipe e do colega Josué Pellegrini, que são os líderes realmente da IFI, quais os problemas e ao mesmo tempo também quais as providências que deveriam ser tomadas se tivéssemos que utilizar uma dessas fontes ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um percentual, não é o volume, de cada uma dessas fontes para efetivar a prorrogação dessa ajuda emergencial tão importante neste momento do Brasil.

Quero finalizar pedindo aqui depois o *link*, se for gravado, Presidente Confúcio, porque eu realmente gostaria de acompanhar a apresentação inicial da IFI, que é fundamental para melhorar o nosso conhecimento nesta tarde.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Senadora Eliziane Gama.

Eu passo a palavra para o Francisco Jr., o nosso Relator, para fazer suas indagações finais, e aí o Felipe Salto e os demais responderão aos dois.

Com a palavra o nosso Relator, Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Presidente, mais uma vez é só para parabenizar, destacar o grau de conhecimento e de envolvimento de todos os técnicos, na pessoa do Dr. Felipe Salto. Parabéns a vocês pelo trabalho que vocês prestam. A importância das informações é de muita relevância.

Quero cumprimentar a todos que puderam participar, Deputados e Senadores, na pessoa da Senadora Eliziane Gama, que, mesmo tendo tantas outras atividades, fez questão de, ao menos no final, poder participar. Informo, Senadora, que a apresentação que foi feita no PowerPoint está no grupo também, a senhora pode acessá-la lá e, com certeza, ter acesso também a toda a reunião que está sendo gravada e muito bem conduzida pelo Presidente.

Eu queria só encerrar pedindo um último comentário – com certeza vocês já trataram desse assunto – pelo seguinte: nós vínhamos já acumulando dificuldades e problemas, o Brasil vinha tentando se levantar, se reerguer. Agora, nós somamos esses problemas com aqueles que a pandemia nos trouxe. Se fosse para nós elencarmos as prioridades – é claro, a economia sempre é o pano de fundo de tudo – a partir de 2021, como nós deveríamos fazer isso para poder avançar? E eu coloco essa pergunta associada a outra. O Brasil vai precisar de investimento, nós não vamos conseguir escolher prioridades, independentemente disso, sem investir. Como, então, vem esse investimento? Como vamos nos organizar tendo um déficit tão alto, tendo dívidas tão expressivas? Como vamos poder nos organizar?

A possibilidade de aumentar tributos no Brasil é um fantasma real? Quer dizer, pode ser necessário ou nós temos outras alternativas, e quais seriam as alternativas mais saudáveis para não aumentarmos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa carga tributária, que já é tão complexa? Até porque a reforma tributária, até agora, tem tentado manter o patamar tributário. Ela muda a forma de arrecadar, ela moderniza, mas eu não vi, pelo menos até agora, em nenhum momento, fazer alguma discussão de ter um planejamento para a gente ir diminuindo essa carga tributária, porque não se vê possibilidade neste momento. Então, nós já temos uma carga tributária pesadíssima. Como preparar esses investimentos para pelo menos o próximo triênio, a próxima década, sendo que já vínhamos tão apertados e agora ainda mais?

Mais uma vez, parabenizo a todos vocês dizendo da importância desta audiência para toda essa discussão que se vem fazendo na Comissão.

Obrigado e parabéns, Presidente, pela sua condução. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Dr. Felipe Salto para responder à Senadora Eliziane Gama e ao nosso Relator, Francisco Jr.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Senadora Eliziane, obrigado pelas questões e também pelos comentários e o reconhecimento do nosso trabalho na IFI. Tanto o Daniel Couri, quanto o Josué Pellegrini, como eu ficamos sempre muito satisfeitos em ouvir que o nosso trabalho está tendo esse respaldo e, de alguma forma, está auxiliando a informar os nossos Parlamentares, principalmente no Senado, mas também na Câmara, a respeito da questão fiscal.

O benefício, de fato, pelo que nós calculamos, são simulações. O público-alvo vai ser de 79,9 milhões de brasileiros e brasileiras. Então, são quase 80 milhões de pessoas. O gasto, em três meses, deverá ficar em 154,4 bilhões. Por isso que dá uma média mensal – caso seja prorrogado, por exemplo, por mais um mês – de um pouco mais que R\$50 bilhões.

É uma despesa, de fato, muito significativa. Se houver prorrogação integral, o custo, por exemplo, em mais três meses, seria igual, seria mais 154 bilhões. E, ainda que existam essas fontes, a conta única e as reservas internacionais, sempre que a gente usa esses recursos depositados na conta única, o que acaba acontecendo é a necessidade de enxugamento de liquidez pelo Banco Central. Ou seja, a dívida acaba aumentando.

A venda de reservas, por sua vez, é uma alternativa que abre espaço fiscal, porque reduz a dívida. Quando o Banco Central vende os dólares, ele acaba colocando dólares na mão das instituições financeiras e tira reais. Para que ele consiga esterilizar esse efeito e manter a quantidade de reais, ele reduz a posição em operações compromissadas. Então, a dívida, com todos os outros fatores controlados, diminui. Então, a venda de reservas, de fato, abre espaço fiscal, por meio desse mecanismo de redução da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívida, mas há limites também para isso. Apesar de o Brasil ser um dos países emergentes, um dos únicos que têm um nível tão elevado de reservas, o ritmo de vendas de reservas que o Banco Central já vem fazendo é significativo. Pode até ser que ele acelere um pouco, é difícil saber. Depende muito da evolução da taxa de câmbio, não é, Senadora? Mas, sim, é uma alternativa que pode ajudar um pouco a compensar esse aumento da dívida pública, do endividamento público.

Agora, é importante a gente ter claro que o limite para o aumento dessa expansão fiscal existe. Não é possível fazer déficits públicos de maneira ilimitada. Alguns economistas, alguns teóricos vêm falando na possibilidade de você financiar todo um déficit público com a emissão de moeda, que seria um novo paradigma, um avanço em relação ao que se conhecia de teoria econômica. Mas essas discussões valem muito mais para países que estão muito à frente, que já ultrapassaram certos problemas estruturais que o Brasil ainda enfrenta, por exemplo: a baixa poupança doméstica no Brasil, que é um problema estrutural; a questão da inflação, que hoje não assusta, mas, como a gente tem uma capacidade de produção muito limitada, produtividade estagnada e até em queda, quando houver uma recuperação da demanda, as pressões inflacionárias voltarão.

Então, o benefício é muito importante, o benefício social de R\$600, vai precisar ser, provavelmente, prorrogado, tem custos, mas é preciso que essa discussão seja feita, tendo em vista ou considerando que existem esses custos. Prorrogar até o final do ano, em valores menores, pode ser uma alternativa importante. É bom lembrar que esses 154 bilhões, se a gente calcular em termos anualizados, chegam próximos ao volume de gastos da previdência, do INSS, mais de 600 bilhões de reais.

O gasto do INSS, no ano passado, foi de 626,5 bilhões. Então, é óbvio que seria muito bom a gente poder ter espaço para dar um benefício permanente, por exemplo, nesse valor para as pessoas e para essa quantidade de pessoas, mas só que é impossível fazer isso; infelizmente, existe a restrição fiscal. Então, é preciso encontrar o meio do caminho, discutir os benefícios que já existem – o Bolsa Família, o BPC, o abono salarial, o seguro-desemprego e esse novo benefício – no âmbito de uma renda básica, um programa de renda básica – inclusive ontem o economista Samuel Pessoa publicou na *Folha de S.Paulo* sobre esse assunto –, mas não pode ser mais um programa sem discutir aqueles que já existem, porque, de fato, a restrição fiscal é muito grave e o Brasil corre um sério risco de ter problemas de endividamento que demorem muito a serem resolvidos. E aí o crescimento econômico vai ser prejudicado, a renda, o emprego – nós vamos ter efeitos que vão ser mais permanentes do que se espera.

Eu gostaria também, se o Senador Confúcio permitir, que o Daniel Couri e o Josué pudessem complementar, se acharem relevante e se eu não cobri algum tema. Claro que são muitas questões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Daniel, você quer falar alguma coisa? (*Pausa.*)

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Só uns complementos ao que o Felipe falou.

Senadora Eliziane, na verdade as reservas de certo modo já estão financiando os gastos, porque quando se vende reserva reduzem-se as compromissadas; aí aumenta o gasto, que eleva as compromissadas. Então, indiretamente ela já está financiando: a venda de reservas abre espaços, porque reduz as compromissadas do Banco Central, e o Governo faz os saques na conta única para pagar os gastos, e isso eleva as compromissadas. E aí, indiretamente são as reservas que estão financiando. Elas reduzem as compromissadas e os gastos elevam as compromissadas. Só que o volume de reservas vendidas não é o suficiente para financiar tudo que precisa dos gastos e da rolagem da dívida. Também há um outro porém: o País precisa ter um... Existem métricas de nível mínimo de segurança para as reservas internacionais. Então, há um limite também para a venda de reservas, que não pode ser superado.

Acho que é basicamente isso.

O SR. DANIEL VELOSO COURI (Para expor.) – Presidente, só complementando o que o Josué...

O senhor está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem. Pode falar.

O SR. DANIEL VELOSO COURI (Para expor.) – Só complementando o que o Josué e o Felipe colocaram e a respeito do que o Deputado Francisco Jr. colocou, o Relator, sobre as prioridades. Para uma situação pré-crise e com a crise, acho natural que a gente reavalie as prioridades; afinal de contas, a gente vai sair da crise mais pobre. Então, pode ser, sim, que haja uma inversão, tanto é que a gente tem discutido muito a questão da assistência – o Josué também colocou isso.

Então, acho que a gente já tinha uma situação de discutir reforma administrativa, tributária, anteriormente à crise, e talvez uma reforma da assistência tenha entrado nessa lista também; afinal de contas, o País vai sair mais pobre. A gente tem que buscar uma forma de recuperar as perdas que essa crise vai gerar, e acho que essa não é uma realidade só do Brasil, mas de todo o mundo. Eu acho que ela mexe um pouco na ordem. É claro que isso vai estar com o Congresso, com o Executivo, com os Poderes, para decidir, de fato, quais serão as medidas e quais serão os formatos delas, mas eu percebo, a gente percebe que a discussão tem mudado. Temas como tributação, diminuir a regressividade do sistema





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributário e melhorar a proteção social têm surgido com mais força. Eu acho que, sim, a ordem de prioridades pode ter sido alterada após a crise, mas é importante que a gente veja numa perspectiva temporal de manter o equilíbrio ao longo do tempo e de que essas fontes, todo esse custeio do que vai mudar na seguridade seja financiado de uma forma responsável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Como eu falei no início da nossa audiência pública, estaria acontecendo uma reunião de Liderança e muitos Senadores estariam nessa reunião também, em paralelo, não tendo condição de participar. Agora mesmo, chegou mais um dos Líderes, que é o Senador Izalci Lucas, que gostaria também de falar, mesmo depois do nosso querido Relator Francisco Jr. ter usado a palavra. E eu não poderia deixar de passar a palavra para ouvir o Senador Izalci Lucas.

Logo após, eu faço os agradecimentos e o encerramento da nossa brilhante audiência pública.

Então, com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer. Lamentavelmente, tive que participar da reunião de Líderes e acabou que eu...

Eu tenho três colocações apenas e vou fazê-las rapidamente. Pode ser que vocês já tenham até discutido essa matéria, mas pelo menos para ficarem registradas.

Economistas, como o André Lara Resende, a Mônica, e outros também têm defendido que os custos de enfrentamento da presente crise podem ser realizados mediante a simples emissão de moeda pelo Banco Central. Como os senhores enxergam esse problema? Acho que já até responderam a isso. Mas eu gostaria de registrar.

A segunda questão é que, também em artigo recente, os senhores sustentaram que o mercado é, sim, capaz de absorver o aumento de dívida pública de mais de dez pontos percentuais do PIB – somente neste ano, de 75% para pelo menos 86% do PIB –, desde que haja um firme compromisso do Governo com a sustentabilidade fiscal. Como os senhores entendem que esse compromisso deve ser comunicado à sociedade?

E à terceira, acho que V. Sas. já estavam respondendo: como os senhores avaliam a possibilidade de que o auxílio emergencial de R\$600 seja prorrogado ou mesmo tornado permanente? Qual seria o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto fiscal e como isso poderia ser custeado? Essas eram as três colocações – se já as responderam, me desculpem; depois eu vou olhar o vídeo da nossa reunião.

Eram essas as três colocações, Presidente Senador Confúcio. Obrigado pela consideração.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Duas das suas perguntas foram respondidas recentemente. Eles vão fazer só breves comentários. E à segunda pergunta ele responderá na sua plenitude.

Então, com a palavra Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Gostaria de dar a palavra para o Josué e para o Daniel, para a gente aproveitar um pouco mais também. Acho que vale a pena eles comentarem essas perguntas do Senador Izalci; algumas a gente já comentou anteriormente.

Basicamente, a emissão de moeda gera um certo encantamento, mas não resolve o problema, porque nós temos que ter um mínimo de taxa de juros para poder continuar rolando a dívida pública. Há um volume grande de vencimentos de dívida. Então, há limites para a expansão monetária também. De todo modo, a própria Mônica de Bolle, que o senhor citou, é nossa conselheira, temos feito discussões com ela e temos lido também os artigos, por exemplo, do André Lara Resende, que o senhor mencionou.

Mas eu gostaria que o Daniel e o Josué pudessem comentar um pouco também.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci, pelas perguntas; muito boas.

O senhor colocou a questão dos dez pontos do PIB. De fato, as estimativas de aumento da dívida pública no transcurso deste ano têm girado em torno disso, cerca de 10% a 15% do PIB. Nas estimativas do IFI está mais próximo de 10% do PIB, a depender, evidentemente, dos acontecimentos, do tempo que vai ser requerido na questão do isolamento.

É possível o mercado absorver esses 10% extras em apenas um ano? É um aumento excepcional, a julgar pelo histórico de evolução da dívida pública. Levou bem mais tempo para subir dez pontos ao longo de 2015, 2016 e 2017. Há esse espaço, mas é preciso que haja colaboração de vários modos, também. Não é algo garantido, seja lá o que acontecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor colocou uma questão que eu acho de fundamental importância, que é a sinalização – mais do que sinalização, sinais fortes, efetivamente, especialmente da parte do Poder Executivo Federal, mas que também precisa da colaboração do Congresso – de que a preocupação com a questão do equilíbrio fiscal, após a pandemia e após atender a todas as necessidades de mitigação da crise, passe a ser uma questão prioritária, a questão do equilíbrio fiscal, da sustentabilidade dos gastos, da sustentabilidade da dívida pública. Se esses sinais ficarem bastante claros, os investidores, que são quem financia esses gastos todos – e eles estão o tempo todo, todos os dias, analisando a evolução dos acontecimentos –, se os sinais forem muito fortes e muito contundentes nessa direção, os investidores, que são quem no final financia, ficam mais tranquilos com relação à perspectiva de evolução futura das contas públicas, e o financiamento ocorre com mais tranquilidade.

Então, é isso. Há espaço, mas é preciso colaboração e indicações fortes de que há essa preocupação após passada a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado. Eu acho que o Senador Izalci foi bem respondido.

Eu quero explicar a todos que o vídeo desta reunião está permanente e está disponível na íntegra no YouTube e também na página da nossa Comissão no Senado Federal.

E, diante da altíssima qualidade desta audiência pública, nós vamos enviar as notas taquigráficas para o Ministério da Economia, para que realmente tome conhecimento. Nós teremos brevemente um contato com a equipe econômica e, de posse desses dados, eu posso orientar melhor as respostas.

Também eu gostaria de agradecer muito a Instituição Fiscal Independente (IFI), na pessoa dos três participantes – Felipe, Josué e Daniel –, pela altíssima qualidade; eu creio que surpreendeu. Eu pensava que esta audiência seria curta, mas nós já estamos exatamente com 2 horas e 32 minutos de andamento dela, e com participação efetiva, brilhantes perguntas e melhores respostas. É muito importante! Muito obrigado pelo nível de especialização dos nossos convidados.

Eu quero agradecer a todos os telespectadores do e-Cidadania, que foram muito ativos – não deu para responder a todos; é impossível –, e a todos os demais telespectadores que estiveram *on-line*, assistindo, em tempo real, a esta audiência pública.

Não havendo mais nada a ser tratado, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a se realizar no dia 28 de maio, quinta-feira próxima, às 11h, com a presença do Ministro Paulo Guedes. A cada dois meses, o próprio decreto legislativo já o solicita – ele já sabe disso –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a participar desta Comissão, em audiência pública, a cada 60 dias, trazendo um relatório de tudo o que foi feito nesse período, de março até agora. Então, ele virá na próxima quinta-feira, às 11h.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente audiência.

Muitíssimo obrigado a todos!

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Obrigado, Senador.

Um abraço grande!

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

